

Relatório de Sustentabilidade
Endesa Brasil 2012

energia





Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Endesa Brasil S.A.** apresentou seu relatório “Relatório de Sustentabilidade 2012” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI. Para a metodologia, ver www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 06 de dezembro de 2013

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 5 de dezembro de 2013. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Endesa Brasil é uma empresa do Grupo Enel.

Enel é uma das principais empresas de energia do mundo. O Grupo produz, distribui e comercializa energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A energia de Enel atende mais de 60 milhões de clientes residenciais e empresariais em 40 países e cria valor para 1,3 milhão de investidores.



Índice

Principais indicadores | 2

Perfil | 3

Mensagem da Administração | 7

Negócios | 9

> Ampla | 9

> Coelce | 11

> Endesa Cachoeira | 12

> Endesa Cien | 13

> Endesa Fortaleza | 14

> Prátil | 15

Apresentação do relatório | 16

Estratégia e gestão | 20

> Gestão de riscos | 25

Compromissos | 28

Conduta | 34

Governança corporativa | 36

Comportamento ético | 38

Pessoas | 40

Parceiros e fornecedores | 57

Clientes | 60

Sociedade | 70

Acesso à energia | 78

Meio Ambiente | 80

Consumo de recursos naturais | 84

Gestão responsável | 88

Biodiversidade | 92

Eficiência energética | 94

Inovação | 96

Pesquisa e desenvolvimento | 99

Acionistas | 102

Desempenho dos negócios | 105

Desempenho econômico-financeiro | 109

Reconhecimentos externos | 113

Práticas alinhadas ao Pacto Global | 116

Balanço Social Ibase | 119

Índice remissivo GRI | 121

Informações corporativas | 130

Demonstrações Financeiras | 133

Principais indicadores

	2008	2009	2010	2011	2012	Var. (%)
Econômico-financeiros (R\$ mil) ⁽¹⁾						
Receita operacional líquida	5.056.389	6.151.279	6.702.540	6.579.272	7.485.085	13,8%
EBITDA	1.936.072	2.246.344	2.227.035	2.237.167	2.352.841	5,1%
Lucro líquido	580.236	1.128.618	1.085.433	1.203.521	1.470.636	22,2%
Dívida bruta	3.223.897	3.176.025	2.653.974	2.862.019	2.450.353	-14,4%
Dívida líquida	2.043.983	1.976.838	1.550.916	1.860.027	1.020.398	-45,1%
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	1,06	0,88	0,70	0,83	0,43	-48,1%
Margens						
Margem líquida	11,5%	18,4%	16,2%	18,3%	19,7%	1,4 p.p.
Margem EBITDA	38,3%	36,5%	33,2%	34,0%	31,4%	-2,6 p.p.
Operacionais						
Distribuição						
Energia vendida e transportada (GWh)	16.620	16.887	18.641	18.891	20.290	7,4%
Número total de clientes (mil)	5.308	5.431	5.665	5.868	6.051	3,1%
Energia fornecida por cliente (MWh)	3,28	2,95	3,22 ⁽²⁾	3,16	3,35	6,0%
Perdas técnicas e comerciais (%)	16,92%	17,65%	16,77%	16,22%	16,30%	0,08 p.p.
Produtividade (MWh/colaborador – próprios)	6.427	6.233	7.417	7.561	8.518	12,7%
Nº de clientes/colaborador próprio	2.061	1.992	2.281	2.351	2.540	8,1%
Geração						
Energia vendida (GWh)	6.047	6.490	6.790	6.828	7.300	6,9%
Energia transmitida (GWh)	1.331	1.277	1.270	2.245	77	-96,6%
Colaboradores						
Total de colaboradores	18.050	16.709	17.731	16.721	15.879	-5,0%
Próprios ⁽²⁾	2.800	2.768	2.731	2.761	2.657	-3,8%
Parceiros	14.870	13.546	14.525	13.448	12.580	-6,5%
Estagiários	356	359	390	438	614	40,2%
Jovens-aprendizes	24	36	85	74	28	-62,2%
Socioambientais (R\$ mil)						
Investimentos em meio ambiente	47.358	43.568	86.254	169.067 ⁽³⁾	188.498⁽³⁾	11,5%
Investimento social externo	294.492	142.962	252.540 ⁽²⁾	163.488 ⁽⁴⁾	82.631⁽⁴⁾	-49,5%

⁽¹⁾ Dados a partir de 2009 seguem o padrão internacional de contabilidade (IFRS)

⁽²⁾ Exclui CTM, Tesa e Ingendesa

⁽³⁾ Acréscimo reflete maior volume de investimentos em programas de qualidade de fornecimento

⁽⁴⁾ Decréscimo decorre do fato de a Coelce não ter realizado investimento direto no Programa Luz para Todos e de redução em investimentos incentivados

Perfil

Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Endesa Brasil S.A. é uma *holding* de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. | GRI | 2.1 2.2

A empresa é a subsidiária brasileira da Endesa España S/A, controlada pelo grupo italiano Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Endesa Brasil possui controle acionário em duas distribuidoras de energia (Ampla Energia e Coelce), duas companhias de geração (CDSA e CGTF), uma de transmissão (Cien) e uma de prestação de serviços para o setor de energia (Prátil). Além desses ativos, mantém participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para a construção de usinas eólicas na Região Nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power. | GRI | 2.3 2.5 2.6

Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 6 milhões de clientes residenciais, comerciais, industriais, rurais e públicos, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Em 2012, o volume total de venda e transporte de energia foi de 20.290 GWh (18.891 GWh em 2011).

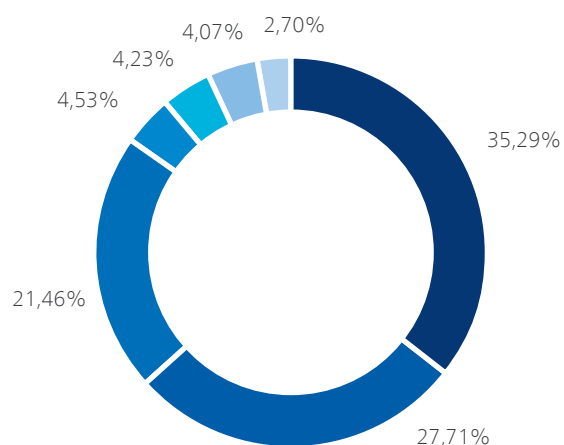
Em geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do país. Com capacidade instalada de 984,6 MW, as usinas têm fonte hidráulica (658 MW) e térmica (326,6 MW). No ano de 2012, a energia vendida no negócio de geração chegou a 7.300 GWh. A interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina apresenta capacidade de 2.200 MW. | GRI | EU1

Sua controlada Prátil, empresa que entrou em operação em 2010, oferece produtos massivos e presta serviços de energia, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas nos Estados do Ceará e do Rio de Janeiro. | GRI | 2.7

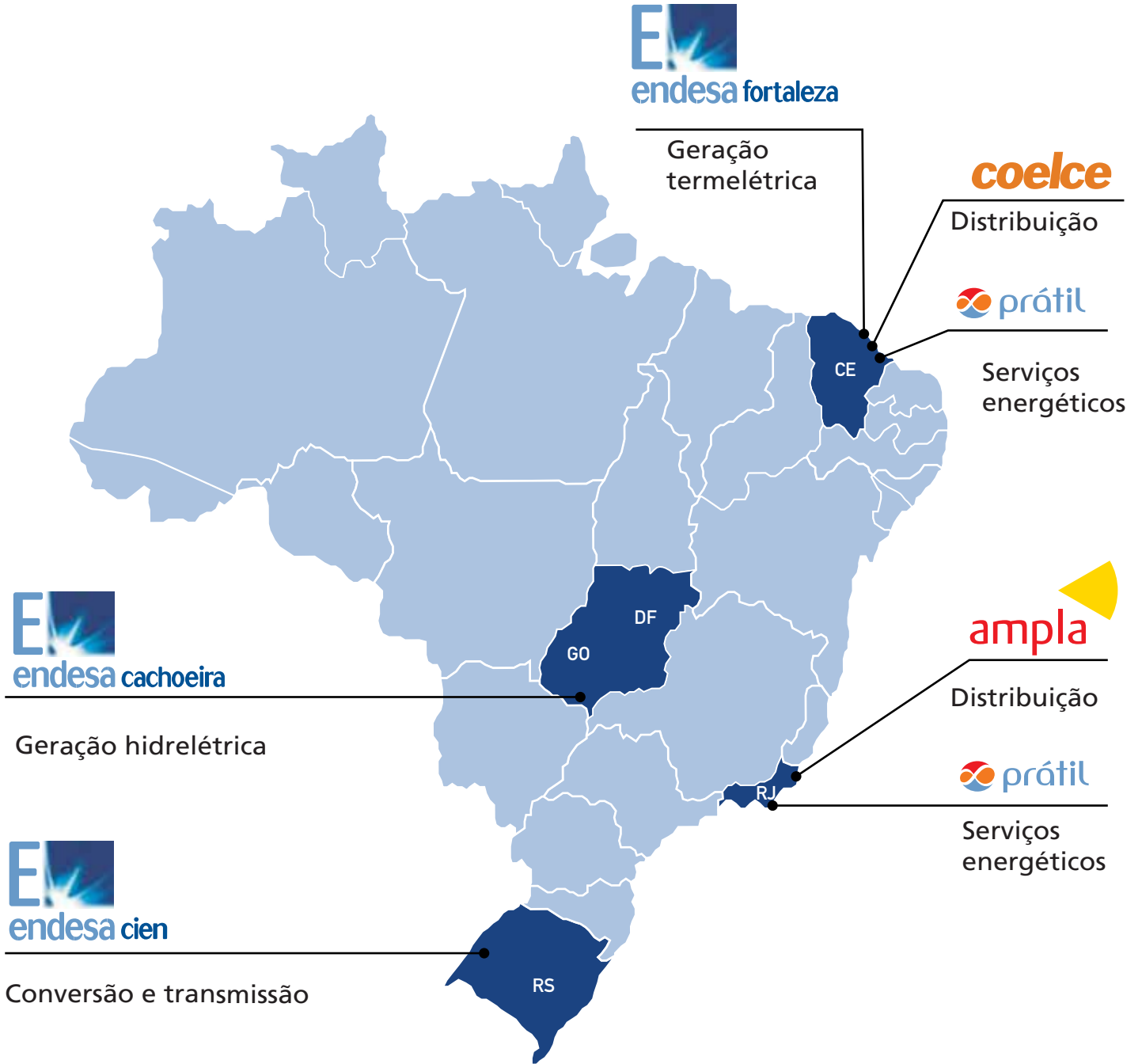
A Endesa Brasil encerrou o exercício de 2012 com 15.879 colaboradores, sendo 2.657 próprios, 12.580 parceiros e 642 estagiários e jovens-aprendizes. Com receita líquida de R\$ 7,5 bilhões, registrou EBITDA de R\$ 2,4 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão no acumulado de 2012.

| GRI | 2.8

Composição acionária



■ Empresa Nacional de Electricidad
■ Enersis
■ Chilectra
■ Edegel
■ Chilectra Inversud
■ Ações em Tesouraria



ENDESA BRASIL

MISSÃO: Nossa energia para um mundo melhor.

VISÃO: Em curto e médio prazo (2013): Ser um agente protagonista no mercado brasileiro. Em longo prazo (2020): Ser o maior grupo privado de energia do Brasil.

AMPLA

MISSÃO: Iluminar a vida das pessoas.

VISÃO: Até 2014, ser mais eficiente que a tarifa e admirada pela qualidade dos serviços, em um ambiente que reconhece o mérito das pessoas, seguro e feliz.

COELCE

MISSÃO: Gente e energia para um mundo melhor!

VISÃO: Fazer a diferença por meio das nossas pessoas, nossos relacionamentos e nosso desempenho.

ENDESA GERAÇÃO

(Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza)

MISSÃO: Energia para todas as gerações.

VISÃO: Ser o maior grupo privado em geração e comercialização de energia do Brasil, reconhecido como referência em sustentabilidade, eficiência e integração energética.

PRÁTIL

MISSÃO: Oferecer soluções diferenciadas com qualidade, rentabilidade e ética.

VISÃO: Ser, até 2015, o motor impulsionador dos novos negócios da Endesa Brasil, com excelência e práticas inovadoras, tornando-se a escolha dos clientes.

Valores

Respeitamos a vida

Por meio das atitudes de:

- > Segurança em tudo que fazemos
- > Compromisso com a sociedade e o meio ambiente
- > Respeito às pessoas

Somos simples

Por meio das atitudes de:

- > Simplicidade nas ações
- > Transparência e confiança nas relações

Criamos valor

Por meio das atitudes de:

- > Inovação em processos e negócios
- > Compromisso e profissionalismo
- > Parcerias sustentáveis
- > Tratar custos como donos do negócio

Linha do tempo

1996

A Endesa S.A. inicia suas operações no Brasil, com a aquisição da Ampla (na época denominada Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro – Cerj) por meio de leilão.

1997

A Endesa adquire a Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada em leilão realizado pelo governo de Goiás. No mesmo ano, é constituída a Companhia de Interconexão Energética S.A. (Cien), para facilitar o intercâmbio de energia entre Brasil e Argentina.

1998

O Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A., formado por Endesa S.A., Enersis S.A., Chilectra S.A. e a atual Ampla, vence leilão de privatização da Companhia Energética do Ceará (Coelce).

2000

A Endesa Cien-Garabi I começa a operar em junho, com capacidade total de transferência de energia de 1.100 MW.

2001

Início da construção da Central Geradora Termelétrica Fortaleza (Endesa Fortaleza), em Caucaia, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE).

2002

Inaugurada a Endesa Cien-Garabi II, que dobra a capacidade total de transferência de energia para 2.200 MW.

2003

Início das operações da Endesa Fortaleza.

2004

A Endesa Fortaleza é inaugurada oficialmente.

2005

É criada a *holding* Endesa Brasil.

2006

As ações da Coelce passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.

2007

A Ampla e a Coelce são incluídas no *ranking* das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, do *Guia Você S/A – Exame*.

2008

A Endesa Cachoeira comemora 50 anos de operação.

2009

Coelce é eleita pela primeira vez a melhor distribuidora de energia elétrica pela Abradee. A Endesa Fortaleza ganha o Prêmio Top Energia, da Petrobras, como Empresa Destaque entre as termelétricas do país. A Enel SpA passa a deter 92% do capital da Endesa S.A.

2010

Criada a Prátil, empresa de serviços. A Endesa Cachoeira recebe da Enel o *Safety Recognition Award* 2010, na categoria Zero Acidente.

2011

A Endesa Cien é equiparada pela Aneel a concessionária de serviço público de transmissão.

2012

Ampla, Coelce e Endesa Geração integram os *rankings* das melhores empresas para trabalhar no Brasil do Great Place to Work/revista *Época* e do *Guia Você S/A – Exame*. A Coelce é destacada, pelo quarto ano consecutivo, como melhor distribuidora de energia do Brasil e da América Latina, pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier). A Coelce recebe também Prêmio Ibero-americano de Qualidade pela excelência na gestão.

Mensagem da Administração



A Endesa Brasil faz parte do Grupo Enel, uma das empresas de serviços públicos mais importantes do mundo. Presente em 40 países, gera, distribui e comercializa energia para mais de 60 milhões de clientes, respeitando as comunidades e o meio ambiente.

Para a Endesa Brasil, o ano de 2012 trouxe grandes conquistas nas perspectivas dos públicos que são determinantes para os nossos resultados.

Um importante avanço foi a redução em 27% no número de acidentes do trabalho, mas mesmo assim a segurança de nossas equipes continua sendo um desafio e uma prioridade. Procuramos cada vez mais incorporar esses cuidados nas decisões do dia a dia, para preservar o nosso maior bem, que são as nossas pessoas.

Outra vitória nos enche particularmente de satisfação: Ampla, Coelce e Endesa Geração foram incluídas entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil nos *rankings* da revista *Época/*Great Place to Work e do *Guia Você S/A*. Isso demonstra que os colaboradores têm orgulho de pertencer à nossa organização, reconhecem nosso compromisso com seu desenvolvimento pessoal e profissional e com a responsabilidade social e sabem da importância de sua contribuição para o crescimento do negócio.

Tivemos importantes conquistas também na perspectiva de clientes. Coelce foi apontada pela quarta vez como a melhor distribuidora do Brasil, pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), e da América Latina, pela Comisión de Integración Energética Regional (Cier). Recebeu também Ouro no Prêmio Ibero-americano da Qualidade 2012. A Ampla registrou a maior evolução

entre as distribuidoras brasileiras em indicadores de qualidade de serviço, reduzindo a frequência e a duração das interrupções no fornecimento de energia. Conquistou ainda o primeiro lugar no *ranking* do Questionário Ethos-Abradee, do Prêmio Abradee de Responsabilidade Social.

As duas distribuidoras agregaram 182 mil novas unidades consumidoras à base de clientes, crescimento de 3,1% em comparação ao ano anterior. No período de dez anos, foram mais 2 milhões de novos clientes que passaram a ser atendidos em nossas áreas de atuação. Outro relevante indicador foi o aumento de 7,4% no consumo de energia em Ampla e Coelce, evolução acima da média nacional de 3,5%, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Nossos clientes estão consumindo mais energia de uma forma consciente, o que é apontado pela redução na inadimplência e no índice de perdas de ambas as distribuidoras.

Em relação às duas geradoras e à transmissora de energia, destacou-se a disponibilidade apresentada pelas centrais hidrelétrica e térmica e pela transmissora, fruto de planos eficazes de operação e manutenção. Asseguramos bons resultados em Endesa Cachoeira, fruto de uma eficiente política de riscos e contratação de energia, e investimos na renovação dos equipamentos para manter a usina moderna e com altos índices de eficiência. Endesa Fortaleza também continuou com sua alta confiabilidade na operação e recebeu autorização do governo brasileiro para atuar como exportadora de energia para a Argentina. Foi ainda um ano relevante na nossa atividade de transmissão de energia, com a consolidação de Endesa Cien como concessionária de serviço público, com uma receita anual permitida, o que traz previsibilidade para o negócio.

Nossos olhos também se voltam para o campo da inovação e da sustentabilidade. O maior exemplo é o projeto Cidade Inteligente de Búzios, no Rio de Janeiro, que integra tecnologias e permite o gerenciamento rápido e eficiente da energia elétrica. Alinhado à estratégia da Endesa Brasil, a iniciativa incorpora ainda o relacionamento com a comunidade e o respeito ao meio ambiente, por meio de ações de educação e reciclagem. Estamos orgulhosos desse projeto de energia para a cidade do futuro: sustentável, racional e eficiente. Por esses atributos, recebeu o reconhecimento de Projeto do Ano, na Conferência DistribuTECH Brasil 2012, evento de transmissão e distribuição de energia.

Do ponto de vista dos acionistas, 2012 também foi um ano de bons resultados. Nossa receita líquida cresceu 13,8%, para R\$ 7,5 bilhões, e o EBITDA totalizou R\$ 2,4 bilhões, com evolução de 5,4%. O lucro líquido somou R\$ 1,5 bilhão, alta de 22,2% em comparação ao ano anterior.

Vemos nosso negócio de maneira integral, não apenas como uma empresa que trabalha para alcançar resultados econômicos, mas olhando também para a sociedade. Estamos alinhados em promover o crescimento das comunidades, conscientes dos nossos compromissos com a sustentabilidade, que é um dos valores do nosso grupo. Em 2012, lançamos o projeto Rede do Bem, que consolidou as atividades de voluntariado realizadas pelos funcionários de nossas empresas, beneficiando 3.224 pessoas com o trabalho de 570 voluntários. No conjunto de projetos sociais, beneficiamos em todas as empresas 2,6 milhões de pessoas em iniciativas de educação, geração de renda, desenvolvimento econômico, apoio a projetos de arte e cultura, eficiência energética e estímulo ao consumo consciente.

Essa preocupação com o crescimento sustentável está presente em nossa participação no Pacto Global da ONU, que subscrevemos internacionalmente, bem como nos Sete Compromissos para o Desenvolvimento Sustentável da Endesa.

Os bons resultados obtidos em 2012 são uma consequência de um relacionamento saudável com nossos diversos públicos, assim como com governo e órgãos reguladores.

Mas esse desempenho representa também um desafio importante para o futuro, pois o mercado de energia viverá uma profunda transformação nesta década, tanto do ponto de vista de inovação como de regulação. E os clientes serão cada vez mais exigentes.

Estamos entrando em um novo ciclo de revisão tarifária para as distribuidoras, com impacto sobre a rentabilidade da operação. Para isso, precisamos avançar em produtividade e eficiência, assim como em qualidade do fornecimento do serviço e na redução das perdas por furto de energia. Outro desafio é crescer em geração. Mantemos uma carteira de projetos para expandir nossa capacidade, buscando atender à demanda do país por mais energia, sempre atentos às mudanças no setor e às adequações necessárias para respeitar aspectos regulatórios.

Temos confiança no alcance de nosso objetivo de ser um agente protagonista no mercado brasileiro. Contamos com clientes que têm reconhecido nossos esforços, com acionistas que nos apoiam na execução de nossos planos de crescimento e eficiência e, especialmente, com pessoas comprometidas com resultados de longo prazo.



Marcelo Llêvenes

Marcelo Llêvenes

Diretor-Presidente



Mario Santos

Mario Santos

Presidente do Conselho de Administração

Negócios

Ampla

A Ampla Energia e Serviços S.A. é uma distribuidora de energia elétrica, com operação no Estado do Rio de Janeiro. Regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a companhia atua em 66 municípios de sua área de concessão, abrangendo 73% do território do Estado. Em 2012, foram atendidos 2,7 milhões de clientes, entre residenciais, comerciais, rurais, públicos e industriais.

A qualidade do atendimento aos consumidores é fator primordial para a Ampla, que possui uma Central de Relacionamento ativa 24 horas por dia por telefone, uma agência virtual na internet, 69 lojas, além de manter presença em redes sociais, como Facebook, Twitter, YouTube, entre outros.

Com 10.472 GWh de energia vendida e transportada em 2012, a Ampla contabilizou R\$ 3,7 bilhões em receita líquida e EBITDA de R\$ 883 milhões. O ano foi encerrado com queda nos indicadores que medem a duração e a frequência das interrupções de energia, sendo 17,5 de DEC e 9,25 de FEC. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 19,63%, redução de 0,03 ponto percentual em relação ao índice 19,66% registrado em 2011.

No encerramento do ano, a Ampla contava com 7.667 colaboradores, dos quais 1.138 próprios, 198 estagiários e 2 jovens-aprendizes, além de 6.329 parceiros.

Durante o ano de 2012, os projetos reunidos no Programa Consciência Ampla desenvolveram ações direcionadas à educação para o consumo consciente, que atenderam mais de 400 mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro. Também teve continuidade o projeto Cidade Inteligente Búzios, considerada referência em consumo eficiente de energia elétrica no Brasil e na América Latina. O projeto oferece aos moradores locais o acesso à conta com tarifas diferenciadas de acordo com o horário de consumo, além de iniciativas de incentivo à eficiência energética nas instalações.

“O ano foi marcado por importantes reconhecimentos por parte de nossos públicos. A Ampla voltou a fazer parte dos *rankings* das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, refletindo o orgulho de pertencer que está presente em nossos colaboradores. Pesquisa de satisfação com os clientes registrou índice de 74,0%, uma melhora em relação aos 72,6% do ano anterior. Nosso compromisso com as questões socioambientais e culturais se refletiu no número de 448 mil beneficiados por projetos nessas áreas, especialmente em iniciativas de eficiência energética. Nessa linha, estamos desenvolvendo um projeto inovador, sustentável, racional e eficiente: Cidade Inteligente de Búzios, de sistemas inteligentes de uso de energia. Foi também um ano de ganhos operacionais e econômicos, com avanços em qualidade de serviços. Agora estamos entrando em um novo ciclo de revisão tarifária, o que representará desafios adicionais de ganhos de produtividade e eficiência, assim como de melhoria na qualidade do fornecimento do serviço e de redução das perdas por furto de energia.”

Marcelo Llévanes
Presidente

Principais indicadores Ampla

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	3.154.775	3.312.371	3.690.989	11,4%
EBITDA	626.108	762.477	883.038	15,8%
Lucro líquido	216.092	210.352	493.376	134,5%
Operacionais				
Energia vendida e transportada (GWh)	9.826	9.964	10.472	5,1%
Total de clientes (mil)	2.570	2.644	2.712	2,6%
Total de colaboradores	8.338	8.238	7.667	-6,9%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	71.485	75.580	81.770	8,2%
Investimentos sociais externos	51.499	35.032	9.159	-73,9%
Investimentos em meio ambiente	39.470	126.813	155.387	22,5%

Coelce

A Companhia Energética do Ceará (Coelce) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Fortaleza, no Estado do Ceará. Obteve, em 1998, concessão de 30 anos para distribuir energia elétrica aos habitantes de 184 municípios cearenses, em um território de 149 mil quilômetros quadrados.

Terceira maior distribuidora da Região Nordeste em volume comercializado de energia, adicionou 94.926 novos consumidores à sua base comercial em 2012, especialmente residenciais e rurais, encerrando o ano com 3,3 milhões de clientes. O volume de energia vendida e transportada totalizou 9.818 GWh, 10% acima do volume de 8.927 GWh registrado no ano anterior.

Pela quarta vez consecutiva, a Coelce foi reconhecida como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, segundo o Prêmio Abradee 2012. Foi ainda considerada a melhor distribuidora da América Latina em satisfação do cliente, pelo Prêmio Cier; e a distribuidora de energia com a melhor qualidade de serviço do Brasil, pelo Prêmio Iasc.

Ao final do período, a empresa contava com equipe própria de 1.244 colaboradores, apoiados por 5.903 profissionais de empresas parceiras, 223 estagiários e 26 jovens-aprendizes.

A receita líquida obtida em 2012, de R\$ 2.893 milhões, ficou 10,1% acima do valor de 2011. A geração de caixa, expressa pelo EBITDA, registrou desempenho inferior ao do exercício anterior, com R\$ 657.123 milhões, recuo de 12,9%. Já o lucro líquido totalizou R\$ 420 milhões, 10,9% abaixo do ano anterior.

Principais indicadores Coelce

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	2.849.706	2.627.212	2.893.720	10,1%
EBITDA	807.040	754.863	657.123	- 12,9%
Lucro líquido	471.903	471.182	420.000	- 10,9%
Operacionais				
Energia vendida e transportada (GWh)	8.815	8.927	9.818	10,0%
Total de clientes (mil)	3.095	3.224	3.338	3,5%
Total de colaboradores	8.793	7.861	7.396	-5,9%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	66.123	75.464	73.009	-3,3%
Investimentos sociais externos	198.009	126.154	72.011	- 42,9%
Investimentos em meio ambiente	42.538	41.438	32.132	- 22,5%

“Para a Coelce, o ano de 2012 foi excepcional. Mesmo em um cenário adverso, com mudanças na legislação do setor, conclusão do terceiro ciclo de revisão tarifária e estreitamento das margens, a companhia apresentou resultados bastante positivos, com elevação de 10% na demanda.

No período, demos início ao Plano Estratégico Bem Coelce, com vigência de 2012 a 2015, que trouxe metas desafiadoras de eficiência. A dedicação de todos esteve presente nos indicadores que demonstram melhora de qualidade na prestação do serviço. Tivemos nosso desempenho reconhecido por premiações nacionais e internacionais, recebendo, pela quarta vez, o título de melhor distribuidora de energia do país e da América Latina; e figuramos novamente nos *rankings* que listam as melhores empresas para se trabalhar e iniciar a carreira.

Reforçamos também nossos compromissos com a sociedade, alinhados com o objetivo estratégico de ser líder em sustentabilidade no Ceará e uma referência no Brasil. Cabe-nos crescer de maneira sustentável e avançarmos em qualidade de serviço e relacionamento com nossos públicos, reafirmando nossa visão de gente e energia por um mundo melhor.”

Abel Alves Rochinha
Presidente

Endesa Cachoeira

Criada na década de 1950, a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA – Endesa Cachoeira) é uma geradora hidrelétrica sediada no Rio Paranaíba, em Cachoeira Dourada, interior do Estado de Goiás. É uma sociedade anônima de capital fechado adquirida em 1997 pela Endesa, que detém 99,6% de suas ações. Entre seus clientes estão empresas privadas e públicas de diversos segmentos, que atuam em todo o território nacional.

A companhia conta com dez unidades de geração, com 658 MW de capacidade instalada e 415 MW de energia assegurada, e 6,3 quilômetros de linhas áreas de transmissão. Em 2012, a usina vendeu 4.344 GWh de energia, atendendo clientes livres, comercializadoras e distribuidoras de energia de todo o Brasil. Ao término de 2012, a companhia mantinha 163 colaboradores, sendo 69 próprios, 14 estagiários e 80 de empresas parceiras, que atuavam na usina e em áreas de negócio e de apoio localizadas em Niterói (RJ) e em Fortaleza (CE).

Principais indicadores Endesa Cachoeira

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	373.198	409.682	584.143	42,6%
EBITDA	287.604	337.569	447.838	32,7%
Lucro líquido	225.659	358.886	374.904	4,4%
Operacionais				
Energia vendida (GWh/ano)	3.833	3.986	4.344	9,0%
Total de clientes	73	71	76	7,0%
Total de colaboradores	176	182	163	- 10,4%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	5.402	5.700	5.631	- 1,2%
Investimentos sociais externos	280	274	244	- 10,9%
Investimentos em meio ambiente	611	259	226	- 12,7%

“O bom desempenho econômico, aliado ao aumento no número de clientes, marcou o ano de 2012 da Endesa Cachoeira. Resultado de uma eficiente gestão comercial, os avanços foram consolidados por meio de uma estratégia baseada na contratação de energia em curto e longo prazos. A gestão dos riscos relacionados aos aspectos hidrológicos foi decisiva para o resultado atingido.

Investimos na renovação dos equipamentos, de modo a manter a central sempre moderna e com maior durabilidade, mesmo já tendo meio século de funcionamento. A prova disso é a eficiência com a qual a Endesa Cachoeira opera, atualmente traduzida pela disponibilidade energética.

Incrementamos, em 2012, nossa parceria com a Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás, com o documentário *781 – Sete Notas, Oito Mil Quilômetros e Um Sonho*, que mostra as primeiras apresentações internacionais da orquestra e recebeu o Prêmio Aberje, principal reconhecimento de comunicação do país.”

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente

Endesa Cien

A Companhia de Interconexão Energética S.A. – Endesa Cien é uma empresa de transmissão de energia. Com 2.200 MW de potência instalada, permite transmitir energia do Brasil (60 hertz) para Argentina e Uruguai (50 hertz), e vice-versa, possibilitando a integração energética do Mercosul. Além disso, o Sistema Elétrico Nacional se beneficia das instalações da Endesa Cien para otimizar o atendimento à Região Sul. É uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Endesa Brasil.

Sediada em Niterói, no Rio de Janeiro, tem unidade operacional no município de Garruchos, no Estado do Rio Grande do Sul. Possui como principais ativos as Estações Conversoras de Frequência (quatro blocos com 550 MW cada) e 1.000 quilômetros de Linhas de Transmissão de 500 kV, integrantes dos Sistemas de Interconexão Energética Garabi I e II, que convertem a frequência da energia transmitida. Na Argentina, as linhas são administradas pelas subsidiárias Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. (CTM) e Transportadora de Energia S.A. (Tesa), das quais a Endesa Cien detém 99,99% do capital.

Principais indicadores Endesa Cien

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Resultados (R\$ mil)				%
Receita operacional líquida	310.226	277.902	263.142	- 5,3%
EBITDA	271.555	205.692	204.354	- 0,7%
Lucro líquido	43.576	69.107	68.606	- 0,7%
Operacionais				
Total de colaboradores	154	160	156	-2,5%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	4.602	5.688	6.742	18,5%
Investimentos sociais externos	105	167	357	33,7%
Investimentos em meio ambiente	2.061	187	131	- 29,9%

Ao final de 2012, para melhorar o atendimento do Rio Grande do Sul, o governo federal determinou o seccionamento da Linha de Transmissão Garabi – Itá II, com a construção de 22 quilômetros de linhas e de duas baias na subestação Santo Ângelo, com término das obras previsto para 2014. A companhia encerrou o ano com 156 colaboradores, sendo 60 empregados próprios, 15 estagiários e 81 de empresas parceiras.

“Com a consolidação da transformação em transmissora, prestadora de serviço público, a Endesa Cien teve em 2012 um ano de renovação, adaptando-se à condição de empresa regulada. O desafio de manter alta disponibilidade foi plenamente alcançado por meio da boa gestão na manutenção dos ativos, contando com a dedicação da equipe da transmissora.

O período também marcou o início de um projeto: a expansão de 22 quilômetros nas linhas de transmissão da Endesa Cien, projeto que agregará benefícios ao atendimento da região e dará maior flexibilidade ao sistema elétrico brasileiro.

Na área social, mantivemos os investimentos em educação e cultura, que beneficiaram mais de 30 mil pessoas, destacando-se o programa de voluntariado Rede do Bem e o apoio para a 36ª Feira do Livro de São Luiz Gonzaga, o grande evento literário da região.”

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente

Endesa Fortaleza

Sediada no município de Caucaia, no Estado do Ceará, a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF – Endesa Fortaleza) integra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, localizado a 50 quilômetros de Fortaleza. Constituída como sociedade anônima de capital fechado, é integralmente controlada pela Endesa Brasil S.A.

A companhia faz parte do Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT), do governo federal, e possui capacidade para fornecer um terço de toda a energia consumida no Estado do Ceará, que abriga população de aproximadamente 8,4 milhões de pessoas. Contribui, assim, para a instalação de indústrias, a geração de empregos e o crescimento econômico e social da Região Nordeste.

Em 2012, empregou 187 pessoas, sendo 68 colaboradores próprios, 106 de empresas parceiras e 13 estagiários.

Principais indicadores Endesa Fortaleza

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Resultados (R\$ mil)				%
Receita operacional líquida	487.793	422.174	524.556	24,3%
EBITDA	231.944	198.404	194.363	- 2,0%
Lucro líquido	170.027	139.644	144.736	3,6%
Operacionais				
Energia vendida (GWh/ano)	2.957	2.842	2.956	4,0%
Total de colaboradores	175	171	187	9,4%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	5.187	6.292	5.660	- 10,0%
Investimentos sociais externos	1.540	1.327	736	- 44,5%
Investimentos em meio ambiente	1.574	400	622	55,5%

“A Endesa Fortaleza continuou em 2012 a assegurar alta disponibilidade e confiabilidade para que o Sistema Elétrico Nacional, por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS), pudesse contar com a usina a qualquer momento. Essa disponibilidade é resultado da excelente eficiência operacional e de nossos constantes esforços de manutenção, executados em tempo recorde no ano. No período, a empresa também obteve autorização para exportação de energia para a Argentina.

Dando continuidade aos investimentos em educação e cultura, apoiamos a 3ª Feira do Livro Infantil de Fortaleza. Doação de livros, rodas de leitura, capacitação de professores e apresentações artísticas, para aproximadamente 60 mil visitantes, foram algumas das atividades do evento.”

Manuel Herrera
Diretor-Geral

Prátil

Sociedade anônima de capital fechado, 100% controlada pela Endesa Brasil, a En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil) proporciona soluções integradas a negócios de energia elétrica de todos os portes, como projetos de subestações e linhas de transmissão, avaliações de eficiência energética e instalação de equipamentos. Seguros, capitalização e planos odontológicos são alguns dos serviços que fazem parte do portfólio para pessoas físicas.

Com sede em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, e filial em Fortaleza, no Estado do Ceará, em 2012 a Prátil atendeu a 618,8 mil clientes no segmento massivo e 335 clientes corporativos. Obteve receita líquida de R\$ 22,4 milhões, lucro líquido de R\$ 6,1 milhões e R\$ 8,5 milhões de EBITDA, indicando crescimento de 60,5% em relação a 2011. A companhia registrou ainda índice de 85% na Pesquisa de Satisfação de Clientes realizada no ano.

Em 31 de dezembro de 2012, contava com um total de 61 colaboradores, sendo 19 próprios e 42 parceiros.

Principais indicadores Prátil

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Resultados (R\$ mil)				%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	5.870	19.428	22.401	15,3%
EBITDA (R\$ mil)	2.759	5.303	8.512	60,5%
Lucro líquido (R\$ mil)	2.113	3.324	6.142	84,8%
Total de colaboradores próprios	18	21	19	-9,5%
Clientes				
Pessoas físicas	241.266	638.568	618.837	-3,1%
Indústrias	16	52	31	-40,4%
Comércio/Serviços	405	798	304	-61,9%

"A Prátil é uma empresa de serviços que atua em diversos segmentos, desenvolvendo produtos para clientes residenciais e corporativos nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Conseguimos ao longo desses dois anos de sua existência entregar aos nossos clientes residenciais – principalmente aos das classes C, D e E – produtos de qualidade que permitiram o acesso a planos odontológicos, seguros de vida e de residência e títulos de capitalização a preços condizentes com sua realidade. No mercado corporativo, introduzimos um conceito de qualidade, confiança e credibilidade com produtos e serviços de infraestrutura elétrica, customizados de acordo com a necessidade de nossos clientes, sempre comprometidos com a segurança absoluta de nossos colaboradores. Nosso objetivo é crescer sustentados pela fidelidade de nossos clientes, respaldados na satisfação obtida pela excelência na prestação de nossos serviços."

Albino Motta
Presidente

Apresentação do relatório

A Endesa Brasil apresenta neste relatório seus resultados obtidos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, bem como as iniciativas socioambientais desenvolvidas no exercício. Destaca ainda informações econômico-financeiras de suas subsidiárias no Brasil (Ampla, Ampla Investimentos, Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien, Endesa Fortaleza, Investluz e Prátil) e na Argentina (Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. e Transportadora de Energía S.A. – Tesa). | GRI | 3.1 | 3.3 | 3.6 | 3.7 | 3.8

A empresa baseia-se nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e adota a versão G3.1. Os dados financeiros seguem as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) e foram auditados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes. Os indicadores socioambientais abrangem somente as operações brasileiras e foram obtidos a partir de levantamentos internos. A companhia atende ainda às normas brasileiras de relações trabalhistas e às certificações de qualidade (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001). | GRI | 3.9 | 3.13

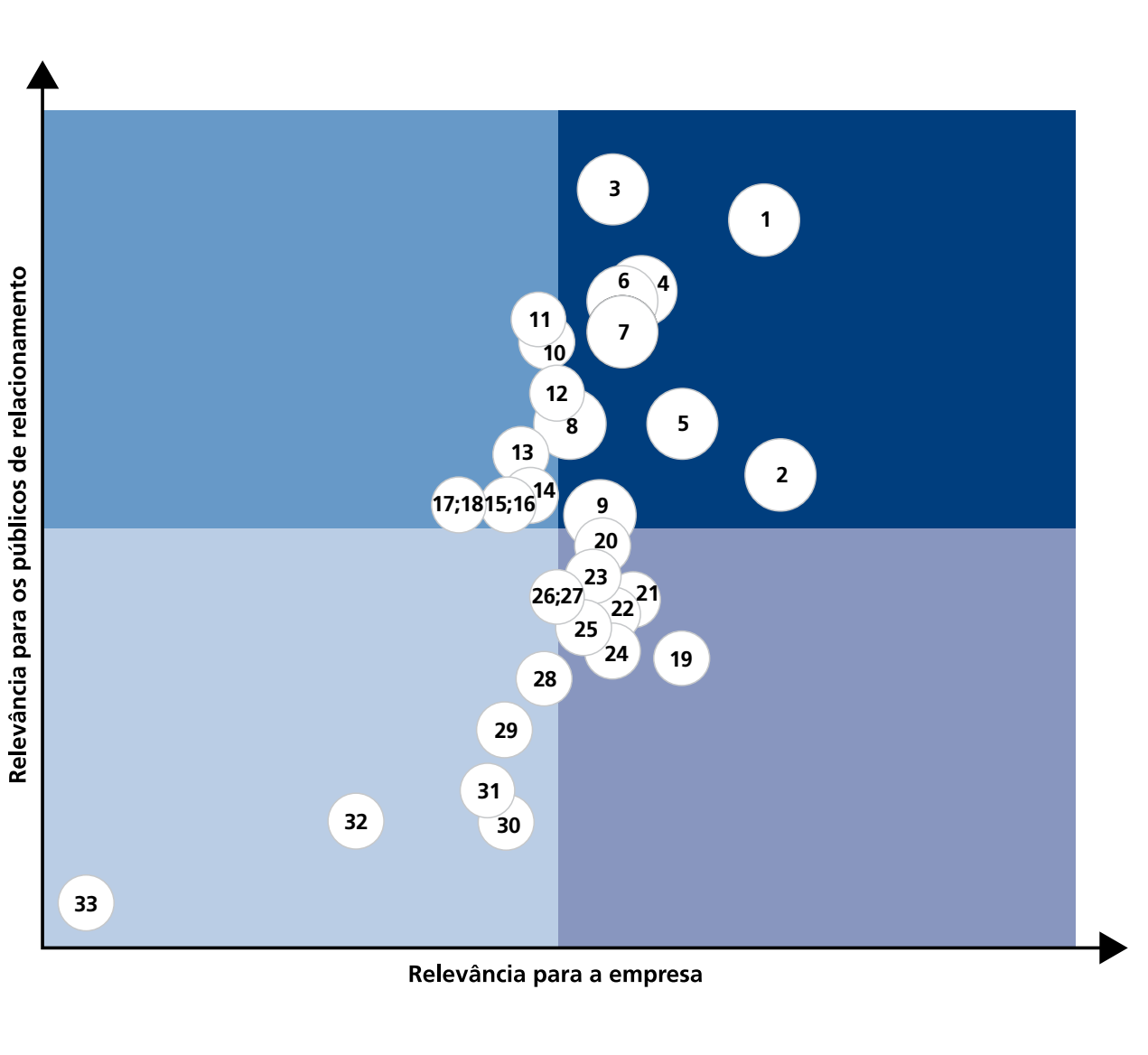
Quando necessárias, mudanças de dados divulgados anteriormente são indicadas ao longo do documento. Não houve alterações significativas de escopo, limite ou métodos de medição. | GRI | 3.10 | 3.11

Para a definição dos temas mais relevantes do relatório, foram consultados no ciclo 2011 públicos de relacionamento das empresas do grupo, conforme orientações da GRI. Os temas pesquisados foram determinados a partir de verificações prévias, do planejamento estratégico da Endesa Brasil e de aspectos indicados pela imprensa sobre as empresas do grupo e o setor elétrico. O primeiro passo foi o mapeamento dos públicos de interesse, considerando sua representatividade e sua conexão com os assuntos relevantes à sustentabilidade da empresa, conforme os Sete Princípios para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa. | GRI | 3.13 | 4.15

Ao todo, foram consultadas 157 pessoas, entre acionistas e investidores, colaboradores, clientes, representantes de governo, de comunidades, de entidades socioambientais, fornecedores e imprensa, tanto por meio de participação em eventos presenciais quanto por entrevistas por telefone e e-mail.

O levantamento foi realizado por consultoria externa – Editora Contadino – e deu origem à matriz de materialidade, que indica graficamente a relevância atribuída a cada tema abordado no presente relatório. Públicos internos e externos tiveram suas opiniões ponderadas de forma similar, com exceção de membros da Diretoria, considerados com o dobro no peso na avaliação. | GRI | 3.5

Matriz de materialidade



Principais temas e preocupações | GRI 4.17

	Extremamente importantes	Correlação com indicadores GRI	Princípios do Pacto Global
1	Gestão da ética e práticas anticorrupção	SO2, SO3, SO4	10
2	Saúde e segurança do colaborador próprio e terceiro	LA6, LA7, LA8, LA9, EU16, EU18	1
3	Presença na comunidade	EC8	
4	Gestão ambiental	EN14, EN26, EN29, EN30	7, 8 e 9
5	Satisfação do cliente	4.17, PR5, PR9	-
6	Direitos humanos	HR1 a HR11	1 a 6
7	Compromissos com iniciativas externas	4.12	1 a 10
8	Gestão dos impactos das operações	SO1, SO9, SO10	-
9	Eficiência do sistema (geração, transmissão, distribuição)	EU6, EU12, EU30	-
Muito importantes			
10	Educação sobre serviços energéticos	EU7	-
11	Consumo de recursos naturais	EN1 a EN8	7, 8 e 9
12	Eficiência energética	EU7	-
13	Oferta de acesso à energia (tarifa social, Luz para Todos)	EU23	-
14	Pesquisa e desenvolvimento	EU8	-
15	Investimentos e gastos com proteção ambiental	EN30	7, 8 e 9
16	Mudanças climáticas	EC2, EU5	7
17	Biodiversidade	EN11 a EN15	8
18	Acesso a serviços e produtos para clientes especiais	EU24	-
Importantes			
19	Resultados econômico-financeiros	EC1	-
20	Saúde e segurança do cliente	PR1	1
21	Disponibilidade e qualidade e segurança na oferta de energia	EU11, EU25	-
22	Qualidade de vida dos colaboradores	LA8	1
23	Governança corporativa	4.1 a 4.7, 4.9 e 4.10	1 a 10
24	Treinamento e desenvolvimento	LA10, LA11, LA12, EU14	-
25	Critérios na seleção de fornecedores e em investimentos	HR1, HR2, HR5, HR6, HR7, EN26	1 a 9
26	Diversidade e igualdade de oportunidade	LA13, LA14	1 e 6
	Perdas de energia e regularização de ligações clandestinas.	EU12	-
Pouco importantes			
28	Relacionamento com os empregados parceiros	LA1, EU16, EU17, HR2, HR5, HR6, HR7	1 a 6
29	Canais de atendimento	PR5	
30	Impactos, riscos e oportunidades para o negócio da empresa	1.2, 4.11, EU6, EU21, EC2	1 a 10
31	Oferta de informações claras e acessíveis	EU24	-
32	Incentivos governamentais	EC4	-
33	Geração de emprego	LA1, LA2, EC7, EU14, EU17	6

Níveis de aplicação

A Endesa Brasil declara que o relatório anual cumpre às exigências do Nível A de aplicação das diretrizes GRI G3.1, tendo, para isso, atendido aos requisitos apontados no quadro a seguir:

	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da G3.1	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15	Com verificação externa	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17	Com verificação externa	O mesmo exigido para o nível B	Com verificação externa
Informações sobre a forma de gestão da G3.1	Não exigido		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador.		Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador.	
Indicadores de Desempenho da G3.1 e Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3.1 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final

Estratégia e gestão

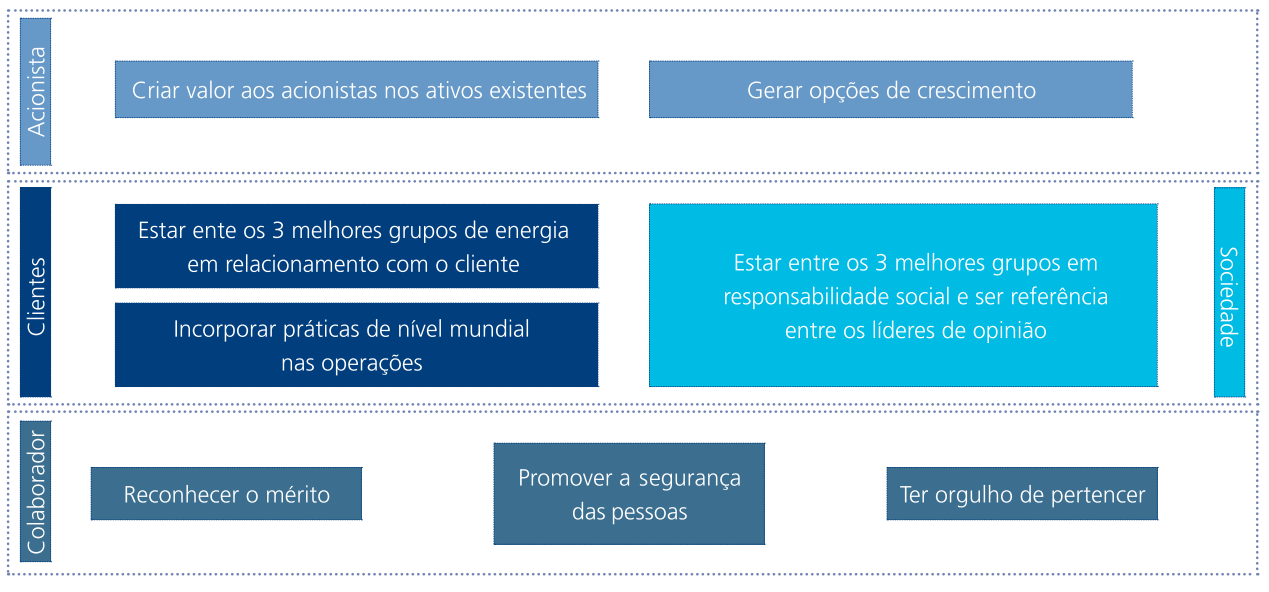
Desenhada para um horizonte de cinco anos, a estratégia da Endesa Brasil para o quinquênio de 2011 a 2015 se baseia em quatro pilares: crescimento, excelência operacional, gestão jurídica e regulatória e sustentabilidade. Em 2012, a companhia seguiu com boas perspectivas no pilar crescimento. Com o aumento de capital da acionista Enersis, que somou US\$ 2,3 bilhões para o caixa do grupo, esses recursos serão disponibilizados para projetos em toda a América Latina. O Brasil está entre as alternativas de aplicação desses recursos, que poderão subsidiar o ganho de participação de mercado do grupo no país.

Revisado anualmente, o plano estratégico é executado por meio de projetos e ações desenvolvidos a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento,

que são acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Dessa forma, garante-se a continuidade dos negócios considerando o fato de a sustentabilidade estar intrínseca no método de construção da estratégia.

Os colaboradores, por exemplo, são informados dos resultados da companhia em reuniões mensais. Já os projetos relacionados aos objetivos estratégicos são desenvolvidos por grupos multidisciplinares formados por membros de todas as empresas da Endesa Brasil. As equipes reportam o trabalho em reuniões com a diretoria, quando mostram a evolução dos projetos e os resultados alcançados, em um processo de melhoria contínua que ajuda a estruturar as metas e os objetivos traçados no Mapa Estratégico.

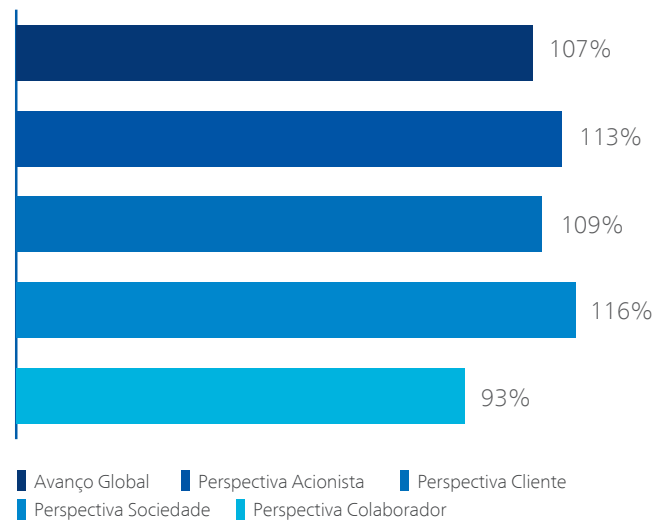
Mapa estratégico Endesa Brasil



Os objetivos e as metas estipulados para 2012 foram cumpridos conforme demonstra o acompanhamento do plano estratégico no ano: o avanço global ficou em 107%. Tiveram destaque nessa composição as perspectivas Sociedade (116%) e Acionistas (113%), com ênfase para o cumprimento das metas financeiras, como EBITDA e nível de endividamento.

Foi introduzida em 2012 a ferramenta Base Única, que dá suporte ao processo de Gestão à Vista – metodologia que expõe indicadores e metas de cada equipe em quadros facilmente identificáveis por todos. Em parceria com as áreas de Recursos Humanos e Comunicação, os painéis gerenciais dos responsáveis de todas as empresas do grupo são disponibilizados na intranet da Endesa Brasil. Os novos painéis estão alinhados ao Modelo de Gestão, apresentando avanços de cada indicador mês a mês durante o ano vigente. O acompanhamento de metas e indicadores é realizado mensalmente, em cada diretoria, por meio das equipes de gestão.

Avanços do plano estratégico 2012



Objetivos e metas | GRI 1.2

Perspectiva	Real 2012	Avanço 2012	Meta 2013
Colaboradores			
Promover a segurança das pessoas			
Taxa de Frequência – Global	1,44	120%	2,00
Acidentes graves + fatais	40%	40%	3 graves + 0 fatal
Reconhecer o mérito			
Índice de Parceria (Inpar)	80%	120%	80%
Pontuação PNQ e Ibero	116%	116%	100%
Aderência ao Modelo de Gestão	53%	120%	61%
Bloco de meritocracia da Pesquisa Enel	-	ND	70%
Ter orgulho de pertencer			
Revista <i>Exame</i>	Presente na revista	120%	Indicador excluído
Baixas não desejadas	1	120%	2
Pesquisa de Clima	-	ND	85%
Clientes			
Estar entre os três melhores grupos de energia em relacionamento com o cliente			
ISQP	82,5%	103%	83%
Advocacy Vox Populi (Distribuição)	120%	120%	85%
Satisfação de Clientes Prátil	85%	120%	100%
Índice de Qualidade Comercial (Distribuição)	114,3%	114%	Indicador excluído
Incorporar práticas de nível mundial nas operações			
Disponibilidade das Centrais (Geração)	98,4%	120%	Indicador excluído
Duração de Interrupção de Energia – DEC (Distribuição) – horas	12,34	92%	12,25
Frequência de Interrupção de Energia – FEC (Distribuição) – vezes	6,71	120%	6,70
Ressarcimento (Distribuição)	21.263	94%	21.200
Sociedade			
Estar entre os três melhores grupos em responsabilidade social e referência pelos líderes de opinião do setor elétrico			
Índice Líder de Opinião (ILO Externo) Endesa Brasil	8,46	120%	8,2
Responsabilidade Social – Distribuição: Prêmio Abradee de Responsabilidade Social; Geração: ILO	107%	107%	100%
Mídia Positiva	82%	120%	78%
Acionistas			
Criar valor aos acionistas nos ativos existentes			
Dívida Líquida	523	120%	384
EBITDA	2.419	120%	2.620
Avanço dos Projetos Estratégicos de Eficiência e Perdas	107%	107%	Excluído
Capex Líquido	--	Indicador 2013	803
Custo fixo	--	Indicador 2013	1.005
Índice de Perdas Ampla	--	Indicador 2013	18%
Gerar opções de crescimento			
Carteira de projetos	120%	120%	100%
Projeto estratégico Prátil	51%	51%	Indicador excluído

ND – Não disponível na data de finalização deste documento

Modelo de gestão

Em 2012, o Grupo Enel deu um grande passo na construção de uma companhia única com a introdução do programa One Company na Endesa Brasil. Nascido na sede do grupo na Itália em 2010, o projeto corporativo foi montado por uma equipe multidisciplinar e multinacional que selecionou, analisou e adaptou as melhores práticas de cada país para construir um novo processo, único e global, que funcione de maneira homogênea e harmônica em todas as empresas da companhia.

A ideia foi desenvolver um modelo de gestão com o mesmo escopo de trabalho, tecnologia, processos e padrões de relatório, com o objetivo de tornar as informações de cada empresa mais comparáveis, eliminando assim o retrabalho da adaptação de dados.

Considerado mais eficiente na administração de multinacionais, o modelo único dá flexibilidade às decisões de movimentação entre as empresas do grupo e ganhos de custo na contratação de serviços e consultorias, assim como na aquisição de ferramentas de Tecnologia da Informação e de materiais.

Apesar de definir um modelo global, o One Company fortalece a atuação de cada país, e garante que o CEO local (diretor-presidente) tenha autonomia para a condução do negócio, definindo sua própria linha de atuação.

Dentro disso, a gestão da Endesa Brasil – que já era estruturada em um modelo contínuo de aperfeiçoamento, por meio de um sistema composto por reuniões em cascata, auditorias e diagnósticos da qualidade e participação no Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) – agora seguirá também um processo de adaptação ao One Company.

Em 2012, houve avanços nas ferramentas e metodologias adotadas na gestão da rotina criada para tornar a empresa mais competitiva, por meio de ganho de eficiência, padronização e produtividade. Tiveram início dois novos projetos: Zenith e Base Zero.

Projeto Zenith – Plano corporativo de excelência operacional desenvolvido pela Enel para buscar eficiência e reduzir custos com a consolidação de sinergias. Tem como base sugestões de aprimoramento de processos propostas pelas próprias áreas.

Projeto Base Zero – Desenhado em 2012 para começar a funcionar em 2013, o Base Zero consiste na montagem de um orçamento a partir do zero, em vez de basear-se no histórico do ano anterior. O plano repensa quais são os elementos básicos e acessórios necessários para que se desenvolva determinada atividade, ajudando assim a eliminar deficiências e excessos do passado.

Gestão da rotina – Tem como objetivo garantir a realização das atividades do dia a dia de maneira padronizada, corrigir desvios e promover a melhoria contínua. Um dos ganhos é o fortalecimento da cultura de acompanhamento do resultado, aplicando o método PDCA (Plan, Do, Check, Act – ou Planejar, Fazer, Checar, Agir).

Projeto Lean – Criado para identificar e eliminar desperdícios. Também promove a melhoria contínua, estimulando a perfeição e a execução dos processos de trabalho de maneira cada vez mais eficaz. É o modelo adotado pela montadora Toyota de como se trabalhar em uma linha de fábrica da forma mais simples possível, sem redundância de movimentos.

Projeto Produtividade – Busca maximizar a utilização dos recursos em campo, com foco na melhoria da produtividade. Está em linha com os princípios do Projeto Lean, ao atuar na redução de desperdícios relacionados a tempos de espera e movimentos improdutivos na execução das atividades operacionais. Traz meritocracia na produtividade das operações de campo, reconhecendo os colaboradores mais produtivos.

Gestão de projetos – Metodologia aplicada para potencializar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando práticas internacionalmente reconhecidas e disseminadas pelo Project Management Institute (PMI). Estabelece um ciclo de vida para os projetos e padroniza a sequência do gerenciamento.

Gestão pelas diretrizes – Ferramenta com o objetivo de transformar as estratégias da organização em ações, por meio da definição de diretrizes que partem do presidente e são desdobradas nos demais níveis hierárquicos. Uma diretriz é composta por uma meta (resultado a ser atingido em determinado prazo) e por medidas (ações que garantam o cumprimento da meta).

Crescimento

A Endesa Brasil desenvolve carteira de oportunidades de projetos que permitam a participação com sucesso nos leilões de contratação de energia nova nos próximos anos, em oportunidades hidráulicas e térmicas. As possibilidades de crescimento não orgânico (aquisições) são avaliadas de forma pontual.

Complexo Tapajós – O complexo Tapajós (10,7 GW) está localizado no Estado do Pará e será composto por cinco centrais: UHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW), UHE Jatobá (2.338 MW), UHE Cachoeira do Caí (802 MW), UHE Jamanxim (881 MW) e UHE Cachoeira dos Patos (528 MW). Para o desenvolvimento dos estudos ambientais e de viabilidade do complexo, a Endesa se associou a outras oito empresas (Eletrobras, Eletronorte, Cemig, Copel, EDF, Neoenergia, GDF/Suez e Camargo Corrêa), que financiaram em partes iguais os gastos necessários. Durante 2012, o foco esteve no projeto de São Luiz do Tapajós, com avanços importantes nos estudos. Tanto São Luiz do Tapajós como Jatobá são considerados projetos estratégicos pelo governo brasileiro, e se prevê que sejam incluídos em leilões de 2013/2014.

Tabajara – Central hidrelétrica localizada no Rio Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, com 350 MW de capacidade instalada, deve fazer parte de leilões a partir de 2014. Em 2012, a Endesa Brasil se associou a Eletronorte, Furnas e Queiroz Galvão para a realização dos estudos necessários, que estavam em fase final de contratação.

Aripuanã – O Rio Aripuanã fica no Estado do Amazonas. No ano, a empresa obteve o registro na Aneel para realizar estudos dos projetos UHE Prainha (796 MW) e UHE Sumaúma (458 MW) e solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a autorização para os estudos ambientais. Participou da chamada pública realizada pela Eletronorte e foi selecionada para desenvolver conjuntamente os estudos. A expectativa é que os projetos façam parte de leilões de energia a partir de 2015.

Carnaúba – Localizado ao lado da Endesa Fortaleza, no Estado do Ceará, o projeto de Carnaúba se refere a uma central termelétrica de ciclo combinado a gás natural, com 350 MW de capacidade. O projeto tem licença ambiental e outorga de água e, conforme a obtenção das autorizações necessárias e do contrato de fornecimento de combustível, há previsão de participação em leilão já em 2013.


Gestão de riscos

Para identificar e mitigar os riscos inerentes a sua atividade, as empresas do grupo Endesa Brasil passam por constante processo de monitoramento de riscos, que contam com o apoio de ferramentas de análise e modelos estatísticos, determinando padrões de gerenciamento.

Riscos do setor elétrico

Regulatórios – A Endesa Brasil conta com área específica de Regulação para acompanhar as determinações do órgão regulador – Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – e promover a conformidade nas atividades das empresas do grupo.

Energéticos – Amparadas por modelos econométricos, as empresas de distribuição avaliam a evolução da demanda e definem a participação em leilões de energia para contratos de médio e longo prazos com empresas de transmissão e geração. Para as obrigações de longo prazo, há garantias de atendimento à regulação do setor, com minimização de penalidades, modicidade tarifária e melhor emprego dos recursos financeiros da empresa.

A Endesa Geração investe na modernização de seus ativos como meio de aumentar a disponibilidade e a eficiência de suas operações. As atividades de manutenção empregam o conceito *Reliability Centered Maintenance* (RCM – Manutenção Baseada na Confiabilidade, MBC), em seus ativos críticos, reduzindo falhas e custos de conservação. Os riscos hidrológicos da Endesa Cachoeira são mitigados por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma vez que a receita da venda é ligada à energia assegurada em volume estabelecido pela Aneel, conforme consta do contrato de concessão. 

Riscos energéticos na distribuição

Formas de gestão	Descrição das atividades
Combate ao furto de energia	Sistemas de vigilância eletrônica e realização de ações conjuntas com órgãos de segurança pública para evitar furtos na rede de distribuição.
Equilíbrio da oferta e da demanda	Anualmente são desenvolvidos estudos do sistema de distribuição de média e alta-tensão, com previsão para os próximos cinco e dez anos. As solicitações de atendimento de acréscimos e de novas cargas também são avaliadas, de modo a conciliar o critério econômico com aspectos ambientais e técnicos.
Gestão da carga de pico	Acompanhamento do carregamento máximo em linhas de transmissão, transformadores de potência e alimentadores. A condição dos equipamentos é informada às áreas de Operação do Sistema, Planejamento de Sistema e Previsão de Mercado para que realizem seus estudos e previsões necessários para a operação do sistema e o planejamento da expansão.
Investimentos	Estudos de previsão de mercado, oferta e demanda futura de energia.
Manutenção	Práticas de curto prazo: retirada de vazamentos em transformadores, atendimento de irregularidades nos equipamentos do sistema elétrico. Práticas de longo prazo: plano anual de inspeções, plano anual de termografia, monitoramento das condições do óleo isolante dos transformadores.

Riscos da empresa

Operacionais – A distribuição de energia é uma atividade sujeita a fatores climáticos, acidentes, falhas técnicas e humanas, furtos e vandalismo. No intuito de assegurar o fornecimento de energia à sua base de clientes, Coelce e Ampla investem em atividades de monitoramento e manutenção preventiva. Na Ampla, o Plano de Qualidade do Fornecimento vem apresentando redução de frequência e duração nas interrupções de energia. Na Endesa Cien, novas rotinas de manutenção foram introduzidas em 2011, com o objetivo de garantir ainda mais confiabilidade aos serviços, e na Endesa Geração, a manutenção preventiva dos ativos críticos evita problemas de funcionamento e reduz custos e paradas não programadas.

Sociais e ambientais – O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) das empresas da Endesa Brasil inclui controle e monitoramento das atividades, que orientam a execução dos processos operacionais baseados em normas técnicas ambientais. A companhia emprega o Princípio da Prevenção, proposto na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), que é considerado no Sistema de Gestão Ambiental e na Política de Sustentabilidade da empresa. | GRI | 4.11

Financeiros – As empresas da Endesa Brasil dispõem de política de riscos financeiros cuja missão é coibir perdas decorrentes de transações e operações financeiras passivas e ativas, bem como de *hedge*. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras, por meio de relatórios que apresentam as posições de risco assumidas.

Crédito – O controle da inadimplência no setor de distribuição é regulamentado pela Aneel e prevê a suspensão do fornecimento aos consumidores com pagamento da fatura em atraso. A interrupção é realizada desde que respeitados os prazos de antecedência da notificação.

Imagem e reputação – A Endesa Brasil monitora as notícias divulgadas em jornais, rádios, revistas, TVs e redes sociais, de modo a acompanhar a percepção da imagem e estabelecer a melhor estratégia com suas partes interessadas. Investe ainda na difusão de normas de conduta entre os colaboradores, ressaltando quesitos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, de modo que estes estejam sempre associados ao seu nome.

Contingências – Em situações emergenciais, as distribuidoras atuam orientadas por normas dispostas nos Planos de Contingência, baseadas em Manual de Crise, com procedimentos específicos para cada ocorrência. Como cerca de 95% das redes de distribuição de energia são aéreas, condições climáticas adversas afetam a qualidade de fornecimento de energia. Para evitar transtornos, há acompanhamento em tempo real de meteorologia por meio de sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e de sites de previsão. Na Geração, há processos emergenciais para eventuais casos de vazamento e derramamento de produtos químicos, inflamáveis, gás de petróleo liquefeito (GLP), efluentes sanitários, gás natural, incêndios, acidentes com pessoas, entre outros. Já na Endesa Cien, o plano de ação engloba orientações para casos de queima de transformador conversor em Garabi, incêndio na conversora ou entorno, e queda de torre de linha de transmissão. Os mesmos procedimentos também são válidos para a Endesa Cachoeira, que conta com um Plano de Atendimento a Emergência (PAE) | GRI | EU21

Gestão de ativos intangíveis

Todos os ativos contam com seguros, de maneira a minimizar eventuais perdas. A gestão de respostas de curto e longo prazos é verificada nos processos emergenciais. A companhia conta com assessorias jurídica e de comunicação para suporte em caso da ocorrência de sinistros. Além disso, 100% dos colaboradores e das empresas parceiras passam por treinamento para cumprir as iniciativas estabelecidas nos planos, que, entre outras atividades, definem diretrizes para a divulgação das ocorrências à sociedade.

A Aneel regulamenta prazos para o restabelecimento da energia elétrica em caso de contingência nas distribuidoras. Portanto, os procedimentos para normalização das operações são guiados por instruções e normas do Operador Nacional do Sistema (ONS) e são simulados periodicamente. Sempre que necessário, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil são acionados para atuação conjunta.

Os Planos de Contingência da distribuição passam por constantes revisões. As usinas possuem brigadas de incêndio e resgate de pessoas, compostas por colaboradores e parceiros, bem como dispõem de unidade móvel para atendimento a vítimas de acidentes. Todos os novos funcionários recebem orientações sobre o sistema de gestão, a política e os procedimentos relacionados a meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Os itens constam no Manual do Sistema de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho, certificado pela OHSAS 18001, e o planejamento de contingências segue a normativa aplicável (ambiental, segurança do trabalho, ONS) de acordo com as atividades e as instalações das companhias de geração e transmissão.

Apesar de não contabilizados nas demonstrações financeiras, a companhia mantém uma série de ativos que agregam valor à sua imagem e aos negócios.

Pessoas – Profissionais capacitados, com conhecimento diferenciado dos mercados de atuação, são um dos maiores valores da Endesa Brasil. Atrair, capacitar e reter talentos fazem parte do objetivo de desenvolvimento humano da empresa, que contribui para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável. Essa postura permite a formação de equipes e lideranças mais motivadas e com excelente nível técnico, fatores corroborados por meio de pesquisas de clima organizacional, que identificam oportunidades de melhoria, e políticas de recrutamento interno e movimentação horizontal que atuam na proteção do capital intelectual. *(Mais informações no capítulo Pessoas).*

Imagem – Criação de valor para o negócio e atuação ética e responsável são fatores que refletem a imagem da Endesa Brasil. A isso se soma ainda o fato de integrar um grupo reconhecido no exterior. Pesquisas anuais, como o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) e o Índice Líderes de Opinião (ILO externo), servem de base para o desenvolvimento de planos de ação.

Inovação – A Endesa Brasil investe em pesquisa e desenvolvimento de soluções e produtos que, aliados à oferta de melhores serviços, conferem à empresa qualificação de processos e redução de impactos. *(Mais informações no capítulo Inovação).*

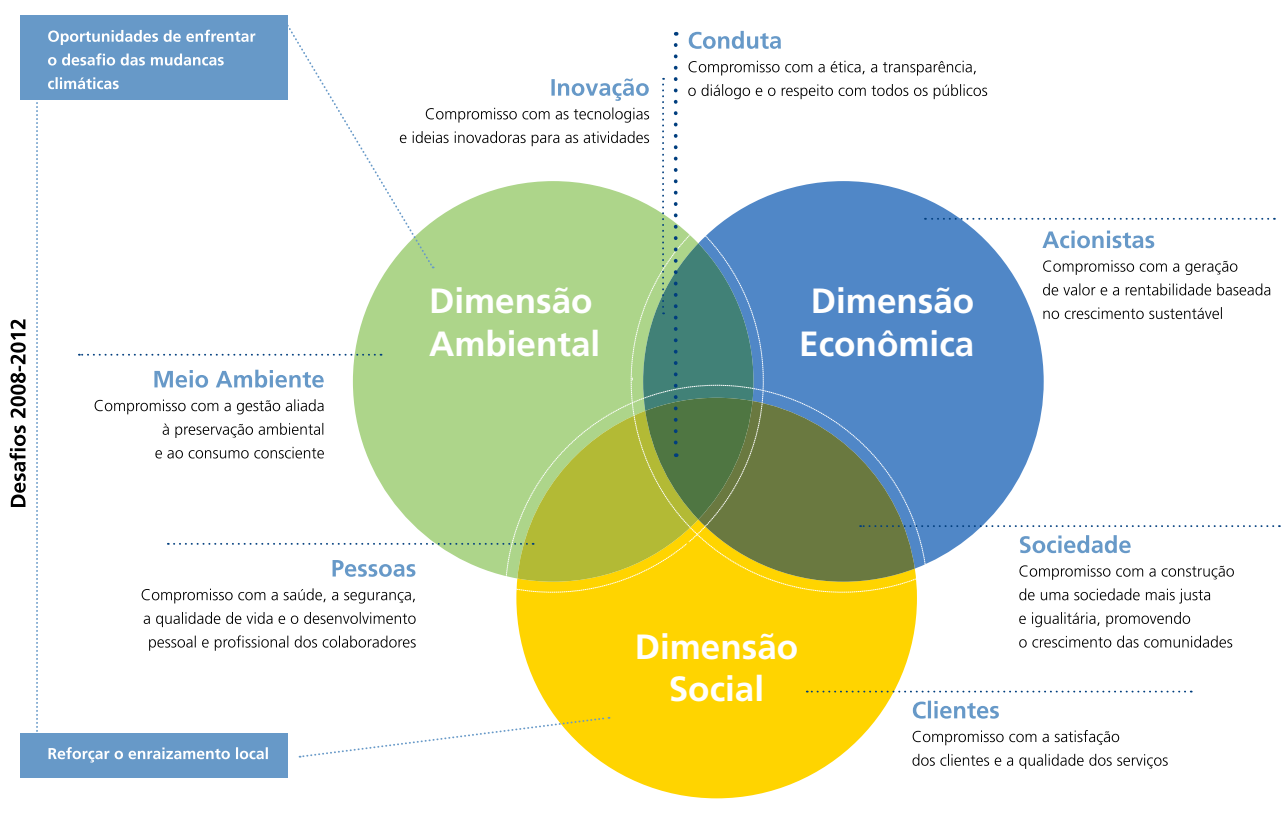
Tecnologia – O contínuo aprimoramento tecnológico dos processos alia redução de impactos e produtividade, contribuindo para a busca do crescimento sustentável. Um exemplo que reúne inovação e tecnologia é o projeto Cidade Inteligente Búzios, em desenvolvimento pela Endesa Brasil. *(Mais informações no capítulo Inovação).*

Compromissos | GRI 4.12

Os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável guiam a Política de Sustentabilidade da Endesa, bem como os desafios assumidos em relação a mudanças climáticas e enraizamento local, dois temas relevantes para o setor de energia. Os Sete Compromissos contemplam obrigações e responsabilidades em relação a clientes, acionistas, colaboradores, meio ambiente, inovação e conduta, integrando oportunidades socioambientais em sua estratégia e seu modelo de gestão. Eles foram elaborados com engajamento de públicos internos e externos e assumidos por todas as empresas da Endesa no mundo, guiando estratégias e atividades. | GRI 4.8

Os objetivos são fornecer aos clientes um serviço de qualidade de forma responsável e eficiente, criar valor para os acionistas, promover o desenvolvimento profissional dos colaboradores, promover o crescimento das comunidades em que atua e usar de forma sustentável os recursos naturais necessários para o negócio.

Para monitoramento dos aspectos de sustentabilidade, as empresas utilizam as metodologias do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Global Reporting Initiative (GRI), além de apresentarem Balanço Social conforme o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).



Compromissos externos

Além dos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, iniciativas externas também balizam a atuação da Endesa Brasil:

Pacto Global e Objetivos do Milênio: A Endesa Brasil integra voluntariamente, desde 2005, o compromisso proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento conta com a adesão de mais de 5,3 mil empresas ao redor do mundo, disseminando dez princípios relacionados a direitos humanos, combate à corrupção e preservação do meio ambiente. Os Oito Objetivos do Milênio também são liderados pela ONU, tratando de educação, saúde, fim da miséria e da mortalidade infantil e respeito ao meio ambiente.

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil: Promovido por Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ONG Repórter Brasil, o pacto defende a dignidade no ambiente de trabalho e o fim das atividades degradantes e é assinado por Ampla e Coelce desde 2006.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção: Assinado pelas distribuidoras do grupo desde 2007, o documento foi elaborado por Instituto Ethos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras entidades, tratando de temas como sonegação fiscal, corrupção de agentes públicos, crime organizado e lavagem de dinheiro.

Princípios de Empoderamento das Mulheres: A iniciativa da ONU e do Pacto Global busca promover a participação das mulheres no mercado de trabalho, em âmbito universal. A Endesa participou em 2011 do processo de formulação dos princípios, apresentando suas melhores práticas.

Selo Empresa Amiga da Criança: Conquistado por Ampla e Coelce, o selo da Fundação Abrinq distingue as empresas que têm a infância e a juventude entre suas preocupações.

Rio+20

A Endesa Brasil participou ativamente da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho de 2012. Estiveram presentes líderes dos 193 países que fazem parte da ONU.

Na ocasião, a companhia subscreveu a carta Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva, elaborada pelo Comitê Brasileiro do Pacto Global. O documento tem como referências os dez princípios do Pacto Global, o documento final da Rio+20 (O futuro que queremos) e aspectos relacionados à contribuição empresarial para a sustentabilidade.

Destacou-se ainda a participação do presidente do Conselho de Administração da Enel, Paolo Colombo, como palestrante em dois painéis. No primeiro, ele apresentou o desafio para as empresas de geração em suprir a demanda crescente de energia e, ao mesmo tempo, alcançar o desenvolvimento sustentável. No segundo, expôs as práticas de equidade de gênero promovidas por Enel e Endesa durante o painel Igualdade de Gênero para a Sustentabilidade, que dividiu com Michelle Bachelet, secretária-geral e diretora-executiva da ONG Mulheres e ex-presidente do Chile, e executivos de diversos países.


Além disso, o diretor de Sustentabilidade da Endesa, Hernán Cortés, participou de painel sobre cidades sustentáveis e energia renovável, quando apresentou os projetos de cidades inteligentes na Espanha, na Itália, no Brasil e no Chile (*mais informações no capítulo Inovação*). Já os projetos Ecoelce e EcoAmpla, de troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia, foram apresentados pela responsável da área de Responsabilidade Social Corporativa da Enel, Marina Migliorato (*detalhes no capítulo Meio ambiente*). E o gerente de Desenvolvimento Sustentável da Endesa, Angel Fraile, participou de painéis sobre acesso universal a serviços de energia, quando citou os programas Luz para Todos, Consciência Ampla, Contadores de Histórias Encantadas e o Ecoendesa, que engloba os projetos brasileiros (*mais informações no capítulo Sociedade*).

Políticas públicas

Em 2012, Ampla e Coelce mais uma vez atuaram junto com a Associação Brasileira de Distribuidora de Energia Elétrica (Abradee) para avaliar os impactos referentes às alterações do regulamento de Tarifa Social (Baixa Renda), colaborando principalmente para simplificar o cadastro das unidades consumidoras nas quais exista usuário de equipamentos médicos de sustentação à vida e que fazem jus ao benefício.

Usualmente, a companhia integra comissões constituídas em associações setoriais ou participa de encontros em que são debatidos temas relacionados à distribuição de energia elétrica.

Para atuar de forma coletiva e interagir com o mercado de forma estratégica, a Endesa Brasil e suas subsidiárias apoiam ou participam das seguintes entidades: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage),

Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Instituto Acende Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), Associação Brasileira de Contadores de Empresas Elétricas (Abraconee), Meters & More, Associação Cearense de Emissoras de Rádio e TV (Acert), Associação Conselho Empresarial e Cidadania (Accec) de Niterói, Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Brasileiro dos Executivos em Finanças (Ibef), Comitê da Bacia do Rio Paranaíba, Comitê da Bacia do Rio Meia Ponte e Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF) e Rede Brasileira do Pacto Global. 

Relacionamento com as partes interessadas

Acionistas, clientes, colaboradores (empregados próprios, parceiros, estagiários e aprendizes), fornecedores, comunidades do entorno, representantes de governo, entidades empresariais, organizações nacionais e internacionais e meios de comunicação são os públicos prioritários de relacionamento da Endesa Brasil, definidos a partir de reflexão interna, análise da estratégia organizacional e compromissos assumidos na Política de Sustentabilidade.

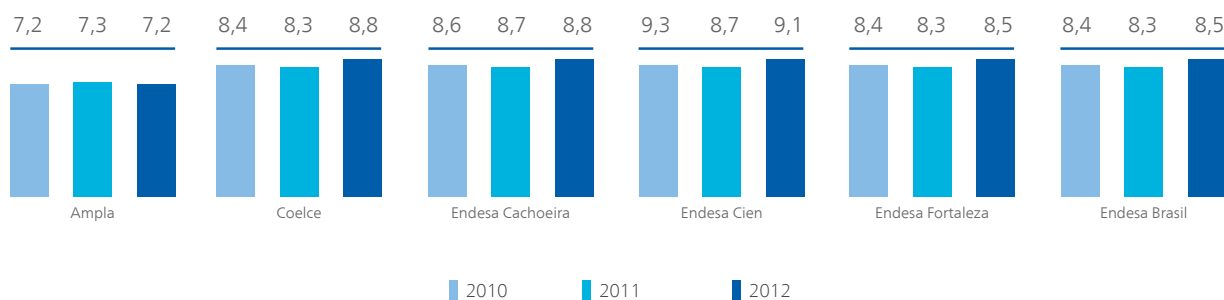
| GRI | 4.14 | 4.15 |

A percepção de públicos internos e externos é analisada anualmente pela ferramenta institucional Índice de Líder de Opinião (ILO). O ILO Interno é levantado com base na opinião dos gestores da companhia, que avaliam desem-

penho, sua imagem e os meios de comunicação internos. Em 2012, 94% dos respondentes avaliaram que as informações sobre a empresa são transmitidas de forma clara, rápida e ágil.

Outro estudo realizado anualmente é a Pesquisa Índice de Líder de Opinião Externo (ILO Externo), que mensura a percepção de jornalistas, grandes clientes, políticos e sociedade sobre a imagem das empresas Endesa Brasil. Reúne a avaliação desses formadores de opinião sobre temas como qualidade dos serviços, investimentos em novas tecnologias e relação da companhia com seu entorno, atingindo a média de 8,5 pontos para a Endesa Brasil em 2012.

Estudo da Percepção de Líderes de Opinião (ILO Externo)



Ações de engajamento | GRI 4.14 4.16

Parte interessada	Identificação
Acionistas	Chilectra Inversud S.A. Chilectra S.A. Empresa Nacional de Electricidad S.A. Edegel S.A. Cono Sur Participaciones SL Enersis S.A.
Clientes	6,1 milhões de clientes na área de distribuição 78 clientes em geração, conversão e transmissão
Colaboradores	15.880 colaboradores, sendo 2.658 próprios, 12.580 parceiros, 614 estagiários e 28 jovens-aprendizes 6 sindicatos: Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (de Niterói, do Norte e Noroeste Fluminense, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul) e dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro
Fornecedores	337 empresas fornecedoras de materiais 862 empresas fornecedoras de serviços
Governo	Órgãos da administração direta e indireta nos âmbitos federal, estadual e municipal Órgãos reguladores e de pesquisa Poder Legislativo e Poder Judiciário
Organizações sociais e ambientais	Entidades parceiras em projetos sociais e de pesquisa e desenvolvimento Organizações comunitárias Universidades Entidades de classe Institutos e fundações com atuação socioambiental
Entidades empresariais e organizações nacionais e internacionais	Entidades do setor (ABCE, Abradee, Abrage, Abraget, Apine, ABCE) Federações industriais (Firjan, Fiec) Organismos internacionais (ONU, OIT, GRI)
Meios de comunicação	Rádios Revistas Jornais TVs Canais de notícias na internet Redes sociais

Canais de relacionamento	Principais ações
Conselho de Administração Diretoria Financeira e de Relações com Investidores Reuniões, áudio e videoconferências com os gestores da empresa Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias Canais de comunicação via intranet e internet Visitas dos acionistas e/ou seus representantes às unidades de negócios Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios mensais de desempenho econômico-financeiro e de fatos relevantes Informações financeiras trimestrais auditadas das empresas controladas Relatórios periódicos de departamentos Sistema de gestão SAP/R3 Relatório Anual de Sustentabilidade
Centrais de relacionamento (<i>call centers</i>) <i>Websites (chats online 24 horas)</i> Redes sociais Lojas e postos de atendimento Celulares (SMS) Ouvidoria Externa Conselho de Consumidores Conta de energia Projetos sociais e de relacionamento com os clientes das comunidades Visitas e reuniões com clientes corporativos Pesquisas de satisfação Abradee, Aneel e de universidades Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Investimentos para qualidade dos serviços Campanhas de comunicação sobre consumo consciente e seguro de energia Novos portais de internet de Ampla e Coelce Publicações e fôlderes explicativos Comunicação e atendimento via Facebook e Twitter
<i>Chat</i> interno com executivos Encontros de Diretivos Conversa com o Presidente Reuniões de diretorias e lideranças Ouvidoria Interna Comunicados e reuniões com sindicatos Pesquisas de clima Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Interno (ILO) Reuniões com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) Canais de comunicação via intranet e internet Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Publicações impressas e informativos via e-mail (<i>Actualidad Endesa, Parceria, Linha Direta</i> , entre outros) <i>Clipping</i> de notícias Campanhas internas Grupos de trabalho para objetivos estratégicos Comitês setoriais Introdução do sistema de Gestão do Rendimento Banco de ideias Programas corporativos de formação Espaços Bem-Viver <i>Safety Week</i> , programa de experiência real de comportamento seguro na distribuição <i>Road Show Saber Viver</i> Relatório Anual de Sustentabilidade
<i>Website</i> Portal de Relacionamento com Fornecedores Grupos de trabalhos com fornecedores de materiais e serviços Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Ouvidoria de Fornecedores Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Encontro de alinhamento estratégico com empresas parceiras Prêmio Índice da Parceria (Inpar) Seminário de Gestão Social e Ambiental Relatório Anual de Sustentabilidade Ouvidoria de Fornecedores, pelo e-mail fornecedores@endesabr.com.br
Diretoria e gerências de Regulação e Mercado Reuniões e eventos com autoridades, órgãos e programas públicos Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) <i>Website</i> Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios, comunicados Informações financeiras trimestrais das empresas Relatório Anual de Sustentabilidade
Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa Reuniões de associações Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) <i>Website</i> Redes sociais <i>online</i> Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Projetos sociais e ambientais Ouvidoria na Comunidade Relatório Anual de Sustentabilidade
Reuniões de grupos de trabalho Visitas <i>Website</i> Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Adesão ao Pacto Global Participação em projetos Relatório Anual de Sustentabilidade
Diretoria de Comunicação Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Visitas de jornalistas às empresas Visitas às redações Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Comunicados e coletivas para a imprensa Envio de <i>releases/notas</i> para a imprensa Entrevistas Relatório Anual de Sustentabilidade Projeto Pé na Estrada

Conduita

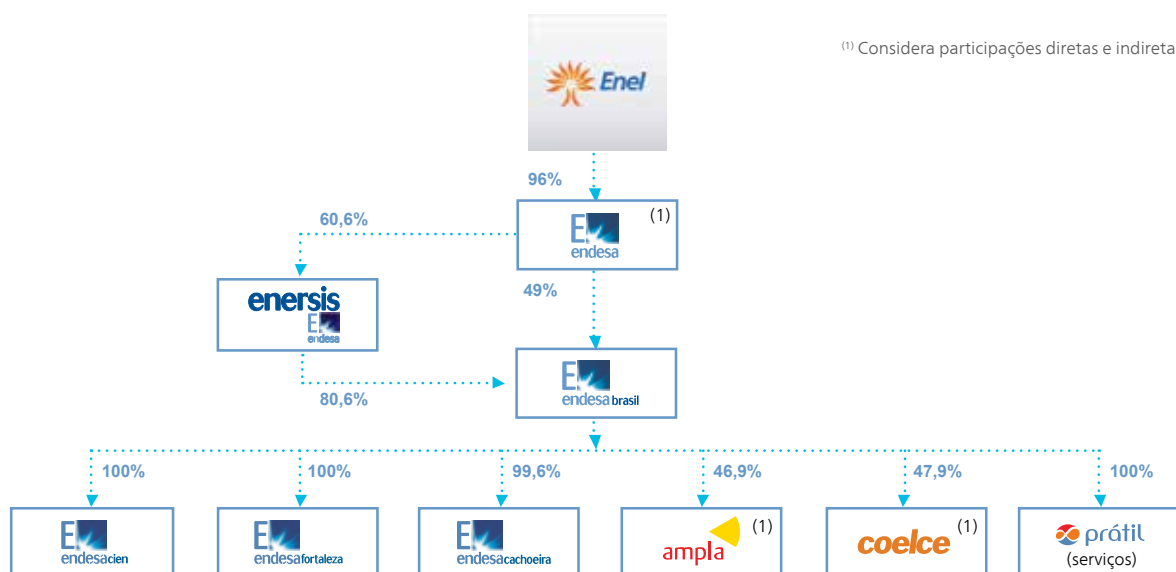


“ Compromisso com a ética, a transparência, o diálogo e o respeito com todos os públicos ”

O modelo de governança corporativa da Endesa Brasil é amparado por normas e padrões internacionalmente reconhecidos que garantem transparência e ética no relacionamento com seus públicos de interesse e a sustentabilidade dos negócios. A empresa obedece à lei norte-americana Sarbanes-Oxley e atende às recomendações do Committee of Sponsoring Organizations (Coso), mantendo instrumentos de auditoria e segurança em seus controles internos e na divulgação de relatórios financeiros.

Também são obedecidas as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) referentes à divulgação de informações e imparcialidade no relacionamento com os acionistas. Entre as práticas para garantir a transparência da gestão estão a divulgação do número de ações pertencentes a cada acionista e a análise de balanços e demonstrativos financeiros por auditoria externa independente.

Organograma acionário simplificado*



* O organograma acima representa os ativos operacionais da Endesa Brasil.

Participações acionárias da Endesa Brasil

Controlada	Direta (%)	Indireta (%)	Total (%)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF)	100	-	100
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)	99,61	-	99,61
Ampla Energia e Serviços S.A.	46,89	-	46,89
Cien – Companhia de Interconexão Energética	100	-	100
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. (CTM) ⁽¹⁾	-	100	100
Transportadora de Energía S.A. (Tesa) ⁽¹⁾	-	100	100
Investluz S.A.	63,57	17,08	80,65
Companhia Energética do Ceará – Coelce	2,27	45,64	47,91
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	-	46,89
Eólica Fazenda Nova – Geração e Comercialização de Energia S.A.	99,95	-	99,95
En-Brasil Comércio e Serviços S.A.	100	-	100

⁽¹⁾ Investidas no exterior

Governança corporativa | GRI 4.1

Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria-Executiva são as principais instâncias de governança da empresa. O Estatuto Social da Endesa Brasil prevê ainda um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente e que pode ser instalado a pedido dos acionistas que representem 10% das ações com direito a voto. É eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, com no mínimo três e no máximo cinco integrantes, e igual número de suplentes, acionistas ou não. Não há previsão estatutária de comitês de apoio à atuação do Conselho de Administração.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas. Formada pelos acionistas da Endesa Brasil, trata das matérias de interesse da empresa e toma as resoluções necessárias à sua manutenção e ao seu desenvolvimento. A Assembleia Geral Ordinária acontece uma vez por ano, quando os membros deliberam sobre as contas dos administradores, as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, a proposta de destinação do lucro líquido e o pagamento de

dividendos. A Assembleia Geral pode ser convocada ainda de forma extraordinária pelo Conselho de Administração, ou nos termos da lei.

Acionistas, empregados e sociedade podem se comunicar com o Conselho de Administração da Endesa Brasil por meio do envio de carta ou mensagem eletrônica para a sede da empresa. Reuniões, pesquisas e veículos de comunicação interna transmitem ao Conselho opiniões dos diferentes públicos. Os colaboradores também encaminham dúvidas e sugestões para que sejam respondidas nos encontros mensais de avaliação de resultados da Endesa Brasil. Não existem acionistas minoritários externos ao grupo Enel-Endesa, e o Conselho de Administração não possui membro representante dos empregados. | GRI 4.4

Na Assembleia Geral Ordinária de 2013 foi aprovada a remuneração global anual para os administradores da companhia no valor de R\$ 11.008 mil. O valor inclui uma parcela fixa e outra variável, que é atrelada ao alcance de metas nas perspectivas de acionistas, colaboradores, clientes e sociedade. Os conselheiros não têm participação nos lucros da empresa. | GRI 4.5

Conselho de Administração

Tem como responsabilidades a definição da estratégia empresarial e o constante acompanhamento do desempenho da empresa nas variadas perspectivas dos principais públicos estratégicos (acionistas, clientes, colaboradores e sociedade) e para garantir o alinhamento aos compromissos com a ética e o desenvolvimento sustentável. Também elege a Diretoria da companhia.

O Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e no máximo 11 membros eleitos pela Assembleia Geral. Em 2012, era formado por sete integrantes, todos homens, brancos, sendo quatro deles com idades entre 30 e 50 anos (57% do total) e três com mais de 50 anos (43%). Cinco são estrangeiros, representando 71% do total.

O presidente do Conselho de Administração não é diretor-executivo – é contratado e exerce exclusivamente essa função. É também presidente dos Conselhos de Administração da Ampla e da Coelce. Não há membros independentes no órgão, considerando-se as definições de conselheiro independente da BM&FBovespa, entre elas a de não manter nenhum vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital inferior a 5%. | GRI | 4.2 4.3 4.7 LA13

Para integrar o Conselho, os profissionais devem reunir as competências necessárias para definir as estratégias da organização segundo os princípios da sustentabilidade empresarial. Os membros também possuem uma visão estratégica do setor de energia elétrica e da Endesa Brasil, o que contribui para orientar a gestão dos negócios. Antes da eleição do Conselho, os membros têm seus currículos e competências analisados pelos acionistas. A autoavaliação dos executivos ainda não conta com um processo estruturado. | GRI | 4.7 4.10

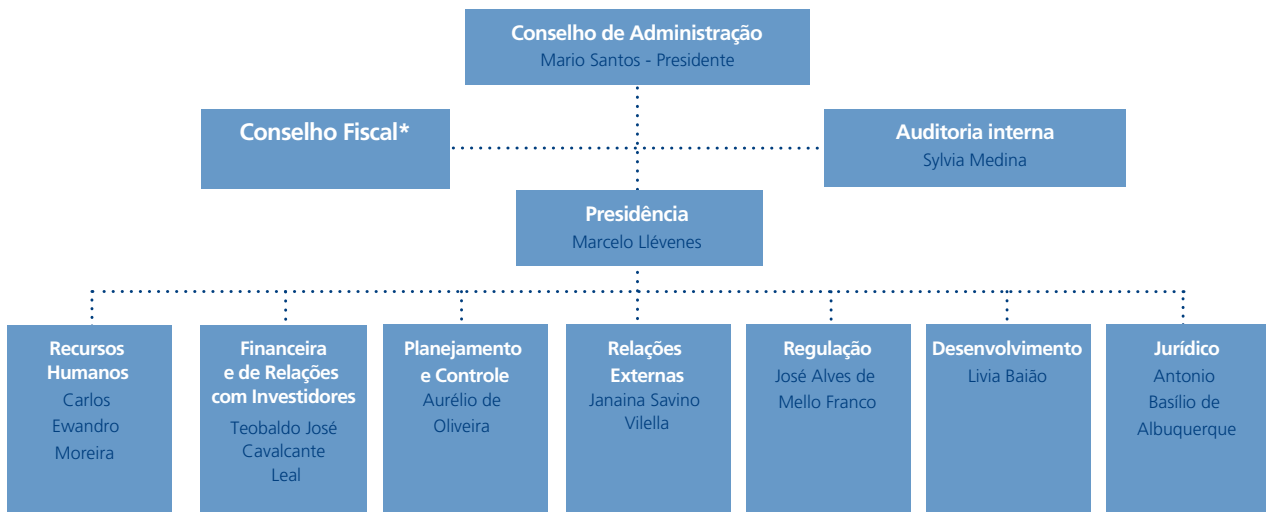
O Conselho acompanha mensalmente o desempenho da Endesa Brasil, tendo em vista as visões dos diversos públicos da empresa, como acionistas, clientes, colaboradores e sociedade, além da observância dos compromissos com a ética e o desenvolvimento sustentável. O Relatório de Sustentabilidade contempla as ações ambientais e sociais da empresa. | GRI | 4.9

Para evitar conflitos de interesse, o Conselho de Administração é encarregado de assegurar que normas legais, regulamentos e disposições contratuais sejam rigorosamente observados, norteando-se também pelos valores de ética e integridade assumidos pela companhia. Em dezembro de 2010, com a adesão pela Endesa Brasil às Normas Éticas da Endesa S.A., os membros do Conselho de Administração também passaram a sujeitar-se às referidas normas. Em 16 de agosto de 2012, foi aprovado um pacote complementar de normas éticas que incluiu o Modelo de Prevenção de Riscos Penais; o Protocolo de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Lembranças, Favores e Outros de Caráter Similar; e o Protocolo de Atuação no Relacionamento com Funcionários Públicos e Autoridades Públicas. | GRI | 4.6

Diretoria-Executiva

Os atos necessários para regular o funcionamento da empresa são de responsabilidade da Diretoria-Executiva. Sempre que necessário, são convocadas reuniões pelo diretor-presidente ou por outro diretor. Podem ser presididas pelo diretor-presidente ou por outro diretor por ele indicado. Ao final do exercício de 2012, a Diretoria-Executiva era formada por oito pessoas, todas brancas, sendo sete homens (87,5% do total) e uma mulher (12,5%). O diretor-presidente é estrangeiro.

Estrutura organizacional



*O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente.

Comportamento ético | GRI 4.8

Todas as empresas da Endesa Brasil atuam conforme as Normas Éticas da Endesa S.A, elaboradas com base nos princípios do Pacto Global, acrescido, a partir de 2012, pelo Código de Ética, pelo Plano de Tolerância Zero à Corrupção e pelas Diretrizes 231. Administradores, colaboradores, parceiros e fornecedores têm suas responsabilidades e compromissos definidos no Código de Ética.

A companhia tem como regra combater a corrupção em todos os níveis, como signatária e alinhada ao décimo princípio do Pacto Global. Para tanto, dispõe sobre todos esses valores em quadros no local de trabalho, na intranet, no *website* e em anexos de contratos. O Plano de Tolerância Zero à Corrupção consiste no compromisso de lutar contra a corrupção, de acordo com princípios do Pacto Global e critérios recomendados pela organização não governamental Transparência Internacional. Já o decreto italiano 231/01 define as Diretrizes 231 e estabelece um programa de cumprimento com a identificação dos comportamentos esperados das partes relacionadas das subsidiárias não italianas da Enel.

Além disso, as Normas de Ética observam os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Declarações de Princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos Princípios do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio. Trabalho infantil e análogo à escravidão são inaceitáveis tanto na empresa como na cadeia de seus fornecedores, bem como a violação dos direitos da criança e do adolescente.

A Área de *Compliance* está ligada administrativamente à *holding* Endesa Brasil e de forma matricial, com dependência funcional, à Endesa S.A., na Espanha. Fazem parte do escopo dessa área a implantação e o monitoramento dos mecanismos de controle que dão cobertura aos requerimentos legislativos com relação à prevenção de delitos, à auditoria do Sistema de Controle Interno da Informação Financeira da Endesa Brasil e ao estabelecimento e operação de controles que previnam o risco de fraude, além da gestão do Canal Ético.

A Área de *Compliance* revisa a cada seis meses o Modelo de Controles Internos e produz relatórios por processo com os principais riscos e fraquezas identificados, bem como recomendações e melhorias nos controles internos para minimizar os riscos envolvidos. Com base nessas indicações, cada responsável pelo processo elabora um plano de ação cuja implantação é acompanhada pela direção e também pela Unidade de Controle Interno (UCI).

Em cumprimento ao Código Penal da Espanha, Diretrizes 231 da Itália e a Lei 20.393 do Chile, em 2011 a Área de *Compliance* realizou o mapeamento de riscos penais entre as áreas e, a partir de 1º de janeiro de 2012, a Endesa Brasil passou a aplicar o Modelo de Prevenção de Riscos Penais (MPRP). O MPRP é um sistema de controle desenhado para prevenir que se concretizem possíveis delitos que possam acarretar consequências penais para Endesa e Enel.

Em caso de identificação de episódios de corrupção, colaboradores são desligados e fornecedores têm os contratos rescindidos, além de ficarem sujeitos à aplicação das medidas legais. Em 2012, houve sete incidentes no Brasil, nos quais cinco funcionários envolvidos foram admoestados ou despedidos por corrupção, além de terem sido registrados dois casos de discriminação. Não foram registradas situações com parceiros de negócios nem ações judiciais.



A companhia tem no programa Boas-Vindas o primeiro canal para disseminar para novos funcionários seu compromisso com o combate à corrupção. No ano, 100% das unidades de negócios (22 áreas de operação e de apoio) foram avaliadas por auditorias internas, que preveem riscos de fraude e corrupção. | GRI | SO2

Ferramentas de controle

Auditoria interna – A Endesa Brasil tem uma equipe de auditoria interna cuja missão é prover o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva de uma segurança razoável de que os sistemas de controle interno estão bem-concebidos, efetivamente administrados e contribuem para a criação de valor. Para tanto, possui um programa anual de auditoria coordenado em nível corporativo que fiscaliza o cumprimento de normas e procedimentos, reforçando sua autonomia de atuação em relação à diretoria de cada empresa integrante da Endesa. A auditoria interna está ligada administrativamente à *holding* Endesa Brasil e, desde 1997, atua de forma matricial, com dependência funcional à Endesa S.A., na Espanha. Esse modelo assegura independência da área para o desenvolvimento de suas atividades e permite intercâmbio constante de práticas e conhecimentos. As auditorias internas são planejadas considerando, entre outros aspectos, risco de fraude e corrupção aos quais estão sujeitos os processos e, ao longo do tempo, abrangem todas as áreas da companhia.

Canal Ético – Atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, dos Estados Unidos. Recebe denúncias sobre práticas corporativas inadequadas referentes a contas e auditorias, confidencialidade, apropriação indevida, conflitos de interesses, meio ambiente, saúde e segurança e problemas com prestadores de serviços e fornecedores.

Comitê de Ética – Formado pelo diretor-presidente e por diretores, Auditoria e Ouvidoria Interna, reúne-se sempre que necessário ou a cada semestre para avaliar ocorrências que representem violação ao Código de Ética.

Unidade de Controle Interno – Criada para atender aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e posteriormente da lei italiana 262/05, utiliza o sistema informatizado para gerenciamento dos controles internos (MIC). Destina-se a auxiliar na avaliação, validação e certificação dos controles internos que originam as informações das demonstrações financeiras das empresas Endesa Brasil.

Pessoas



“Compromisso com a saúde, a segurança, a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores”

A gestão de pessoas da Endesa Brasil se apoia nos pilares da segurança, meritocracia e felicidade para garantir o bom resultado do ambiente de trabalho. Alinhada a esses valores e reconhecendo a importância de cada colaborador, a empresa busca proporcionar uma atmosfera laboral positiva, com pessoas satisfeitas no trabalho e com equilíbrio na vida profissional e pessoal. Para cada processo seletivo, utiliza critérios de avaliação que levam em conta todas as competências técnicas necessárias para o cargo e também o perfil comportamental do candidato, que deve ir ao encontro dos valores da companhia: Respeitamos a vida, Somos simples e Criamos valor.

Os colaboradores precisam demonstrar atitude, determinação e comprometimento em relação à vida e ao trabalho, devem procurar oportunidades de realização pessoal e profissional, sendo responsáveis e sabendo trabalhar em equipe. Além disso, bom humor e otimismo são características valorizadas nos processos seletivos.

Para isso, as áreas de apoio da Endesa Brasil atuam de forma integrada, com a gestão corporativa de recursos humanos e a mesma política aplicada em todas as companhias do grupo. Nesse sentido, as empresas estimulam o trabalho em equipe e o compartilhamento de conhecimento, além de recompensarem o diálogo, a criatividade e a iniciativa como formas de alcançar os melhores resultados.

Reconhecimentos

O ano de 2012 foi de reconhecimento para a Endesa Brasil na área de gestão de pessoas. Pela primeira vez, Ampla, Coelce e Endesa Geração figuraram juntas no *ranking* nacional das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, promovido pela revista *Época* em parceria com o Instituto Great Place to Work (GPTW). Já a lista das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, do *Guia Você S/A*, também apontou Ampla, Coelce e Endesa Geração entre as melhores do país. A Coelce foi considerada uma das melhores empresas para se começar a carreira no Brasil e Ampla, a melhor empresa do Brasil no indicador Estratégia e Gestão.

Além disso, Ampla e Coelce foram destaques do Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT), que premia práticas de gestão. A companhia cearense recebeu o reconhecimento na categoria Desenvolvimento Socioambiental, pelo projeto Auto Ecoelce. O Programa Desenvolver, da Ampla, conquistou o segundo lugar na Etapa Regional – área temática Desenvolvimento Socioambiental, categoria grande empresa Centro-Norte e Leste.

O compromisso com a saúde e a segurança também foi destaque neste ano. O Prêmio Eloy Chaves 2012, concedido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE) às empresas do setor elétrico que apresentam os menores índices de acidentes no trabalho, contemplou Ampla e Coelce com as medalhas de ouro e bronze, respectivamente. As empresas foram reconhecidas em Segurança do Trabalho.

Emprego

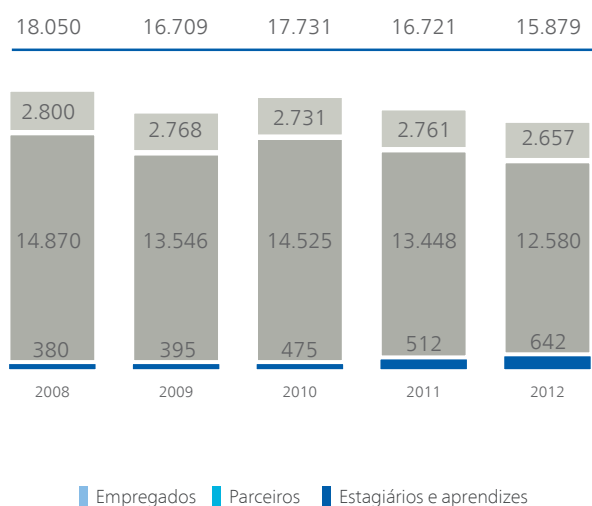
Um dos fatores mais importantes nos processos de seleção nas empresas da Endesa Brasil é, além de encontrar as pessoas certas para as posições adequadas, mantê-las motivadas. Assim, a valorização de talentos ganha destaque no gerenciamento. Para a Endesa Brasil, os colaboradores e parceiros são um espelho dos valores da companhia para o público externo. É por isso que utiliza ações educativas para disseminar seus princípios de forma efetiva.

Aos novos contratados, o Programa Boas-Vindas possibilita um maior conhecimento do negócio, reforça o sentimento de fazer parte de uma grande empresa, estimula a aprendizagem contínua, a integração e a troca de experiências. Além disso, fortalece os vínculos entre os novos colaboradores. O Boas-Vindas acontece a cada dois meses e tem duração de dois dias.

Os participantes recebem informações sobre a Endesa no Brasil e no mundo, orientações sobre o setor elétrico (regulação, aspectos técnicos e comerciais), estratégia do negócio, relacionamento com os clientes e as empresas parceiras, responsabilidade social, meio ambiente, ética, benefícios e desenvolvimento de pessoas. Também são realizadas visitas à Central de Relacionamento com os clientes, ao Centro de Operações do Sistema, às lojas de atendimento e às subestações de energia, entre outras áreas.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo contava com 15.879 colaboradores, sendo 2.657 empregados, 642 estagiários e aprendizes e 12.580 parceiros. Para a contratação dos profissionais, a companhia não faz distinção quanto a etnia, sexo ou idade. Contudo, devido à natureza operacional do negócio, 75,2% das posições próprias são ocupadas por homens.

Colaboradores por tipo de emprego | GRI LA1



No grupo Endesa, o recrutamento interno é priorizado visando à manutenção da cultura institucional, graças ao conhecimento e vínculo já existentes. A intenção é estimular a movimentação horizontal e vertical, ampliar o conhecimento sobre os negócios do grupo e estar alinhada à prioridade de valorização das pessoas. No encerramento do ano, colaboradores de alta gerência que residiam nas regiões de operação das empresas Endesa Brasil representavam: 100% na Ampla, 85% na Coelce, 0% na Endesa Fortaleza, 0% na Endesa Cachoeira e 0% na Endesa Cien. Na Prátil, 100% da alta gerência reside na região da sede da companhia, no Rio de Janeiro. | GRI EC7

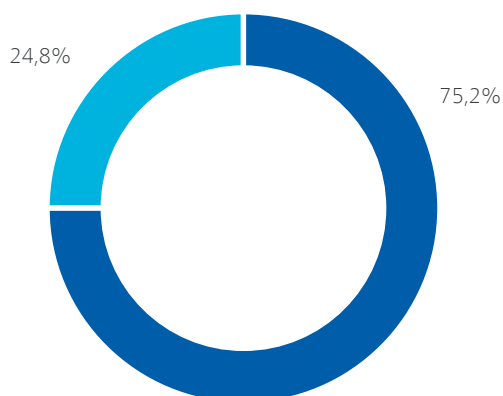
As empresas combinam profissionais jovens (18% têm até 30 anos de idade) e maduros (18,9% acima de 50 anos), contando com significativo nível de qualificação (55,2% têm formação superior, sendo 6,9% com pós-graduação, mestrado ou doutorado).

Colaboradores próprios por categoria funcional | GRI | LA1

Categoria funcional	Homens	Mulheres
Diretores (inclui controladas)	18	4
Gerentes e supervisores	194	68
Profissionais	695	373
Administrativos	112	145
Técnicos e operários	978	70
Total	1.997	659

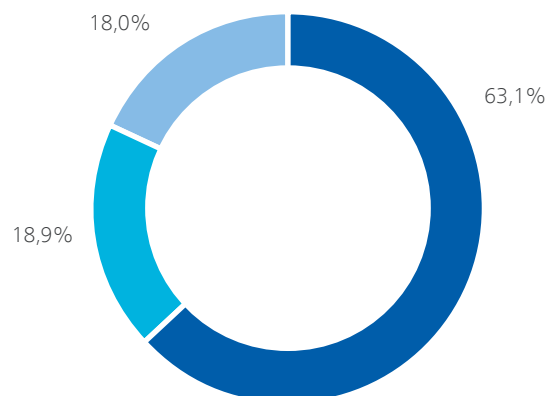
Obs.: todos os colaboradores próprios trabalham em tempo integral

Perfil por gênero | GRI | LA13



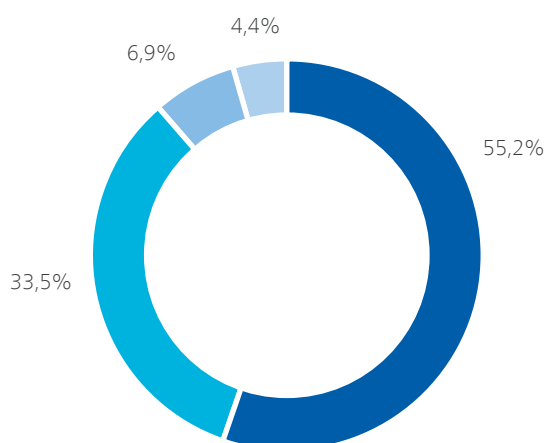
■ Homens ■ Mulheres

Perfil por faixa etária | GRI | LA13



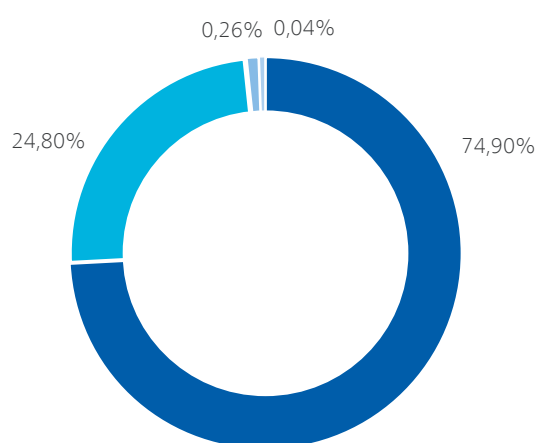
■ De 30 a 50 anos ■ Mais de 50 anos ■ Até 30 anos

Perfil por escolaridade | GRI | LA13



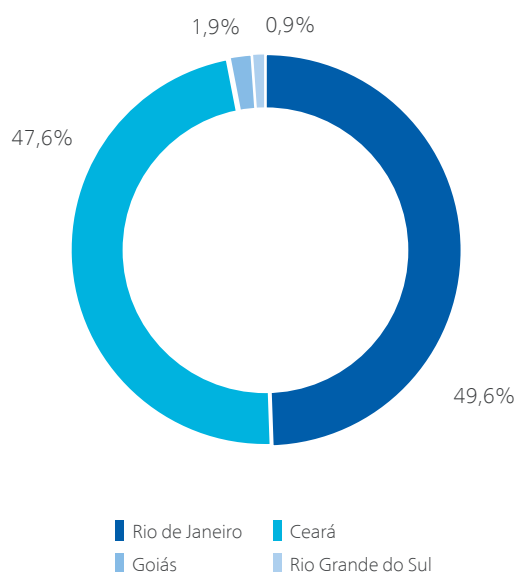
■ Ensino superior ■ Ensino médio
■ Pós-graduação ■ Ensino fundamental

Perfil por raça | GRI | LA13

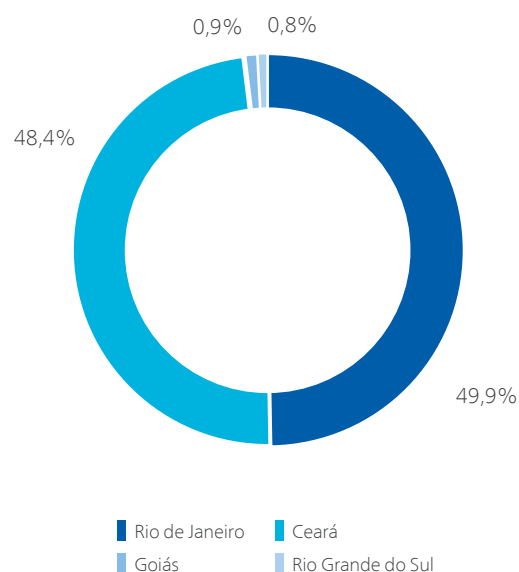


■ Branco ■ Negro (pretos e pardos)
■ Amarelo ■ Indígena

Colaboradores próprios por região | GRI | LA1



Total de colaboradores por região | GRI | LA1



Rotatividade | GRI | LA2

	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Prátil		Holding	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Varição de quadro														
Nº de demitidos	86	39	93	24	4	0	4	1	4	4	7	2	0	3
Nº de admitidos	60	41	42	12	1	0	6	1	3	1	6	1	9	6
Rotatividade (%)	13,3	13,7	7,0	6,0	16,7	0,0	19,4	6,0	6,6	16,7	50,0	21,4	13,6	15,5
Por faixa etária (%)														
Até 30 anos	10,1	24,2	14	16	6,7	0,0	2,8	0,0	12,5	25,0	50,0	0,0	25,0	100,0
De 31 a 50 anos	9,0	8,5	5	4	20,0	0,0	4,17	2,78	5,3	11,1	45,0	37,5	0,0	75,0
Mais de 50 anos	19,7	36,0	10	7	6,7	0,0	5,56	0,00	12,5	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0

Rotatividade por região | GRI | LA2

	Rio de Janeiro	Ceará	Goiás	Rio Grande do Sul	Total
Número de colaboradores	1.318	1.266	51	23	2.658
Número de demitidos	138	52	0	5	195
Número de admitidos	146	112	1	5	264
Taxa de rotatividade	10,8%	6,5%	1,0%	21,7%	8,6%

Tempo médio de atuação dos empregados que deixaram a empresa no ano (em meses) | GRI | LA2

Idade (anos)	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Prátil		Holding	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 30	37	25	37	25	0	0	81	0	56	26	53	94	26	31
De 31 a 50	111	101	211	110	63	56	0	55	72	70	98	68	98	68
Mais de 50	319	285	365	367	177	0	310	0	82	0	2	0	2	0

Ao fim do exercício, 22% dos empregados do grupo tinham direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, sendo 50% em funções técnicas e operacionais e 19% entre eletricitistas. Para proporcionar melhores condições financeiras aos colaboradores que tenham tempo para a aposentadoria, a Endesa criou no final de 2010 o Programa de Aposentadoria Espontânea (PAE), que proporciona benefícios adicionais, como 50% da remuneração por ano trabalhado, limitado a 12 remunerações; plano médico e odontológico estendido por 12 meses; aviso prévio indenizado; FGTS; multa de 40% sobre FGTS; 13º salário proporcional; e férias. Para aderir, é necessário ter 50 anos completos ou já estar aposentado pelo INSS.

Com exceção da Coelce, as demais empresas do grupo não possuem um programa específico de preparação dos funcionários prestes a se aposentar. Em casos de demissão, há uma indenização e, em algumas situações, é feito o pagamento de consultorias especializadas; além do fornecimento de orientações sobre serviços de recolocação no mercado de trabalho para os demitidos.

Para facilitar a transição, a Coelce mantém um programa de preparação dos empregados para a aposentadoria, com cursos e palestras com temas motivacionais e legislação previdenciária. Além disso, os colaboradores aposentados e demitidos sem justa causa da Coelce têm acesso a cursos realizados com instituições parceiras.

A distribuidora mantém um programa formal de preparação dos empregados para a aposentadoria desde 2007, com cursos diversos e palestras motivacionais e sobre a legislação previdenciária. O objetivo é capacitar os colaboradores para outras atividades relacionadas ao mercado de trabalho. Para melhor orientar no processo de transição para a aposentadoria, a Coelce mantém convênio com a Universidade Sem Fronteiras (Unisf) em um programa que visa criar oportunidades, incentivar a autorrealização pessoal e profissional, bem como elevar a autoestima e melhorar a qualidade de vida. É ofertado aos aposentados, que aderem de forma optativa e espontânea. | GRI | LA11

Empregados com direito à aposentadoria | GRI | EU15

Função	Nº de empregados na função	Nº de empregados com direito à aposentadoria					5 anos	10 anos	Total	
		Rio de Janeiro	Ceará	Goiás	Rio Grande do Sul					
Eletricista	426	4	78	-	-	13	69	82	19%	
Técnico / Operador	451	78	159	8	14	50	174	224	50%	
Assistente administrativo	186	27	73	1	-	32	66	98	53%	
Analista	710	52	53	4	2	27	40	67	9%	
Especialista	575	52	49	1	5	35	41	76	13%	
Responsável	289	21	29	2	4	16	19	35	12%	
Diretor	21	13	3	-	-	8	6	14	66%	
Total	2.658	247	444	16	25	181	415	596	22%	
% dos empregados	100%	9%	17%	1%	1%	7%	16%	22%	22%	

Remuneração e benefícios

O norte da política de remuneração da Endesa Brasil é a união de resultados e transparência das informações. Por meio de pesquisas externas, são selecionadas empresas com perfis de faturamento e número de funcionários semelhantes e, a partir da análise desses dados, traça-se um paralelo, verificando a média de remuneração praticada e se está em linha com o mercado.

O sistema busca também oferecer um pacote atrativo de recompensa, compatível com a complexidade das funções, o desempenho dos empregados e a realidade do mercado. O conceito envolve: salário-base, adicionais legais, remuneração variável e benefícios. A remuneração fixa compreende salário-base acrescido dos adicionais legais, quando for o caso, enquanto a remuneração variável representa o comprometimento dos empregados com os objetivos estratégicos da organização.

Além disso, há reconhecimentos monetários, como viagens e prêmios em dinheiro, e não monetários, como elogios e

homenagens públicas. Ocorrem devido a alcance de metas, de atitudes que demonstrem o grau de envolvimento e comprometimento com a companhia e seus valores, e, também, por ideias e sugestões que representem inovações com impacto positivo sobre os negócios.

A política de benefícios busca estabelecer relações de médio e longo prazos com os colaboradores. Os empregados próprios com contrato de trabalho permanente contam com programas diferenciados em comparação ao mercado. Os principais benefícios são: seguro de vida, previdência privada, participação nos resultados, auxílio-funeral, complemento salarial em caso de auxílio-doença, empréstimo, auxílio a pais de filhos portadores de necessidades especiais, licença-maternidade de 180 dias, licença-paternidade por cinco dias úteis, descontos em produtos e serviços, benefícios para o empregado acidentado do trabalho, programa de readaptação profissional, vale-refeição, vale-transporte, plano de saúde e auxílio-creche especial. | GRI LA3

Remuneração das mulheres em relação aos homens (vezes) ⁽¹⁾ | GRI LA14

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding
Salário-base						
Por categoria funcional						
Diretoria/gerência	0,82	0,82	1,02	0,67	1	0,67
Profissionais	0,84	0,84	0,56	7,42	1	7,42
Administrativo	0,84	0,84	0,84	-	1	-
Técnicos e operacionais	-	-	-	-	-	-
Por região						
Rio de Janeiro	0,92	0,48	1,02	0,43	1	0,43
Ceará	-	0,97	-	-	3	0,98
Goiás	-	-	0,62	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	0,98	-	-
Remuneração ⁽²⁾						
Por categoria funcional						
Diretoria/gerência	0,77	0,06	1,02	0,63	0,72	0,63
Profissionais	0,84	0,81	0,56	0,81	0,67	0,81
Administrativo	0,90	-	0,84	0,87	-	0,87
Técnicos e operacionais		0,87	-	-	-	-
Por região						
Rio de Janeiro	0,93	0,36	1,09	0,24	1,03	0,24
Ceará	-	1,02	-	-	4,61	0,76
Goiás	-	-	0,55	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-		0,76	-	-

⁽¹⁾ Sem informações de Prátil

⁽²⁾ Salário-base mais adicionais

Salário mais baixo em relação ao salário mínimo | GRI | EC5

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	 Holding
Mulheres	1.315,00	1.214,22	1.697,39	2.646	2.366,39	ND	2.086,00
Homens	1.491,00	884,81	2.147,51	2.000	2.147,51	ND	2.630,00
Menor salário em comparação ao mínimo (vezes)	1,9	1,3	2,5	2,9	3,2	3,4	3,1

Salário mínimo em 2012: R\$ 678,00 mensais

Com exceção da Prátil, os colaboradores das empresas controladas pela Endesa Brasil têm à disposição planos de previdência privada para complementarem a aposentadoria paga pela previdência social. Em 2012, esses

planos receberam aportes de R\$ 8,3 milhões por parte das patrocinadoras. Há planos de benefício definido e de contribuição definida, sendo o primeiro fechado para novas adesões.

Previdência complementar | GRI | EC3

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira⁽¹⁾	Endesa Cien⁽¹⁾	Endesa Fortaleza⁽¹⁾	 Holding⁽¹⁾
Contribuição da patrocinadora (R\$ mil)	1.641	5.739	341	259	215	98
Participantes ativos	1.082	3.454	59	50	50	38
Valor presente das obrigações atuariais – planos de aposentadoria (R\$ mil)	480.896	897.118	-	-	-	-

⁽¹⁾ Os planos de previdência são de contribuição definida, sem passivo para a patrocinadora

O grupo Endesa Brasil oferece o benefício de licença-maternidade de 180 dias, 60 dias mais do que o prazo estipulado pela legislação brasileira. Em 2012, 22 mu-

lheres tiveram direito à licença-maternidade. Dessas, 20 gozaram do benefício e 6 retornaram ao trabalho no ano. | GRI | LA15

Treinamento e desenvolvimento

A Endesa Brasil acredita que a sustentabilidade dos negócios só pode ser alcançada por meio do investimento no desenvolvimento de pessoas. Por isso, valoriza a educação corporativa e promove uma série de iniciativas e projetos associados ao seu plano estratégico. Em 2012, foram destinados R\$ 6,1 milhões às atividades de capacitação e desenvolvimento, traduzidas em 166.414 horas de treinamento, com a média de 62,6 horas por colaborador próprio.

A Gestão Estratégica de Desempenho é o instrumento utilizado para avaliar os empregados. O modelo tem como base a ferramenta de Gestão de Rendimento (GR), que considera o desempenho por meio de avaliação comportamental e do alcance de metas de forma alinhada às estratégias do negócio. São avaliados sete fatores considerados fundamentais no comportamento profissional: se o colaborador sente e atua como cidadão do grupo; atua com foco em resultados; dirige a mudança; prioriza a segurança; assume responsabilidades e riscos; domina seu trabalho; e desenvolve seus colaboradores (apenas para gestores). O resultado indica o posicionamento do colaborador em uma Matriz de Rendimento, que influencia os processos de reajuste por mérito, desenvolvimento, capacitação e movimentação. Para acompanhar o desen-

volvimento de suas carreiras, 100% dos colaboradores receberam *feedback* de suas atividades. | GRI LA12

Outro instrumento é a Gestão de Potencial (GP), modelo direcionado aos talentos do Grupo Endesa, aplicado a cada dois anos para o desenvolvimento de gestores e especialistas. Com o objetivo de identificar a aptidão para integrar o programa, os colaboradores são avaliados inicialmente em dez competências comportamentais e quatro específicas para a liderança. Esses fatores são adicionados às avaliações individuais (metas, considerando uma atuação sustentável nos últimos três anos) e dos comportamentos alinhados aos valores corporativos.

Buscando dar suporte ao planejamento de carreira dos seus colaboradores e estimular o autodesenvolvimento, a Endesa Brasil oferece o Espaço de Desenvolvimento de Pessoas. A iniciativa consiste em um conjunto de salas temáticas concebidas para alinhar o conceito de gestão de pessoas à formação de equipes de alto desempenho. O espaço dispõe de recursos como computadores com acesso à internet, biblioteca diversificada para consulta ou empréstimo de livros, salas de treinamento e de atendimento individual, e fica disponível a todos colaboradores.

Capacitação e treinamento | GRI LA10

Categoria funcional	Nº de participantes	Nº total de horas	Média de horas
Diretoria	35	6.024	172,12
Homens	29	4.880	168,27
Mulheres	6	1.144	190,74
Gerentes e supervisores	249	29.053	116,68
Homens	183	21.476	117,36
Mulheres	66	7.577	114,80
Profissionais	1.068	77.908	72,95
Homens	696	50.338	72,32
Mulheres	372	27.570	74,11
Administrativo	257	7.113	27,68
Homens	112	3.159	28,20
Mulheres	145	3.954	27,27
Técnicos e operários	1.048	46.316	44,19
Homens	978	43.321	44,30
Mulheres	70	2.995	42,78
Total	2.657	166.414	62,63
Homens	1.998	124.611	62,37
Mulheres	659	41.801	63,43

Desenvolvimento	Parceria	Objetivo
Programa de idiomas (inglês, espanhol)	Inglês <i>Online</i> / Espanhol professoras contratadas	Oferecer as ferramentas necessárias para que os funcionários sejam capazes de compreender, ler e escrever nas línguas usadas pelas empresas Endesa no mundo.
Curso de Comunicação Interpessoal	Parceiros reconhecidos no mercado	Proporcionar ferramentas para que as pessoas transmitam a sua ideia com clareza, segurança e credibilidade.
Participações em palestras, seminários, congressos, minicursos	Parceiros reconhecidos no mercado	Possibilitar ao funcionário aprofundamento e/ou atualização sobre temas que, direta ou indiretamente, impactam o negócio.
<i>Junior Enel Training International (JET)</i>	Empresas Endesa no mundo	Reforçar o desenvolvimento de identidade multicultural e internacional da Enel e dar as bases para a compreensão das dinâmicas culturais, organizacionais e econômicas de uma empresa multinacional. É dedicado à retenção de profissionais da geração Y, que se caracterizam pelo uso intensivo de tecnologia, perfil irrequieto e interesse em aprendizado e relações humanas.
Semear Talentos	Multiplicadores internos	Formar futuros profissionais que atendam às metas de crescimento do negócio em médio e longo prazos. O programa coloca o estudante em contato com o mercado de trabalho e complementa sua formação acadêmica.
Programa de Desenvolvimento Internacional (PDI)	Empresas Endesa no mundo	Dar ao funcionário a oportunidade de conhecer outras empresas Endesa no mundo, sobretudo na Espanha e Itália, atuando em áreas afins à sua. A permanência no exterior varia de 3 a 18 meses.
Programa Sombra – Realidade Real	Multiplicadores internos	Desenvolver nas pessoas uma visão global do negócio por meio da interface com outras áreas da empresa, além de estimulá-las a desenvolver novas competências. Consiste em um, dois ou três dias de visitas, segundo as necessidades de desenvolvimento do funcionário.
Boas Vindas	Multiplicadores internos	Ciclo de palestras para proporcionar conhecimento atualizado sobre as empresas, além de refletir sobre suas metas estratégicas e formas de funcionamento para o alcance dos objetivos.
Oficinas de carreira	Multiplicadores internos	Orientar o Plano de Desenvolvimento de Carreira dos funcionários.
Café da manhã com o presidente	Multiplicadores internos	Aproximar os funcionários da alta direção da empresa, em um encontro que visa informar a todos sobre Visão, Missão, Valores e o BSC das diferentes empresas da Endesa Brasil.

Competências técnicas	Parceria	Objetivo
Curso de informática	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em ferramentas de informática como Excel e Power Point.
Técnicas de negociação	Parceiros reconhecidos no mercado	Desenvolver habilidade de argumentação para obter a adesão e a cooperação das pessoas e assim atingir os objetivos esperados.
Finanças	Parceiros reconhecidos no mercado	Procura fazer com que o funcionário seja capaz de identificar possibilidades de melhoria de suas operações por meio da análise de indicadores financeiros gerenciais, dominando ferramentas de gestão de custos e orçamentos, aprendendo a executar análises de viabilidade econômica.
Saiba mais sobre o setor elétrico	Multiplicadores internos	Oferecer conhecimentos básicos sobre energia e economia no Brasil e no mundo, energia elétrica e outras fontes de energia, oferta e consumo de energia elétrica, setor e sistema elétrico do Brasil, ambiente institucional do setor, contratação de energia, composição da tarifa, papel do órgão regulador (Aneel), etc.
Gestão de Projetos	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em técnicas e ferramentas para gestão de projetos, segundo boas práticas do Project Management Institute (PMI).
Lideranças	Parceria	Objetivo
Programa de Desenvolvimento de Lideranças - Step 1	Parceiros reconhecidos no mercado	Fornecer ferramentas de desenvolvimento para que os novos responsáveis aprendam a obter resultados por intermédio das pessoas. Direcionado para líderes de equipes, considerando o modelo de <i>pipeline</i> de liderança;
Programa de Desenvolvimento de Lideranças - Step 2	Parceiros reconhecidos no mercado	Fornecer ferramentas de desenvolvimento aos responsáveis (líderes de líderes), capacitando-o para atuarem como <i>coach</i> , dentro do esperado pelo conceito de <i>pipeline</i> de liderança (gestor de gestores).
Programa Internacional de Desenvolvimento de Liderança	Parceiros reconhecidos no mercado	Prepara os responsáveis para os desafios futuros por meio do intercâmbio de experiências com empresas conceituadas de todo o mundo e do acesso a vasto conhecimento e ferramental.
MBA em Gestão de Negócios	Parceiros reconhecidos no mercado	Ampliar e potencializar a visão do negócio, com estímulo ao surgimento de ideias e alcance de melhores resultados para a empresa. A companhia cobre 75% do custo.
Encontro de Diretivos	Parceiros reconhecidos no mercado	Discutir, definir e alinhar o Plano Estratégico (BSC) das empresas Endesa, com o apoio de instituições externas.
Comportamentais	Parceria	Objetivo
Competências comportamentais	Parceiros reconhecidos no mercado	Busca desenvolver o colaborador em sua totalidade, a partir de sua participação em oficinas de: comunicação; desenvolvimento de pessoas, coordenação e trabalho em equipe; negociação e flexibilidade; orientação a resultados, planejamento e organização e tomada de decisão.
Acadêmicos	Parceria	Objetivo
Graduações, pós-graduações, MBAs	Parceiros reconhecidos no mercado	Diferentes oportunidades são oferecidas aos funcionários das várias empresas Endesa, segundo as suas necessidades de desenvolvimento. A empresa cobre 75% do custo.

Valorização da vida

Com o objetivo de promover a segurança de seus colaboradores e se tornar referência em saúde e segurança do trabalho (SST) no setor elétrico, a Endesa Brasil desenvolve políticas e exigências para empregados próprios e parceiros. Elas preveem: formação sobre procedimentos; fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) conforme o tipo de atividade e a instalação onde ela é executada; e sistemas de acompanhamento, que incluem inspeções, treinamentos e programas de saúde e segurança no trabalho.

Essas iniciativas são agrupadas no programa Saber Viver, constituído por 12 princípios básicos e que tem como propósito promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas. O objetivo principal é promover o bem-estar físico e mental e a integração dos colaboradores por meio de ações diversificadas. Tais iniciativas abrangem desde espaços físicos dedicados ao esporte e lazer, palestras, atendimentos de saúde e eventos comemorativos. Dessa forma, obtém-se o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

O Saber Viver é formatado de acordo com as características locais. É baseado no incentivo às mudanças de comportamento para valorização da vida por meio de avaliação, disseminação e reforço da cultura de segurança. Há observação, ainda, de atitudes rotineiras e, quando necessário, são realizadas correções visando à adequação aos padrões de segurança desejados. As empresas de geração e distribuição possuem ainda certificação na norma OHSAS 18001, que atesta as boas práticas de saúde e segurança e o atendimento à legislação. A certificação está alinhada à política e ao compromisso da Endesa de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais de seus colaboradores. Além disso, é um cartão de visitas para a expansão e o fortalecimento dos negócios e cria valor às suas partes interessadas.

As Caravanas Saber Viver, realizadas na Ampla e na Coelce, aproximam os responsáveis das atividades operacionais realizadas em campo, disseminando a cultura de segurança e permitindo o acompanhamento das inspeções do Índice de Prevenção de Acidentes Laborais (Ipal), que consiste na avaliação de equipamentos, materiais, ferramentas, condições de trabalho e veículos quanto às condições de segurança e também é aplicado nas empresas da Endesa Geração. Adicionalmente, as equipes de segurança do trabalho das distribuidoras da Endesa na América Latina mantêm intercâmbio para alinhar a metodologia das inspeções do Ipal. A iniciativa, batizada de Inspeções Cruzadas, permite observar as oportunidades de melhoria entre todos os países do grupo.

Já a *Safety Week* é uma iniciativa em que, durante uma semana, todos os colaboradores, independentemente da função, vão às ruas acompanhar as atividades de instalação e manutenção de redes e ficam encarregados de observar o comportamento seguro dos colegas. É uma ação mundial promovida pela Endesa e pela Enel, que em 2012 aconteceu entre os dias 9 e 15 de abril.

Em 2012, foram promovidas oficinas do Saber Viver para os responsáveis de empresas parceiras da Ampla. Entre diretores e gerentes de contrato, 11.036 pessoas participaram dessa capacitação para disseminar o programa e formar multiplicadores. A formação tem como base a valorização das histórias reais. Todos os participantes tiveram que contar uma história verídica que os marcou, refletindo um dos 12 princípios do Saber Viver. Desta forma, o grupo pode perceber como é possível utilizar histórias para transmitir mensagens importantes e estimular a reflexão.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) são formadas paritariamente por colaboradores e representantes da empresa e têm atuação em todas as áreas operacionais e administrativas – 100% dos empregados são representados nos comitês de segurança e saúde nas empresas do grupo. | GRI | LA6

Empregados e parceiros, de áreas administrativas e de campo, recebem formação de saúde e segurança do trabalho (SST) conforme suas atribuições e os riscos gerenciados; o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) varia de acordo com a instalação e atividade. Os sistemas de acompanhamento se dão por meio de inspeções, treinamentos e programas de SST. Os visitantes são orientados sobre o tema. No exercício, 100% dos empregados e parceiros receberam treinamento no tema, com exceção da Ampla, na qual a porcentagem foi de 89%. | GRI | EU16 | EU18

Indicadores

Mesmo com esse conjunto de iniciativas, foi registrado aumento no número de acidentes: de 140 em 2011 para 219 em 2012 (11 com empregados e 208 com parceiros). O total de acidentes com afastamento representou recuo de 46,3%, passando de 95, em 2011, para 51.

No entanto, foram registrados cinco acidentes fatais com trabalhadores parceiros. Dois colaboradores da empresa Provider, parceira da Ampla, morreram quando o carro em que estavam colidiu com um caminhão na BR-101. A câmera do veículo filmou a conduta correta do motorista até momentos antes do acidente, cumprindo normas de segurança e manutenção de velocidade compatível com a via. Foram registrados ainda três acidentes fatais com trabalhadores parceiros da Coelce, nas seguintes circunstâncias: um envolvendo dois colaboradores da empresa Eficaz, em que o carro colidiu com um caminhão, nas mesmas circunstâncias do acidente ocorrido na Ampla, e outro em decorrência de choque elétrico, envolvendo um colaborador da empresa Loprese.


Para cada uma das situações, a companhia promoveu momentos de reflexão com todos os colaboradores transmitidos em videoconferência para todas as empresas. Marcelo Llévanes, responsável da Endesa Brasil, ressaltou que o reconhecimento mais importante para o Grupo é colocar a vida em primeiro lugar. Os responsáveis enfatizaram a todos colaboradores a importância da Análise Preliminar de Risco, da utilização adequada dos conjuntos de aterramento e de filmar as atividades.

	Empregados	Parceiros
Nº total de acidentes	12	218
Homens	11	212
Mulheres	1	6
Nº acidentes com afastamento	2	49
Homens	2	44
Mulheres	0	5
Nº acidentes sem afastamento	10	159
Homens	9	158
Mulheres	1	1

	Ampla		Coelce		Cachoeira	
	Empregados	Parceiros	Empregados	Parceiros	Empregados	Parceiros
Nº total de acidentes	5	171	5	41	0	1
Homens	5	168	4	39	0	1
Mulheres	0	3	1	2	0	0
Nº acidentes com afastamento	0	23	2	25	0	0
Homens	0	21	2	23	0	0
Mulheres	0	2	0	2	0	0
Nº acidentes sem afastamento	5	148	3	6	0	1
Homens	5	147	2	6	0	1
Mulheres	0	1	1	0	0	0
Taxa de Lesão (Frequência)	0,00	1,40	3,78	5,94	0,00	13,00
Taxa de Gravidade	109	78	8	31	0	0
Taxa de doenças ocupacionais	0%	0%	ND	ND	0%	0%
Nº de óbitos	0	2	0	3	0	0
Taxa de dias perdidos	0,00	NA	1,59	6,20	0	0
Taxa de absenteísmo	ND	ND	ND	ND	ND	ND

	Cien		Fortaleza		Prátil		Holding	
	Empregados	Parceiros	Empregados	Parceiros	Empregados	Parceiros	Empregados	Parceiros
Nº total de acidentes	0	1	2	4	0	0	0	0
Homens	0	0	2	4	0	0	0	0
Mulheres	0	1	0	0	0	0	0	0
Nº acidentes com afastamento	0	1	0	0	0	0	0	0
Homens	0	0	0	0	0	0	0	0
Mulheres	0	1	0	0	0	0	0	0
Nº acidentes sem afastamento	0	0	2	4	0	0	0	0
Homens	0	0	2	4	0	0	0	0
Mulheres	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de Lesão (Frequência)	0,00	5,90	0,00	0,00	0	0	0	0
Taxa de Gravidade	0,061	0,041	0,00	0,00	0	0	0	0
Taxa de doenças ocupacionais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Nº de óbitos	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de dias perdidos	0	7	0	0	0	0	0	0
Taxa de absenteísmo	ND	ND	0,73	ND	ND	ND	ND	ND

Qualidade de vida

A Endesa Brasil acredita na importância de construir um ambiente de trabalho acolhedor. Para isso, investir em iniciativas para a qualidade de vida é essencial. Os programas de assistência aos empregados nos casos de doenças graves incluem educação, aconselhamento, prevenção e controle de riscos e tratamento. Familiares têm acesso a atividades de aconselhamento e controle de riscos, enquanto membros da comunidade são assistidos em prevenção. | GRI | 

A partir desse conceito, a companhia desenvolve o programa de qualidade de vida Bem Viver, estruturado em cinco pilares: família, cidadania, esporte, saúde e cultura.

Sua missão é promover o bem-estar físico e mental e a integração dos colaboradores por intermédio de ações diversificadas, que incluem desde espaços físicos dedicados ao esporte e lazer, até palestras, atendimentos à saúde e eventos comemorativos. As unidades com maior concentração de pessoas possuem academias.

Um dos destaques do ano foi a primeira edição nacional dos Jogos Bem-Viver, que reuniu cerca de 150 funcionários-atletas no Rio de Janeiro. O objetivo dos jogos é promover a integração entre os colaboradores e conscientizar sobre a necessidade dos cuidados com a saúde.

Programa Bem-Viver | GRI |

Atividade	Descrição
Saúde	
Programa Nutrir (Ampla, Endesa Fortaleza, Endesa Cien e Endesa Cachoeira)	Nutricionistas orientam sobre alimentação saudável, prevenção da obesidade, doenças cardiovasculares e gastrointestinais. Também são realizadas regularmente campanhas educativas e feitos encaminhamentos pela medicina ocupacional.
Semana Bem-Viver	Dedicada a orientações médica e odontológica, além de um <i>check-up</i> expresso, com exame da dosagem de glicose e colesterol e a verificação da pressão arterial. Os empregados em situação de risco são encorajados a procurar tratamento especializado. Também são realizadas atividades como ginástica laboral, <i>shiatsu</i> , relaxamento, etc.
Campanhas em datas pontuais	Realização de campanhas com comunicados e palestras em datas como Dia Nacional de Combate ao Tabagismo, Dia de Combate à Hipertensão, Dia de Combate ao Colesterol, Dia Mundial do Coração e Dia Mundial da Luta contra a Aids. As empresas também realizam dias da doação de sangue e de medula óssea.
Espaços Bem-Viver	Oferecer ao colaborador espaços para uma maior qualidade de vida, como academia de ginástica, lanchonete, salão de beleza, sala de terapias, sala de jogos e campo de futebol.
Gestação Saúde (Ampla, Coelce)	Reuniões mensais para conversar sobre a saúde da gestante e do bebê, tirar dúvidas e trocar experiências. Além das colaboradoras, podem participar as esposas de colaboradores e os futuros pais.
Saúde da Mulher (Coelce)	Prevenção do câncer de colo e diagnóstico precoce do câncer de mama, com ênfase no autoexame das mamas.
Saúde do Homem (Coelce)	Orientação e palestras sobre câncer de próstata e peniano, disfunção erétil, consulta preventiva com o médico do trabalho e encaminhamento ao urologista.
Saúde em Linha (Coelce, Fortaleza)	Orientação para a prevenção dos fatores de risco à saúde, como obesidade, hipertensão, diabetes e sedentarismo, além de incentivar a busca de hábitos saudáveis.
Semana da Saúde: "Saúde Bucal e Câncer de boca"; "Doenças Silenciosas"; "Segurança no Trabalho: riscos químicos"; "Ergonomia do Trabalho".(Cachoeira)	Semana dedicada a orientações médicas e odontológicas, com exame da dosagem de glicose e colesterol, verificação da pressão arterial e cálculo do IMC. Os empregados em situação de risco são encorajados a procurar tratamento especializado. Também são realizadas atividades como ginástica laboral, relaxamento, etc.
Programa Anjo da Guarda (Fortaleza)	Orientar e conscientizar os colaboradores quanto ao cumprimento das normas de meio ambiente e segurança e saúde no trabalho da Endesa Fortaleza, diante de suas atividades e instalações.
Programa Ambiente Livre do Tabaco (Ampla, Coelce)	Acompanhamento e orientação aos colaboradores que desejam parar de fumar, por meio de atendimento individual e em grupo, para facilitar o alcance do objetivo.
Check-up de executivos (Ampla, Coelce)	Realizado anualmente em clínica especializada com o intuito de acompanhar a saúde e prevenir doenças.
Vacinação contra a gripe	Objetiva diminuir os casos de estados gripais, assim como os casos mais graves de infecções respiratórias, como sinusite, amigdalite e pneumonias.
Ginástica laboral	Realizada diariamente nas áreas de trabalho, para minimizar e prevenir as lesões musculares.
Prevenção à fadiga visual no computador (Cachoeira)	Palestra com objetivo de orientar os colaboradores a prevenir o cansaço nos olhos com dicas de distâncias, iluminação e etc.

Atividade	Descrição
Saúde	
Programa Equilíbrio (Ampla)	Realizar inspeções e intervenções posturais e ergonômicas para prevenir lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort).
Campanha contra a dengue (Cachoeira, Fortaleza)	Campanha de prevenção à dengue, orientando os colaboradores sobre como agir no ambiente de trabalho e em suas residências para evitar a dengue.
Campanha Hepatites virais (Cien)	Palestra para os colaboradores internos sobre Hepatites, expondo formas de contágio, sintomas e prevenção da doença.
Palestra sobre Fibromialgia (Cachoeira)	Palestra com objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a prevenção, sintomas e tratamento da doença.
Acompanhamento de empregados afastados	Acompanhamento do serviço social nos casos de auxílio-doença e auxílio-doença acidentário.
Esporte	
Jogos Bem-Viver	Inspirados nas Olimpíadas, os jogos são abertos a empregados e parceiros de todas as empresas da Endesa Brasil. Realizados a cada dois anos, contam com oito modalidades de esportes.
Equipe de Corrida e Caminhada (Ampla, Coelce)	Assessoria para treinos como estímulo aos hábitos de corrida e caminhada. Os integrantes da equipe participaram ao longo do ano de vários eventos esportivos em suas localidades.
II Pedalada Contra a Corrupção (Coelce e Fortaleza)	A empresa promoveu um passeio ciclístico cujo objetivo foi chamar a atenção da sociedade para a importância do controle dos recursos públicos e do combate à corrupção.
Família e cidadania	
Canal Você (Coelce)	Canal criado para apoiar e aconselhar empregados e dependentes em casos jurídicos, planejamento financeiro, psicológico e assistência social.
Visita das crianças (Coelce)	Filhos, sobrinhos e netos de colaboradores e parceiros conhecem um pouco mais do local de trabalho, realizam atividades dinâmicas, visita à Central Geradora Termelétrica e ao Centro de Controle do Sistema.
Kit Nascimento	Entrega do Kit Nascimento a todos os colaboradores próprios cujos filhos sejam recém-nascidos.
Orientando o futuro (Ampla e Coelce)	O programa consiste em um bate-papo com filhos e familiares de funcionários e parceiros que estejam cursando o ensino médio, tenham entre 15 e 22 anos e interesse em conhecer um pouco mais de diversas profissões.
Cultura	
Cinema Bem-Viver (Ampla e Coelce)	Filmes exibidos em horário de almoço para as pessoas que permanecem na empresa nesse horário e que têm a oportunidade de se integrar com outras áreas, além de expandir seus conhecimentos culturais.
Oficina Musical/Coral das Luzes (Coelce)	Preparação vocal, corporal e musical, sob a regência de um maestro. Colaboradores realizam apresentações periódicas.
Grupo de Interesse	Grupos de Interesses entre colaboradores, parceiros e estagiários. Interesses comuns, cursos rápidos sobre temas como enologia, culinária e dança.

Home Office

O projeto *Home Office*, modalidade de trabalho que permite a realização da jornada em casa (integral ou em parte), em dias e horários estabelecidos pela empresa, integra a dimensão Conciliação e Flexibilidade do Plano Senda de Responsabilidade Social em Recursos Humanos da Endesa. A iniciativa representa o compromisso da Endesa Brasil em manter e desenvolver com seus empregados uma relação baseada na confiança, responsabilidade, flexibilidade e compromisso, permitindo a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos funcionários.

Lançado oficialmente no início de 2012, beneficiou 162 colaboradores da Endesa Brasil. Em 2013, o programa continuará direcionado aos funcionários que desenvolvam atividades analíticas e administrativas (analistas, especialistas e responsáveis). As pré-condições para participar do programa, além da disponibilização das ferramentas necessárias de informática, são: bons resultados na Gestão do Rendimento (GR) e aprovação do respectivo responsável. A disseminação vem ocorrendo de forma gradativa para que o conceito amadureça em todos os níveis organizacionais.

Relações com a empresa

A Endesa Brasil está aberta ao diálogo permanente com as representações de trabalhadores e defende a livre associação sindical de colaboradores e parceiros. Acordos de negociação coletiva abrangem 97% dos funcionários próprios de Coelce; 95% de Ampla, 95% de Endesa Cachoeira, 84% de Endesa Fortaleza, 83% de Endesa Cien, 70% de Prátil e 66% de Endesa Brasil. | GRI | LA4 | HR5

Os dirigentes das empresas se reúnem com os sindicatos para negociar reivindicações e fornecer informações que possam subsidiar as discussões. Durante o período de negociação, os sindicatos têm permissão para realizar encontros periódicos na sede das companhias, mantendo contato direto com os colaboradores.

Na Coelce, há uma série de cláusulas específicas de segurança e saúde ocupacional, como fornecimento de plano de saúde, complementação do auxílio-acidentário, transporte para tratamento médico e fisioterápico para acidentados do trabalho. Já na Endesa Geração, seguindo os acordos coletivos e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, as empresas oferecem a todos os colaboradores equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme a função exercida. A Prátil segue a Convenção Coletiva do Comércio, que possui cláusulas específicas sobre saúde e segurança do trabalhador. Temas relativos a segurança e saúde não são tratados em acordos sindicais na Ampla e na Endesa Brasil. | GRI | LA9

Em todas as empresas, os acordos não contemplam cláusulas a respeito de forma ou periodicidade previamente estipuladas de notificações sobre mudanças operacionais significativas. Caso ocorram, a comunicação é feita diretamente aos empregados. Essas questões são também abordadas, via conferência, durante reunião mensal de planejamento estratégico. O posicionamento final é comunicado a todos, com livre acesso às atas das reuniões. | GRI | LA5

Entre as melhores para se trabalhar

A Endesa Brasil acredita que colaboradores felizes e reconhecidos são também mais eficientes. Assim, uma das grandes vitórias de 2012 foi a inclusão de Ampla, Coelce e Endesa Geração nos dois *rankings* das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, organizados pela Great Place to Work (GPTW)/revista *Época* e pelo *Guia Você S/A*.

A Coelce constou pela sétima vez no Guia e pela quinta na GPTW, consecutivamente. A Endesa Geração, com apenas dois anos de participação, se destacou em ambas as pesquisas. Já a Ampla retornou aos dois guias durante o ano. No *Você S/A*, foi ainda eleita a melhor empresa do Brasil no aspecto Estratégia e Gestão, que considera a forma como é definida a estratégia da empresa, seu acompanhamento e a comunicação aos colaboradores.

No Estado do Rio de Janeiro, no GPTW, Endesa Geração e Ampla aparecem entre as 30 melhores empresas fluminenses; Coelce obteve o sexto lugar do Estado do Ceará. A distribuidora cearense também foi destacada com uma das melhores empresas para iniciar carreira profissional conforme o *Guia Você S/A*, sendo a única empresa do setor elétrico brasileira destacada na categoria.

Parceiros e fornecedores

Confiança e lealdade guiam o relacionamento da Endesa Brasil com seus fornecedores de bens e parceiros de serviços. Os critérios básicos para o começo das relações comerciais são a adesão total aos princípios éticos e aos compromissos socioambientais estabelecidos pelo Código de Conduta da companhia, além da predisposição a trabalhar valorizando a vida. É exigido, também, respeito e cumprimento a práticas de investimento e processos de compra adotados pelas empresas do grupo em todo o mundo.

A seleção e habilitação de fornecedores conta com três cadastros: o sistema Repro da empresa Achilles, com avaliação econômica, financeira e jurídica feita por consultoria contratada; o cadastro global do grupo Enel, instituído gradativamente no Brasil por meio da sistematização de famílias de materiais; e o cadastro América Latina (Latam) da Endesa, no qual houve ampliação das famílias de serviços qualificadas em 2012.

O processo resulta em uma pré-qualificação, tem validade de três anos e torna o fornecedor automaticamente apto a participar das licitações da empresa. No entanto, pode ser encerrada ou suspensa a qualquer momento em caso de constatação de irregularidades. Além da avaliação documental, ocorrem inspeções às instalações dos fornecedores, com análise de todo o processo produtivo, para conferência das informações fornecidas. As empresas candidatas ao cadastro global são visitadas por técnicos da Enel para a validação dos materiais a serem comprados. Todas as inspeções verificam a inexistência de violação de direitos humanos ou de trabalho escravo ou infantil.

A totalidade dos contratos inclui o Código de Ética da Endesa, os dez princípios do Pacto Global e o compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os contratos de investimentos considerados significativos se referem a obras de expansão e melhorias e têm valores que exigem a aprovação dos comitês de provisionamento da Endesa no Chile (acima de 2 milhões de euros) e na Espanha (mais de 12 milhões de euros). Em 2012, 100% desses contratos incluíram cláusulas de direitos humanos. Na Ampla, 31 contratos com essas características foram firmados ou faturados no ano; na Coelce, 27; na Endesa Fortaleza, 2; na Endesa Cachoeira, 2. Endesa Cien, Prátil e *holding* não apresentaram contratos dessa natureza. | GRI | HR1

Periodicamente, são realizadas inspeções nos fornecedores que prestam serviços estratégicos – 100% deles tiveram avaliações referentes a direitos humanos em 2012, e nenhuma irregularidade foi constatada. A empresa não identifica em suas operações, nem nas de fornecedores, riscos significativos de ocorrência de trabalho infantil ou escravo ou ameaças à liberdade de associação. Em 2012, foram auditados 100% do total dos contratos firmados neste mesmo ano com parceiros, sendo que todos estavam com os processos em conformidade com o estabelecido. | GRI | HR2

Adicionalmente, os documentos possuem cláusulas que proíbem o trabalho infantil e forçado e, quando realizadas as inspeções em campo em 100% das empresas, ficou comprovada a inexistência dessas atividades. As empresas contratadas estão sujeitas a auditorias trabalhista, fiscal e financeira, que consistem na revisão do processamento, pagamento e adequação às obrigações referentes aos empregados. | GRI | HR6 | HR7

Critérios

A empresa não possui uma política formal de concentração de compras em fornecedores locais (nos Estados de suas áreas de atuação), mas privilegia os parceiros localizados nas proximidades em condições de preço e qualidade equivalentes. | GRI | ECG

Participação no valor total das compras | GRI | ECG

Empresa	Materiais			Serviços		
	Locais	Nacionais	Globais	Locais	Nacionais	Globais
Ampla	11%	83%	6%	69%	31%	-
Coelce	30%	64%	6%	94%	6%	-
Endesa Cachoeira	3%	97%	-	9%	91%	-
Endesa Cien	41%	59%	-	19%	81%	-
Endesa Fortaleza	2%	2%	96%	79%	11%	10%
Prátil	-	95%	5%	41%	59%	-
Holding	10%	90%	-	39%	60%	1%

No ano de 2012, foi consolidado o Plano de Segurança para Parceiros nas empresas do Grupo Endesa de todo o mundo. Fornecedores que prestam serviços de risco, como operações com energia ou trabalho em altura, devem passar por uma auditoria de segurança que avalia sua documentação e o grau de organização da segurança apresentado. A partir de 2013, só serão contratadas empresas que apresentarem essa qualificação.

Visando à qualidade em todas as áreas da companhia, a Endesa Brasil exige de seus fornecedores as certificações ISO e OHSAS, de acordo com as áreas de atuação. Empresas que já estão em atividade, ou aquelas de menor porte, são instadas a apresentar plano de ação para a obtenção das certificações. Os fornecedores de maior porte também devem aderir ao Pacto Global.

Atividades de parceiros | GRI | EU17

Área de atuação / média de dias trabalhados por parceiro no ano	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil
Construção (construção da rede elétrica, modernização de instalações)	264	264	264	0	264	251
Operação (operação de atividades de geração e transmissão, leitura e entrega de contas, atendimento em agências, teleatendimento, administrativos, transportes, logística, tecnologia da informação, zeladoria, reprografia, segurança patrimonial e serviços advocatícios)	264	264	264	181,25	264	300
Manutenção (inspeção, manutenção preventiva e corretiva, normalização, ligação nova, poda, corte e religação)	264	264	264	232,72	264	300

Reconhecimento

O acompanhamento do desempenho dos prestadores de serviço estratégicos é feito trimestralmente com base em indicadores que compõem o Índice de Parceria (InPar). Os critérios passam por satisfação dos clientes e dos trabalhadores, segurança, gestão empresarial e sustentabilidade. A análise segue a metodologia do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). As melhores práticas e os melhores resultados por indicador são reconhecidos trimestralmente, e os prestadores elaboram planos de ação como compromisso para melhorias. A premiação nacional dos fornecedores acontece anualmente e são reconhecidas as empresas de serviço e material que apresentaram o melhor desempenho no período.

Em 2012, houve coleta de informações, sugestões e críticas sobre o InPar entre os diversos públicos (diretores, gestores de contratos, empresas parceiras), com o objetivo de aprimorar o programa. As melhorias serão aplicadas no ciclo 2013. Ajustes na metodologia também foram realizados durante o ano, o que levou ao incremento de resultados entre as empresas contratadas, com maior alinhamento à estratégia da Endesa.

Desenvolvimento

Para o desenvolvimento do tema Responsabilidade Socioambiental entre os fornecedores, o programa Parceiro Responsável, coordenado pela área de Sustentabilidade e realizado em parceria com as áreas de Aproveitamentos e Gestão de Contratistas, promove capacitações e orienta para a compreensão da metodologia de avaliação, impulsionando a adoção de boas práticas e melhoria da gestão com responsabilidade socioambiental entre os fornecedores contratados. Para auxiliá-los foram realizados três atividades em 2012, com 158 participações de fornecedores e um total de 592 horas de treinamento.

Como prática do Parceiro Responsável, a Endesa Brasil realiza anualmente o Seminário de Gestão em Responsabilidade Socioambiental para Fornecedores. A quinta edição ocorreu em dezembro de 2012 no Rio de Janeiro, e teve a participação de 33 empresas, com 69 representantes. O evento foi transmitido por videoconferência para o Ceará. Durante o encontro, foi apresentado o Plano de Sustentabilidade para fornecedores da Endesa Brasil, com seus resultados e principais desafios. Palestras sobre instrumentos para combate à corrupção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes completaram a programação.

Prêmio Qualidade 2012 – Endesa Brasil

Categoria	Empresa
Serviços estratégicos	
Prestador de serviços – Ampla	Engelmig
Prestador de serviços – Coelce	Ceneged
Prestador de serviços – Endesa Cachoeira	Energy System
Prestador de serviços – Endesa Cien	Nordeste Emergências
Prestador de serviços – Endesa Fortaleza	Alstom
Fornecedores de materiais	
Grupo I	Landis Gyr, Coppersteel, Romagnole
Grupo II	Romagnole, Milano, KRJ
Grupo III	Cooper, Skaiteks, Delmar
Destaques	
Destaque Brasil	Ceneged
Destaque Responsabilidade Socioambiental	Bertranspe
Destaque Saber Viver	Proinco

Clientes



“ Compromisso com a satisfação dos clientes e com a qualidade dos serviços ”

Satisfação do cliente, atendimento qualificado e segurança são premissas que integram o dia a dia da Endesa Brasil. Em 2012, as distribuidoras Ampla e Coelce contavam com 5,5 milhões de unidades consumidoras; as geradoras Endesa Fortaleza e Endesa Cachoeira atenderam, respectivamente, 1 cliente (Coelce) e 75 clientes, sendo

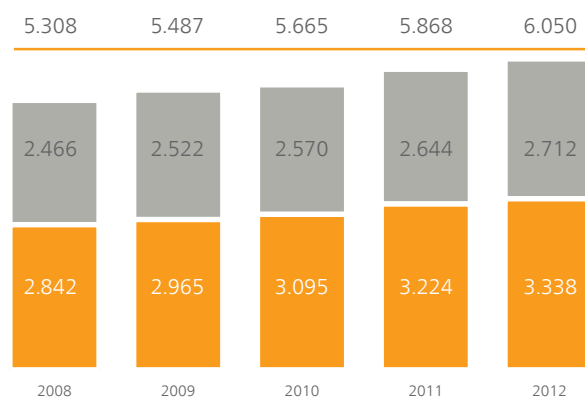
34 distribuidoras de energia, 25 comercializadoras e 16 clientes livres; a Prátil registrou 670 mil clientes pessoas físicas e 700 pessoas jurídicas; e a Endesa Cien prestou serviço de transmissão para o sistema brasileiro, por meio de contrato de prestação de serviços assinado com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Número de consumidores (unidades) | GRI | EU3

	Ampla		Coelce		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Mercado cativo	2.334.495	2.398.289	2.967.952	3.068.295	5.302.447	5.466.584
Residencial – Convencional	1.907.888	1.899.196	1.237.172	1.214.709	3.145.060	3.113.905
Residencial – Baixa Renda	200.063	269.357	1.122.859	1.211.463	1.322.922	1.480.820
Industrial	4.731	4.682	5.865	5.878	10.596	10.560
Comercial	144.607	145.784	164.476	168.617	309.083	314.401
Rural	61.686	63.088	396.100	424.885	457.786	487.973
Setor Público	15.520	16.182	41.480	42.743	57.000	58.925
Cientes livres	34	39	36	43	70	82
Industrial	27	28	28	35	55	63
Comercial	7	11	8	8	15	19
Revenda	14	13	2	2	16	15
Subtotal – Consumidores efetivos	2.334.543	2.398.341	2.967.990	3.068.340	5.302.533	5.466.681
Consumo próprio	368	365	221	236	589	601
Consumidores ativos sem fornecimento	308.599	313.653	256.167	269.587	564.766	583.240
Total – Número de consumidores	2.643.510	2.712.359	3.224.378	3.338.163	5.867.888	6.050.522

Para atender adequadamente aos anseios e às necessidades de seus clientes, Ampla e Coelce dispõem de diversos canais de atendimento, como a Central de Relacionamento (telefone), lojas com atendimento presencial em todos os municípios de suas áreas de concessão, totens de autoatendimento e agência virtual (internet). No ano, as distribuidoras realizaram 9,7 milhões de atendimentos pela Central de Relacionamento, 5,9 milhões nas lojas, 3,2 milhões na internet e 124,2 mil na Ouvidoria, contabilizando 13,1 milhões de contatos.

Número total de clientes em distribuição (mil)

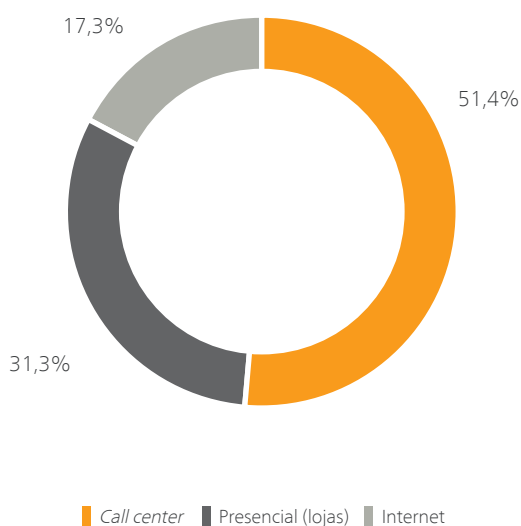


Atendimento

Atendimentos realizados pelas empresas Endesa Brasil em 2012

Canais	Nº de atendimentos
Número total de chamadas (<i>call center</i>)	11.377.818
Total de ligações atendidas (<i>call center</i>)	9.683.043
Porcentagem de chamadas atendidas sobre o total de chamadas	85,1%
Número de atendimentos nas lojas	5.896.958
Número de atendimentos por meio da internet	3.248.633
Tempo médio de resolução de assuntos consultados nas chamadas de clientes industriais (segundos)	199
Tempo médio de resolução de assuntos consultados nas chamadas de clientes particulares (segundos)	213

Canais de atendimento (consolidado)



Para garantir os resultados, foram realizados treinamentos e ações com foco na abordagem e na condução dos atendimentos. Entre os destaques estão a aplicação da Programação Neurolinguística (PNL) nos atendimentos de lojas e na Central de Relacionamento; a campanha Gentileza gera Gentileza, que foca a abordagem e a cordialidade; e os treinamentos estratégicos com participação das áreas responsáveis pela execução das ordens (Faturamento, Arrecadação, Ligação Nova, entre outras). A partir da realização dos treinamentos, foi registrado recuo de 11% no ano no número de reclamações escritas, passando de 48,6 mil para 43,3 mil na soma das duas distribuidoras.

Em 2012, a área de Atendimento ao Cliente da Ampla recebeu do Instituto Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC) os selos de SAC e Loja Amigos do Cliente. O reconhecimento foi uma resposta a ações, projetos e campanhas desenvolvidos com foco na qualidade dos serviços prestados pelos canais de atendimento. Além disso, a Central de Relacionamento da companhia conquistou o XII Prêmio ABT, da Associação Brasileira de Telesserviços, com o case Anjos na Central, programa que seleciona, capacita, desenvolve e reconhece os melhores atendentes.

Já a Coelce desenvolve, por meio de sua Central de Relacionamento e lojas de atendimento, o projeto Primeiro Contato, com o objetivo de solucionar as demandas na primeira ligação do cliente. Outra prática para manter um clima de motivação e descompressão, visando à satisfação dos colaboradores no momento do atendimento aos clientes, são as campanhas motivacionais em datas comemorativas, a exemplo de Carnaval, Dia da Mulher, Páscoa, Dia do Operador de Telemarketing, Dia das Crianças, Natal entre outras.

O modelo de atendimento das lojas de Coelce e Ampla busca proporcionar mais transparência e clareza sobre as informações analisadas por meio de um atendimento "lado a lado", em que o cliente senta ao lado do atendente no momento de sua solicitação. Há ainda um pré-atendimento – também conhecido como "papa-filas" –, no qual um colaborador aborda o cliente na entrada da loja, faz

uma triagem e o direciona para o canal adequado. As lojas contam ainda com totens de videoatendimento, permitindo que o cliente interaja por videoconferência com um atendente alocado remotamente e possa receber e enviar documentos por meio de impressora e *scanner*.

Um diferencial na Coelce é o apoio de duas unidades móveis, que visitam os bairros da periferia munidas de posições de atendimento e conexão *online* com o sistema da companhia. Durante o contato, são divulgados avisos e campanhas, bem como captadas as principais demandas e encaminhadas manifestações à Central de Relacionamento, que fica disponível para prestar o pronto-atendimento.

Desde 2011, as distribuidoras interagem com os clientes por meio de redes sociais. A Ampla registrou, em 2012, volume médio de 44 mil citações no Twitter, e mais de 60 mil fãs e 8,2 milhões de visualizações na página do Facebook. A companhia também respondeu aos clientes que buscaram o *website* Reclame Aqui e atualmente ocupa a quinta posição no *ranking* de distribuidoras de energia elétrica com melhor avaliação no país.

No mesmo período, a Coelce contou com quase 13 mil seguidores no Facebook e mais de 1,7 mil no Twitter. No ano, foram postados 803 *tweets* pela empresa. No mesmo período, foram feitos 218 *retweets*, 27,15% do que foi publicado pela Coelce, e os seguidores postaram 4.031 comentários espontâneos, dos quais 1.657 positivos e 2.374 negativos. No Facebook, foram 131 postagens que tiveram um alcance total de 438.354 seguidores. Foram postadas na rede espontaneamente por seguidores e não seguidores, 3.240 mensagens. Dessas, 1.008 foram positivas e 2.232, negativas.

Transparência

Para garantir a transparência de seus processos, a Endesa Brasil segue as determinações do Código de Ética aplicado a todas as empresas do grupo no mundo. De acordo com o documento, os contratos e as comunicações com os clientes, inclusive em mensagens publicitárias, devem ser claros e simples, formulados em uma linguagem o mais próxima possível dos interlocutores (sem o uso de termos ou cláusulas somente compreensíveis por especialistas, com a apresentação dos preços com impostos incluídos e discriminando claramente o custo de cada serviço ou produto); seguir os regulamentos existentes, sem recorrer a práticas enganosas ou erradas (que possam, por exemplo, causar constrangimento ao consumidor); completas, de maneira a não suprimir nenhum elemento relevante para a tomada de decisões por parte do cliente; e estar disponíveis nas páginas da empresa na internet.

Na divulgação de campanhas e peças publicitárias, a Endesa Brasil respeita os padrões éticos de propaganda adotados no Brasil, definidos pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Declaração dos Direitos Humanos. Antes de serem veiculadas, todas as campanhas são submetidas a um comitê que se reúne de acordo com as demandas.

O Código de Ética reforça ainda a importância do tratamento cuidadoso e confidencial de dados referentes ao negócio e aos clientes. Todas as informações relativas a eventuais alterações de contratos ou mudanças nas condições econômicas e técnicas de prestação de serviços ou venda de produto, bem como resultados dos controles de conformidade realizados exigidos pelas autoridades reguladoras, são comunicados em tempo hábil.

Tanto a Ampla quanto a Coelce publicam nas contas de energia diversas informações que seguem integralmente as determinações dos contratos de concessão dos serviços de distribuição de energia, conforme Resolução Normativa Aneel nº 414/2010. Além da identificação detalhada do cliente – nome do consumidor, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou Cadastro das Pessoas Físicas (CPF), código de identificação, classificação da unidade consumidora e endereço –, incluem, por exemplo, data das leituras anterior e atual dos medidores, bem como da próxima leitura prevista; parcela referente a impostos incidentes sobre o faturamento realizado; valor total a pagar e data de vencimento da conta; indicadores referentes à qualidade do fornecimento, de acordo com a norma específica; e número de telefones para solicitações e/ou reclamações (da Central de Atendimento e da agência reguladora). As contas podem trazer indicação de fatura vencida e não paga, informando o mês e o valor correspondente das seis faturas mais antigas, no mínimo, e percentual do reajuste tarifário autorizado, entre outros itens. E, no caso de cliente residencial baixa renda, deve ser discriminada a tarifa referente a cada bloco de consumo. | GRI | PR3

Para coibir conflitos de interesses de ordem pessoal ou corporativa, o Código de Ética também normatiza a concessão de patrocínios, que devem seguir contratos específicos e apoiar iniciativas que se refiram a temas sociais, ambientais, esportivos, arte e espetáculos; divulgação científica e tecnológica; e eventos que ofereçam garantia de qualidade, respondam a necessidades territoriais específicas e se alinhem aos interesses do negócio.

As interações com diferentes públicos acontecem por meio dos canais de relacionamento (atendimento telefônico e virtual, lojas e Ouvidoria do Cliente), executivos de atendimento (clientes corporativos) e assessoria de imprensa (jornalistas). As respostas são dadas por meio de cartas, ligações telefônicas, atendimentos técnicos e comerciais e, em casos específicos, por e-mails e mensagens nas redes sociais. Perguntas ou preocupações podem ser enviadas por e-mail ao órgão regulador que as encaminhará à distribuidora. Para esses

casos, o órgão regulador é responsável por enviar a resposta recebida da distribuidora ao consumidor. Adicionalmente, existem também as audiências públicas presenciais. Quando tratam de assuntos específicos a vendas de produtos, as perguntas podem ser feitas por qualquer representante da sociedade, as quais serão respondidas instantaneamente por algum representante da empresa.

Em negócios de seguros e títulos de capitalização, comercializados pela Prátil, os contratos de adesão e materiais de vendas devem expressar de maneira clara todas as características e condições particulares de uso. Apólices de seguros (residencial, vida, etc.) apresentam informações de acordo com regulamento da Superintendência de Seguros Privados (Susep). | GRI | PR3

Inclusão | GRI | EU24

Como parte de suas ações de relacionamento e melhoria no atendimento aos clientes, as empresas Endesa Brasil investem em ações inclusivas. Clientes com deficiência visual recebem contas em braile e as Centrais de Relacionamento oferecem serviço de atendimento telefônico gratuito com canais dedicados a pessoas com deficiência auditiva.

Novas lojas dispõem de rampa de acesso e de banheiros adaptados para pessoas com dificuldades de mobilidade, assim como as unidades já existentes serão gradualmente reformadas para a instalação dessas facilidades. Há indicação de assento preferencial para idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais. Em algumas unidades, aparelhos telefônicos são instalados de modo a que possam ser utilizados por cadeirantes.

A Ampla mantém em algumas lojas atendimento em inglês e na Língua Brasileira de Sinais (Libras), especial para portadores de deficiência auditiva. Em outras lojas e nas unidades da Coelce, os clientes são direcionados ao *back office* da Central de Relacionamento para que o atendimento em inglês seja feito por telefone.

No caso de clientes de baixa renda, é discriminada a tarifa referente a cada faixa de consumo. Além da tarifa social de energia elétrica, os consumidores rurais de alta-tensão têm tarifa social 10% inferior à aplicada para as demais classes (indústria e comércio) com a mesma tensão, podendo chegar a até 90% de desconto para atividades de irrigação e aquicultura, nos horários entre 21h30 e 6h. Para os consumidores rurais de baixa-tensão, a tarifa é cerca de 40% mais baixa, podendo alcançar redução de 73% nas mesmas condições de irrigação e aquicultura entre 21h30 e 6h. Além de democratizar o acesso ao insumo, criaram-se condições mais acessíveis para o pagamento da conta de energia.

O acesso à tarifa social beneficia unidades consumidoras residenciais e rurais com redução de até 100% no valor da tarifa tradicional. Em contrapartida, as distribuidoras

recebem subsídios mensais para cobrir a diferença, o que representou R\$ 56 milhões em 2012 na área de concessão da Ampla (Rio de Janeiro), com atendimento a 269,3 mil clientes (12,5% do total). No Ceará, aproximadamente 1,2 milhão de clientes (49,9% do total) receberam o benefício em 2011, com R\$ 233,9 milhões recebidos em subsídio para a manutenção do programa. | GRI | EC4

As distribuidoras mantêm, ainda, dois processos que asseguram o acesso à energia para serviços locais de saúde. Para os clientes eletrodependentes, há atualização permanente do cadastro desses consumidores, bem como uma sinalização nos sistemas para atendimento em situações de emergência, a fim de dar prioridade a essas unidades. Também é dada prioridade na normalização de hospitais quando há falta de energia não programada.

Desligamentos residenciais – número de clientes | GRI | EU27

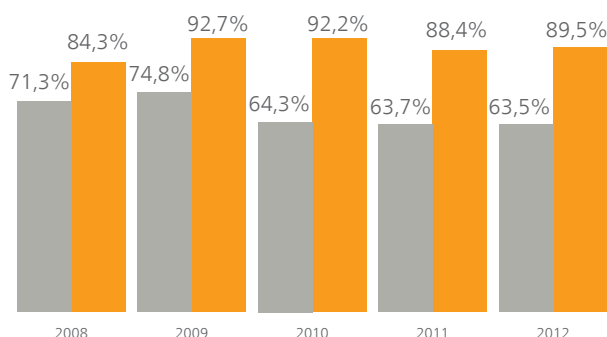
	2011		2012	
	Ampla	Coelce	Ampla	Coelce
Tempo entre desconexão e regularização do pagamento	Nº de clientes	Nº de clientes	Nº de clientes	Nº de clientes
Menos de 48 horas	284.598	213.350	326.800	229.038
48 horas a 1 semana	77.529	46.626	101.822	77.962
1 semana a 1 mês	84.030	37.277	97.653	52.932
1 mês a 1 ano	86.474	24.595	84.923	35.095
Mais de um ano	12	22	89	20
Tempo entre o acerto do pagamento e a reconexão	2011	2011	2012	2012
Menos de 24 horas	597.682	413.269	707.553	482.713
Entre 24 horas e 1 semana	12.126	8.319	16.953	9.256
Mais de uma semana	471	22	446	105

Satisfação do cliente

Os clientes da Coelce foram novamente considerados os mais satisfeitos do Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), com foco no segmento residencial urbano. Pela quarta vez consecutiva, a companhia foi classificada como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do país, além de ocupar a liderança na categoria Avaliação do Cliente. A Coelce também recebeu o Prêmio Ibero-americano de Qualidade 2012, reconhecimento máximo concedido pela Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad (Fundibeq), pela excelência de sua gestão.

A pesquisa da Abradee de satisfação dos clientes residenciais com a qualidade dos serviços prestados (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida – ISQP) apontou 89,5% para a Coelce, levando a distribuidora a ser eleita pelo quarto ano consecutivo a melhor do Brasil. Para a Ampla, o ISQP foi de 63,5%, estável em relação ao ano anterior. Pesquisa realizada pela Vox Populi em novembro de 2012, contratada pela Ampla e seguindo a mesma metodologia da Abradee, apresentou ISQP de 74%. Na Coelce, a mesma pesquisa, também realizada pelo Vox Populi, apontou ISQP de 83,0%.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) Abradee



Fonte: Abradee

■ Ampla ■ Coelce

Cliente satisfeito

O ano de 2012 coroou mais uma vez a qualidade dos serviços da Coelce, que já virou referência internacional em satisfação do cliente. Pela quarta vez consecutiva, a empresa foi destacada com a melhor distribuidora de energia elétrica do país pelo Prêmio Abradee, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Recebeu também novamente o Prêmio de Qualidade e Satisfação de Clientes Categoria Ouro na América Latina, concedido pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier) a partir da análise da satisfação dos consumidores de 57 distribuidoras de 14 países.

A novidade do ano foi o *ranking* da Continuidade do Serviço, publicado pela primeira vez pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que indicou a Coelce como a distribuidora de energia com a melhor qualidade de serviço. O estudo foi elaborado com base no indicador de Desempenho Global de Continuidade (DGC), formado a partir da comparação dos valores apurados de duração e frequência de interrupções por unidade de consumo. Foram avaliadas 63 concessionárias de todo o país entre janeiro e dezembro de 2011.

Semestralmente, Ampla e Coelce realizam pesquisa de satisfação com os clientes residenciais para avaliar os serviços e os principais canais de atendimento. Em 2012, os destaques positivos foram os serviços de ligação nova (98,5% em Ampla e 98,1% em Coelce), religação (94,7% em Ampla e 98,6% em Coelce), ressarcimento (94,0% em Ampla), emergência (94,9% em Coelce), lojas (92,7% em Ampla e 98,1% em Coelce) e o *call center* (89,3% em Ampla e 94,4% em Coelce).

Qualidade no fornecimento

As empresas distribuidoras da Endesa Brasil têm investido para melhorar a qualidade do serviço prestado, destacando-se em 2012 a extensão da rede de distribuição e a instalação de novas subestações, infraestrutura que amplia a segurança no fornecimento do serviço.

As linhas de transmissão e distribuição foram ampliadas em 2,6%. As de alta-tensão incorporaram mais 124,1 quilômetros, encerrando o ano em 9.062 quilômetros de redes aéreas e em 48,8 quilômetros de subterrâneas. Em baixa-tensão, totalizaram 65.817,8 quilômetros (aumento de 2.243 quilômetros, dos quais 180,9 são subterrâneos) e em média-tensão alcançaram 115.256,9 quilômetros, acréscimo de 2.415,9 sobre o ano anterior, sendo 53,9 quilômetros de rede subterrânea.

Linhas de transmissão e distribuição | GRI | EU4

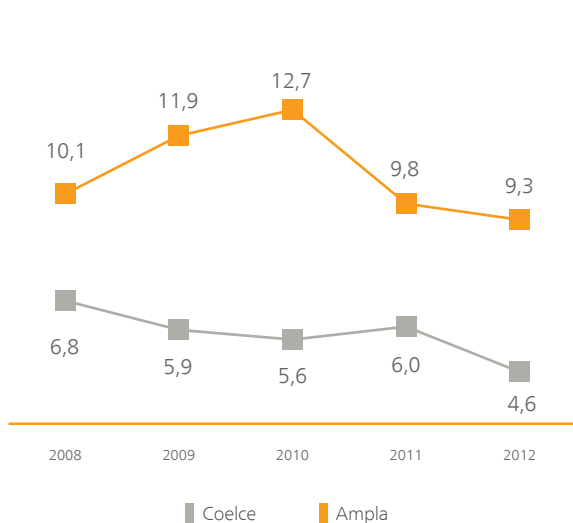
Ampla e Coelce	2011		2012	
	Aéreas	Subterrâneas	Aéreas	Subterrâneas
Linhas de transmissão (km)				
Alta-tensão (acima de 69 kV)	8.938	48,7	9.062,01	48,74
Rede de distribuição (km)				
Baixa-tensão (127 a 220 V)	63.544	30,4	65.636,97	180,88
Média-tensão (15 ou 25 kV)	112.772	69,2	115.203,05	53,89
Total	176.316	99,7	180.840,02	234,76

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia obtiveram considerável evolução no período. A Ampla obteve novos recordes positivos: pela segunda vez, a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) ficou abaixo de dois dígitos, com 9,25 vezes (9,83 vezes em 2011); e a Duração Equiva-

lente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) apresentou diminuição de 8,8%, encerrando 2012 em 17,54 horas (19,24 horas no ano anterior). A Coelce finalizou o ano com DEC em 8,06 horas (9,3 horas em 2011) e FEC de 4,6 vezes, em comparação a 6,0 vezes no ano anterior. | GRI | EU28 | EU29

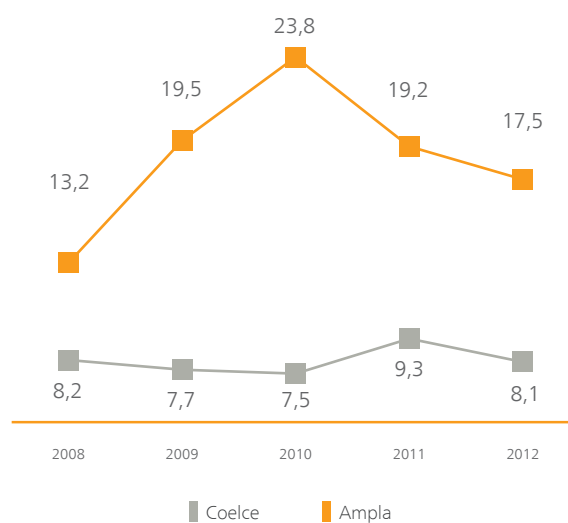
Frequência Equivalente

de Interrupção por Cliente (FEC - vezes) | GRI | EU28



Duração Equivalente

de Interrupção por Cliente (DEC - horas) | GRI | EU29



Em caso de transgressão dos limites estabelecidos pela Aneel para os indicadores de Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora (DIC) e de Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora (FIC), as

distribuidoras devem compensar os clientes atingidos. Em 2012, Ampla e Coelce desembolsaram, respectivamente, R\$ 19,9 milhões e R\$ 2,1 milhões, montantes direcionados à compensação financeira dos clientes.

Multas DIC e FIC (R\$ mil) | GRI | PR9

	2010	2011	2012
Ampla	24.572,0	24.471,0	19.950,51
Coelce	1.820,6	3.095,8	2.158,2

Número de reclamações encaminhadas | GRI | PR9

	2011			2012			Variação 2012/ 2011
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total	
Às empresas	2.042.394	814.026	2.856.420	2.080.325	709.538	2.789.863	-2,3%
À Aneel/Arce	7.835	1.439	9.274	9.593	2.217	11.810	27,3%
Ao Procon/Decon	422	450	872	601	511	1.112	27,5%
Justiça	23.688	1.201	24.889	20.775	946	21.721	-12,7%
Total	2.074.339	817.116	2.891.455	2.111.294	713.212	2.824.506	-2,3%

Saúde e segurança do cliente

Visando à segurança de seus clientes, as empresas Endesa Brasil monitoram índices de acidentes que envolvem a energia elétrica e a população e elaboram campanhas e materiais educativos sobre seu uso seguro.

Os alertas estão presentes em rádios, jornais e TVs, nas contas de luz, em folhetos disponíveis nas lojas de atendimento, em espaços no *site* e nas redes sociais das quais as distribuidoras participam. Campanhas periódicas destacam aspectos como o risco de saltar pipas ou executar obras de construção civil e consertos de telhado nas proximidades das redes. Exemplos são os projetos Férias sem Riscos e Simulação de Situações de Risco durante o Carnaval, realizados em salas de aula na área

de concessão da Ampla e em um Centro de Treinamento na área de concessão da Coelce, respectivamente.

As companhias também patrocinam projetos culturais e esportivos alinhados a essa temática, além de possuírem programas de responsabilidade socioambiental – Consciência Ampla, no Rio de Janeiro, e Coelce nos Bairros, no Ceará –, que promovem eventos e atividades com foco em educação para o consumo consciente e uso seguro da energia elétrica. | GRI | EU24

A preocupação com o emprego adequado e seguro de energia permeia todas as fases do ciclo de vida dos serviços.

Fase	Como ocorre
Planejamento de recursos energéticos	Durante a elaboração dos projetos são feitos estudos e relatórios de impacto para apresentação ao órgão ambiental de cada Estado para análise e aprovação.
Pesquisa e Desenvolvimento	Pesquisas de pré-testes de conceitos de campanha e sondagem para avaliar a percepção dos clientes em relação à segurança das equipes de campo; inclusão do tema segurança com a população no planejamento estratégico e estabelecimento de indicadores para o acompanhamento da gestão; discussão do tema em reuniões mensais da área de manutenção; e projetos de tecnologias para o fornecimento de energia que agreguem mais segurança à prestação do serviço.
Produto e/ou serviço	Avaliação das inovações tecnológicas aplicadas à prestação do serviço, bem como do preparo das equipes para implantação e manutenção das mesmas. Sensibilização contínua da população e dos colaboradores para os riscos e perigos associados ao produto e comunicação das inovações adotadas.
Distribuição de energia	Inspecções e manutenções preventivas buscam reduzir a duração e a frequência de interrupção de energia, as quais podem afetar a saúde e a segurança da população. São realizadas inspecções em redes de distribuição para identificação de anomalias no sistema elétrico que minimizam riscos à segurança da população. Há ainda identificação e comunicação a órgãos competentes sobre obras civis próximas à rede elétrica que representam riscos à segurança da população.
Geração de energia	Com vistas a prevenir acidentes e solucionar eventuais demandas de emergência, realizam-se inspecções e manutenções preventivas para assegurar a estabilidade da operação e evitar riscos.
Uso de energia	Iniciativas de orientação para o uso consciente e seguro da energia elétrica, como mensagens na conta de energia, pôlderes educativos, palestras educativas nas comunidades por meio dos programas de responsabilidade social (Consciência Ampla, Coelce nos Bairros) e campanhas publicitárias, em redes sociais e periódicas.
Certificação	Consiste em certificação de processos, normas e medidas de segurança e saúde no trabalho das áreas de Planejamento e Engenharia, Operação Técnica e Comercial pela OHSAS 18001.
Marketing e promoção	Campanhas de comunicação e marketing que buscam orientar sobre o uso seguro de energia elétrica por meio de mensagens na conta de energia, pôlderes educativos, palestras educativas nas comunidades e campanhas publicitárias e em redes sociais.
Disposição, reutilização ou reciclagem	Descontaminação das lâmpadas de prédios próprios e de iluminação pública, reciclagem dos equipamentos recebidos nos programas de eficiência energética (Ampla Eficiente, em Ampla, e Troca Eficiente, em Coelce) e acondicionamento correto dos gases dos equipamentos de refrigeração de uso interno e dos refrigeradores trocados pelos projetos de eficiência energética.

No ano de 2012, ocorreram 34 acidentes com lesões e 16 mortes de usuários do serviço de energia nas áreas de Ampla e Coelce. Os óbitos devem-se basicamente ao uso inadequado da energia, provocados por contato com a rede energizada.

Acidentes com a população ⁽¹⁾ | GRI | EU25

	Ampla	Coelce
Lesões	18	16
Leves	11	9
Graves	7	7
Mortes	4	12
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil) ⁽²⁾	11.524	6.825
Valor provisionado no passivo (R\$ mil) ⁽²⁾	0	1.782
Número de processos judiciais existentes	56	99
Número de pessoas vinculadas nos processos	67	99

⁽¹⁾ Não foram registrados acidentes nas empresas de geração e transmissão de energia

⁽²⁾ Os valores provisionados nos passivos estão zerados porque os processos não tiveram sentença de mérito

Sociedade



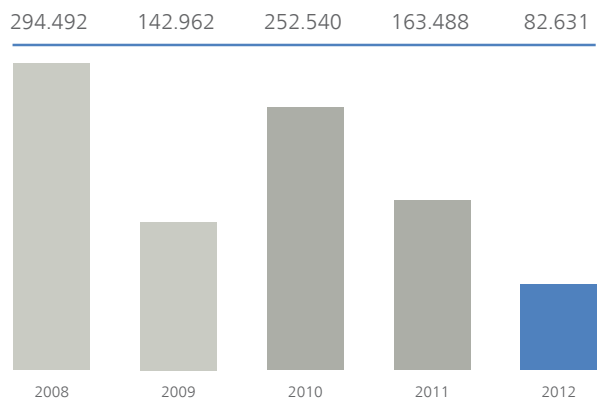
“ Compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo o crescimento das comunidades ”

O reforço do enraizamento local faz parte do plano estratégico de sustentabilidade que direciona a ação da Endesa Brasil, em processo estabelecido a partir do diálogo com lideranças locais e em parceria com as comunidades, procurando identificar suas efetivas demandas e necessidades. Os projetos sociais são focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e à democratização do acesso à cultura.

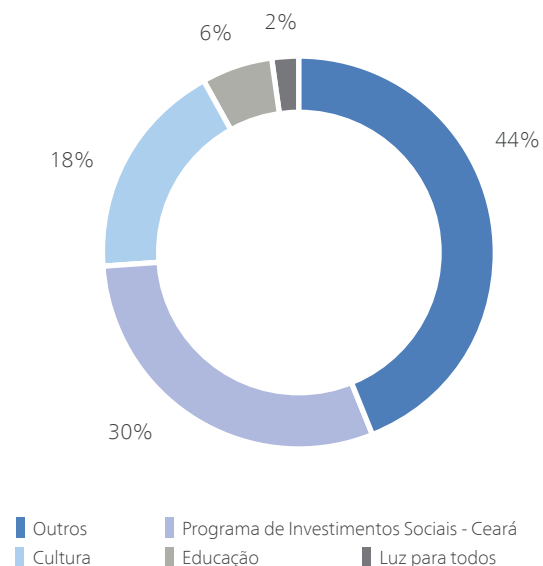
Investimentos

Em 2012, as empresas da Endesa Brasil investiram R\$ 82,6 milhões em cerca de 60 iniciativas, concentrando a ação em projetos de educação para o consumo consciente e arte e cultura executados com incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais e federal. No total, foram beneficiadas 2,6 milhões de pessoas nos quatro estados de atuação: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. | GRI | EC8

Investimento social externo (R\$ mil)



Distribuição dos investimentos



Investimento social externo – Endesa Brasil 2012 | GRI | EC1

	Ampla	Coelce	Cachoeira	Cien	Fortaleza	Holding	Total
Educação	4.566	99	173	20	254,6	124	5.236
Cultura	2.064	11.771	38	287	448,2	-	14.608
Esporte	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Investimentos Sociais Especiais – Ceará	-	24.990	-	-	-	-	24.990
Luz Para Todos	1.714	-	-	-	-	-	1.714
Outros	815	35.151	33	50	33	-	36.082
Total	9.159	72.011	244	357	736	124	82.631
Nº de beneficiados	Ampla	Coelce	Cachoeira	Cien	Fortaleza	Holding	Total
Projetos socioambientais	447.938	2.019.979	5.665	30.296	53.147	12.490	2.569.515
Luz para Todos	756	14.045	-	-	-	-	14.801
Total	448.694	2.034.875	5.665	30.296	53.147	12.490	2.584.316

Recursos incentivados em 2012⁽¹⁾ | GRI | EC4

	Ampla	Coelce	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
ICMS	493	10.661		301	11.455
Lei Rouanet	1.433	1.110	252	400	3.195
Fundos para Infância e Adolescência	-	50	-	-	50
Total	1.926	11.821	252	701	14.700

⁽¹⁾ Endesa Cachoeira não utiliza recursos incentivados e Endesa Brasil não usou em 2012

Gestão de impactos | GRI | 1.2 | EC8

As operações de distribuição (Ampla e Coelce), Geração (Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza) e Transmissão (Endesa Cien) mantêm práticas de avaliação de impactos nas comunidades locais. Não há processo estruturado para a empresa Prátil, de soluções de serviços. Assim, 83,3% das seis operações/empresas da Endesa Brasil incluem avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo, com certificação ISO 14001, além da publicação dos resultados das avaliações de impacto ambiental e social (relatórios de sustentabilidade). | GRI | SO1

Nesse processo, atuam as áreas de Meio Ambiente, Comunicação, Integração e Desenvolvimento Social, Sustentabilidade e Relacionamento com as Comunidades. Elas recebem demandas e sugestões das comunidades locais por meio de ações de engajamento, que abrangem: grupo focal, pesquisas, reuniões com redes de lideranças comunitárias, redes sociais (Facebook, Twitter), assessoria de imprensa,

reuniões com representantes de ONGs, entre outros. Para o atendimento às necessidades e expectativas identificadas, as empresas mantêm programas socioambientais para o desenvolvimento das comunidades locais, priorizando os grupos mais vulneráveis. A eficácia das ações é medida pela satisfação da sociedade e comunidades atendidas a partir dos resultados das pesquisas: de avaliação de projetos, ILO Externo, Abradee (atributos de responsabilidade socioambiental e imagem) e pesquisas intermediárias (que seguem a mesma metodologia da Abradee). | GRI | SO1 | EU19

Os potenciais impactos negativos das operações de distribuição da Endesa Brasil, no Ceará e no Rio de Janeiro, estão relacionados principalmente à interrupção do fornecimento de energia, seja programada ou não programada, que traz riscos a consumidores dependentes de aparelhos de saúde, desconforto, prejuízos financeiros em atividades econômicas, transtornos no trânsito, insegurança noturna em vias

públicas e outros danos materiais. A distribuição também pode representar uso inseguro e risco de choque elétrico ou incêndio, situação agravada em comunidades de baixa renda que apresentam instalações irregulares, além de impactos no orçamento familiar. Iniciativas de educação sobre uso seguro de energia orientam como evitar incidentes.

Nas atividades de geração e transmissão, os impactos negativos referem-se principalmente às atividades de construção dos ativos e são atualmente pouco significativos, pois as maiores obras já foram concluídas, além de as empresas estarem integradas às comunidades e seguirem rígidos controles ambientais. Ruídos podem ser identificados nas proximidades de subestações e redes de alta-tensão, que também causam impactos visuais. | GRI | **509**

Para prevenir e mitigar esses riscos, há Procedimentos de Execução (PEXs), de Operação (POPs) e Ambientais (PAs), além de Normas Técnicas Ambientais (NTAs), projetos sociais que visam orientar a população para o uso seguro e eficiente de energia e projetos de eficiência energética destinados a reduzir o impacto da conta de energia no orçamento familiar.

Ampla e Coelce mantêm cadastro de clientes com situações especiais, para os quais a falta de energia elétrica pode ocasionar risco à saúde, incluindo hospitais, postos de saúde e consumidores que utilizam equipamentos vitais. Esse sistema permite ainda uma tratativa diferenciada nos casos de suspensão de fornecimento por falta de pagamento e desligamentos programados para manutenção da rede elétrica. Nos casos de desligamento de manutenção programada, os clientes recebem avisos prévios.

Nos casos de perdas de equipamentos decorrentes de oscilação de tensão, existe um processo de ressarcimento aos clientes afetados, desde que sejam atendidos os critérios determinados pela legislação vigente.

Para controlar os impactos ambientais, há monitoramento de emissões de ruído de subestações e cabos aéreos protegidos, que reduzem a necessidade de podas em redes de média-tensão; instalação de cabos pré-reunidos isolados (trançados) e cabos concêntricos na baixa-tensão, que oferecem segurança e menor poluição visual e diminuem a supressão vegetal.

A conformidade com as leis ou regulamentos é garantida por meio da contratação de empresas especializadas em atualização de leis ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional. A empresa também cumpre requisitos das normas OHSAS 18001, ISO 9001 e ISO 14001. Em 2012, os objetivos de prevenção e mitigação foram alcançados. Ocorreram recertificações nas normas de qualidade, controle de demandas trabalhistas e ambientais e reconhecimento da sociedade por meio de premiações. | GRI | **5010**

Avaliação de iniciativas

| GRI | **EC8** **EC9** **S01**

Em todas as operações, há contato sistemático com líderes locais para levantamento de informações e avaliação dos projetos. É também utilizada a metodologia do London Benchmarking Group (LBG), que auxilia na identificação dos benefícios dessas iniciativas para a sociedade e para a empresa.

Na Coelce, os principais investimentos e apoios têm como foco as comunidades de baixa renda, que em 2012 representaram 50% das unidades de consumo existentes na área de concessão da empresa. Os investimentos ocorrem com serviços comerciais, por meio do projeto Coelce nos Bairros, que realiza parcelamentos de débitos com taxas diferenciadas e orientação para enquadramento na tarifa baixa renda. Também é promovido em espécie e por atividades *pro bono* nos projetos Energia Social, Troca Eficiente, Ecoelce, Coelce nas Escolas, Coelce Cultural, Coelce Solidária e Rede de Lideranças Comunitárias. Os principais impactos são o desenvolvimento social, por meio da geração de renda, educação e cultura.

Os projetos da Ampla, de educação e capacitação para o consumo consciente e de eficiência energética – troca de instalação e de geladeiras –, são elaborados visando à conscientização e à redução do consumo de energia nas comunidades atendidas, viabilizando o aumento da adimplência e a redução do furto. Além disso, o programa Consciência Ampla possui iniciativas para estimular a geração de renda das famílias, o desenvolvimento comunitário, a propagação da cultura e da educação. Como resultado,

há desenvolvimento comunitário, aumento de número de beneficiados e da adimplência, redução de perdas e de consumo de energia.

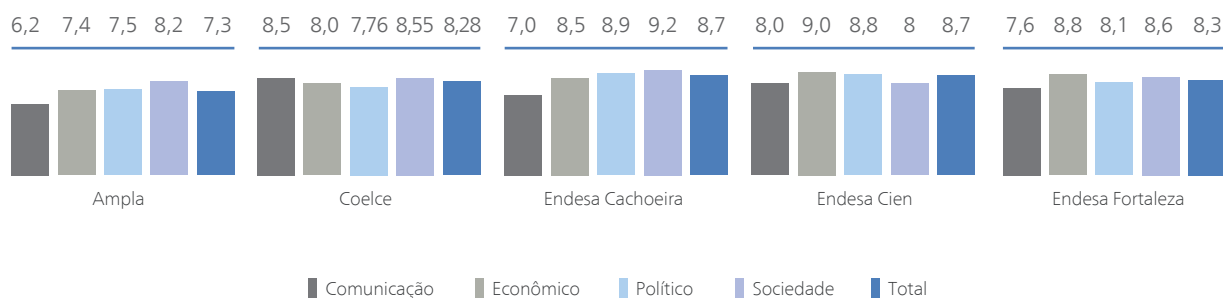
As empresas da Endesa Geração desenvolvem projetos de capacitação profissional para geração de renda e consequente desenvolvimento da economia local, além de apoiar reformas e obras de instituições sociais e escolas por meio do programa de voluntariado. As atividades permitem o desenvolvimento econômico e a propagação da cultura e da educação.

Por sua localização geográfica, as principais comunidades do entorno das empresas de geração se encontram distantes dos principais centros de formação de cultura e educação, tendo dificuldade no acesso a esses serviços. Os projetos sociais realizados têm o objetivo de suprir essa demanda, causando impacto positivo na formação educacional e cultural dos municípios de acordo com o direcionamento da própria comunidade, dos órgãos públicos e empresariais.

Para definição das iniciativas a serem apoiadas, as empresas recolhem pedidos e projetos de toda a comunidade do entorno e elegem os que estão de acordo com a política de apoio da Endesa Brasil e alinhados às necessidades da comunidade. A Endesa Geração promoveu chamada pública nos principais jornais das cidades abrangidas, para que as comunidades tivessem acesso ao canal. Todos os envolvidos são informados sobre a avaliação de seus projetos, mesmo quando não apoiados e, em alguns casos, são sugeridos ajustes para que as iniciativas estejam adaptadas às diretrizes da empresa em outra oportunidade.

A Endesa Brasil realiza a pesquisa Índice de Líderes de Opinião (ILO), na qual avalia a satisfação dos públicos externos quanto às ações realizadas. O resultado da pesquisa permeia as ações estratégicas da companhia para a compreensão do trabalho realizado no ano e para o planejamento estratégico de novas ações na comunidade. Nas unidades de geração, a eficácia dos projetos também é avaliada com base em pesquisa com as instituições que recebem o apoio e dos voluntários que participam das ações.

Estudo da Percepção de Líderes de Opinião (ILO Externo), por segmento



Ações sociais

Voluntariado

Em 2012, a Endesa Brasil lançou a Rede do Bem, um programa de voluntariado corporativo colocado em ação em todas as suas empresas, unificando iniciativas anteriormente existentes. Em cada uma, foram realizados três mutirões: dois de

pequenas obras, reparos e pinturas e um de doação pessoal dos voluntários. No total, foram beneficiadas diretamente 3.224 pessoas, com trabalhos executados em 15 instituições, entre escolas, creches e instituições de apoio a idosos.

Desenvolvimento social

Banco Comunitário – Projeto executado pela Ampla nas localidades de Saracuruna e Preventório com o objetivo de promover o desenvolvimento de regiões de baixa renda pelo fomento à criação de redes locais de produção e consumo. O banco tem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade; sistema integrado de desenvolvimento local (que promove crédito, produção, comercialização e capacitação); e moeda local, complementar à moeda oficial, e que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias. Em Saracuruna, a moeda escolhida foi o “Saracura”; no Preventório, o “Prevê”. Foram implantados dois bancos comunitários e lançada linha de crédito especial para assegurar a pontualidade no pagamento de energia elétrica e, assim, proporcionar ganhos para os moradores, empresa e bancos comunitários. Foram beneficiadas diretamente 1.754 pessoas e indiretamente, 6.139.

Energia Social – Programa realizado em comunidades da área de concessão da Coelce para favorecer a geração de ren-

da em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, por meio do melhoramento das técnicas artesanais, da criação de novos produtos e da inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2012, o programa capacitou e acompanhou o processo de incubação em dez comunidades, inaugurou a comercializadora Giro Social (incluindo *website* de vendas e espaço de exposição permanente), executou quatro cursos profissionalizantes, criou um grupo infantil de flauta-doce como parte do projeto Energia em Movimento, realizou quatro bazares, viabilizou a participação dos grupos produtivos em seis feiras de economia solidária e realizou duas oficinas de orientação para o mercado. Beneficiadas 345 famílias em 2012, com impacto indireto para 1.313 pessoas.

Rede de Lideranças Comunitárias – Desenvolvido em Ampla e Coelce para favorecer relação de parceria e proximidade entre os clientes de comunidades. No Ceará, abrange a periferia de Fortaleza e das regiões Metropolitana, Norte e Centro-Norte, contribuindo para a redução de conflitos de interesses a partir da adoção de novas formas de relação

cliente-empresa. No ano, foram realizados 48 encontros, quatro edições do curso Agente Coelce (que capacitou 73 líderes como multiplicadores de informações da companhia nas comunidades) e dois cursos de elaboração de projetos sociais (que capacitaram 46 integrantes das associações que compõem a rede). Com o apoio dos líderes, foi ainda implantado o projeto Energia Segura da Rede, com a realização de 32 palestras sobre segurança da população, das quais participaram 1.121 pessoas nas comunidades. Na Ampla, as atividades de 2012 compreenderam oficinas para aprimorar potencialidades dos líderes; campanha de conscientização sobre segurança nas brincadeiras com pipa; divulgação de informações sobre o Programa Consciência Ampla e atividades de atendimento comercial e de fornecimento de energia. No ano, foram formados 79 líderes.

Direitos da Criança e do Adolescente – Envolve doações referentes ao incentivo fiscal do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), destinadas aos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, incentivando a elaboração de projetos. Foram apoiados 22 projetos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, esporte, lazer e cultura, que beneficiaram 16.790 crianças e adolescentes de 45 municípios no Rio de Janeiro e no Ceará.

Coelce Solidária – Arrecadação de recursos doados por clientes por meio da conta de energia e repasse para entidades que atendem públicos em estado de vulnerabilidade social, com foco para serviços de saúde pública e assistência à criança e adolescente. Em 2012, contou com 224.971 clientes doadores, com o repasse de R\$ 14,1 milhões em doações para entidades sem fins lucrativos.

Ações educativas

Endesa Brasil Oportunidade – Cursos de formação técnica profissional superior que visam ao desenvolvimento social e à geração de renda de jovens e adultos das comunidades do entorno das empresas Endesa Brasil. Em 2012, um curso de Técnico em Eletrotécnica foi oferecido para 30 pessoas das comunidades da Ampla.

Teatro de Brinquedo – O projeto integra o Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura que visa contribuir para a qualificação do processo de alfabetização e no letramento de crianças de escolas públicas do país, com estímulo ao interesse pela leitura. O projeto levou os alunos a criarem seus próprios roteiros em atividades realizadas em sala de aula por professores capacitados pelo projeto. Em 2012, beneficiou 8.460 alunos e 282 professores.

Consciência Ampla Futuro – Oferece a professores uma atividade de reflexão acerca do consumo consciente dos recursos naturais, com foco na energia elétrica, tornando-os assim multiplicadores de suas ideias e práticas. Num segundo momento, com estudantes, o projeto oferece a possibilidade de trabalhar ludicamente essas questões, transformando-os em disseminadores das ideias no âmbito escolar, em sua família e na comunidade. No ano, 74 escolas foram beneficiadas com material didático e atividades educativas, atingindo 25.506 estudantes.

Consciência Ampla Saber – Visitas domiciliares, palestras e oficinas disseminam entre crianças, jovens e adultos conceitos de uso eficiente de energia elétrica. Há ainda troca gratuita de lâmpadas por outras mais eficientes. Com atendimento personalizado, tem também a finalidade de resolver problemas comerciais dos clientes e educar a família para o uso eficiente da energia elétrica. Os agentes comunitários são jovens da própria comunidade que levam soluções e serviços para seus vizinhos. Em 2012, beneficiou 103.456 pessoas.

Consciência Ampla Oportunidade – Promove oficinas de capacitação de jovens para o mercado de trabalho que abordam processos seletivos e dicas sobre consumo consciente de energia. Em 2012, foram 1.676 beneficiados, sendo 83 formados no curso de eletricista. Ampla e empresas parceiras contrataram 31 jovens.

Consciência Ampla no Esporte – Busca promover a inclusão social de jovens por meio de escolinha de futebol, aliando temas como esporte, cidadania, coletividades e consumo consciente de energia. É dirigido a clientes das comunidades de baixo poder aquisitivo de São Gonçalo (RJ). Em 2012, constou do lançamento do projeto Craque do Amanhã e beneficiou diretamente 627 pessoas.

Ampla com Arte – Oferece gratuitamente oficinas e cursos de artesanato e artes plásticas para capacitação em produção de peças artísticas e artesanais, em sua maioria utilizando material reciclável. Em 2012, promoveu oficinas itinerantes e cursos de longa duração, assim como exposições e bazares para venda dos artesanatos produzidos pelos alunos do projeto, com valor revertido para eles. Beneficiou diretamente 8.827 pessoas.

Baú de Leitura – Projeto tem como objetivo a inclusão social por meio da educação e estímulo ao exercício da cidadania. Inclui a doação de livros novos a entidades e bibliotecas de comunidades de baixa renda e atividades de contação de histórias como meio de incentivo ao uso do acervo. Em 2012, foram entregues baús para as entidades beneficiadas e apresentações para o público, com contação de histórias, beneficiando 14.525 alunos de entidades sem fins lucrativos e escolas públicas do Ceará.

Mulheres Integradas – Cursos de capacitação técnica de mulheres em artesanato de lã, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região de Garuchos (RS). Beneficiadas diretas em 2012: oito mulheres.

Coelce nas Escolas/ Nave Coelce – Projeto de educação ambiental destinado a educadores, professores, alunos e comunidades. Com base na metodologia do Procel nas Escolas, busca a assimilação de princípios e procedimentos para o combate ao desperdício de energia elétrica. Ressalta ainda a importância de usar a energia da melhor forma para a melhoria da qualidade de vida. Procura sensibilizar sobre a importância do envolvimento da escola para o sucesso do projeto e distribui gratuitamente material às escolas. Na execução do projeto são realizadas visitas lúdicas da Nave Coelce – Planeta Futuro, que apresenta aos “passageiros” o caos ambiental vivenciado pelo mundo e propõe como resolver ou amenizar esses problemas, com jogos interativos e vídeos em 3D. Em 2012, foram capacitados 808 professores de 100 escolas e a Nave Coelce recebeu 10.113 visitantes. Número total de beneficiados indiretos chega a 40.400 alunos, por assimilação da metodologia aplicada em sala de aula.

Ações culturais

Coelce Cultural – Apoio e patrocínio a várias iniciativas nas áreas de audiovisual, literatura, dança, música, circo, patrimônio imaterial, entre outras, que beneficiaram cerca de 1,86 milhão de pessoas em 2012, em 91 projetos culturais. Os recursos são de incentivo fiscal federal e estadual.

Consciência Ampla na Tela – Leva para as comunidades carentes a oportunidade de assistir às mais recentes produções do cinema nacional em um grande telão, com qualidade de som e imagem digitais. Em 2012, foram beneficiadas 5.156 pessoas diretamente pelas sessões e oficinas realizadas em seis municípios da área de concessão.

Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás – Apoio à orquestra que se apresentou para um público de 600 pessoas em comemoração aos 15 anos da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada.

Acesso à energia

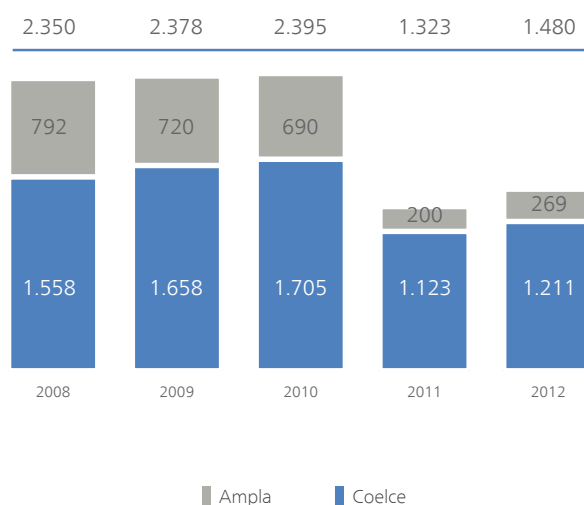
Estabelecido pela Lei Federal nº 12.212/2010 e regulamentado pela Aneel por meio da Resolução nº 414/2010, o direito à tarifa social (baixa renda) é dado às unidades consumidoras que: “possuam famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo inscritas nos programas sociais do governo federal; família que possua benefício de prestação continuada do Ministério da Previdência Social; e residência com renda familiar de até três salários mínimos cujo morador necessite de uso continuado de energia elétrica para sobrevivência, desde que também esteja inscrita em programa social do governo federal”. Para ambas as condições de enquadramento, aqueles que se declaram indígenas e quilombolas possuem descontos de até 100% com consumo de até 50 kWh. Comunidades vulneráveis são definidas pela empresa como aquelas com baixa renda familiar, pois esse aspecto pode representar risco de inadimplência e furto de energia elétrica.

Em parceria com as prefeituras, as distribuidoras Ampla e Coelce promovem o cadastramento desses clientes, que também podem se inscrever nas lojas de atendimento. Os critérios de inclusão de consumidores na tarifa social foram alterados pelo órgão regulador em julho de 2010 – em razão da mudança, o número de clientes atendidos pela modalidade reduziu-se significativamente nos últimos anos.


O programa beneficiou 1,5 milhão de clientes de Ampla e Coelce em 2012, com subsídio total de R\$ 290,6 milhões.



Baixa renda - clientes cadastrados (mil)



Luz para Todos

Ampla e Coelce executam o Programa Luz para Todos, que é destinado a levar energia a populações rurais e conta com subvenção e empréstimos do governo federal, além de recursos próprios da distribuidora. Atualmente, 100% das áreas de atuação (Rio de Janeiro e Ceará) estão conectadas à rede, restando a cada ano pedidos adicionais de ligação por parte de moradores na área rural. 

A Ampla mantém termo de compromisso assinado com o Ministério das Minas e Energia e a Aneel que prevê executar 1.795 novas ligações por meio do Luz para Todos, que foi prorrogado até 2014. Essas residências estão situadas, em sua grande maioria, em áreas de preservação ambiental com obtenção recente de licenciamento e em municípios incluídos em algum programa social do governo federal, como Fome Zero, Território da Cidadania, Minha Casa Minha Vida. O investimento total é de R\$ 25 milhões.

Com a publicação do Decreto nº 7.656/11, a Coelce pôde prorrogar o contrato do Luz para Todos vigente em 2011, continuando em 2012 a execução dessas obras. No ano, foram efetuadas 4.256 ligações e 5.398 ficaram pendentes de execução.

Os consumidores rurais de alta-tensão têm direito a tarifa social 10% menor do que a aplicada às demais classes (indústria e comércio) com a mesma tensão, podendo chegar até a 90% de desconto para atividades de irrigação e aquicultura, nos horários entre 21h30 e 6h. Para os consumidores rurais de baixa-tensão, a tarifa é cerca de 40% mais baixa do que a dos outros segmentos com o mesmo nível de tensão, podendo alcançar redução de 73% nas mesmas condições de irrigação e aquicultura já citadas. Além de democratizar o acesso ao insumo, criaram-se condições mais acessíveis para o pagamento da conta de energia.

Fazendo o bem

A Endesa Brasil lançou em março de 2012 a Rede do Bem, iniciativa que unifica as atividades de voluntariado – como as campanhas assistenciais e as reformas em instituições. O programa organiza mutirões simultâneos em instituições que cuidam de pessoas em risco social nos municípios de influência das empresas, faz doações e campanhas internas, recrutando colaboradores voluntários que são cedidos para atuação nas iniciativas apoiadas.

O primeiro mutirão aconteceu no dia 21 de março em cinco cidades do Brasil, beneficiando 1.330 crianças e adolescentes de cinco instituições. Os 153 colaboradores voluntários executaram obras de reparo de paredes e calçadas, pintura, restauração de fiação elétrica e atividades educativas.

Em cada empresa, foram realizados três mutirões no ano, com a participação de 570 voluntários. A intenção da Endesa Brasil, de ampliar sua atuação social, coincidiu com o desejo dos colaboradores de assumir uma atividade voluntária. Pesquisa realizada com os colaboradores, entre outubro e novembro de 2011, revelou que 92% deles tinham interesse em participar desse tipo de iniciativa. O questionário também mostrou que 98,6% consideravam importante a empresa manter um programa dessa natureza.

Programa Luz para Todos | GRI | EU23

	Ampla	Coelce
Número de atendimentos efetuados (unidades consumidoras)	229	4.256
Origem dos recursos investidos (R\$ mil)		
Governo federal GRI EC4	1.199	23.091
• Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	257	18.473
• Reserva Global de Reversão (RGR)	942	4.618
Governo estadual GRI EC4	257	6.432
Próprios	257	184
Total dos recursos aplicados	1.714	29.707

Meio Ambiente



“ Compromisso com a gestão alinhada à preservação ambiental e ao consumo consciente ”

Pautando sua atuação no cumprimento dos critérios ambientais em todas as etapas das operações do negócio, a política ambiental da Endesa Brasil está alinhada aos seus Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável e toda a gestão ambiental recebe o suporte de processos globais de Enel-Endesa.

Essas ferramentas incluem atividades de planejamento, responsabilidades, práticas e procedimentos, bem como compilam todos os recursos necessários para a adoção das melhores práticas ambientais. As empresas de geração e transmissão mantêm ainda o Sistema de Informações Ambientais Mensais (Siam), que faz o acompanhamento de indicadores, avalia e controla possíveis impactos ambientais, inclusive no que se refere ao uso de energia primária.

A Endesa Brasil também se destaca pela transparência na gestão ambiental. A Coelce, por exemplo, comunica seus aspectos operacionais e impactos a diversos públicos de interesse e interage nesse sentido ao receber reclamações, elogios e sugestões por meio de canais como telefone e internet.

Todas as empresas do grupo possuem certificação na norma ISO 14001, o que permite controle efetivo dos impactos ambientais inerentes às atividades desenvolvidas. Em 2012, os investimentos e gastos ambientais totalizaram R\$ 188,5 milhões, 11,5% mais do que no ano anterior, efeito dos projetos das empresas de distribuição em melhoria da qualidade, determinando mais intervenções sobre a rede, especialmente poda de árvores e construção de redes compactas. Esses projetos corresponderam a 81,9% dos investimentos e gastos ambientais.

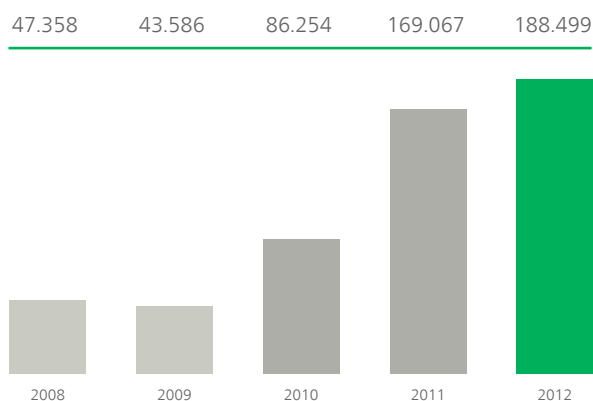
Investimentos e gastos ambientais (R\$ mil) | GRI | EN30

	2008	2009	2010	2011	2012
Ampla	18.645	21.884	39.470	126.813	155.387
Coelce	27.419	18.578	42.538	41.438	32.133
Endesa Cachoeira	600	655	611	230	226
Endesa Cien	556	1.109	2.061	187	131
Endesa Fortaleza	138	1.360	1.574	399	622
Total	47.358	43.586	86.254	169.067	188.498

Investimentos e gastos ambientais por tipo (R\$ mil) | GRI | EN30

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
Gestão de resíduos	12	68	22	23	425	550
Auditorias ambientais	52	46	39	74	150	361
Educação ambiental	50	21	-	-	0	71
Despoluição	57	97	-	-	0	154
Melhoria da qualidade ambiental	133.859	20.318	165	34	47	154.423
Programas ou projetos externos	21.357	11.583	-	-	-	32.940
Total	155.387	32.133	226	131	622	188.499

Investimentos em meio ambiente (R\$ mil)



Gestão de impactos

| GRI | EN26 | EN29

Pela natureza dos negócios, algumas empresas da Endesa Brasil não têm impactos significativos no entorno e no transporte utilizados para fins logísticos. É o caso das atividades de geração, seja no aspecto relacionado a ruídos das turbinas, monitorado e em linha com padrões legais, seja em relação à biodiversidade. Já o impacto paisagístico se restringe ao ocorrido com a instalação das usinas. Para as distribuidoras de energia, o impacto paisagístico ocorre em decorrência da instalação de subestações, linhas de transmissão e rede de distribuição. De modo geral, as empresas também não usam quantidades significativas de insumos ou materiais, com exceção daqueles eventualmente necessários às atividades de manutenção, como óleos lubrificantes, combustíveis (diesel e gasolina) e óleo isolante.

É prática comum na Endesa Brasil a aquisição de produtos de fornecedores que cumprem a legislação ambiental, com prioridade aos de fácil destinação, biodegradáveis ou recicláveis/reutilizáveis. Os resíduos são segregados conforme sua natureza, sendo os recicláveis encaminhados a uma empresa especializada e os rejeitos destinados à disposição final adequada, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Há ainda controle de qualidade de efluentes e uso de equipamentos de proteção individual para controlar o impacto de ruídos.

Nas distribuidoras de energia Ampla e Coelce, no entanto, os impactos maiores levam a ações mais contundentes, como mostra quadro abaixo:

Aspectos ambientais significativos | GRI | EN26

Atividade	Aspecto (causa)	Impacto (efeito)	Ações de mitigação
Administrativas e operacionais	Consumo de água e energia	Diminuição da oferta de recursos.	Ações de consumo consciente; instalação de coletores de captação de água dos aparelhos de ar-condicionado e da chuva.
	Consumo de papel		
Uso de veículos	Emissão de gases de efeito estufa (GEE)	Alteração da qualidade do ar.	Monitoramento e medição; utilização de combustível menos poluente.
Construção e manutenção de subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição	Poluição sonora	Perturbação da comunidade.	Medição e monitoramento do ruído nas subestações. Todas as instalações estão dentro dos padrões exigidos, de forma a não perturbar a comunidade nem interferir no meio ambiente.
Atividades administrativas e operacionais	Possibilidade de incêndio		Treinamentos das equipes operacionais em procedimentos específicos; fiscalização nos prestadores de serviço.
	Geração de resíduos (madeira, papel, lâmpadas, etc.)	Alteração da qualidade do solo.	Ações de consumo consciente.
Construção e manutenção de subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição	Possibilidade de vazamento de óleo		Treinamentos das equipes operacionais em procedimentos específicos; fiscalização dos prestadores de serviço; inspeção periódica dos equipamentos que contêm óleo.
	Poda de árvores (geração de resíduos – galhos e folhas)	Alteração da qualidade do solo e da água.	
	Geração de resíduos (construção civil, fios, cabos, etc.)		
	Supressão de vegetação	Alteração da qualidade do solo e da água; danos à flora.	
	Possibilidade de vazamento de SF ₆	Emissão de GEE.	Inspeção mensal nos equipamentos que contêm esse produto.
Transporte de produtos e pessoas GRI EN29	Consumo de gasolina e diesel	Poluição atmosférica, emissão de GEE, chuva ácida, ozônio de baixa altitude (emissão de hidrocarboneto), problemas no desenvolvimento de plantas, emissão de aldeídos, entre outros.	Diminuição do número de viagens e agregação de veículos elétricos à frota operacional. Monitoramento de fumaça preta e utilização de combustível menos poluente.
	Poluição sonora	Impactos à saúde do homem, por meio de efeitos auditivos e extra-auditivos, e também aos animais, fazendo com que migrem de um <i>habitat</i> para outro.	Monitoramento dos carros da frota operacional para evitar a emissão de ruído. Inspeções veiculares realizadas por técnicos de segurança do trabalho ou pelos responsáveis da área a qual o veículo está vinculado.

Impactos do transporte | GRI | EN29

A Endesa Brasil utiliza metodologias estabelecidas por procedimentos legais para identificar e avaliar os aspectos e impactos ambientais associados às atividades, produtos e serviços, bem como ao transporte da sua força de trabalho. Entre esses procedimentos, destacam-se o Procedimento Ambiental 05, utilizado pela Coelce e o Procedimento Geral de Identificação e avaliação de impactos de segurança, meio

ambiente e saúde (PG-01), utilizado pela Ampla. A distribuidora também mitiga os impactos causados pelo transporte de trabalhadores com critérios ambientais estabelecidos nos contratos, inspeções periódicas em fornecedores realizadas com base no Sistema de Gestão Ambiental e por meio da compensação dos gases de efeito estufa (GEE) com o plantio de mudas de árvores do bioma Mata Atlântica.

Consumo de recursos naturais

A preocupação com o uso eficiente de recursos é uma prática constante e inegociável para a Endesa Brasil: campanhas de comunicação interna orientam sobre o consumo consciente de energia elétrica, de água e de demais combustíveis. A empresa estimula ainda mudanças de comportamento na rotina de colaboradores e parceiros, com adoção de atitudes como: redução de viagens, racionalização do uso dos eleva-

dores, desligamento de computadores no caso de períodos extensos de ausência. Há ainda iniciativas como a da Endesa Cachoeira de substituir lâmpadas incandescentes por compactas para reduzir o consumo de energia e bombas antigas por equipamentos mais modernos que economizam água. Com isso, foram economizados 88.134,59 GJ de energia em 2012.

| GRI | EN5 | EN7

Energia

No exercício, o consumo de energia indireta na Endesa Brasil chegou a 236.848 GJ, acréscimo de 14,9% em relação aos 206.104 GJ registrados em 2011. Já o consumo de energia direta foi de 84.783.466 GJ, incluindo energia adquirida (combustíveis) e energia contratada para posterior distribuição. As

fontes de suprimento de energia elétrica seguem a matriz energética brasileira. De acordo com o Balanço Energético Nacional de 2012 (referente a 2011), a matriz teve 88,7% de participação de fontes renováveis, com predominância de energia hidrelétrica (81,7%).

| GRI | EN3 | EN4

Consumo de energia direta, por fonte ⁽¹⁾ (GJ) | GRI | EN3

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
Energia para distribuição						
Comprada	44.082.000	37.616.400	-	-	-	81.698.400
Hidráulica	44.082.000	27.144.000	-	-	-	71.226.000
Térmica	-	9.684.000	-	-	-	9.684.000
Eólica	-	788.400	-	-	-	788.400
Vendida e transportada	37.699.200	35.344.800	-	-	-	73.044.000
Consumo						
Renovável	2.905	-	79	-	-	2.984
Álcool	2.905	-	79	-	-	2.984
Não renovável	43.365	45.597	819	1.070	11.645.631	11.735.482
Gasolina	39.254	-	279	-	1.181	40.714
Diesel	4.111	18.767	540	1.070	283	24.771
Gás natural (m ³)	-	26.830	-	-	11.644.091	11.670.921
Óleo combustível (para geradores) (mil t)	-	-	-	-	76	76
Total (energia vendida e transportada e energia consumida)	37.745.470	35.390.397	898	1.070	11.645.631	84.783.466

⁽¹⁾ Energia consumida pelos produtos e serviços da empresa

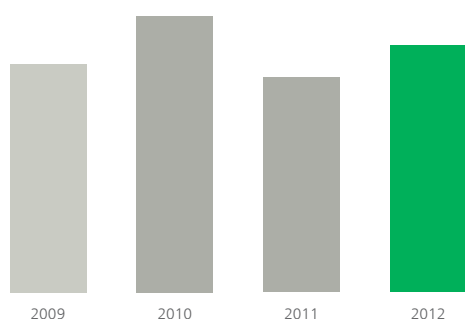
Consumo de energia indireta ⁽¹⁾ (GJ) | GRI | EN4

	2009	2010	2011	2012
Ampla	75.910	77.460	77.854	82.565
Coelce	41.323	45.270	45.013	46.534
Endesa Cachoeira	18.203	21.782	59	0,09
Endesa Cien	86	65	65	65
Endesa Fortaleza	83.184	120.399	83.113	107.684
Total	218.706	264.976	206.104	236.848,09

⁽¹⁾ Energia produzida fora da empresa e que é consumida para abastecimento de suas necessidades de energia intermediária (como eletricidade, aquecimento e refrigeração)

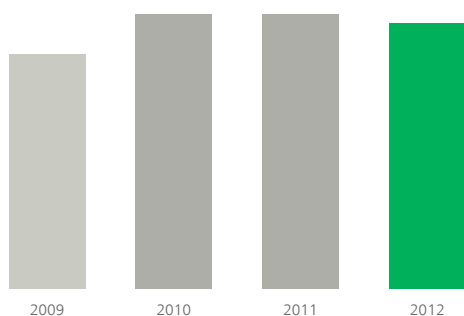
Consumo de energia indireta (GJ) | GRI | EN4

218.707 264.976 206.104 236.848



Consumo de energia direta (GJ) | GRI | EN3

75.013.816 87.625.411 87.843.449 84.783.466



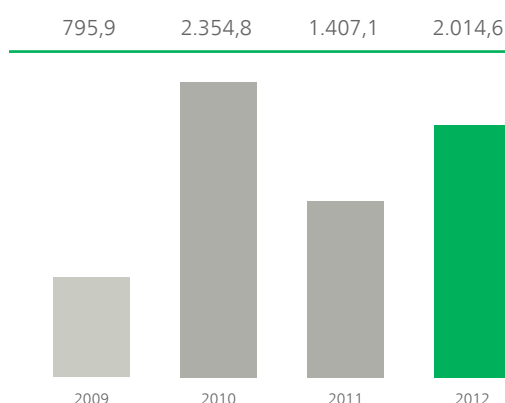
Água

O consumo de água das empresas que integram a Endesa Brasil não afeta significativamente nenhuma fonte hídrica. No entanto, o maior despacho da Central Térmica Fortaleza, usina que somente é acionada em períodos de baixa precipitação pluviométrica no país, levou a um aumento de 42,2% no consumo de água da Endesa Brasil em 2012, que totalizou 2.001,5 mil metros cúbicos. Essa ativação é determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), órgão responsável pela coordenação e pelo controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional. Na usina, o consumo de água registrou acréscimo de 48,8% no ano. | GRI | EN9

Desde 2011, a Central Térmica participa como membro do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF), atuando de forma mais ativa na gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará. Endesa Cachoeira, geradora de energia hidrelétrica, participa dos Comitês dos Rios Paranaíba e Meia Ponte. Todo o grupo tem investido em iniciativas para ajudar na conscientização do uso eficiente do recurso, entre colaboradores, parceiros e sociedade. Na Ampla, por exemplo, foi realizado um evento em parceria com o Instituto Baía de Guanabara em 22 de março, Dia Mundial da Água. Na ocasião, 30 crianças da rede municipal de ensino de Niterói, com idades entre 4 e 7 anos, participaram de atividades realizadas no auditório do edifício-sede que enfatizaram o consumo consciente.

Em 2012, a Endesa Fortaleza reutilizou 920,8 mil metros cúbicos de água, que correspondem a 49% do total de consumo. A Ampla, que reutiliza água proveniente do sistema de condicionadores de ar no edifício-sede e aproveita água de chuva na base operacional de Araruama, reaproveitou 24.710 metros cúbicos no ano, utilizados para a rega de plantas e a limpeza das áreas externas (30,1% do total). Coelce, Endesa Cien e Endesa Cachoeira não reciclam nem reutilizam água. | GRI | EN10

Consumo de água (mil m³)



Consumo de água (m³) | GRI | EN8

	Fonte	2010	2011	2012
Ampla	Rede pública	94.397	93.129	95.216
Coelce	Rede pública	42.906 ⁽¹⁾	43.073	37.200
	Poços artesianos	627	317	275
Endesa Cachoeira	Rede pública	4.725	2.858	1.498
Endesa Cien	Poços artesianos	1.190	4.764	1.208
Endesa Fortaleza	Açude	2.211.000	1.263.000	1.879.226
Total		2.354.845	1.407.141	2.014.623

⁽¹⁾ Dado revisado em relação ao publicado em 2011 (42.900)

Materiais

O uso de materiais na Endesa Brasil privilegia produtos de fácil destinação, biodegradáveis ou recicláveis/reutilizáveis e contempla fornecedores em conformidade com a legislação ambiental. Há incentivo para o uso de materiais reciclados e são promovidas campanhas internas para a coleta seletiva de materiais, posteriormente doados para famílias de baixa renda participantes dos programas sociais. A Gincana da Consciência EcoAmpla é um exemplo de uma dessas iniciativas: contou com a participação de colaboradores de diferentes polos, entre setembro e novembro, e arrecadou mais de 36 toneladas de resíduos recicláveis. Nas distribuidoras, é reciclado 100% do óleo mineral utilizado nos transformadores e equipamentos.

Na Ampla, dois importantes projetos de reaproveitamento iniciados em 2011 tiveram continuidade em 2012: a venda de baterias chumbo-ácidas e o Ecolog, de logística reversa. Os componentes das baterias recolhidas nas subestações – que antes eram destinados a empresas de coprocessamento, com um custo para a Ampla – passaram a ser reciclados ou reutilizados e inseridos no processo produtivo, possibilitando uma extensão do ciclo de vida dos materiais. Já o Projeto Ecolog consiste no reaproveitamento das embalagens (carretéis de madeira) utilizadas para acondicionamento dos condutores. Após a utilização, as bobinas são recolhidas e encaminhadas para serem vendidas, reformadas e destinadas novamente ao mercado. Nesse período, ficam armazenadas no Almoarifado Central da Ampla, em Niterói, e no depósito da Coelce, em Maracanau. O recolhimento evita o descarte dos carretéis sem o devido cuidado e ajuda na preservação ambiental, pois uma árvore é derrubada para cada duas bobinas fabricadas.

A Endesa Fortaleza exige dos fornecedores madeira certificada e usa líquido desengraxante neutro e biodegradável na lavagem dos compressores, mas não utiliza materiais provenientes de reciclagem em seus processos produtivos. Nas áreas administrativas, aproveitou 298 resmas de papel reciclado em 2012.

Já a Endesa Cachoeira reaproveita 50% de sobras de materiais metálicos e 100% de toalhas industriais retornáveis para limpeza de peças e equipamentos. A totalidade do óleo isolante usado nos transformadores foi tratada e reutilizada, bem como 70% de óleo lubrificante. No total, 2,3 toneladas dos materiais foram provenientes de reciclagem. | GRI | EN2

Materiais utilizados na distribuição | GRI | EN1

Materiais diretos	Coelce	Ampla
Transformadores (unidades)	3.008	7.093
Ferragens (unidades)	2.048.863	2.999.527
Postes (unidades)	31.497	65.668
Cabos (metros)	8.606.440	10.368.692
Cabos (quilos)	850.475	223.041
Medidores (unidades)	180.334	161.954
Abraçadeiras (unidades)	618.788	2.221.709
Conectores (unidades)	1.075.765	2.111.649
Capacitores (unidades)	135	-
Caixas (unidades)	107.239	223.729
Elos-fusíveis (unidades)	209.507	188.175
Materiais de iluminação pública (unidades)	194.803	16.115
Cruzetas (unidades)	33.379	66.620
Para-raios (unidades)	16.664	18.527
Disjuntores (unidades)	35.657	81.914
Isoladores (unidades)	308.617	293.876
Seccionadores (unidades)	5.294	8.309
Religadores	4	-
Materiais não renováveis (minerais, metais, combustíveis)	Coelce	Ampla
Óleo mineral para transformadores (litros) ⁽¹⁾	0	405.000

⁽¹⁾ Ampla e Coelce não utilizam óleo PCB (ascarel)

Materiais utilizados na geração (toneladas) | GRI | EN1

Materiais diretos	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Soda cáustica	-	-	50,62
Ácido clorídrico	-	-	96,96
Total	-	-	146,58
Materiais não renováveis ⁽¹⁾	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Resinas	-	0,408 t	0,25
Óleos lubrificantes	4,62	0,449 t	0,046
Óleos isolantes	-	1,72 t	-
Combustíveis	47,47	-	49
Tintas	0,91	-	-
Total	53	2,58	49,3

⁽¹⁾ As empresas de geração não utilizam óleo PCB. Endesa Cachoeira possui três transformadores em operação com níveis entre 50 e 500 ppm cujo controle é realizado periodicamente.

Gestão responsável

Mudanças climáticas | GRI | EC2

Desafio abordado nos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa Brasil, as mudanças climáticas podem trazer ameaças e oportunidades ao setor elétrico. A empresa adere a iniciativas globais na busca de soluções para diminuir e gerenciar o impacto das mudanças climáticas, o que inclui o uso e desenvolvimento de energias renováveis, novos combustíveis, tecnologias limpas e eficiência energética, incluindo esses temas em seus projetos e pesquisas.

Entre os riscos apresentados estão dificuldades na prestação dos serviços em razão de prejuízos hidrológicos, novas exigências regulatórias e altos custos para adaptações tecnológicas. Entre as oportunidades, existe a possibilidade de diferenciar-se no mercado por meio da inovação,

com opções mais avançadas no fornecimento de energia. Embora todos esses fatores sejam considerados pela alta direção e tenham impacto nos resultados, a empresa não contabiliza formalmente as possíveis implicações financeiras das mudanças climáticas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Brasil é o campeão mundial de incidência de raios. Para minimizar a vulnerabilidade de suas redes ao excesso de descargas elétricas, a Coelce desenvolveu um Sistema de Monitoramento de Raios, que contribui para a identificação de locais de queda de raios na rede elétrica, previsão de tempestades e minimização do tempo de atendimento de eventuais ocorrências.

Impactos das mudanças climáticas

	Riscos	Oportunidades
Impacto das estações do ano	<ul style="list-style-type: none">- Nos períodos de seca e de chuva, a concentração maior de calor ou de água pode afetar a qualidade dos serviços, diante das dificuldades de operação;- Perdas econômico-financeiras.	<ul style="list-style-type: none">- Buscar tecnologias mais avançadas para diminuir a queda da qualidade do serviço durante as fases críticas;- Manter o seguro da Endesa Brasil, que oferece cobertura para caso de inundações.
Novas exigências regulatórias	<ul style="list-style-type: none">- Custo elevado para implantar novos procedimentos, equipamentos ou sistemas;- Multas ou perda do certificado da ISO 14001 caso a nova regulamentação não seja prontamente atendida.	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer um histórico de gases de efeito estufa (GEE) para permitir que as organizações adotem medidas voluntárias de melhoria em seus processos, antecipando obrigatoriedade legal;- Aumento do número de treinamentos referentes aos aspectos e impactos ambientais significativos para colaboradores e empresas parceiras, promovendo aumento da conscientização ambiental.
Necessidade de novas tecnologias, produtos ou serviços para enfrentar desafios das mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none">- Concorrência entre as empresas para conseguir a tecnologia mais avançada- Alto custo de implantação, que não proporciona retorno econômico imediato.	<ul style="list-style-type: none">- Investimento permanente em inovação, a fim de melhorar a qualidade dos serviços;- Aprimoramento da gestão de emissões de GEE, a fim de garantir a sustentabilidade dos negócios.

Emissões atmosféricas

Os cálculos de emissões das distribuidoras Ampla e Coelce foram feitos com base na metodologia do GHG Protocol, que é compatível com as normas ISO e as metodologias de qualificação do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Já a Endesa Fortaleza contabiliza suas emissões com analisadores contínuos e tem como base a análise da composição do combustível. Há sistema de monitoramento contínuo das emissões atmosféricas, com pontos de amostragens nas chaminés e equipamentos de medição da qualidade dos gases de exaustão. | GRI | EN16 | EN18

A termelétrica Fortaleza teve um aumento significativo de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação a 2011 em razão da maior produção, totalizando 490,6 mil toneladas CO₂ equivalentes emitidas à atmosfera em 2012. A empresa também emitiu 396 toneladas de NOx (óxido de nitrogênio) e 0,081 tonelada de SOx (óxido de enxofre) no ano, além de ter utilizado 0,3 tonelada de clorodifluorometano (R22) para condicionadores de ar. O volume de emissões varia de acordo com o consumo de gás natural utilizado na geração de energia elétrica. A sistemática de controle e os indicadores de desempenho estão definidos em seu plano de monitoramento ambiental, com o objetivo de assegurar o atendimento às condicionantes do licenciamento e às exigências legais. | GRI | EN18 | EN19 | EN20

Já as atividades de distribuição, transmissão e geração hidráulica de energia elétrica não constituem fonte primária de emissões e, devido a isso, não há emissões atmosféricas diretas significativas de CO₂ (dióxido de carbono). Também não há emissão dos gases NOx, SOx e CH₄ (metano) nessas operações.

Em 2012, foi posto em prática novo controle de emissão de GEE, com relatórios mais completos e estratificados, que permitem o monitoramento individualizado dos veículos. Esse novo controle, por ser mais completo, aumenta as emissões diretas e indiretas relativas ao ano, que totalizaram 502.358,1 toneladas de CO₂e. O escopo do inventário abrangeu os edifícios-sede, as frotas operacionais e as viagens aéreas.

As companhias não têm impacto significativo relacionado a transportes. Para minimizar os efeitos de suas emissões, a Ampla e as empresas de geração possuem veículos movidos a energia elétrica. O custo operacional é inferior ao dos carros movidos a álcool ou gasolina, pois os modelos elétricos são mais econômicos. | GRI | EN29

Emissões de GEE

(em toneladas de CO₂ equivalente) | GRI | EN16 | EN17

	Diretas	Indiretas	Total
Ampla	5.162,91	0,073	5.162,99
Coelce	3.230,47	1.015,40	4.245,87
Endesa Cachoeira	2.282,88	-	2.282,88
Endesa Fortaleza	490.560,00	4,71	490.565
Total	501.236,26	1.020,18	502.256,74

Obs.: Endesa Cien e Prátil não fizeram inventário de emissões

Resíduos e efluentes

As empresas da Endesa Brasil acompanham seus resíduos em todas as fases, do momento da geração até a disposição final, incluindo o período de transporte. A destinação ocorre de diferentes maneiras, conforme natureza do resíduo, mas sempre é realizada segundo as orientações do Sistema de Gestão Ambiental e dos requisitos da legislação. Todos os

resíduos são direcionados a empresas especializadas, com os cuidados necessários referentes aos perigosos, que são manejados e transportados por companhias credenciadas e tratados externamente. Em 2012, os resíduos perigosos somaram 79,5 toneladas além de 405 mil litros de óleo. Não há importação ou exportação de resíduos. | GRI | EN24

Disposição de resíduos | GRI | EN22

	Ampla	Coelce	Cachoeira	Cien	Fortaleza	Disposição
Resíduos perigosos						
Óleos usados	405.000 l	-	3,8 t	-	0,545 t	Reutilização / Reciclagem
Lâmpadas	18,57 t	0,855 t	0,1 t	-	-	Trituração / Captura do material pesado/ descontaminação
Baterias de chumbo	8,2 t		7,5 t	-	-	Reprocessamento
Materiais contaminados	37,8 t	3,35 t	2,3 t	1,86 t	0,133 t	Incineração / reciclagem
Resíduos médicos	-			-	0,013 t	Incineração
Pilhas e baterias		0,136 t		-		
Resíduos não perigosos	2.975,5 t	4.863,9 t	6,35 t	3,39 t	627,4 t	Aterro sanitário / reciclagem / reutilização

A Endesa Fortaleza é a única empresa do grupo que produz efluentes significativos, em descargas a partir dos sistemas de refrigeração e geração de vapor da central. As descargas provenientes de sistemas de refrigeração, unidade de tratamento de água e caldeiras são tratadas na própria usina. Os demais efluentes, neutralizados, são enviados ao emissário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará. Já Ampla, Coelce, Cachoeira e Cien não geram efluentes significativos e seus descartes sanitários são rea-

lizados em rede pública, que trata 100% dos efluentes. Na Endesa Cien, além do sistema de esgotamento sanitário, há serviços de limpeza da área administrativa e industrial, e as águas servidas são previamente tratadas em sistema anaeróbico de efluentes líquidos, com vazão de lançamento bastante reduzida e incapaz de alterar as características de corpos d'água locais. É adotado ainda o sistema de infiltração no solo para uma parte dos esgotos tratados, não havendo lançamento direto nos corpos d'água.

Descarte de água – Endesa Fortaleza | GRI | EN21

	2010	2011	2012
Volume total do descarte (m ³ /ano)	415.000	253.000	369.983
Destinação	Emissário	Emissário	Emissário
Método de tratamento	Neutralização	Neutralização	Neutralização
Descargas térmicas – temperatura média	32°C	33°C	32°C
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	105	76	84
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	58	40	46
Nitrogênio (kg)	373	228	333
Sólidos Suspensos Totais (SST)	0	0	0
Percentual de efluentes tratados (%)	100	100	100

Consciência

EcoAmpla e Ecoelce

Modelo internacional, o programa Ecoelce nasceu em 2006 como um projeto de pesquisa; em 2007, foi inaugurado em Fortaleza o primeiro ponto fixo de coleta de resíduos. Por meio da iniciativa, os clientes da Coelce trocam seus resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos projetos mais importantes quanto ao seu alinhamento com os princípios do Pacto Global e ganhador do prêmio ODM Brasil – que incentiva ações que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio –, o Ecoelce hoje faz parte do Programa de Eficiência Energética regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A bonificação do programa tem grande impacto para os clientes de baixa renda, auxiliando na redução das despesas familiares. Em 2012, o Ecoelce foi reconhecido pela Secretaria-Geral da Presidência da República entre as 51 melhores práticas para o desenvolvimento do país. De sua criação até dezembro de 2012, quase 50 GWh de energia foram economizados com a reciclagem de resíduos, 420 mil clientes cadastrados, mais de 13,7 mil toneladas recicladas e aproximadamente R\$ 1,6 milhão distribuídos em bônus nas contas de energia dos clientes.

Seguindo a mesma linha, o Consciência EcoAmpla também promove a troca de resíduos por bônus na conta de energia para conscientização da população na preservação do meio ambiente. É destinado a clientes residenciais e tem como objetivo secundário organizar um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos com valor de mercado e dar destinação correta, propiciando liquidez das contas de energia da população, além de contribuir para o aumento da vida útil dos aterros sanitários. Em 2012, o recolhimento somou 1,2 mil toneladas, que equivaleram a R\$ 200 mil em bônus, distribuídos a 20.529 clientes. O investimento da Ampla foi de R\$ 634,8 mil. Desde a criação do programa, em 2008, os resíduos totalizaram 3.167 toneladas e foram distribuídos R\$ 584,3 mil em bônus, beneficiando 50.529 clientes.

Biodiversidade

As atividades da Endesa Brasil que causam impactos significativos sobre o meio ambiente, os *habitats* e a biodiversidade local se referem a manutenção e instalação de linhas de distribuição em locais remotos, que atravessam parques, reservas e estações ecológicas. Envolve eventual supressão vegetal e risco de vazamento de óleo mineral isolante, com impactos, respectivamente, de redução de *habitat* e biodiversidade e de contaminação do solo.

Nesses casos, para evitar e/ou minimizar os impactos, são cumpridos os requisitos da legislação ambiental, há treinamento das equipes e utilização de equipamentos e materiais ecológicos, como as chamadas linhas verdes (com cabos aéreos protegidos que minimizam a necessidade de podas) e postes de eucalipto, além do manejo sustentável da vegetação, com corte seletivo e preservação dos corredores e remanescentes florestais. | GRI | EN12 | EN14

O controle de vegetação em áreas de subestações é feito manualmente para evitar o uso de pesticidas ou agrotóxicos, minimizando o impacto sobre fauna e flora. Na expansão das redes de distribuição, são priorizadas estradas já abertas para colocar os postes, a fim de evitar o corte de árvores em mata fechada. Além disso, quando não é possível desviar de árvores nativas, é utilizada a cruzeta-beco, que dispõe os cabos somente no lado oposto ao da vegetação, de forma a evitar a supressão vegetal. A Coelce realiza o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) na construção de linhas de transmissões e subestações e a Endesa Cachoeira executa análises trimestrais da qualidade da água do reservatório, que tem apresentado resultados normais, inclusive à jusante, após a saída de água das turbinas. | GRI | EN14

A Coelce possui subestações instaladas em municípios que abrigam cinco unidades de conservação de um total de 68 unidades administradas pelo governo federal, governo estadual, prefeituras ou pela iniciativa privada – das quais 16 são reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), 12 pelo Instituto Chico Mendes, 28 pela Superin-

tendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) e 12 por prefeituras municipais. Destaca-se a existência de subestação na Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité, a primeira e mais extensa APA criada pelo governo do Estado do Ceará. Todas as operações realizadas nessas áreas seguem rigorosos procedimentos operacionais, de modo a minimizar os impactos ambientais. Não foram registradas restaurações nas referidas áreas. | GRI | EN13

Ampla possui operações em localidades com elevada biodiversidade e recuperou área de um hectare, com plantio de mudas das espécies nativas, como compensação ambiental descrita nas condicionantes da licença ambiental de instalação e operação emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea – LIO nº IN018884), para a linha de transmissão Teresópolis/Ponte Nova, ao custo de R\$ 3.040. No ano, a companhia promoveu duas caminhadas ecológicas que envolveram voluntários em ações ambientais, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente e ao Dia Mundial da Árvore. No segundo evento, foram plantadas 50 mudas da mata nativa no Parque Estadual Serra da Tiririca, no Rio de Janeiro. | GRI | EN13 | EU13

De forma voluntária, a Endesa Cachoeira promove desde 2009 o reflorestamento do entorno do reservatório e já recuperou 54 hectares da mata ciliar, com o plantio de 90 mil mudas nativas do Cerrado. As áreas em processo de recuperação não foram prejudicadas pela usina – a região é historicamente ocupada e aproveitada para atividades agropastoris, principais responsáveis pela degradação do bioma Cerrado. O programa se dá em áreas pré-selecionadas em parceria com os respectivos proprietários, em áreas localizadas nos Estados de Goiás e de Minas Gerais. O objetivo do programa, que tem duração prevista de cinco anos, é recuperar 100 hectares, totalizando em torno de 166 mil mudas plantadas, de mais de 80 diferentes espécies nativas do Cerrado. Serão criados ainda corredores ecológicos interligando fragmentos de mata nativa preservados. Durante o ano de 2012 foram realizadas atividades de manutenção nas áreas plantadas.

Propriedades em áreas protegidas ou de alta biodiversidade ⁽¹⁾ | GRI | EN11

Ampla		Coelce
Área ocupada (km ²)	0,048 (dentro das áreas); 0,065 (adjacências das áreas)	4,0947
Localização	Petrópolis e Araruama (áreas); Itatiaia, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Guapimirim, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia, Iguaba, Saquarema, Rio das Ostras e São Francisco de Itabapua (adjacências)	Guaramiranga
Tipo de operação	Subestações	Subestação
Valor da biodiversidade	Ecosistemas terrestres	Ecosistemas terrestres
Estado de conservação	Reservas e parques estaduais e municipais	Reservas e parques estaduais e municipais

⁽¹⁾ As empresas de geração e transmissão não mantêm ativos em áreas protegidas ou nas proximidades dessas áreas

Espécies citadas na lista vermelha da IUCN | GRI | EN15

Empresa	Espécie	Níveis de riscos de extinção
Endesa Cachoeira	Lobo-gurá (<i>Chrysocyon brachyurus</i>)	Quase ameaçado
	Tamanduá-bandeira (<i>Myrmecophaga tridactyla</i>)	Vulnerável
Endesa Cien	Lobo-guará (<i>Chrysocyon brachyurus</i>)	Quase ameaçado
	Puma ou leão-baixo (<i>Puma concolor</i>)	Mínimo de preocupação
	Pinheiro-do-paraná (<i>Araucaria angustifolia</i>)	Criticamente ameaçado
Endesa Fortaleza	Jararaca-da-seca (<i>Bothrops erythromelas</i>)	Pouco preocupante

Educação ambiental

Com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e agentes multiplicadores do conceito de sustentabilidade, a Endesa Brasil mantém constantes investimentos em programas de educação ambiental. A prática foi reconhecida em 2012, com a premiação da Coelce na categoria Educação Ambiental no Prêmio Fiec, concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que reconhece as empresas cujas práticas contribuem para a conservação do meio ambiente, por seu trabalho de educação desenvolvido nas escolas por meio do projeto Nave Coelce, equipamento para visitação de alunos beneficiados pelo projeto Coelce nas Escolas (*Mais informações no capítulo Sociedade/Ações Educativas*).

Conscientização interna

Durante o ano, 1.400 colaboradores da Coelce foram treinados em programas de educação ambiental. Já na Ampla, 162 colaboradores passaram por treinamentos sobre o tema. Em outubro de 2012, integrantes do Comitê Operativo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional participaram de capacitação sobre as normas NBR ISO 14001:04 e BS OHSAS

18001:07. O objetivo foi preparar os profissionais para o processo de auditoria integrada para a recertificação das áreas.

Caminhadas ecológicas marcaram o Dia Mundial da Árvore e o Dia Mundial do Meio Ambiente na Ampla. No primeiro, 30 colaboradores plantaram 50 mudas da mata nativa no Parque Estadual Serra da Tiririca e visitaram o Museu Arqueológico. No segundo, a caminhada aconteceu na Área de Interesse Ecológico do Espraiado, uma unidade de conservação do município de Maricá (RJ). Mais de 30 voluntários participaram de mutirão de limpeza, que recolheu 15 sacos de lixo durante a caminhada.

Conformidade

Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza não receberam sanções referentes a temas ambientais em 2012. A Coelce respondeu a dois processos administrativos e dois judiciais referentes a fatos ocorridos em anos anteriores. A Ampla teve duas sanções não monetárias durante o ano e contabilizou R\$ 78,3 milhões em multas, além de ter respondido a 14 processos administrativos. | GRI | EN28

Eficiência energética



No ano foram investidos R\$ 29,5 milhões em programas de eficiência energética, sendo R\$ 18,1 milhões pela distribuidora Ampla e R\$ 11,4 milhões pela Coelce. Esses recursos são aplicados de acordo com a legislação do setor brasileiro, que determina que as concessionárias destinem anualmente 0,5% da receita operacional líquida a programas de eficiência energética.

Os projetos disseminam conceitos sobre o consumo consciente de energia elétrica e demais recursos naturais associados ao equilíbrio do orçamento doméstico, pelo uso adequado de energia e a preservação do meio ambiente. Várias iniciativas e encontros em comunidades de baixa renda nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará tratam do tema e incluem a doação de geladeiras e lâmpadas eficientes, retirando-se equipamentos obsoletos e dispendiosos no consumo de energia. Uma geladeira nova, por exemplo, pode consumir até 70% menos que um equipamento antigo, menos ecoeficiente. Os novos têm selo classe A do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), apresentando certificação de qualidade e tecnologia moderna que permite ao fabricante garantir menor consumo de energia.

O conjunto de projetos proporcionou redução de 55.281,7 MWh/ano, equivalente a um custo de cerca de R\$ 3,1 milhões. Em 2012, foi realizada a troca de mais de 16 mil refrigeradores antigos por aparelhos novos e mais eficientes e mais de 312 mil lâmpadas incandescentes foram substituídas por fluorescentes.

Troca Eficiente – O projeto Troca Eficiente visa combater o desperdício de energia elétrica nas residências dos consumidores de baixo poder aquisitivo, contribuindo para ampliar a consciência na mudança de hábitos para um comportamento de uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica. Inclui ações educacionais, troca de geladeiras e substituição de lâmpadas. Uma geladeira nova, por exemplo, pode consumir até 70% menos que um equipamento antigo, menos ecoeficiente. Em 2012, foram investidos R\$ 6,6 milhões, redução de 48% em relação ao ano anterior, quando a companhia destinou recursos de R\$ 12,5 milhões. Em 2012, foram beneficiadas 79 comunidades cearenses e 41.966 clientes, com a doação de 5.956 geladeiras e a troca de 83.931 lâmpadas. No total, a ação beneficiou 167.864 pessoas, entre clientes e familiares.

Consciência Ampla Eficiente – Conjunto de iniciativas com o objetivo de promover a consciência para o desenvolvimento sustentável, disseminando conceitos sobre o consumo consciente de energia elétrica e demais recursos naturais associados ao equilíbrio do orçamento doméstico e à preservação do meio ambiente. Projetos incluem ações diretas com clientes de baixa renda e em instalações públicas. Em 2012, foram substituídos 10.143 refrigeradores e reformadas instalações internas das residências de 5.366 clientes, com a troca de 228.228 lâmpadas incandescentes por fluorescentes, e a substituição de 946 chuveiros por equipamentos mais econômicos. Os projetos para os clientes de classe residencial proporcionaram redução de 23.730,8 MWh/ano de consumo de energia elétrica. Considerando apenas os clientes baixa renda beneficiados, os projetos significaram economia de 9.588,1 MWh/ano.

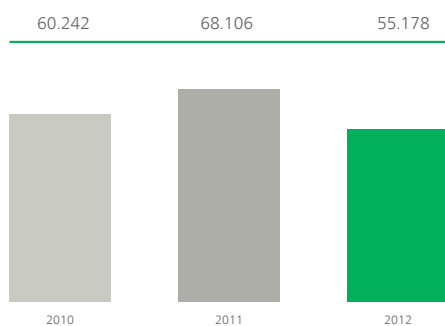
Já as iniciativas em hospitais, escolas e prédios públicos consistem na adequação e modernização de sistemas de iluminação e refrigeração, o que envolve lâmpadas com menor potência e luminárias com foco direcional, nas quais há baixa perda do foco luminoso, assim como de equipamentos de ar-condicionado com selo Procel Classe A. Nos hospitais, também é feita a substituição de chuveiros elétricos por sistemas de aquecimento de água

que têm como fonte a energia solar. Em caso de necessidade, a Ampla providencia a troca de geladeiras antigas por modelos novos, fabricados a partir de nova concepção tecnológica para o consumo de energia, com selo A do Procel. Em 2012, foram beneficiados sete hospitais e um asilo de idosos em benfeitorias que proporcionaram redução de 750,99 MWh/ano de energia elétrica e diminuição de 491,01 kW na demanda de ponta.

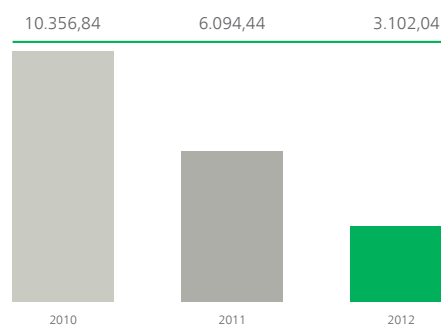
Energia economizada | GRI | EU7

	Ampla		Coelce		Total	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Residencial (MWh/ano)	825,8	23.627,3	16.464,0	13.961,0	17.289,8	37.588,3
Residencial Baixa Renda (MWh/ano)	33.403,7	9.588,1	13.482,0	5.650	46.885,7	15.238,1
Poder público (prédios, como escolas, hospitais) (MWh/ano)	1.725,5	1.106,1	1.990,0	977,0	3.715,5	2.083,1
Aquecimento solar (MWh/ano)	215,0	268,7	-	-	215,0	268,7
Total de energia economizada (MWh)	36.170,0	34.693,7	31.936,0	20.588,0	68.106,0	55.178,2
Redução de demanda no horário de ponta (MW)	20,728	11,095	8,7	2,9	29,428	13,995
Custo evitado com energia economizada (R\$ mil)	749,46	638,24	5.344,98	2.463,80	6.094,44	3.102,04

Energia economizada (MWh)



Custo evitado (R\$ mil)



Inovação



“ Compromisso com as tecnologias e as ideias inovadoras para as atividades ”

A Endesa Brasil investe em inovação, melhoria contínua e pesquisa e desenvolvimento (P&D) para manter-se competitiva e aprimorar seus processos. Além de estimular o comportamento inovador entre seus colaboradores por meio dos programas de ideias, busca a interação com clientes e entidades de pesquisa para criar as soluções mais adequadas às necessidades do setor. As ações de P&D são desenvolvidas conforme diretrizes do órgão regulador e têm o objetivo de promover mais qualidade e eficiência no sistema elétrico.

Inova

O Inova, programa de captação de ideias da Ampla, superou sua meta de retorno financeiro em 2012, que era de R\$ 1,8 milhão em redução de custos ou novas receitas, alcançando R\$ 5,4 milhões – esse resultado considera apenas os projetos com até um ano de duração e desenvolvidos em 2012. No ano, foram recebidas 104 ideias. No total, 10 projetos (13 pessoas) foram premiados nas diferentes fases do programa, totalizando R\$ 77,4 mil em premiações. Desde o seu relançamento em 2009, o programa proporcionou economias de R\$ 13 milhões para a Ampla e distribuiu R\$ 105 mil em prêmios para seus colaboradores.

As ideias sobre produtos, serviços e modelos de negócios são cadastradas pela internet (www.inovaampla.com) e analisadas pelo Comitê de Inovação. As aprovadas são encaminhadas à Diretoria para outra análise e, caso novamente aprovadas, podem tornar-se projetos em potencial.

Os participantes são reconhecidos desde o início do processo. Quando a ideia é aprovada o autor recebe R\$ 300,00. Se o projeto for implantado ele recebe mais R\$ 1 mil. Após

um ano de implantação, o autor pode ganhar até 10% dos benefícios gerados, limitado a R\$ 10 mil, sendo a premiação dividida entre os autores.

Destaque em 2012 foi o projeto Call Back, que reduz o gasto com chamadas de celulares pela integração de tecnologia ao sistema existente, permitindo retorno automático de chamadas realizadas pelo cliente via celular. A inovação proporcionou resultado de R\$ 2,7 milhões para a empresa nos seus primeiros 12 meses de implantação, e os três autores (Giuseppe Brandão, Glaucio Marcharet e Bruno Alineri) receberam cada um premiação no valor R\$ 10,4 mil pelo resultado alcançado.

Em 2012, graças ao programa, a Ampla foi selecionada para fazer parte do grupo de estudos de Gestão da Inovação formado pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ). O processo de seleção, realizado pela FNQ em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), avaliou as práticas de gestão da inovação apresentadas pelas empresas inscritas. O Programa Inova ganhou a pontuação máxima (100%).

Deu Certo

O programa Deu Certo – gente que acredita e faz, premia, com recursos próprios, iniciativas voluntárias com resultados comprovadamente efetivos para a Coelce. Na companhia não basta ter ideia, é preciso provar que ela funciona e é viável. Dessa forma, qualquer funcionário que tiver uma ideia deve convencer outras quatro pessoas, montar uma equipe e desenvolver e colocar em prática o projeto em uma das duas categorias: produtos ou serviços. Ao ano, são três ciclos de seleção e quatro projetos vencedores – dois de produto e dois de processo. As

equipes vencedoras de cada ciclo recebem brindes e, no final do ano, concorrem a uma viagem internacional. Em 2012, significou 53 projetos-pilotos testados, totalizando mais de 270 projetos apresentados desde 2008.

Em 2012, os vencedores para produtos foram: Instalador de ramal UC aéreo (ferramentas que apoiam a instalação a partir do solo, sem a necessidade de um caminhão Sky ou escada); Baú da Construção (conjunto de ferramentas, na proporção 4:1, que melhoram os treinamentos das equipes). Para processos, os vencedores foram: Responsabilidade compartilhada de alimentadores (metodologia que ranqueia as equipes, mostrando as melhores e piores, em desempenho, por focar na melhora); localização de faltas no Google Earth (*link* entre os diagramas unifilares já mapeados no Sistema de Ajuda à Manutenção (SAM), o georreferenciamento dos equipamentos e a utilização do Google Earth).

Bolsa Coelce de Inovações

Para levar para outras unidades as soluções encontradas pelos funcionários para as suas áreas, a Coelce criou a Bolsa Coelce de Inovações. Pode se inscrever qualquer equipe que tenha apresentado seu projeto no Deu Certo. Uma vez inscrita, a “empresa” (projeto) passa a se valorizar por meio do aceite de sua implantação em outra unidade e dos “investimentos” dos colaboradores. Ao se cadastrar no site da Bolsa, cada colaborador recebe C\$ 1.000,00 (mil “coelces”), uma moeda virtual, para aplicar nos projetos que desejar. Se a carteira na qual investiu lhe garantir ganho de valor, pode reinvestir o lucro ou comprar objetos. Dessa forma, cada colaborador pode participar tendo uma ideia e lançando-a na Bolsa ou investindo em ideias de colegas.

Em 2012 foram implantados 88 projetos em diferentes áreas, proporcionando ganhos de valor, tangíveis e intangíveis. Os projetos selecionados na final também são premiados com viagem internacional. A unidade ou área que mais aceitar a adoção dos projetos também recebe prêmios.

Eidos Market

Em 2012, mais uma plataforma de inovação foi criada para fomentar o espírito inovador dos funcionários, o *Eidos Market* (de origem grega, Eidos significa ideia ou representação do real). Por meio dessa ferramenta – que substitui o *Novare*, antigo programa de inovação da Endesa – os colaboradores podem propor ideias para os desafios lançados pelo grupo, relacionados aos quatro pilares do plano estratégico: saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, clientes e excelência operativa. As ideias finalistas são avaliadas, de acordo com a viabilidade, pelas áreas responsáveis pelos temas propostos.

Os colaboradores participam dessa comunidade virtual propondo suas próprias ideias ou investindo em soluções já enviadas por outros participantes. Obtêm assim créditos virtuais chamados “novis”, que podem ser trocados por prêmios como produtos da Apple ou cartões-presente da Amazon no leilão realizado no final do processo. Cada funcionário recebe um e-mail personalizado com nome de usuário e senha. A ferramenta pode ser acessada pela intranet corporativa ou pelo endereço www.eidosmarket.com.

Pesquisa e desenvolvimento



Projetos de inovações tecnológicas, geração de energia não convencional, aumento de eficiência operacional, saúde e segurança no trabalho, redução do impacto ao meio ambiente, responsabilidade social e desenvolvimento de novas tecnologias para combate a perdas técnicas e comerciais concentram as iniciativas de pesquisa e desenvolvimento. Os programas de P&D seguem as determinações do órgão regulador e suas iniciativas são estabelecidas a partir de avaliações internas e do contato com universidades, fabricantes e institutos de pesquisa.

Um Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento é responsável por avaliar o elemento estratégico e o risco associado a cada projeto. A Endesa Brasil respeita a obrigatoriedade dos contratos de concessão, que incluem cláusula determinando que as empresas do setor elétrico façam investimentos anuais em P&D proporcionais a sua receita operacional líquida.

Cidade Inteligente

A principal iniciativa da Endesa Brasil em Pesquisa e Desenvolvimento, em 2012, foi a continuidade do projeto Cidade Inteligente Búzios, que contempla a instalação de sistemas inteligentes de uso da energia elétrica (*smart grid*, ou redes inteligentes), com o objetivo de promover aprendizado sobre o tema, disseminando a percepção de consumo consciente. Localizada no litoral do Rio de Janeiro, Búzios tem grande afluência de turistas e está se tornando a primeira cidade inteligente da América Latina.

O projeto inclui oito eixos de atuação: iluminação pública eficiente, veículos elétricos, telecomunicação e sistemas inteligentes, armazenamento de energia, gestão de energia, geração distribuída, prédios inteligentes e conscientização de clientes. O principal diferencial é o propósito de engajar os moradores nas práticas de consumo consciente, com ações sociais de capacitação para que se tornem produtores de energia, façam economia na conta e auxiliem na proteção do meio ambiente, entre outros aspectos.



Cidade Inteligente Búzios Aerogerador - Energia sustentável



Cidade Inteligente Búzios



CENTRO DE MONITORAMENTO E PESQUISA



AEROGERADOR
Equipamento com tecnologia de ponta para energia limpa



A iniciativa permitirá à cidade e aos seus moradores a aplicação de tarifas diferenciadas de acordo com o horário de consumo, a utilização de sistemas de iluminação pública mais sustentáveis e incentivo à eficiência energética nos prédios públicos e nas residências, possibilitando controlar o consumo em tempo real. Uma rede de distribuição inteligente com sistemas de controle automáticos permite também melhorar a garantia de fornecimento elétrico.

Em 2012, foram instalados 222 medidores inteligentes – em 2013 serão mais 6 mil equipamentos. Para iluminação pública, 60 luminárias de LED já estão funcionando com eficiência na Lagoa de Búzios. Sistema *wi-fi* para conexão à internet foi disponibilizado na região mais turística da cidade, permitindo o acesso simultâneo de até 2 mil clientes. Três chuveiros ecológicos, com motores movidos a partir de painel solar, reduzem o consumo de energia sem afetar o bem-estar dos banhistas; mais seis chuveiros devem ser instalados em 2013. A cidade conta com quatro carros e duas motos elétricas, usados na operação da empresa na localidade, um posto de recarga de energia para veículos elétricos e pontos de microgeração solar e eólica. O posto do EcoAmpla inaugurado na cidade em 2012 recolheu mais de 13 toneladas de resíduos e 8 mil litros de óleo de cozinha até outubro de 2012.

Geração

A Endesa Geração busca projetos com resultados voltados à inovação no setor industrial de energia elétrica, como a obtenção de novas tecnologias, além de pesquisas em energias renováveis. A Endesa possui atualmente uma carteira com nove projetos de P&D em execução. A companhia participa de projetos estratégicos de P&D cooperados, com o intuito de obter resultados comuns ao setor de Energia Elétrica, conforme chamadas públicas da Aneel.

Pela primeira vez, a Endesa Geração realizou a defesa de um projeto de Tema Estratégico para o setor elétrico regulamentado pela Aneel como proponente executora da iniciativa. O projeto foi apresentado à Aneel e aguarda parecer para contratação em 2013.

A empresa desenvolve projetos de avaliação de tecnologias de energia solar em cooperação com outras empresas do setor elétrico brasileiro. A iniciativa contempla a instalação de uma central solar fotovoltaica de 3 MW e oito módulos de avaliação espalhados em diferentes regiões do país, com o objetivo de analisar o desempenho de diferentes tecnologias, regiões e climas. A Endesa Geração será responsável pela instalação de quatro módulos, com investimento de R\$ 5,5 milhões.

Para pesquisar as possibilidades de armazenamento de energia, será realizado projeto de integração de baterias com tecnologias distintas. O objetivo é tornar os sistemas de armazenamento mais inteligentes e eficientes, a partir da alternância de utilização de tecnologias. Os mecanismos poderão ser utilizados no carregamento de veículos elétricos e no fornecimento de energia em situações especiais, como horários de ponta e casos de blecaute.

Acionistas



“ Compromisso com a geração de valor e a rentabilidade baseada no crescimento sustentável ”

O consumo de energia elétrica no Brasil encerrou 2012 com expansão de 3,5%, totalizando 448.293 gigawatts-hora (GWh), acima do crescimento de 1% apresentado pela economia nacional, de acordo com relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo a EPE, o descolamento entre o Produto Interno Bruto (PIB) do país e a energia consumida é próprio de períodos em que a economia cresce menos.

O acréscimo do consumo foi maior nos segmentos de comércio e serviços (7,9%) e residencial (5,0%), com estabilidade no consumo industrial. A energia residencial total ultrapassou 117.500 GWh, atendendo a 61,7 milhões de residências, aumento de 3% no número de consumidores. A EPE atribui esse crescimento ao dinamismo do mercado imobiliário e às iniciativas de extensão do serviço de eletricidade. Subiu também, em 2%, o consumo por unidade residencial, devido ao aquecimento no mercado de trabalho, aumento da renda e expansão do crédito.

No setor terciário, o aquecimento das atividades elevou a demanda, com destaque para a ampliação e o expressivo crescimento de vendas no varejo, principal segmento demandante de eletricidade na classe. O setor de serviços também teve um bom ano, com abertura de novos postos de trabalho e desenvolvimento do subsetor de turismo.

Ambiente regulatório

As empresas que integram a Endesa Brasil têm suas atividades regulamentadas e regidas por políticas públicas. Em 2012, mereceram atenção as novas regras para o setor elétrico propostas pelo governo federal por meio da Medida Provisória 579, com tratativas para renovação das concessões que venciam entre 2015 e 2017. As medidas, no entanto, não ocasionaram alterações imediatas ou significativas nas empresas da Endesa Brasil, pois a concessão das empresas reguladas do grupo apresentam prazos mais extensos. Na distribuição, as novas regras têm custo repassado aos clientes na parcela A, não afetando o resultado financeiro.

No ano, entrou em prática o terceiro ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia. A Coelce foi uma das primeiras empresas nas quais as novas regras foram aplicadas e, apesar das alterações, não houve impacto relevante nos resultados da distribuidora. A companhia trabalhou em alinhamento com as demais empresas do setor e com o órgão regulador.



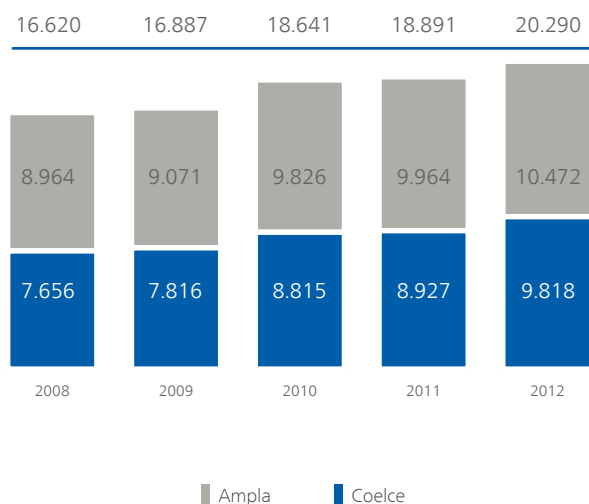
Desempenho dos negócios

O volume total de venda e transporte de energia pelas empresas de distribuição foi de 20.290 GWh, o que representa incremento de 7,4% em relação a 2011, cujo volume foi de 18.891 GWh. Essa variação é o efeito combinado da evolução de 6,7% no mercado cativo de Ampla e Coelce e pelo maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, de 2.657 GWh, foi 12,5% superior ao registrado no ano anterior. A energia transportada proporciona uma receita de Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

No mercado cativo, com volume total de 17.633 GWh, apenas as classes residencial baixa renda e industrial apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda e pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Observa-se uma expressiva variação no consumo nas classes residencial convencional e residencial baixa renda, reflexo das alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os novos critérios causaram migração de antigos clientes classificados como residencial baixa renda (menor consumo) para a classe residencial convencional.

Energia vendida e transportada Distribuição (GWh)



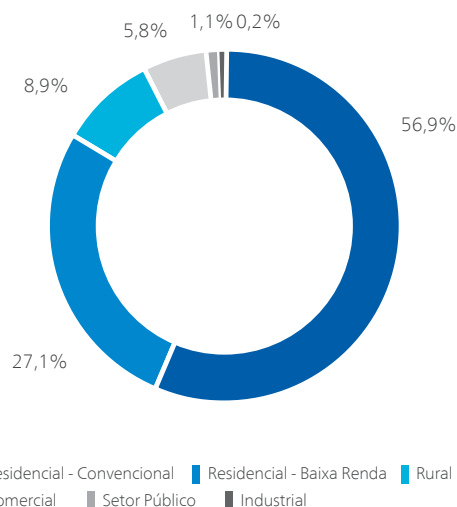
Venda e transporte de energia (GWh)

	Ampla		Coelce		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Mercado Cativo	8.591	8.968	7.938	8.665	16.529	17.633
Clientes Livres	1.373	1.504	989	1.153	2.362	2.657
Total – Venda e Transporte de Energia	9.964	10.472	8.927	9.818	18.891	20.290

Venda de energia no mercado cativo (GWh)

	Ampla		Coelce		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Residencial – Convencional	3.365	3.915	1.553	2.020	4.918	5.935
Residencial – Baixa Renda	720	417	1.489	1.290	2.209	1.707
Industrial	1.154	1.058	1.276	1.186	2.430	2.244
Comercial	1.921	2.052	1.671	1.826	3.592	3.878
Rural	221	234	810	1.093	1.031	1.327
Setor Público	1.210	1.292	1.139	1.250	2.349	2.542
Total – Venda de Energia no Mercado Cativo	8.591	8.968	7.938	8.665	16.529	17.633

Consumo de energia por classe de cliente Mercado cativo (GWh)



Balanço de energia

A energia total requerida pelos sistemas de Ampla e Coelce em 2012 foi de 24.758 GWh, 8,1% superior ao volume registrado em 2011 (22.908 GWh). O maior crescimento foi registrado na Coelce, com demanda 11,0% maior. A energia efetivamente distribuída registrou incremento de 7,8% (5,8% na Ampla e 10,1% na Coelce), passando de 19.193 GWh para 20.693 GWh.

Na Coelce, a diferença entre o incremento apresentado pela energia total requerida e pela energia efetivamente distribuída é reflexo do aumento (+0,66 p.p.) nas perdas no sistema de distribuição, que passaram de 11,92%, em 2011, para 12,58%, em 2012.

Balanço de energia

	Ampla		Coelce		Consolidado	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Demanda máxima de energia (MW)	2.081	2.106	6.077	6.714	8.158	8.820
Energia requerida (GWh)	12.725	13.458	10.183	11.300	22.908	24.758
Energia distribuída (GWh)	10.223	10.815	8.970	9.878	19.193	20.693
Residencial – Convencional	3.188	3.764	1.616	2.033	4.804	5.797
Residencial – Baixa Renda	720	417	1.422	1.278	2.142	1.695
Industrial	1.177	1.011	1.278	1.187	2.455	2.198
Comercial	1.861	2.133	1.679	1.834	3.540	3.967
Rural	218	236	816	1.105	1.034	1.341
Setor Público	1.244	1.303	1.143	1.261	2.387	2.564
Clientes Livres	1.373	1.506	989	1.153	2.362	2.659
Revenda	421	422	14	14	435	436
Consumo Próprio	21	23	13	13	34	36
Perdas na Transmissão – Rede Básica (GWh)	673	593	206	223	879	816
Perdas na Distribuição – Sistema (GWh)	2.502	2.643	1.213	1.422	3.715	4.065
Perdas na Distribuição – Sistema (%)	19,66%	19,64%	11,92%	12,58%	16,22%	16,3%

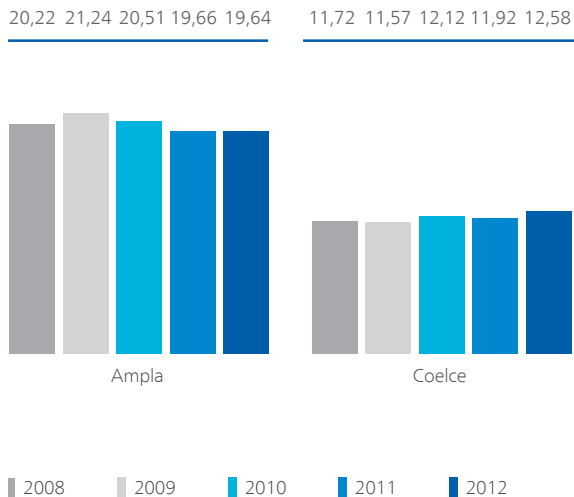
Perdas

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 16,42% em 2012, estáveis em relação às perdas registradas em 2011, de 16,22%. Em Ampla, com perdas de 19,64% ante 19,66% no ano anterior, esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes

pela medição eletrônica, que ocorreu em julho de 2009, e que estava suspenso pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo Inmetro). Na Coelce, as perdas cresceram de 11,92% para 12,58%. Nos últimos 12 meses, os investimentos no combate às perdas somaram R\$ 186 milhões na Ampla e R\$ 19 milhões na Coelce.

Na Ampla, o índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses) encerrou 2012 em 97,89%, percentual inferior (-0,90 p.p.) ao registrado no fim de 2011, de 98,79%. Na Coelce, o índice de arrecadação encerrou o ano em 99,48%, percentual superior (0,05 p.p.) ao de 2011, de 99,43%.

Perdas de energia (em %)



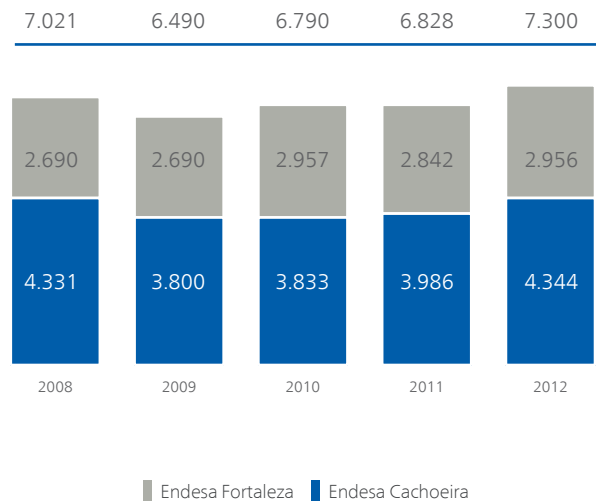
Geração | GRI | EU2 | EU11 | EU30

Endesa Cachoeira gerou 19,3% mais energia em 2012, totalizando 3.722 GWh (3.121 GWh em 2011) e o fator de disponibilidade atingiu 98,11%. Foram registradas paradas planejadas para modernização das unidades geradoras 01, 02, 03, 05, 07 e 08.

A Central Geradora Térmica Fortaleza – Endesa Fortaleza apresentou índice de disponibilidade acumulado de 98,93%. Foram registradas paradas planejadas para inspeções de manutenção nas unidades geradoras de gás e vapor durante o mês de novembro. A operação da usina registrou eficiência média de 50,81%.

As vendas de energia somaram 7.300 GWh, volume 6,9% acima do ano anterior.

Energia vendida - Geração (GWh)



Transmissão

Em 2012, a Aneel aprovou o projeto da Endesa Cien referente à obra de seccionamento da linha Garabi II. O projeto consiste de: (i) construção em Santo Ângelo do ramal da linha de transmissão atual, de 525 kV, Garabi-Itá II, com dois circuitos simples de 12 quilômetros; e (ii) construção adicional de duas linhas de transmissão na subestação Santo Ângelo, com o equipamento principal correspondente (disjuntores, interruptores, seccionadores e transformadores), sala de controle e de serviços auxiliares independentes.

No ano, a empresa transmitiu 77 GWh de energia para a Argentina.



endesa
brasil



Desempenho econômico-financeiro

A receita operacional bruta de 2012 alcançou R\$ 10,7 bilhões, 14% superior à apresentada em 2011, decorrente de um maior volume de energia distribuída e vendida, além dos efeitos associados à aplicação combinada de reajustes/revisões tarifárias nas distribuidoras.

As deduções da receita operacional evoluíram em linha com as variações registradas na receita bruta. A receita líquida, por sua vez, fechou 2012 com R\$ 7,5 bilhões, 14% acima da apresentada no ano anterior.

Os custos e despesas operacionais registraram incremento de 16%, decorrente, principalmente, de reajustes contratuais, aumento dos custos de compra de energia e do

volume das operações, compensado em parte pelos ganhos de eficiência das empresas.

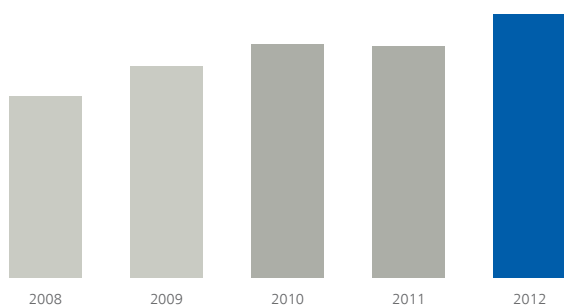
Essas variações implicaram um EBITDA de R\$ 2,4 bilhões, 5% superior ao apresentado em 2011 (R\$ 2,2 bilhões).

O resultado financeiro registrou melhora, encerrando o ano positivo em R\$ 161 milhões. Essa variação é devida, basicamente, a ajustes efetuados no ativo indenizável das distribuidoras e ao recebimento de dívida comercial.

Em decorrência dos efeitos acima, o total de impostos apresentou incremento de 38% e o lucro líquido cresceu 22%, alcançando, em 2012, um total de R\$ 1,5 bilhão (R\$ 1,2 bilhão em 2011).

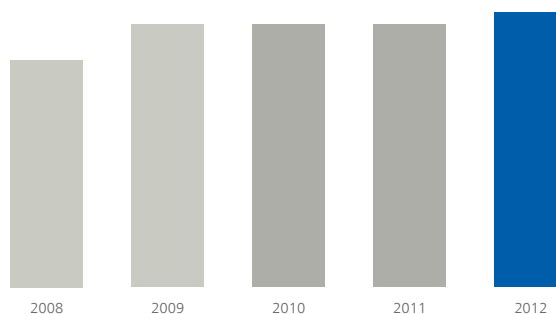
Receita operacional bruta (R\$ milhões)

7.311 8.589 9.482 9.325 10.669



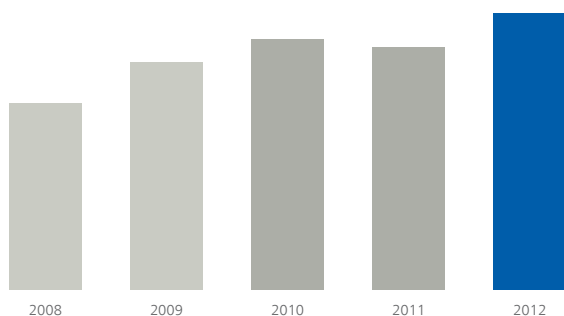
EBITDA (R\$ milhões)

1.936 2.246 2.227 2.237 2.357



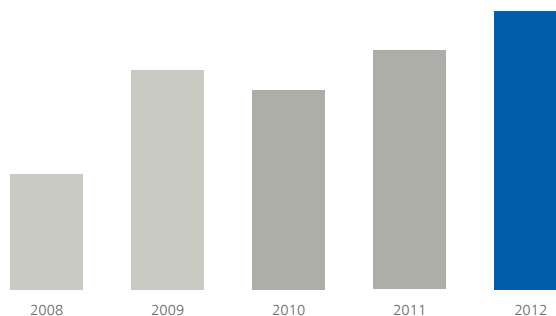
Receita operacional líquida (R\$ milhões)

5.056 6.151 6.703 6.579 7.485



Lucro líquido (R\$ milhões)

580 1.129 1.085 1.204 1.471



Investimentos

Os investimentos totais de 2012 somaram R\$ 745,2 milhões, valor 6,8% inferior ao registrado em 2011, efeito especialmente do menor volume destinado ao Programa Luz para Todos, uma vez que as áreas rurais já estão com o atendimento considerado universalizado, restando apenas ligações residuais a serem efetuadas.

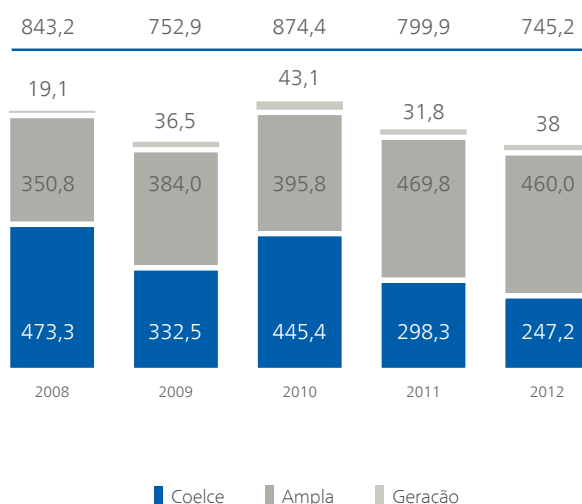
Na Ampla, o maior volume foi destinado ao combate às perdas, que representou R\$ 186 milhões (40,3%) do valor investido no período. Na Coelce, o valor aplicado em novas conexões foi de R\$ 85 milhões, o equivalente a 34,2% do total. No consolidado de distribuição, novas conexões representaram investimentos de R\$ 237,3 milhões, 33,2% do total de R\$ 714,5 milhões do total.

Os investimentos em geração atingiram R\$ 38,0 milhões, acréscimo de 19,5% sobre o ano anterior. O maior volume foi aplicado por Endesa Fortaleza (R\$ 18,3 milhões), no plano de manutenção de longo prazo das unidades geradoras. Endesa Cachoeira investiu R\$ 12,9 milhões, sendo 90% destinado a atividades de reforço, modernização e ampliação, destacando-se a modernização das unidades geradoras 05, 06 e 08. Em Cien, os investimentos somaram R\$ 6,8 milhões, destinados, basicamente, à aquisição de detector de tensão referente ao projeto de seccionamento da linha Garabi II.

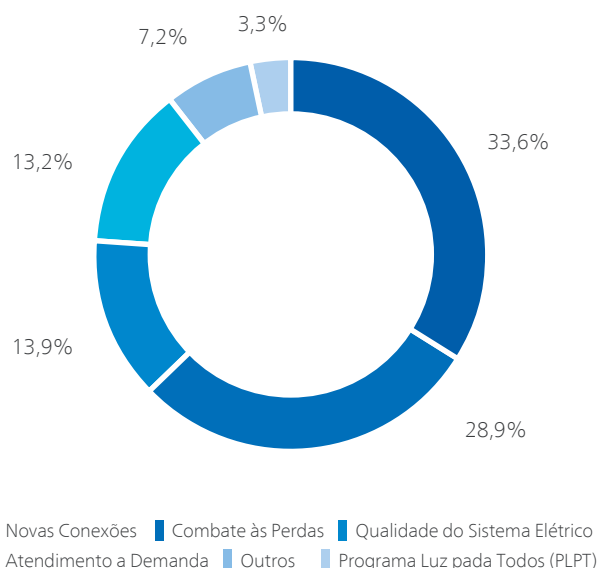
Evolução dos investimentos (R\$ milhões)

	2008	2009	2010	2011	2012
Distribuição	824,1	716,5	841,2	768,1	707,2
Coelce	473,3	332,5	445,4	298,3	247,2
Ampla	350,8	384,0	395,8	469,8	460,0
Geração	19,1	36,5	43,1	31,8	38,0
Cachoeira	10,4	17,2	11,9	4,3	12,9
Fortaleza	4,3	13,5	5,7	26,1	18,3
Cien	4,4	5,8	25,5	1,4	6,8
Total	843,2	753,0	884,3	799,9	745,2

Investimentos (R\$ milhões)



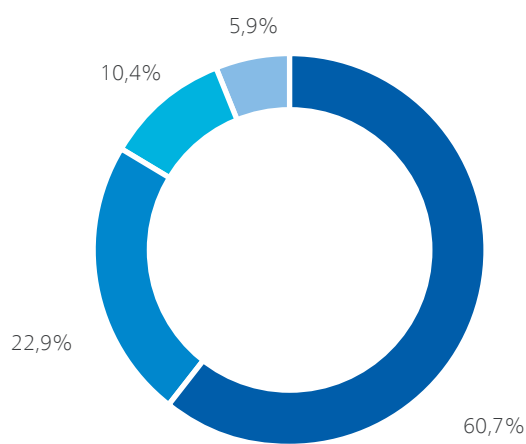
Distribuição dos investimentos



Valor adicionado

O valor adicionado, que reflete a riqueza agregada pela atividade empresarial, totalizou R\$ 6,4 bilhões, 16,9% acima do registrado no ano anterior. O valor representa a diferença entre a receita bruta da Endesa Brasil e os valores pagos por materiais e serviços adquiridos de terceiros, depreciação e amortizações. Do total, 60,7% foram distribuídos ao governo e à sociedade, na forma de impostos, taxas e contribuições; 5,9% a colaboradores (salários, benefícios e encargos sociais); 10,4% a financiadores (juros, despesas financeiras e aluguéis) e 22,9% a acionistas (dividendos e reservas).

Distribuição do valor adicionado



■ Governo e sociedade ■ Acionistas ■ Terceiros ■ Colaboradores

Demonstração do valor adicionado | GRI | EC1

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Receitas	9.349.551	9.331.973	10.626.393	13,9%
Vendas de energia e serviços	7.766.026	8.009.475	9.126.080	13,9%
Disponibilização da rede de transmissão	801.921	646.946	913.742	41,2%
Receitas relativas à construção de ativos próprios	842.535	619.135	572.735	-7,5%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-164.682	-52.980	-98.968	86,8%
Outras receitas	103.751	109.397	112.804	3,1%
Insumos adquiridos de terceiros	-3.909.620	-3.856.963	-4.538.230	17,7%
Compra de energia	-2.043.925	-2.096.519	-2.498.027	19,2%
Custo do sistema de transmissão e CFRH	-15.737	-15.959	-38.091	138,7%
Encargos de uso da rede elétrica	-175.877	-376.190	-561.018	49,1%
Custo de construção	-661.788	-619.135	-572.735	-7,5%
Material e serviços de terceiros	-906.930	-657.395	-683.081	3,9%
Recuperação de despesas – risco regulatório	-7.086	0	0	-
Outras despesas operacionais	-98.277	-91.765	-185.278	101,9%
Valor adicionado bruto	5.439.931	5.475.010	6.088.163	11,2%
Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações	-542.114	-482.371	-482.999	0,1%
Valor adicionado líquido	4.897.817	4.992.639	5.605.164	12,3%
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	342.131	496.102	808.431	63,0%
Valor adicionado recebido em transferência	342.131	496.102	808.431	63,0%
Valor adicionado a distribuir	5.239.948	5.488.741	6.413.595	16,9%

	2010	2011	2012	Varição 2012/2011
Pessoal	279.609	351.400	379.916	8,1%
Impostos, taxas e contribuições	3.255.321	3.253.423	3.893.790	19,7%
Federais	1.585.011	1.465.990	1.784.266	21,7%
Estaduais	1.753.953	1.859.533	2.136.990	14,9%
Municipais	7.052	5.703	6.170	8,2%
(-) Incentivos fiscais	-90.695	-77.803	-33.636	-56,8%
Remuneração de capitais de terceiros	619.580	680.396	669.253	-1,6%
Juros e variações cambiais	444.510	447.407	328.097	-26,7%
Outras despesas financeiras	151.340	214.222	318.173	48,5%
Aluguéis	23.730	18.767	22.983	22,5%
Remuneração de capitais próprios	1.085.438	1.203.522	1.470.636	22,2%
Participação dos não controladores	337.957	332.386	466.819	40,4%
Dividendo mínimo obrigatório	169.061	36.341	264.880	628,9%
Dividendos adicionais	0	0	741.665	-
Dividendos intercalares	0	163.258	0	-100%
Reserva legal	35.592	42.021	0	-100%
Reserva de reforço de capital de giro	472.470	598.797	48.914	-91,8%
Absorção de prejuízos	70.384	30.880	0	-100%
Retenção de Lucros	0	0	-51.642	-
Reversão de dividendos prescritos	-26	-161	0	-100%
Total	5.239.948	5.488.741	6.413.595	16,9%

Reconhecimentos externos



Great Place to Work – Pela primeira vez, Ampla, Coelce e Endesa Geração figuraram juntas no *ranking* nacional das 100 melhores empresas para se trabalhar, promovido pela revista *Época* em parceria com o Instituto Great Place to Work (GPTW).

Guia Você S/A – Exame – A lista das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, do *Guia Você S/A–Exame*, também apontou Ampla, Coelce e Endesa Geração entre as melhores do país em 2012. A Coelce foi considerada uma das melhores empresas para se começar a carreira no Brasil e Ampla eleita a melhor empresa do Brasil no aspecto Estratégia e Gestão.

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) – O Programa Bem-Viver, desenvolvido em todas as empresas Endesa Brasil, conquistou a categoria Ouro no 16º Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV). Esse compromisso com o bem-estar dos colaboradores também é reconhecido internamente: pesquisa sobre o programa apontou média geral de 93% de satisfação com as ações do Bem-Viver, um avanço em relação ao índice de 90% registrado em 2011.

Prêmio Ibero-americano de Qualidade – A Coelce recebeu o reconhecimento máximo da Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad (Fundibeq), pela excelência de sua gestão. O prêmio tem como objetivo reconhecer as organizações e fomentar o desenvolvimento das empresas latino-americanas, incentivando as melhores práticas.

Prêmio Pesquisa Cier – A Coelce recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o prêmio de melhor distribuidora de energia da América Latina na categoria Satisfação do Cliente. Trata-se de um reconhecimento internacional outorgado pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier). A companhia também recebeu menção honrosa por seu desempenho em Responsabilidade Social.

Prêmio Iasc – A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedeu à Coelce o título de distribuidora de energia com a melhor qualidade de serviço do Brasil. O estudo avaliou 63 concessionárias de todo o país.

Prêmio Abradee 2012 – Pela quarta vez consecutiva, a Coelce foi premiada como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil no reconhecimento promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A empresa obteve o primeiro lugar nas categorias Avaliação do Cliente, Responsabilidade Social e Qualidade da Gestão; e, pela sétima vez consecutiva, foi eleita a Melhor Distribuidora do Nordeste.

Questionário Ethos-Abradee – A Ampla conquistou o primeiro lugar no *ranking* do Questionário Ethos-Abradee, quesito com o maior peso (50%) do Prêmio Abradee de Responsabilidade Social. Com isso, a empresa passou do 14º para o 8º lugar na premiação.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE 2012) – Pelo sétimo ano consecutivo, a Coelce foi considerada uma das ações mais confiáveis para se investir no Brasil, de acordo com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que analisa o desempenho das empresas listadas na BM&FBovespa.

Infrastructure 100: World Cities Edition – A Cidade Inteligente Búzios foi um dos dez projetos de infraestrutura urbana considerados mais inovadores do mundo pela publicação *Infrastructure 100: World Cities Edition*, da KPMG.

Prêmio Medalha Eloy Chaves 2012 – Anualmente, o prêmio é concedido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE) às empresas do setor elétrico que apresentam os menores índices de acidentes no trabalho. Em 2012, Ampla (primeiro lugar) e Coelce (terceiro lugar) foram reconhecidas em Segurança do Trabalho.

Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PQST) – Ampla e Coelce foram destaques do PQST, que premia práticas de gestão. A companhia cearense recebeu o reconhecimento na categoria Desenvolvimento Socioambiental, pelo projeto Auto Ecoelce. O Programa Desenvolver, da Ampla, conquistou o segundo lugar na Etapa Regional – área temática Desenvolvimento Socioambiental, categoria grande empresa Centro-Norte e Leste.

Selo Amigo do Cliente – Os canais de atendimento da Ampla foram reconhecidos pela qualidade do serviço prestado. O Atendimento Personalizado e a Central de Relacionamento conquistaram, respectivamente, os selos de Loja e SAC Amigos do Cliente, conferidos pelo Instituto Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC).

Prêmio ABT – Pela sexta vez, a Central de Relacionamento da Ampla foi reconhecida pelo Prêmio ABT, iniciativa que aponta as melhores práticas de atendimento e relacionamento com o cliente.

Moção de Porciúncula – A Ampla recebeu da Câmara Municipal de Porciúncula uma moção de parabéns pela doação de R\$ 7 mil realizada em novembro de 2010. Com o montante, o município promoveu a 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Prêmio Colunistas Promoção – O projeto Canto de Natal, da Ampla, conquistou o prêmio Colunistas Promoção, da Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda (Abracomp). A instituição reconhece os melhores trabalhos em diferentes mídias.

Promax BDA Latinoamérica 2012 – A série de TV Barrinhas, parceria da Ampla com o Canal Futura e produção da Giroscópio Filmes, conquistou o primeiro lugar na categoria Interstitial Campaign/Series na premiação Promax BDA Latinoamérica 2012, em Buenos Aires. A premiação elege os melhores nas áreas de Promoção, Mercado e Design na América Latina.

Prêmio Aberje 2012 – Concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), o prêmio destacou a série de TV Barrinhas, da Ampla, na categoria nacional Mídia Audiovisual. Na premiação regional Espírito Santo/Rio de Janeiro, a Ampla se destacou em quatro categorias, sendo a empresa que mais ganhou reconhecimentos regionais em todo o prêmio. Já a Coelce teve um projeto vencedor na Região Norte/Nordeste e a Endesa Cachoeira arrematou outro projeto na Região Centro-Oeste.

Prêmio QualiESCO – Eficiência Energética Destaque 2012 – As áreas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento da Coelce receberam reconhecimento por suas práticas bem-sucedidas, conquistando a premiação promovida pela Associação Brasileira de Serviços de Conservação de Energia (Abesco).

Prêmio Empresário Melhor Amigo do Esporte – Pela terceira vez consecutiva, a Coelce foi reconhecida em primeiro lugar com o Prêmio Melhor Amigo do Esporte no Estado. A Coelce recebeu a premiação, patrocinada pelo Ministério do Esporte, por seus aportes na área por meio de Lei de Incentivo, que contribuíram para a promoção do esporte, com foco no desenvolvimento e na inclusão social de jovens.

Best Innovator – Época – A Coelce conquistou o 14º lugar no *ranking* das empresas brasileiras com melhores resultados na área de inovação. A distribuidora foi a única da Região Nordeste e a mais bem qualificada entre as concessionárias de energia elétrica do Brasil. A premiação reconheceu os programas de Gestão de Inovação, destacando os projetos Deu Certo e Bolsa Coelce de Inovações.

Prêmio Fiec por Desempenho Ambiental – A Coelce foi uma das empresas destacadas no Prêmio Fiec, concedido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará em reconhecimento a empresas cujas práticas contribuem para a conservação do meio ambiente. A companhia foi premiada na categoria Educação Ambiental, por seu trabalho de desenvolvimento das comunidades com o projeto Nave Coelce.

Certificado IBEF de Sustentabilidade – Concedido à Coelce pelo segundo ano consecutivo pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, com certificação de Excelência em Sustentabilidade.

Prêmio de Sustentabilidade – O programa Consciência Ampla recebeu da Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil o Prêmio Sustentabilidade 2012 na categoria Inovação.

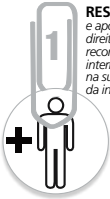


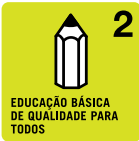


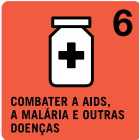
Empresa Cidadã – A Endesa Brasil recebeu o certificado de Empresa Cidadã do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, pela qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas no Relatório de Sustentabilidade da Endesa Brasil.

Reconhecimento governamental – O Programa Ecoelce foi reconhecido pela Secretaria-Geral da Presidência da República entre as 51 melhores práticas para o desenvolvimento do país.

Distributech Brasil 2012 – A conferência reconheceu o projeto Cidade Inteligente Búzios na categoria Small Smart City como Projeto do Ano. A Distributech Brasil 2012 é a versão sul-americana do principal evento de transmissão e distribuição dos Estados Unidos, a Distributech Conference & Exhibition.

Living Labs Global Award 2012 – O projeto da Cidade Inteligente Málaga foi um dos vencedores do prêmio, realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, como parte da Conferência do Rio sobre Serviços Inovadores nas Cidades (The Rio Summit on Service Innovation in Cities).

Práticas alinhadas ao Pacto Global

Princípios do Pacto Global	Objetivos do Milênio	Ações
Direitos humanos		
<p>RESPEITAR e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência</p>  <p>ASSEGURAR a não participação da empresa em violações dos direitos humanos</p> 	<p>1</p>  <p>ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> > Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável > Missão, Visão e Valores > Normas Éticas da Endesa S.A. > Inclusão de cláusulas referente a direitos humanos nos contratos de fornecedores de materiais e serviços > Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras > Investimento em projetos culturais > Investimento em Fundos para Infância e Adolescência > Parceria com a Fundação Abring > Rede do Bem – programas de voluntariado > Consciência Ampla Cidadania > Rede de Lideranças Comunitárias > Coelce nos Bairros
	<p>2</p>  <p>EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS</p>	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> > Projeto Geração Saúde > Licença-maternidade de 180 dias
	<p>4</p>  <p>REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL</p>	<p>Geração de renda</p> <ul style="list-style-type: none"> > Energia Social > Consciência Ampla Oportunidade > Consciência Ampla com Arte > Coelce nos Bairros > Cursos de profissionalização para jovens > Bancos Comunitários > Mão na Massa
	<p>5</p>  <p>MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES</p>	<p>Eficiência energética</p> <ul style="list-style-type: none"> > Projetos de educação para o consumo consciente > Consciência Ampla Eficiente > Troca Eficiente Coelce > Luz Solidária > Consciência Ampla Sobre Rodas > Consciência Ampla Futuro > Consciência Ampla Saber > Ecoelce, Consciência EcoAmpla
	<p>6</p>  <p>COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS</p>	<p>Projetos culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> > Consciência Ampla Cultural > Consciência Ampla na Tela > Coelce Cultural > Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás > Feira do Livro Infantil de Fortaleza > Banda de Caucaia > Lamparina de Histórias > Feira do Livro de São Luiz Gonzaga > Criança Feliz
		<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> > Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura > Apoio ao Instituto Novo Goiás (Ingo) > Apoio ao Colégio Inácio Paes Leme > Frutos da Terra > Coelce nos Bairros > Baú de Leitura > Consciência Ampla Futuro > Consciência Ampla Saber > Coelce nas Escolas

Princípios do Pacto Global **Objetivos do Milênio**

Ações

Direitos do trabalho



3
APOIAR a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva



4
ELIMINAR todas as formas de trabalho forçado ou compulsório



5
ERRADICAR efetivamente todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva



6
ESTIMULAR práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego

- > Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- > Normas Éticas da Endesa S.A.
- > Comissão de Ética
- > Modelo de Gestão do Rendimento
- > Canais confidenciais de denúncia de irregularidades e
- > Projetos de Recursos Humanos de qualidade de vida, treinamento e saúde e segurança
- > Certificação OHSAS 18001
- > Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras
- > Bom relacionamento com sindicatos
- > Investimento em Fundos para a Infância e a Adolescência
- > Parceria com a Fundação Abrinq
- > Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (ONU)

Saúde e qualidade de vida

- > Programa Saber Viver
- > Programa Bem-Viver
- > Gestação Saúde
- > Programa Nutrir
- > Saúde em Linha
- > Campanha de vacinação antigripe
- > Programa Equilíbrio

Princípios do Pacto Global **Objetivos do Milênio**

Ações

Meio ambiente



ASSUMIR
uma abordagem
preventiva
responsável
e proativa
para os desafios
ambientais



- > Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- > Normas Éticas da Endesa S.A.
- > Inclusão de cláusulas referentes a meio ambiente nos contratos de fornecedores de materiais e serviços
- > Controle de gestão ambiental de fornecedores
- > Programa de reciclagem Ecoelce e EcoAmpla
- > Projetos de P&D com foco em meio ambiente
- > Cidade Inteligente de Búzios
- > Programa para melhorias de processos Deu Certo
- > Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura (Cachoeira Dourada)
- > Origem certificada da madeira utilizada nas cruzetas
- > Comitê de Sustentabilidade



DESENVOLVER
iniciativas
e práticas
para promover
e disseminar
a responsabilidade
sócio-ambiental

Gestão ambiental

- > Política ambiental
- > Sistema de Gestão Ambiental
- > Certificação ISO 14001
- > Investimentos de R\$ 188,5 milhões em ações ambientais
- > Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa
- > Coleta seletiva
- > Papa-lâmpadas
- > Contas de energia e folheteria em papel reciclado
- > Projetos de educação ambiental
- > Veículos elétricos
- > Programa de Eficiência Energética
- > Revegetação de matas ciliares



INCENTIVAR
o desenvolvimento
e a difusão
de tecnologias
ambientalmente
responsáveis

Educação para o consumo consciente

- > Consciência Ampla Futuro
- > Consciência Ampla Saber
- > Consciência SuperAção
- > Consciência EcoAmpla, Ecoelce
- > Consciência Ampla Eficiente
- > Troca Eficiente Coelce

Anticorrupção



COMBATER
a corrupção
em todas
as suas formas,
incluindo
extorsão
e suborno

- > Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- > Normas Éticas da Endesa S.A.
- > Missão, Visão e Valores
- > Canal Ético
- > Comissão de Ética
- > Área de *Compliance*
- > Governança corporativa
- > Auditoria externa para validação dos dados econômico-financeiros
- > Auditoria interna
- > Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção
- > Pedalada contra a Corrupção Coelce

Balanço Social Ibase

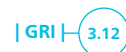
1 – Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	7.485.085			6.579.272		
Resultado operacional (RO)	1.874.131			1.754.808		
Folha de pagamento bruta (FPB)	379.916			351.400		
2 – Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	18.501	4,87%	0,25%	17.164	4,88%	0,26%
Encargos sociais compulsórios	82.404	21,69%	1,10%	80.946	23,04%	1,23%
Previdência privada	8.293	2,18%	0,11%	12.596	3,58%	0,19%
Saúde	28.905	7,61%	0,39%	24.529	6,98%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho	1.061	0,28%	0,01%	2.568	0,73%	0,04%
Educação	1.647	0,43%	0,02%	1.429	0,41%	0,02%
Cultura	133	0,04%	0,00%	165	0,05%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.143	1,62%	0,08%	4.800	1,37%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	2.060	0,54%	0,03%	2.182	0,62%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	32.495	8,55%	0,43%	27.216	7,75%	0,41%
Outros	1.907	0,50%	0,03%	2.480	0,71%	0,04%
Total – Indicadores sociais internos	183.550	48,31%	2,45%	176.075	50,11%	2,68%
3 – Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	5.237	0,28%	0,07%	9.362	0,53%	0,14%
Cultura	14.608	0,78%	0,20%	18.190	1,04%	0,28%
Esporte	–	0,00%	0,00%	915	0,05%	0,01%
Outros	62.786	3,35%	0,84%	135.021	7,69%	2,05%
Total das contribuições para a sociedade	82.631	4,41%	1,10%	163.488	9,32%	2,48%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.893.790	207,76%	52,02%	3.253.423	185,40%	49,45%
Total – Indicadores sociais externos	3.976.421	212,17%	53,12%	3.416.911	194,72%	51,93%
4 – Indicadores ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	155.558	8,30%	2,08%	84.237	4,80%	1,28%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	22.940	1,22%	0,31%	84.830	4,83%	1,29%
Total dos investimentos em meio ambiente	178.498	9,52%	2,38%	169.067	9,63%	2,57%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	
5 – Indicadores do corpo funcional	2012		2011			
Nº de empregados(as) ao final do período	2.657		2.761			
Nº de admissões durante o período	193		224			
Nº de empregados(as) parceiros(as)	12.580		13.448			
Nº de estagiários(as)	486		438			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.023		1.054			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	660		675			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,3%		13,4%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	657		648			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	17,9%		12,9%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	70		72			

6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012	Meta 2013
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	49	ND
Número total de acidentes de trabalho	11	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> serão sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará <input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.789.863; no Procon 1.112; na Justiça 21.701	na empresa 2.790.515; no Procon 1.133; na Justiça 20.662
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 97,6%; no Procon 92,0%; na Justiça 98,7%	na empresa 99,0%; no Procon 90,1%; na Justiça 98,7%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 6.413.595	Em 2010: 5.488.741
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60,7% governo / 5,9% colaboradores(as) / 22,2% acionistas / 10,4% terceiros / 0,8% retido	59,3% governo / 6,4% colaboradores (as) / 9,7% acionistas / 12,4% terceiros / 12,2% retido

7 – Outras Informações

Setor econômico: *Holding* de empresas de energia elétrica – UF – Sede: Rio de Janeiro – CNPJ: nº 07.523.555/0001-67 – Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Cláudio Roberto de Azevedo Ferreira, (21) 3607-9525, crferreira@endesabr.com.br – Esta empresa não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Índice remissivo GRI



	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
ESTRATÉGIA E ANÁLISE				
1.1		Declaração sobre a relevância da sustentabilidade	7-8	Completo
1.2		Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	22, 25-26, 72	Completo
PERFIL ORGANIZACIONAL				
2.1		Nome da organização	3	Completa
2.2		Principais marcas, produtos e/ou serviços	3	Completo
2.3		Estrutura operacional	3	Completo
2.4		Localização da sede	130	Completo
2.5		Número de países em que a organização opera	3	Completo
2.6		Tipo e natureza jurídica da propriedade	3	Completo
2.7		Mercados atendidos (regiões, setores e tipos de clientes/ beneficiários)	3, 4	Completo
2.8		Porte da organização	2, 3	Completo
2.9		Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária	Não ocorreram	Completo
2.10		Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	113	Completo
EU1		Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária	3	Completo
EU2		Produção líquida de energia, por fonte de energia primária	107	Completo
EU3		Número de unidades residenciais, industriais, institucionais e comerciais	61	Completo
EU4		Comprimento de linhas de transmissão e distribuição	67	Completo
EU5		Permissões de alocações de equivalentes de CO ₂	Não foram comercializadas	Completo
PERFIL DO RELATÓRIO				
3.1		Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	16	Completo
3.2		Data do relatório anterior mais recente	Julho de 2012	Completo
3.3		Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal)	16	Completo
3.4		Dados para contato	132	Completo
Escopo e limite do relatório				
3.5		Processo para definição do conteúdo	16	Completo
3.6		Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, fornecedores)	16	Completo
3.7		Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	16	Completo
3.8		Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, etc.	16	Completo
3.9		Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	16	Completo
3.10		Consequências de quaisquer reformulações de informações anteriores	16	Completo
3.11		Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	16	Completo
3.12		Tabela que identifica a localização das informações no relatório	121	Completo
Verificação				
3.13		Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	16	Completo

		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO				
Governança				
4.1	Estrutura de governança	1 a 10	36	Completo
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor	1 a 10	37	Completo
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	1 a 10	37	Completo
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	1 a 10	36	Completo
4.5	Relação entre a remuneração e o desempenho	1 a 10	36	Completo
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	1 a 10	37	Completo
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros	1 a 10	37	Completo
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	1 a 10	5, 28, 38-39	Completo
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	1 a 10	37	Completo
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	1 a 10	37	Completo
Compromissos com iniciativas externas				
4.11	Princípio da precaução	7	26	Completo
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas	1 a 10	28-29	Completo
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais	1 a 10	30	Completo
Engajamento dos stakeholders				
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização		31, 32-33	Completo
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar		16, 31	Completo
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>		32-33	Completo
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>		18	Completo

FORMA DE GESTÃO	Página / Comentário	Nível de informação	
DESEMPENHO ECONÔMICO			
Desempenho econômico	23-27, 47, 88	Completo	
Presença no mercado	23-24, 47, 58	Completo	
Impactos econômicos indiretos	23-24, 71-74	Completo	
Disponibilidade e confiabilidade	25	Completo	
EU6	Gestão para assegurar disponibilidade e confiabilidade do fornecimento	25	Completo
	Gerenciamento pelo lado da demanda	94-95	Completo
EU7	Programas de gerenciamento de consumo	94-95	Completo
	Eficiência do sistema	106	Completo
	Pesquisa e desenvolvimento	99-100	Completo
EU8	Atividades e despesas de P&D	99-100	Completo
	Descomissionamento de usinas	A Endesa Brasil não gera energia nuclear	Completo
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares	A Endesa Brasil não gera energia nuclear	Completo
DESEMPENHO AMBIENTAL			
	Materiais	26, 81, 86-87	Completo
	Energia	26, 81, 83-84	Completo
	Água	26, 81, 85	Completo
	Biodiversidade	26, 81, 92	Completo
	Emissões, efluentes e resíduos	26, 81, 89-91	Completo
	Produtos e serviços	26, 81, 83	Completo
	Conformidade	26, 38-39	Completo
	Transporte	22, 81, 83	Completo
	Geral	22, 81	Completo
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE			
	Emprego	41-42	Completo
EU14	Programas e processos que asseguram a oferta de mão de obra qualificada	49-50	Completo
EU15	Porcentagem de empregados com direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, discriminada por categoria funcional e região	45	Completo
EU16	Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores parceiros e subcontratados	52	Completo
	Relações entre os trabalhadores e a governança	41, 56	Completo
	Saúde e segurança no trabalho	41, 51-52, 54	Completo
	Treinamento e educação	41, 48	Completo
	Diversidade e igualdade de oportunidades	41, 46	Completo
	Igualdade na remuneração entre homens e mulheres	41, 46	Completo
DIREITOS HUMANOS			
	Práticas de investimento e de processos de compra	38-39, 57	Completo
	Não discriminação	38-39, 57	Completo
	Liberdade de associação e negociação coletiva	38-39, 57	Completo
	Trabalho infantil	38-39, 57	Completo
	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	38-39, 57	Completo
	Práticas de segurança	38-39, 57	Completo
	Direitos indígenas	38-39	Completo
	Avaliação	38-39	Completo
	Remediação	38-39	Completo

FORMA DE GESTÃO		Página / Comentário	Nível de informação
SOCIEDADE			
	Comunidade	71-74	Completo
EU19	Participação de <i>stakeholders</i> em decisões de planejamento energético e infraestrutura	72	Completo
EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	Não houve deslocamentos de pessoas em 2012 em nenhuma das operações da Endesa Brasil	Completo
	Corrupção	38-39	Completo
	Políticas públicas	30	Completo
	Concorrência desleal	38-39	Completo
	Conformidade	38-39	Completo
	Prevenção e preparação para emergências e desastres	26	Completo
EU21	Medidas e planos de contingência para desastres/emergências	26	Completo
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO			
	Saúde e segurança do cliente	68-69	Completo
	Rotulagem de produtos e serviços	64	Completo
	Comunicações de marketing	63	Completo
	Privacidade do cliente	38-39	Completo
	Conformidade	38-39	Completo
	Acesso	78-79	Completo
EU23	Programas para melhorar ou manter o acesso à eletricidade	78-79	Completo
	Prestação de informações	64, 68	Completo
EU24	Práticas para lidar com barreiras de acesso (escolaridade, necessidades especiais, etc.)	64, 68	Completo
INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Nível de informação
DESEMPENHO ECONÔMICO			
Desempenho econômico			
ES EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)	72, 111-112	Completo
ES EC2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades de mudanças climáticas	7 88	Completo
ES EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido	47	Completo
ES EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo	65, 72, 78, 79	Completo
Presença no mercado			
AD EC5	Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	1 47	Completo
ES EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais	58	Completo
ES EC7	Procedimentos para contratação local	6 42	Completo
	Impactos econômicos indiretos		
ES EC8	Investimentos em infraestrutura e serviços na comunidade	71-73	Completo
AD EC9	Impactos econômicos indiretos significativos	73	Completo
Disponibilidade e confiabilidade			
SU EU10	Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de energia	24	Completo
Eficiência do sistema			
SU EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas	107	Completo
SU EU12	Perdas de transmissão e distribuição em relação ao total de energia	106	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
DESEMPENHO AMBIENTAL					
Materiais					
ES	EN1	Materiais usados por peso ou volume	8	87	Completo
ES	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	8, 9	87	Completo
Energia					
ES	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	8	84, 85	Completo
ES	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	8	84, 85	Completo
AD	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	8, 9	84	Completo
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	8, 9	94	Completo
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	8, 9	84	Completo
Água					
ES	EN8	Total de retirada de água por fonte	8	86	Completo
AD	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	8	85	Completo
AD	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	8,9	86	Completo
Biodiversidade					
ES	EN11	Localização e tamanho da área da empresa em áreas protegidas ou alta biodiversidade	8	93	Completo
ES	EN12	Descrição de impactos significativos sobre a biodiversidade	8	92	Completo
SU	EU13	Biodiversidade de <i>habitats</i> de substituição	8	92	Completo
AD	EN13	<i>Habitats</i> protegidos ou restaurados	8	92	Completo
AD	EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	8	92	Completo
AD	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação	8	93	Completo
Emissões, efluentes e resíduos					
ES	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	8	89	Completo
ES	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	8	89	Completo
ES	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	7, 8, 9	89	Completo
ES	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	8	89	Completo
ES	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	8	89	Completo
ES	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	8	90	Completo
ES	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8	90	Completo
ES	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8	Não foram registrados derramamentos significativos em 2012.	Completo
AD	EN24	Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados	8	90	Completo
AD	EN25	Biodiversidade de corpos d'água e <i>habitats</i> afetados por descartes de água e drenagem	8	Não ocorrem descartes significativos	Completo
Produtos e serviços					
ES	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8, 9	82, 83	Completo
ES	EN27	Percentual recuperado de produtos e suas embalagens	8, 9	Não há embalagens em geração, transmissão e distribuição de energia	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
Conformidade					
ES	EN28	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	8	93	Completo
Transporte					
AD	EN29	Impactos ambientais do transporte de produtos, bens e materiais e trabalhadores	8	82, 83, 89	Completo
Geral					
AD	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7, 8, 9	81, 82	Completo
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE					
Emprego					
ES	LA1	Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero		42, 43, 44	Completo
ES	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	6	44	Completo
SU	EU17	Dias trabalhados por parceiros (atividades de construção, operação e manutenção)		58	Completo
SU	EU18	Treinamento em saúde e segurança de trabalhadores parceiros e subcontratados		52	Completo
AD	LA3	Benefícios que não são oferecidos a empregados temporários ou de meio período		46	Completo
ES	LA15	Taxas de retorno ao trabalho e de retenção após licença-maternidade ou paternidade, por gênero		47	Completo
Relações entre os trabalhadores e a governança					
ES	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	1, 3	56	Completo
ES	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	3	56	Completo
Saúde e segurança no trabalho					
AD	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	1	52	Completo
ES	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	1	53	Parcial
ES	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	1	54-55	Completo
AD	LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	1	56	Completo
Treinamento e educação					
ES	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional		48	Completo
AD	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira		45, 49-50	Completo
AD	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho		48	Completo
Diversidade e igualdade de oportunidades					
ES	LA13	Responsáveis pela governança e empregados por gênero, faixa etária, minorias	1, 6	37, 43	Completo
Igualdade na remuneração entre homens e mulheres					
ES	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	1, 6	46	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
DIREITOS HUMANOS					
Práticas de investimento e de processos de compra					
ES	HR1	Contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	1 a 6	57	Completo
ES	HR2	Fornecedores submetidos a avaliações direitos humanos	1 a 6	57	Completo
AD	HR3	Treinamento para empregados em direitos humanos	1 a 6	Não há programas formais	Completo
Não discriminação					
ES	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1, 2, 6	39	Completo
Liberdade de associação e negociação coletiva					
ES	HR5	Operações com risco ao direito de exercer a liberdade de associação	1, 2, 3	56	Completo
Trabalho infantil					
ES	HR6	Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	1, 2, 5	57	Completo
Trabalho forçado ou análogo ao escravo					
ES	HR7	Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	1, 2, 4	57	Completo
Práticas de segurança					
AD	HR8	Pessoal de segurança treinado em direitos humanos	1 e 2	Não há treinamentos formais	Completo
Direitos indígenas					
AD	HR9	Casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	1 e 2	Não foram registrados	Completo
Avaliação					
ES	HR10	Operações sujeitas a revisões e / ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos		100%	Completo
Remediação					
ES	HR11	Queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações		Não respondido (As queixas recebidas pela Ouvidoria Interna são tratadas de forma sigilosa)	Completo
SOCIEDADE					
Comunidade					
ES	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.		72, 73	Completo
ES	SO1 (3.1)	Percentual de operações com ações de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento		72	Completo
SU	EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização		Não houve deslocamentos de pessoas em 2012 em nenhuma das operações da Endesa Brasil	Completo
ES	SO9	Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais.		73	Completo
ES	SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais		73	Completo
Corrupção					
ES	SO2	Unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	10	39	Completo
ES	SO3	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	10	Não foram realizados em 2012	Completo
ES	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	39	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
Políticas públicas					
ES	S05	Posições e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i>	1 a 10	30	Completo
				Como concessionária de serviço público, não é permitido estabelecer vínculos partidários de qualquer origem e tampouco oferecer, em negociações, vantagens a agentes do governo.	
AD	S06	Contribuições para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	10		Completo
Concorrência desleal					
AD	S07	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio		Não foram registrados	Completo
Conformidade					
				Na Ampla, R\$ 60,2 mil foi o valor gasto com o pagamento referente a nove autos de infração na área trabalhista; e R\$ 7.782.041,21 deram conta de tributos não pagos no prazo de vencimento e obrigações acessórias não cumpridas dentro do prazo. Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza registraram multas de mora por questões tributárias, somando R\$ 1.518.799,34. Na Coelce, R\$ 3.025.097,67 referem-se a tributos não pagos no prazo de vencimento.	
ES	S08	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos			Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO					
Saúde e segurança do cliente					
ES	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que são avaliados impactos de saúde e segurança	1	69	Completo
AD	PR2	Conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à saúde e segurança	1	Não foram registrados	Completo
SU	EU25	Acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa		69	Completo
Rotulagem de produtos e serviços					
ES	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	8	64	Completo
AD	PR4	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem	8	Não foram registrados	Completo
AD	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas		66	Completo
Comunicações de marketing					
ES	PR6	Adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing		63	Completo
AD	PR7	Casos de não conformidade com comunicações de marketing		Não foram registrados	Completo
Privacidade do cliente					
AD	PR8	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	1	Não foram registrados	Completo
Conformidade					
ES	PR9	Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços		68	Completo
Acesso					
SU	EU26	População não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentados		78	Completo
SU	EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento		65	Completo
SU	EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia		67	Completo
SU	EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia		67	Completo
SU	EU30	Fator de disponibilidade média das usinas de geração		107	Completo

Informações corporativas

Conselho de Administração

Presidente: Mario Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente: José Maria Calvo-Sotelo Ibáñez-Martin
Rafael Lopez Rueda
Rafael Mateo Alcalá
Ignácio Antoñanzas Alvear
Antônio Basilio Pires e Albuquerque

Diretoria – Executiva

Diretor-Presidente: Marcelo Andrés Llévénés Rebolledo
Diretor Jurídico: Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco
Diretor de Planejamento e Controle: Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretoria de Relações Externas: Janaina Savino Vilella
Diretora de Desenvolvimento: Livia de Sá Baião
Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegele Moreira

Endereço

Endesa Brasil S.A.
Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil
Tel.: 55 21 2613-7000
www.endesabrasil.com.br
CNPJ: nº 07.523.555/0001-67

Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Créditos

Coordenação geral

Diretoria de Relações Externas

Coordenação de conteúdo

Ana Paula Caporal | Beatriz Stutzel | Débora Pinho

Equipe de conteúdo

A Endesa Brasil agradece, especialmente, aos colaboradores das empresas que integram a *holding* e contribuíram com o fornecimento de informações para este relatório:

Abel Alves Rochinha | Adriano Gaspar | Albino Motta da Cruz | Alessandra Pitta Castello Branco | Alessandra Tome Rebouças | Alexandre Costa | Alexandre Magno Firmo Alves | Alexandre Maiotto | Alexandre Pinto de Brito Oliveira | Alexis Torres | Alfredo Paulo Marques Rodrigues | Alicio Gonçalves de Oliveira Netto | Aline Barbosa de Aguiar | Aline Ferreira Oliveira | Aline Maria Sena | Aloisio Antonio Baptista | Ana Cilana Braga | Ana Claudia Goncalves Rebello | Ana Lídia Pires Torres | Ana Paula Muller e Souza | Ana Paula Pinheiro Azambuja Amaral | Ana Paula Rangel da Costa Romero | Ana Paula Steele | Anderson Luis Tostes dos Santos | André Luís Rodrigues | Andrea Souza da Silva | Andres Ricardo Fisk Pezoa | Andressa de Azevedo Souza | Andressa Mendes Pinheiro Assed | Antônio Afonso Gomes Júnior | Antonio Augusto Carneiro | Antonio Basílio | Antonio Caio de Alencar Freitas Filho | Artur Teixeira | Aurelio de Oliveira | Avilez Lima | Beatriz Haase Krause | Bruno Golebiovski | Caio Alencar | Camila Messias Teixeira | Camila Pecky | Camilla Viégas | Carla da Costa Lamego Veloso | Carlos Eduardo Cardoso de Souza | Carlos Ewandro Naegele Moreira | Carlos Falconiere | Carlos Flores | Carolina Farinas Pinheiro | Ceumar Bezerra de Assumpção | Chahden Mounzer | Claudia Maria Suanno | Claudio Rivera Moya | Claudio Roberto de Azevedo Ferreira | Cristiano Furtado | Cristiano Oliveira | Cristine de Magalhães Marcondes | Daniel Santos Moitas | Daniele Couto | Daniella Jamus Guimaraes | David Bruxel de Vasconcelos | Déborah Meirelles Rosa Brasil | Deise Damasceno | Denise Aparecida Lopes de Castro | Denise Monteiro de Castro Araújo | Diego Fornasar | Diógenes Ferreira Borges | Edesio Correa | Eduardo Gomes | Eduardo Jucá | Eduardo Rocha Barbi | Eduardo Vale e Cruz | Elianderson Gallan de Moura | Eneida Smith Zurli | Enivalda Oliveira | Erica Aguiar | Fabiano Coelho Ramos | Fábio Santos Casanova | Fatima Mesquita | Felipe da Silva Costa | Felipe Filpo Ferreira da Silva | Felipe Melo Silva de Abreu | Fernanda Rodrigues | Fernando Andrade | Fernando Terra | Flavia da Silva Barauna | Flávia Novelli Diniz | Flavia S. Weekes Brandão | Flávio de Oliveira Coelho Martins | Gabriela Miranda de Castro | Georgia Queiroz | Giselle Alves Lopes | Gilson Teixeira | Gislene Santos Rodrigues | Glauca Souza de Carvalho | Goncalinha Lima | Graciana Siqueira | Guilherme Brasil | Guilherme Duarte Oliveira | Guilherme Gomes Lencastre | Gustavo Nogueira Simeone | Harleson Bruno Oliveira Arruda | Herica Brum Couto | Hugo de Barros Nascimento | Ingrid da Silva Rozeira Alves Bahiense | Irineide Cavalcante | Isabel Regina Alcantara | Islyr Maciel | Ismalia Moraes

Gonçalves de Moura | Ivanhoel Carvalho | Jacqueline Lima Ribeiro | Janaina Savino Vilella dos Santos | Jaqueline Santos Joaquim Marques | Joana Ribeiro Facó | João Carlos Costa | Joice Portella dos Santos | Jorge Alexandre Barros de Almeida | Jorge Maurício Miceli Scofano | José Alves Mello Franco | Jose Caminha Araripe | Jose Ignacio Pires Medeiros | Jose Nunes Almeida | José Ronaldy Magalhães Aguiar | José Távora Batista | Josiani Gonçalves dos Santos | Julia de Sa Goncalves | Julia Freitas de Alcantara Nunes | Juliana de Aquino Guimarães | Juliana Linhares | Karine Di Renna Vianna Costa | Lara Machado Vieira Maia Vila Nova | Leandro Tadeu Pasinato Alves | Leonardo Lopes Gurgel Valente | Leonardo Sant'Anna Reis | Leonardo Soares Oliveira | Leonardo Torquato Cabral De Araújo | Leonel Javier Sanchez Vallone | Lilian Martins | Liliane Coelho Selouan | Lincoln Morales | Livia Cortes de Oliveira | Livia de Sá Baião | Lucas Lacerda Porto | Lucas Morato Teixeira | Lúcia Terra de Moraes | Luciana da Silva Soares Vaz | Luciana Veras Santos Moreira | Ludmila Wanbergna | Luis Jara | Luiz Antônio Araújo Marinho | Luiz de Gonzaga Junior | Manuel Herrera | Marcela de Almeida Grillo | Marcelo Antunues | Marcelo Bizzo de Mendonça | Marcelo Cavalcante Pereira | Marcelo Llévenes | Marcelo Palácio | Marcelo Santos Antunes | Marcia Bertuol Massotti | Marcony Esmeraldo Melo | Marcos Alexandre Ries | Marcos Porto | Marcos Tadeu Celusso Júnior | Maria Beatriz D. A. P. Medeiros | Maria Eduarda Fischer | Maria Erika Araujo Aguiar | Mariana Facó | Marianna Salles Freitas | Mario Santos | Marta Maria Lima | Mary Rose Zanelato Corbage | Meike Park Skaliks | Mike Kenny Nobre | Monica dos Santos Dias Cola | Natália de Souza da Costa Xavier | Nelson Ribas Visconti | Nilo Rodrigues | Odailton Arruda | Olga Carranza | Olympio Passos da Motta Neto | Osvaldo Ferrer | Pablo Andres Aguayo Gonzalez | Patrícia Gismonti de Souza | Paula Sousa Couto | Paulo Cesar Gomes | Paulo Cesar Samary Sampaio Júnior | Paulo Roberto Maisonnave | Pedro Augusto de Deus Martins | Priscila Ferreira Civelli | Rafael Bessa | Rafael Borges Corrêa | Rafael Correa Braga | Rafael Graça Lombardo | Rafael Sampaio de Bonis | Rafaela Mota | Raiane Pires de Alcântara | Renata Lima | Renata Lindholm Mansilha Mello | Renata Monteiro da Silva | Renato Pereira | Rennê Freitas | Renzo Rodriguez Rey | Ricardo Bomfim Alves | Ricardo Coelho | Ricardo Santos | Rita de Cassia dos Santos | Rizonaldo Paes | Roberta Ruas do Nascimento | Roberto Heide | Robson da Silva Alves | Robson da Silva Dias | Rodrigo Ferraz de Oliveira | Rodrigo Zagallo Mudjalieb Lara | Rogério da Silva Soares | Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior | Ruthelle Melo | Ruy Magno Praciano Bandeira | Sarah Rebouças Nobre | Sergio Aguiar | Sérgio Araújo | Sérgio César de Azevedo Jr. | Silvana Longhi | Silvia Fernanda Oliveira | Socorro Santiago | Susi Cunha | Sylvia Andrea Silveira | Sylvia Dias Medina | Tarcisio Costa | Tathiane Simões da Motta Telles Ribeiro | Tatiana Sabóia | Tennessee Williams Pearce Maia | Teobaldo José Cavalcante Leal | Valmir Lessa dos Santos | Vânia Porto | Veronica Mattos | Victor Guimaraes | Victor Santos Martins Gomes | Vinicius da Silva Luz | Vivian Brandão da Costa | Viviane de Oliveira Martins | Viviane Marcelo | Wagner de Almeida S da Silva | Wagner Maia | William Espirito de Abreu

Conteúdo e redação

Editoria Contadino

Projeto gráfico

fmcom

Esclarecimentos adicionais sobre este relatório podem ser obtidos com Diretoria de Relações Externas:

sustentabilidadebrasil@endesabr.com.br – tel.: 55 21 2613-7954 | 

Demonstrações Financeiras

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 135

Demonstrações financeiras auditadas

> Balanços patrimoniais | **137**

> Demonstrações do resultado | **140**

> Demonstrações do resultado abrangente | **141**

> Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | **142**

> Demonstrações dos fluxos de caixa | **144**

> Notas explicativas às demonstrações financeiras | **146**

Demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Endesa Brasil S.A.

Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Endesa Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A.. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.25, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald

Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes a 1 de janeiro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010), apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de março de 2013, que não conteve qualquer modificação.

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	302.845	51.344	138.623	814.805	380.908	399.569
Títulos e valores mobiliários	5	357.839	69.011	492.848	615.150	621.084	703.489
Contas a receber							
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	6	-	-	-	1.195.904	1.123.501	1.121.937
Subvenção baixa renda	7	-	-	-	65.043	48.708	54.242
Tributos a compensar	8	20.421	9.045	11.614	175.322	218.191	163.031
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	-	9.609	10.500	-
Dividendos a receber	14	122.590	47.599	62.024	-	-	-
Cauções e depósitos	9	-	-	-	49.656	53.746	40.666
Energia livre		-	-	-	2.796	3.832	3.181
Partes relacionadas	25	516.974	-	-	-	-	9
Créditos Luz para Todos		-	-	-	-	-	13.837
Outros créditos	13	10.187	5.565	6.393	259.374	163.020	201.948
Total do ativo circulante		1.330.856	182.564	711.502	3.187.659	2.623.490	2.701.909
Não circulante							
Contas a receber							
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	6	-	-	-	50.508	104.497	128.921
Tributos a compensar	8	6.144	21.221	22.898	163.107	180.998	202.973
Depósitos vinculados a litígios	10	-	-	-	300.475	293.157	278.853
Cauções e depósitos	9	-	-	-	65.497	93.193	83.843
Tributos diferidos	11	-	-	-	716.032	686.151	667.757
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	-	73.449	83.059	105.032
Partes relacionadas	25	11.792	367.244	283.447	120.475	111.509	89.558
Ativo indenizável (concessão)	15	-	-	-	1.638.619	765.516	527.794
Outros créditos	13	-	1.573	-	1.863	4.106	19.622
Investimentos	14	4.013.202	3.821.718	3.594.866	100	100	-
Imobilizado	16	4.414	5.517	6.323	2.006.697	2.139.485	2.241.281
Intangível	17	9.251	-	-	4.599.221	4.708.594	4.649.232
Total do ativo não circulante		4.044.803	4.217.273	3.907.534	9.736.043	9.170.365	8.994.866
Total do ativo		5.375.659	4.399.837	4.619.036	12.923.702	11.793.855	11.696.775

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	18	21.544	12.427	13.859	790.656	614.591	638.868
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	319.687	637.997	638.057
Debêntures	20	-	-	-	143.282	388.529	302.110
Folha de pagamento		6.280	3.853	1.827	67.621	54.068	56.990
Obrigações fiscais	22	2.834	4.138	5.808	224.559	349.898	248.623
Taxas regulamentares	23	-	-	-	76.717	71.745	61.437
Dividendos a pagar		264.887	36.347	169.072	375.873	93.557	229.906
Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	-	23.820	27.193	15.638
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 29	-	-	-	12.098	11.418	10.752
Parcelamento especial		-	-	-	31.880	31.949	62.586
Partes relacionadas	25	6.304	2.238	1.175	6.306	7.659	107.234
Provisão Luz para Todos		-	-	-	12.452	12.452	12.452
Energia livre		-	-	-	27.490	25.205	5.671
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	24	-	-	-	101.310	79.705	135.625
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	-	-	-	-	17.060	140.793
Obrigações com IFC - capital		-	-	184.065	-	-	184.065
Outras obrigações		-	-	-	44.194	41.701	44.530
Total do passivo circulante		301.849	59.003	375.806	2.257.945	2.464.727	2.895.337
Não circulante							
Fornecedores	18	-	-	-	5.177	4.771	4.304
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	677.333	862.272	1.107.715
Debêntures	20	-	-	-	1.310.051	973.221	606.091
Obrigações fiscais	22	-	-	-	24.302	32.825	6.182
Tributos diferidos	11	-	-	-	398.912	169.238	154.001
Obrigações com benefícios pós-emprego	25 e 29	-	-	-	551.794	553.176	392.097
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	-	32.291	13.749	12.287
Partes relacionadas	25	-	424	424	121.576	113.589	126.500
Parcelamento especial		-	-	-	5.591	37.080	75.090
Energia livre		-	-	-	4.217	3.892	15.877
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	105	-	-	537.095	619.017	522.329
Outras obrigações		-	-	-	52.172	8.744	31.363
Total do passivo não circulante		105	424	424	3.720.511	3.391.574	3.053.836

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	
Patrimônio líquido	27						
Atribuível aos acionistas da empresa controladora							
Capital social		916.879	916.879	916.879	916.879	916.879	
Ações resgatáveis no futuro		-	-	(111.025)	-	-	
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	-	(111.025)	-	
Reserva de capital		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370	
Reserva de lucros		780.426	732.636	91.818	780.426	732.636	
Outros resultados abrangentes		(1.684)	(1.228)	90	(1.684)	(1.228)	
Ajustes de avaliação patrimonial		243.074	298.778	333.491	243.074	298.778	
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		741.665	-	507.183	741.665	-	
		5.073.705	4.340.410	4.242.806	5.073.705	4.340.410	
Atribuível aos acionistas não controladores							
Participações do Grupo Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-	-	1.041.964	838.640	
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	829.577	758.504	
		-	-	-	1.871.541	1.597.144	
Total do patrimônio líquido		5.073.705	4.340.410	4.242.806	6.945.246	5.937.554	
Total do passivo e patrimônio líquido		5.375.659	4.399.837	4.619.036	12.923.702	11.793.855	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida	31	-	-	7.485.085	6.579.272
Custo do serviço	32	-	-	(5.073.454)	(4.357.864)
Lucro bruto		-	-	2.411.631	2.221.408
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	32	-	-	(124.766)	(54.096)
Despesas gerais e administrativas	32	(39.150)	(26.824)	(372.151)	(369.471)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	32	-	-	(27.013)	(29.518)
Resultado de equivalência patrimonial	14	992.601	833.775	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	32	676	447	(13.570)	(13.515)
Total despesas operacionais		954.127	807.398	(537.500)	(466.600)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		954.127	807.398	1.874.131	1.754.808
Resultado financeiro					
Receita financeira	33	56.829	88.229	768.394	451.739
Despesa financeira	33	(412)	(2.692)	(585.231)	(575.348)
Variações cambiais líquidas	33	875	-	(21.689)	(18.904)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		1.011.419	892.935	2.035.605	1.612.295
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	(7.602)	(21.800)	(383.909)	(412.424)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11 e 30	-	-	(204.196)	(62.679)
Incentivo fiscal	30	-	-	23.136	66.329
Lucro líquido do exercício		1.003.817	871.135	1.470.636	1.203.521
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	1.003.817	871.135
Participações do Grupo Endesa ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-		
Atribuível aos acionistas não controladores				248.899	117.743
Acionistas não controladores		-	-	217.920	214.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	1.003.817	871.135	1.470.636	1.203.521
Outros resultados abrangentes				
Resultado de participações societárias				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	(4.062)	(63.917)	(7.574)	(135.788)
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	80	118	80	118
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	(536)	(1.436)	(1.607)	(1.436)
Resultado abrangente do exercício	999.299	805.900	1.461.535	1.066.415
Atribuído aos acionistas controladores			999.299	805.900
Atribuído aos acionistas não controladores			462.236	260.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Nota	Reserva de capital				Reservas de lucros				Patrimônio líquido atribuível aos					Total	
	Capital social	Ações resgatáveis no futuro	Ações em tesouraria	Remuneração do ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Acionistas Endesa Brasil	Demais acionistas Grupo Endesa		Acionistas não controladas
Saldos em 1º de janeiro 2011	916.879	(111.025)	-	2.504.370	91.818	-	-	90	333.491	-	507.183	4.242.806	799.330	705.466	5.747.602
Baixa de ações recompráveis no futuro	-	111.025	(111.025)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.713)	34.713	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos 27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(507.183)	(507.183)	(10.475)	(101.153)	(618.811)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	871.135	-	871.135	117.743	214.643	1.203.521
Perda em investimento de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.676)	-	(1.676)	-	-	(1.676)
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada 29	-	-	-	-	-	-	-	(63.917)	-	-	-	(63.917)	(52.556)	(19.315)	(135.788)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	63.917	-	(63.917)	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos prescritos em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162	-	162	49	129	340
Proposta da administração para destinação do lucro líquido															
Reserva legal 27	-	-	-	-	42.021	-	-	-	-	(42.021)	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares (R\$0,9554 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(163.258)	-	(163.258)	(300)	(536)	(164.094)
Dividendos mínimos (R\$0,2127 por ação) 27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.341)	-	(36.341)	(15.151)	(40.730)	(92.222)
Reserva para reforço de capital de giro 27	-	-	-	-	-	-	598.797	-	-	(598.797)	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão 27	-	-	-	-	-	-	-	118	-	-	-	118	-	-	118
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(1.436)	-	-	-	(1.436)	-	-	(1.436)

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ações resgatáveis no futuro	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros		Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível aos			Total
				Remuneração do ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas						Acionistas Endesa Brasil	Demais acionistas Grupo Endesa	Acionistas não controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	916.879	-	(111.025)	2.504.370	133.839	-	598.797	(1.228)	298.778	-	-	4.340.410	838.640	758.504	5.937.554
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.704)	55.704	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(251)	(75.986)	(76.237)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.817	-	1.003.817	248.899	217.920	1.470.636
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	29	-	-	-	-	-	-	(4.062)	-	-	-	(4.062)	14.366	(17.878)	(7.574)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	4.062	-	(4.062)	-	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	(536)	-	-	-	(536)	(723)	(348)	(1.607)
Efeito reflexo de controlada	-	-	-	-	-	(1.124)	-	-	-	-	-	(1.124)	(1.089)	-	(2.213)
Proposta da administração para destinação do lucro líquido															
Dividendos intercalares	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(403)	(772)	(1.175)
Dividendos mínimos (R\$1,5501 por ação)	27	-	-	-	-	-	-	-	-	(264.880)	-	(264.880)	(57.475)	(51.863)	(374.218)
Dividendos adicionais propostos (R\$4,3403 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(741.665)	741.665	-	-	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	27	-	-	-	-	-	48.914	-	-	(48.914)	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	27	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	80	-	-	80
Saldos em 31 de dezembro de 2012	916.879	-	(111.025)	2.504.370	133.839	(1.124)	647.711	(1.684)	243.074	-	741.665	5.073.705	1.041.964	829.577	6.945.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.003.817	871.135	1.470.636	1.203.521
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	98.970	141.419
Depreciação e amortização	1.214	1.165	451.697	450.286
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	27.013	29.518
Equivalência patrimonial	(992.601)	(833.775)	-	-
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	105	-	5.582	(9.142)
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	10.501	11.474
Juros e variações monetárias provisionados	(40.838)	-	279.780	344.400
Receita ativo indenizável	-	-	(487.517)	(23.728)
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	13.764	13.457
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	204.196	62.679
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	71.888	24.194
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	42.186	13.564
Provisão para perdas em estoques	-	-	(166)	485
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(2.385)	(4.243)
Outras receitas	(676)	-	(449)	2.796
	(28.979)	38.525	2.185.696	2.260.680
(Aumento) redução nos ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(122.551)	(114.418)
Subvenção de baixa renda	-	-	(16.335)	13.457
Dividendos recebidos	723.484	555.684	-	-
Créditos Luz para Todos	-	-	-	13.837
Cauções e depósitos	-	-	31.786	(22.430)
Depósitos vinculados a litígios	-	-	(6.757)	(11.721)
Outros créditos	(3.049)	(745)	(86.965)	25.118
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	9.117	(1.432)	176.471	(30.404)
Folha de pagamento	2.427	2.026	13.553	(1.477)
Taxas regulamentares	-	-	4.972	10.308
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(31.741)	(93.813)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(125.117)	(169.440)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(120.822)	(101.657)

Endesa Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Reapresentado		Reapresentado
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(40.955)	(38.542)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(104.564)	(120.795)
Outros passivos	-	-	41.849	(23.976)
Partes relacionadas, líquidas	160.039	1.063	2.010	(38.333)
Tributos a pagar / a compensar, líquidos	2.397	2.576	(56.920)	48.513
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	865.436	597.697	1.743.610	1.604.907
Atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	(288.828)	423.837	5.934	82.198
Empréstimos de mútuos concedidos (liquidados)	(277.081)	(83.797)	-	-
Investimentos	(2.323)	(1.090)	-	(100)
Aplicações no intangível e imobilizado	(9.362)	(359)	(635.899)	(686.771)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(577.594)	338.591	(629.965)	(604.673)
Atividades de financiamento				
Captação de debêntures	-	-	400.000	700.000
Pagamento de debêntures	-	-	(360.779)	(275.500)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	140.371	427.421
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(625.710)	(688.706)
Pagamento de mútuos	-	-	(4.342)	(28.347)
Pagamento contrato de dívida com a Faelce	-	-	(13.409)	(13.841)
Dividendos pagos	(36.341)	(839.502)	(168.139)	(918.607)
Parcelamento especial	-	-	(47.740)	(37.250)
Pagamento s/ IFC	-	(184.065)	-	(184.065)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(36.341)	(1.023.567)	(679.748)	(1.018.895)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	251.501	(87.279)	433.897	(18.661)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.344	138.623	380.908	399.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	302.845	51.344	814.805	380.908
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	251.501	(87.279)	433.897	(18.661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Endesa Brasil S.A. ("Endesa Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 1, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Endesa Brasil ("Grupo Endesa" ou "Grupo"):

a) Distribuição de energia elétrica

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla Energia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Ampla Energia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% na Ampla Energia.

Companhia Energética do Ceará - COELCE

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, controlada pela Investluz S/A (ambas as empresas do Grupo Endesa), concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A COELCE tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

A Endesa Brasil possui, entre participações diretas e indiretas, 47,92% do capital da COELCE.

b) Geração de energia elétrica

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da CDSA é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras.

A Endesa Brasil detém participação direta de 99,61% na CDSA.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada COELCE, também pertencente do Grupo Endesa, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

Em 16 de setembro de 2002, foi firmado entre a CGTF e a Companhia de Gás do Ceará ("CEGÁS"), com intervenção da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos, contados a partir do início do suprimento de gás em janeiro de 2004. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a CEGÁS da mesma forma, e estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma deverá reembolsar os custos incorridos pela CGTF, para honrar seu contrato de venda.

A CGTF é controlada integral da Endesa Brasil.

Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.

A Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas.

Em 30 de setembro de 2009, a Endesa Brasil concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica.

c) Transmissão de energia elétrica

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL.

A equiparação comercial e técnica da controlada a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.313, de 26 de junho de 2012, a ANEEL homologou a RAP da CIEN no mon-

tante de R\$278.277, para o período 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$11.221. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a CIEN será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP.

A Endesa Brasil detém participação direta de 100,00% na CIEN.

d) Holdings

Ampla Investimentos e Serviços S.A.

A Ampla Investimentos e Serviços S.A. ("Ampla Investimentos"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 29 de dezembro de 2005, e tem como objeto social participar do capital da Investluz S.A. e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Ampla Investimentos atua como empresa *holding*, possuindo, basicamente, a participação societária de 36,43% no capital da Investluz S.A., que por sua vez, possui 56,59% do capital da COELCE.

A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% da Ampla Investimentos.

Investluz S.A.

A Investluz S.A. ("Investluz") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 5 de março de 1999, e tem como objeto social participar do capital da COELCE e em outras sociedades, no Brasil e no exterior. Atualmente, a Investluz detém participação de 56,59% no capital da COELCE.

A Endesa Brasil possui participação direta de 63,57% na Investluz.

e) Prestação de serviços

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consócios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Endesa Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil.

f) Estudos de viabilidade

Consórcio Tapajós

Em 01 de agosto de 2012, o Acordo de Cooperação Técnica ("ACT") que constituiu o Consórcio Tapajós ("Consórcio") foi aditado, incluindo a participação da Endesa Brasil S.A., entre outros consorciados. O Consórcio tem como objetivo elaborar e desenvolver estudos pertinentes a empreendimentos que serão submetidos à ANEEL ou a qualquer outro órgão competente. A duração prevista para o Consórcio é 16 de julho de 2014.

A participação da Endesa Brasil no Consórcio dar-se-á de forma que a soma de todas as despesas, efetuadas por cada concessionária, no âmbito do ACT e no Consórcio, alcancem conjuntamente 9,43%, ao final do prazo estipulado do término do Consórcio.

Conforme descrito na Nota 2.25, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado do exercício findo naquela data.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Endesa Brasil, suas controladas, controlada em conjunto e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-
Centrais Elétricas Caocheira Dourada S.A. - CDSA	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	46,89	46,89	-
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	100,00	100,00	-
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. - CTM (**)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. - Tesa (**)	100,00	-	100,00
Investluz S.A.	80,67	63,57	17,10
Companhia Energética do Ceará - COELCE	47,92	2,27	45,65
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	46,89	-
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. - Prátil	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova Geração e Comercialização de Energia Ltda	99,95	99,95	-
Consórcio Tapajós (***)	9,43	9,43	-
Trento Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ("Trento") (*)	100,00	18,91	81,09
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento RF Crédito Privado Compostela ("Compostela") (*)	100,00	1,25	98,75
Fundo de Investimento Vicenza Renda Fixa - Crédito Privado ("Vicenza") (*)	100,00	100,00	-

(*) Fundos de investimentos exclusivos Trento, Compostela e Vicenza são administrados, respectivamente, pelo Banco Itaucard S.A., Banco Bradesco S.A. e Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(**) Investidas no exterior.

(***) Controlada em conjunto com demais consorciados.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Especificamente em relação ao investimento no Consórcio Tapajós, os saldos foram consolidados em bases proporcionais, considerando a participação da Companhia.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22") correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*chief operating decision maker*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

2.6. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

As demonstrações financeiras das controladas indiretas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 - ARS 1,00 - R\$0,4155, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011 - ARS 1,00 - R\$0,4358), e as contas de resultado, pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

2.7.1. Receita de distribuição

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.7.2. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

2.7.3. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.7.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Endesa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.7.5. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.8.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. O Grupo Endesa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo Endesa incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, concessionários e permissórios, contas a receber de revendedores, concessão de serviço público (ativo indenizável), cauções e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta

categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Endesa que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38").

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Endesa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

- (a) Empréstimos e recebíveis;
- (b) Investimentos mantidos até o vencimento; ou
- (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- > Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- > O Grupo Endesa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "re-passe"; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor.

2.8.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.8.1.2. Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com (i) fornecimento de energia e uso da rede, faturadas e não faturadas, esta última por estimativa; (ii) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; (iii) venda de energia a concessionários, permissionários e consumidores livres; (iv) energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, até o encerramento do

balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.8.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração do Grupo como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos registrados pelas controladas da Companhia.

2.8.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.8.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Endesa possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de *swap*, visando proteção parcial à exposição da taxa CDI produzida pelas debêntures emitidas pela Ampla Energia e COELCE e à variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamos indexados ao dólar norte-americano da CGTF. Os instrumentos financeiros derivativos estão classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa sendo reconhecidos ao valor justo. Os ganhos ou perdas da parcela eficaz destes *swaps* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. A Nota 21 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas da Companhia.

O Grupo Endesa não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

2.10. Ativo indenizável (concessão)

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A partir da publicação da Lei nº 12.783, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Adicionalmente, a Lei nº 12.783 prevê que o Governo, na sua qualidade de concedente, use para a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL.

Este novo fato causou uma mudança significativa nos critérios a serem considerados para valorização e classificação dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados quando do término da concessão.

Anteriormente, a Companhia adotava o valor residual contábil (custo histórico) como metodologia para cálculo do valor indenizatório e, como consequência, como base para o cálculo dos efeitos da adoção da ICPC 01 e ICPC 17 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão ("OCPC 05"). Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Ampla Energia e COELCE, encontrava-se classificado como "empréstimos e recebíveis" e como consequência da promulgação da Lei nº 12.783, este instrumento financeiro passou a se classificado como "disponível para venda".

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº 12.783, a Administração da Companhia procedeu o recálculo do ativo indenizável da Ampla Energia e da COELCE levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão, sendo o impacto consolidado divulgado na receita financeira no montante de R\$487.517 (Ampla Energia R\$307.410 e COELCE R\$180.107).

Adicionalmente, a referida Lei extingue a arrecadação da Conta Consumo de Combustível - CCC e Reserva Global de Reversão - RGR, além de reduzir a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 75%.

2.11. Investimentos

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.

2.12. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

2.13. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a OCPC 05.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O benefício fiscal oriundo do ágio registrado no balanço patrimonial da controlada Investluz S.A. tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do saldo está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027.

O ativo intangível adquirido separadamente é reconhecido pelo custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas por redução no valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo da vida útil estimada do intangível. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

2.14. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração do Grupo Endesa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.15. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Endesa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Impostos

2.16.1. Impostos de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias do Grupo operam e geram resultado tributável.

Periodicamente, a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, o Grupo adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, da base de cálculos desses tributos.

As controladas COELCE e CGTF gozam de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013 para CGTF. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de incentivo fiscal", no grupo de reserva de lucros.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.16.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultado preparados pela Administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.17. Taxas regulamentares

Uma vez que Ampla Energia, CDSA, CIEN, CGTF e COELCE, controladas da Endesa Brasil, atuam em segmentos regulados, são cobrados destas controladas valores a título de recolhimento de encargos setoriais, como segue:

2.17.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o imobilizado (conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. A partir de janeiro de 2013, por meio dos dispositivos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, transformada na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, estes valores não deverão mais ser repassados pelas concessionárias de distribuição de energia (vide Nota 2.10).

2.17.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (vide Nota 2.10).

2.17.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL (vide Nota 2.10).

2.17.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas.

2.17.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.17.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.17.7. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.18. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.19. Participação nos resultados

O Grupo Endesa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

2.20. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia e de suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, exceto a controlada CGTF em 2%, seja distribuídos a título de dividendos, após a destinação da reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, o Grupo registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

2.21. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

O Grupo Endesa patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios das controladas.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 29.

2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- > CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros Evidenciação ("CPC 40"). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7").
- > ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08")
A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios.
- > CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18")
A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo.

- > ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09")

A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18.

- > CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17")

A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - Construction Contracts.

- > CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30")

A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - Revenue.

- > CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35")

A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - Separate Financial Statements.

2.24. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor.

- > CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33")

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

- > CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"). A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- > CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45")

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- > CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36").

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - International Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

- > CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"). O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

2.25. Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011

Durante o quarto trimestre de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e para 1º de janeiro de 2011 (equivalente a 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado.

Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

Balanços patrimoniais

Controladora						
	31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	Caixa e equivalentes de caixa	102.775	(51.431)	51.344	275.213	(136.590)
Títulos e valores mobiliários	17.580	51.431	69.011	356.258	136.590	492.848

Consolidado						
	31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	Caixa e equivalentes de caixa	723.772	(342.864)	380.908	508.163	(108.594)
Títulos e valores mobiliários	278.220	342.864	621.084	594.895	108.594	703.489

Esses ajustes também foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2011					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	253.432	85.159	338.591	(519.037)	(85.636)	(604.673)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	275.213	(136.590)	138.623	508.163	(108.594)	399.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.775	(51.431)	51.344	723.772	(342.864)	380.908

As Notas 4 e 5 estão sendo reapresentadas com o objetivo de demonstrar os saldos modificados e as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente.

As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as mutações do patrimônio líquido), demonstrações do resultado do resultado abrangente.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos

tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e diferenças temporárias.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 29.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Caixa e contas correntes bancárias	147	280	266	124.035	29.083	75.457
Aplicações financeiras	302.698	51.064	138.357	690.770	351.825	324.112
Total de caixa e equivalentes de caixa	302.845	51.344	138.623	814.805	380.908	399.569

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos

têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Aplicações diretas						
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	37.217	-	131.874	46.821	20.067
Operações compromissadas	39.843	-	44.596	83.602	97.636	62.001
Total de aplicações diretas	39.843	37.217	44.596	215.476	144.457	82.068
Fundos exclusivos						
CDB - Certificado de Depósito Bancário	150.194	5.165	14.123	299.367	84.249	53.905
Operações compromissadas	112.661	8.682	79.638	175.927	123.119	188.139
Total de fundos exclusivos	262.855	13.847	93.761	475.294	207.368	242.044
Total de aplicações financeiras	302.698	51.064	138.357	690.770	351.825	324.112

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Fundos de investimentos	-	11	-	24.894	14.217	10.114
Total de fundos de investimentos	-	11	-	24.894	14.217	10.114
Fundos exclusivos						
Títulos públicos	258.238	8.543	268.960	379.654	146.423	379.088
Cotas de fundos de investimentos	77.925	60.107	206.093	165.829	451.963	287.982
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	14.485	-	-	18.360
Outros	21.676	350	3.310	43.557	6.248	6.945
Total de fundos exclusivos	357.839	69.000	492.848	589.040	604.634	692.375
Bônus da República Argentina	-	-	-	1.216	2.233	1.000
Total de títulos e valores mobiliários	357.839	69.011	492.848	615.150	621.084	703.489

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com

baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante						
Classe de consumidores						
Residencial	183.552	138.019	65.921	387.492	338.382	311.905
Industrial	53.969	11.616	14.665	80.250	74.564	62.271
Comercial	75.888	33.535	31.252	140.675	131.414	94.986
Rural	27.825	9.854	5.636	43.315	47.542	40.119
Poder público	59.612	29.796	32.182	121.590	166.603	171.516
Serviço público	12.644	1.009	506	14.159	17.227	10.727
Revenda	4.966	-	-	4.966	4.339	4.315
Subtotal	418.456	223.829	150.162	792.447	780.071	695.839
Renda não faturada (f)	308.424	-	-	308.424	249.383	274.185
Consumidores livres	40.024	-	3.906	43.930	37.836	26.100
CAMMESA	-	-	-	-	-	76.211
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (c)	77.674	-	10.354	88.028	42.260	43.104
Parcelamento de débitos	17.059	-	-	17.059	21.594	26.229
Legião Energia –CCEAR	12.823	-	2.048	14.871	13.399	10.539
Encargo emergencial	-	-	2.473	2.473	2.475	2.477
Companhia Energética de Goiás - CELG (b)	136	-	-	136	65.000	147.658
Créditos junto a clientes com ações judiciais (d)	-	-	63.303	63.303	61.215	66.538
Furnas Centrais Elétricas S.A. (g)	1.163	-	1.342	2.505	2.483	-
Tractebel Energia S.A. (g)	682	-	1.343	2.025	1.518	-
Outros	30.292	28.450	1.546	60.288	40.853	23.218
Subtotal	906.733	252.279	236.477	1.395.488	1.318.087	1.392.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(199.584)	(194.586)	(270.161)
Total circulante	906.733	252.279	236.477	1.195.904	1.123.501	1.121.937
Não circulante						
Furnas Centrais Elétricas S.A. (g)	-	-	126.955	126.955	126.955	127.926
Tractebel Energia S.A. (g)	-	-	69.429	69.429	69.429	74.415
Comercialização na CCEE (c)	-	-	15.289	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (e)	86.100	-	-	86.100	85.047	88.683
Companhia Energética de Goiás - CELG (b)	-	-	-	-	60.375	-
Outros	-	-	-	-	-	9.467
Subtotal	86.100	-	211.673	297.773	357.095	315.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(247.265)	(252.598)	(186.859)
Total não circulante	86.100	-	211.673	50.508	104.497	128.921

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2011	(457.020)
(Adições)	(162.125)
Variação cambial	24.165
Baixas	147.796
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(447.184)
(Adições)	(104.137)
Baixas	104.472
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(446.849)
Circulante	199.584
Não circulante	247.265

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória e por análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia.

b) Companhia Energética de Goiás - CELG

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada CDSA possuía um contas a receber com a Companhia Energética de Goiás - CELG no valor de R\$125.375, o qual foi recebido R\$65.000 em maio de 2012 e R\$65.060 em dezembro de 2012.

c) Comercialização no âmbito da CCEE

O saldo de contas a receber, registrado no ativo circulante, refere-se, basicamente, à venda de energia efetuada na liquidação financeira no âmbito da CCEE as quais foram realizadas em condições de mercado na época da negociação. Em 31 de dezembro de 2012 as controladas Ampla Energia, CGTF, CDSA e COELCE possuem registrados no contas a receber, os montantes de R\$10.354, R\$29.862, R\$16.097, R\$31.715, respectivamente, totalizando o valor de R\$88.028 (R\$42.260 em 2011 e R\$43.104 em 1º de janeiro de 2011).

Apresentamos abaixo a composição dos saldos registrados no ativo não circulante:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Valor em litígio - Liminares (*)	12.917	12.917	12.917
Valores com a exigibilidade suspensa (**)	2.372	2.372	2.372
Total	15.289	15.289	15.289

(*) O montante de R\$12.917, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$2.372, se refere à venda de energia efetuada na liquidação financeira especial da AES SUL (R\$2.031) e DFESA (R\$341) no âmbito da CCEE, que ainda se encontra pendente de recebimento.

A Administração da controlada COELCE não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada COELCE possui registrado o valor de R\$63.303 (R\$61.215 em 2011 e R\$66.538 em 1º de janeiro de 2011) referente à créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$26.774 (R\$21.762 em 2011 e R\$24.103 em 1º de janeiro de 2011) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A COELCE mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$52.812 em 31 de dezembro de 2012 (R\$47.416 em 2011 e R\$47.930 em 1º de janeiro de 2011), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

e) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m.

f) Receita não faturada

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$308.424 (R\$249.383 em 2011 e R\$274.185 em 1º de janeiro de 2011).

g) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel")

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.460 e R\$71.454 (R\$129.438 e R\$71.382, respectivamente, em 2011 e, R\$127.926 e R\$74.415 em 1º de janeiro de 2011) correspondentes ao faturamento de encargos de potencia e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$4.530, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da controlada CIEN quando equiparada a uma transmissora.

7. Subvenção baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal, inclusive indígenas e quilombolas que devem ter 100% de desconto até os primeiros 50 kWh, ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2012 é R\$65.043 (R\$48.708 em 2011 e R\$54.242 em 1º de janeiro de 2011).

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

8. Tributos a compensar

	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	26.562	30.264	34.512
ICMS (b)	3	2	-
	26.565	30.266	34.512
Circulante	20.421	9.045	11.614
Não circulante	6.144	21.221	22.898

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	90.645	105.403	85.488
ICMS (b)	171.196	201.477	212.646
PIS e COFINS (c)	65.789	82.416	56.183
Outros tributos	10.799	9.893	11.687
	338.429	399.189	366.004
Circulante	175.322	218.191	163.031
Não circulante	163.107	180.998	202.973

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), além do saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

(b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos.

(c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R\$31.845 (R\$53.696 em 2011 e R\$25.887 em 1º de janeiro de 2011) referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com

trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada CIEN, no montante total de R\$25.511 em 31 de dezembro de 2012 (R\$20.816 em 2011 e R\$19.144 em 1º de janeiro de 2011), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos.

Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, CGTF, CDSA e Prátil, nos montantes de R\$2.635, R\$3.604, R\$1.839 e R\$355, respectivamente.

9. Cauções e depósitos

		Consolidado					
		31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
Instituição	Tipo de aplicação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNB FI curto prazo	Fundo de investimento	-	-	-	54	-	51
Bradesco premium	Fundo de investimento	-	8.027	-	37.770	-	35.926
Itaú-Unibanco previdência	Fundo de investimento	-	-	-	39	-	36
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de investimento	49.336	-	53.426	-	23.098	-
Bradesco	CDB	-	104	-	3.980	-	3.909
Itaú	CDB	-	575	-	821	-	13.751
Banco do Brasil	CDB	-	9.004	-	10.999	17.568	10.795
BNB	CDB	-	18.804	-	17.359	-	-
Banco do Brasil	Título do Tesouro dos EUA	-	4.442	-	-	-	-
Banco Itaú BBA	Time Deposit	-	24.521	-	22.151	-	19.375
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-	320	-	-	-
Outros		-	20	-	20	-	-
Total		49.656	65.497	53.746	93.193	40.666	83.843

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de cauções e depósitos registrados nas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R\$36.049 e R\$54.583 (R\$50.122 e R\$74.666, respectivamente, em 2011 e, R\$59.104 e R\$46.030, respectivamente, em 1º janeiro de 2011), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica, e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Adicionalmente, a controlada CGTF, conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao IFC (vide Nota 19), possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de *time deposit* no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano e possui o montante de R\$24.521 em 31 de dezembro de 2012 (R\$22.151 em dezembro de 2011 e R\$19.375 em 1 de janeiro de 2011).

10. Depósitos vinculados a litígios

		Consolidado		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Trabalhistas		132.901	134.608	101.776
Cíveis		51.614	55.934	60.318
Fiscais		115.960	102.615	116.759
Total		300.475	293.157	278.853

11. Tributos diferidos

O Grupo Endesa possui créditos fiscais diferidos, ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

	Imposto de renda			Contribuição social			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ativo									
Prejuízo fiscal	-	-	2.568	-	-	924	-	-	3.492
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	124.290	148.504	187.662	44.745	53.461	67.558	169.035	201.965	255.220
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118.402	119.779	114.255	42.625	43.121	41.132	161.027	162.900	155.387
Provisão para obsolescência de estoque	214	1.040	-	76	374	-	290	1.414	-
Desreconhecimento de ativo regulatório	21.667	(14.937)	-	7.801	1	-	29.468	(14.936)	-
Obrigação com benefício pós-emprego	144.591	141.722	95.245	52.053	51.015	34.289	196.644	192.737	129.534
Provisão Multa ARCE	12.745	1.520	-	4.588	547	-	17.333	2.067	-
Remuneração das imobilizações em curso	9.633	9.633	8.353	-	-	3.007	9.633	9.633	11.360
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	48.027	48.027	50.435	17.290	17.290	18.156	65.317	65.317	68.591
Outros	49.488	47.832	32.392	17.797	17.222	11.781	67.285	65.054	44.173
Total	529.057	503.120	490.910	186.975	183.031	176.847	716.032	686.151	667.757
Passivo									
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	911	1.088	1.019	1.687	1.923	1.894	2.598	3.011	2.913
Desreconhecimento de passivo regulatório	96.902	54.270	19.298	32.550	14.596	6.947	129.452	68.866	26.245
Ativo indenizável (concessão)	127.407	8.136	9.118	46.412	2.536	3.283	173.819	10.672	12.401
Atuarial - Fundo de Pensão	-	-	6.542	-	-	2.355	-	-	8.897
Variações cambiais não realizadas	7.315	2.643	15.227	2.633	951	5.608	9.948	3.594	20.835
Imposto diferido passivo swap	280	280	-	105	105	-	385	385	-
Custo atribuído	60.816	60.816	60.816	21.894	21.894	21.894	82.710	82.710	82.710
Total	293.631	127.233	112.020	105.281	42.005	41.981	398.912	169.238	154.001

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 1º de janeiro de 2011	667.757	154.001
Adições (reversão) ao resultado do exercício - IR/CSLL	(18.440)	48.456
Adição de resultados abrangentes	69.952	-
Baixa de tributo diferido não realizável	(4.116)	-
Realização	(29.002)	(33.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686.151	169.238
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	79.535	245.500
(Redução) do resultado do exercício	(54.057)	(15.826)
Adição de resultados abrangentes	4.729	-
Baixa de tributo diferido não realizável	(326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	716.032	398.912

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC

32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Consolidado		
	Montante a realizar		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
2011	-	-	84.268
2012	-	97.640	69.036
2013	109.401	88.294	49.741
2014	95.076	71.801	80.999
2015	79.060	106.470	114.287
2016	94.732	50.797	53.623
2017 a 2019	171.317	116.990	162.213
2020 a 2022	166.446	154.159	53.590
Total	716.032	686.151	667.757

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos

fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo Endesa.

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a controlada CDSA passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto diferido ativo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a controlada CDSA.

O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

O imposto diferido passivo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da controlada CDSA. O saldo deste passivo será realizado a partir de 2016, quando a controlada CDSA passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

12. Benefício fiscal – ágio incorporado

Ágio de incorporação da controladora

O ágio é oriundo da operação de incorporação que a COELCE realizou em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amorti-

zado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999.

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2013	0,03642	2020	0,01958	2027	0,01053
2014	0,03333	2021	0,01792		
2015	0,03051	2022	0,01640		
2016	0,02792	2023	0,01501		
2017	0,02555	2024	0,01374		
2018	0,02338	2025	0,01257		
2019	0,02140	2026	0,01151		

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM no 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM no 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração da Companhia procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da COELCE para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

Consolidado			
Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ágio na aquisição	775.960	775.960	775.960
Amortização do ágio	(530.938)	(500.054)	(466.308)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	267.401	247.018	224.745
Saldo	83.058	93.559	105.032
Circulante	9.609	10.500	-
Não circulante	73.449	83.059	105.032
Reserva de capital	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ágio da incorporação	775.960	775.960	775.960
(-) Desdobramento e desgate de ações	(125.407)	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188	221.188

13. Outros créditos

Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Adiantamentos a fornecedores	599	331	401
Despesas de novos negócios	4.814	1.809	1.653
Outros	4.774	4.998	4.339
Total	10.187	7.138	6.393
Circulante	10.187	5.565	6.393
Não circulante	-	1.573	-
Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Alienação de bens e direitos	1.656	1.641	1.482
Assistência médica a aposentados	5.990	5.389	-
Convênios de arrecadação	32.267	19.414	24.836
Consumidores - serviços prestados	61.379	52.600	-
Gastos a reembolsar - consumidores	3.403	3.583	3.688
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.796	2.793
Sindicato	5.658	5.658	5.658
Serviços a terceiros	5.220	5.606	54.441
Serviços em curso	100.902	55.306	68.874
Cheques devolvidos	768	-	-
Créditos de fornecedores	6.039	6.206	7.215
Adiantamentos a empregados	6.399	5.781	15.011
Adiantamentos a fornecedores	12.182	1.426	18.856
Revenda de material	3.787	-	-
Despesas de novos negócios	4.814	1.809	1.653
Estoques	2.714	4.501	-
Despesas pagas antecipadamente	7.054	5.742	5.211
Outros	24.972	21.598	40.323
Provisão para perda na realização de outros créditos	(26.763)	(31.930)	(28.471)
Total	261.237	167.126	221.570
Circulante	259.374	163.020	201.948
Não circulante	1.863	4.106	19.622

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2011	(28.471)
Adição	(3.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(31.930)
Reversão	5.167
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(26.763)

14. Investimentos

	Nº de ações		% de participação direta	31/12/2012						
	Total	Possuídas pela companhia		Controladora						
				Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	254.800	57.495	119.476	-	119.476	26.959	6.403
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	2.052.826	493.376	962.570	-	962.570	231.344	65.214
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.134.472	207.985	721.184	-	721.184	132.216	31.401
COELCE	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.560.330	420.000	35.419	-	35.419	9.534	2.193
CIEN	285.044.682	285.044.682	100%	529.417	68.606	529.417	-	529.417	68.606	10.349
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	608.193	144.736	608.193	-	608.193	144.736	2.264
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.030.616	374.904	1.026.597	-	1.026.597	373.442	-
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	6.606	6.142	6.605	-	6.605	6.141	4.766
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	(787)	(377)	(787)	2.104	1.317	(377)	-
Enel Green Power I	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-
Enel Green Power II	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-
Consórcio Tapajós			9,43%	24.642	-	2.324	-	2.324	-	-
Total						4.011.098	2.104	4.013.202	992.601	122.590

31/12/2011

Controladora

	Nº de ações		% de participação direta	Controladora						
	Total	Possuídas pela companhia		Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	223.768	47.869	104.925	-	104.925	22.446	4.785
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.635.736	210.352	766.997	-	766.997	98.634	10.989
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.140.439	209.222	724.977	-	724.977	133.002	-
COELCE	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.471.022	471.182	33.392	-	33.392	10.696	2.098
CIEN	285.044.682	285.044.682	100%	460.731	69.107	460.731	-	460.731	69.107	26.763
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	606.026	139.644	606.026	-	606.026	139.644	2.157
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.122.833	358.886	1.118.454	-	1.118.454	357.486	-
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	4.423	3.324	4.423	-	4.422	3.324	807
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	(410)	(564)	(410)	2.104	1.694	(564)	-
Enel Green Power I	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-
Enel Green Power II	125.000	50.000	40%	125	-	50	-	50	-	-
Total						3.819.614	2.104	3.821.718	833.775	47.599

01/01/2011

Controladora

	Nº de ações		% de participação direta	Controladora						
	Total	Possuídas pela companhia		Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	191.003	53.036	89.561	-	89.561	24.869	5.751
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.583.469	216.092	742.488	-	742.488	101.326	13.294
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.093.064	216.051	694.861	-	694.861	137.344	27.327
COELCE	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.356.814	471.903	30.800	-	30.800	10.712	2.085
CIEN	285.044.682	285.044.682	100%	407.920	43.576	407.920	-	407.920	43.576	10.349
CGTF	151.935.782	151.935.782	100%	556.825	170.027	556.825	-	556.825	170.027	2.690
CDSA	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.071.051	225.659	1.066.874	-	1.066.874	224.779	-
Prátil	1.000.000	999.999	99,99%	1.595	2.113	1.595	-	1.595	2.113	528
Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	154	-	154	3.788	3.942	-	-
Total						3.591.078	3.788	3.594.866	714.746	62.024

Movimentação do investimento das Controladas

Descrição	Investimento 31/12/2011	Adição (baixa)	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Integralização de capital	Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2012
Ampla Investimentos	104.925	(1.125)	26.959	(6.403)	-	-	(4.880)	119.476
Ampla Energia	766.997	-	231.344	(54.944)	-	-	19.173	962.570
Investluz	724.977	-	132.216	(117.846)	-	-	(18.163)	721.184
COELCE	33.392	-	9.534	(6.361)	-	-	(1.146)	35.419
CIEN	460.731	-	68.606	-	80	-	-	529.417
CGTF	606.026	-	144.736	(142.987)	-	-	418	608.193
CDSA	1.118.454	-	373.442	(465.299)	-	-	-	1.026.597
Prátil	4.422	-	6.141	(3.958)	-	-	-	6.605
Fazenda Nova	1.694	-	(377)	-	-	-	-	1.317
Enel Green Power I	50	-	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II	50	-	-	-	-	-	-	50
Consórcio Tapajós	-	2.324	-	-	-	-	-	2.324
Total	3.821.718	1.199	992.601	(797.798)	80	-	(4.598)	4.013.202

Descrição	Investimento 01/01/2011	Adição (baixa)	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Integralização de capital	Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2011
Ampla Investimentos	89.563	-	22.446	(4.758)	-	-	(2.326)	104.925
Ampla Energia	742.493	-	98.634	(21.741)	-	-	(52.389)	766.997
Investluz	694.863	-	133.002	(94.233)	-	-	(8.655)	724.977
COELCE	30.800	-	10.696	(7.558)	-	-	(546)	33.392
CIEN	407.916	-	69.107	(16.409)	117	-	-	460.731
CGTF	556.822	-	139.644	(89.004)	-	-	(1.436)	606.026
CDSA	1.066.874	-	357.486	(305.906)	-	-	-	1.118.454
Prátil	1.593	-	3.324	(1.486)	-	991	-	4.422
Fazenda Nova	3.942	(1.684)	(564)	-	-	-	-	1.694
Enel Green Power I	-	50	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II	-	50	-	-	-	-	-	50
Total	3.594.866	(1.584)	833.775	(541.095)	117	991	(65.352)	3.821.718

15. Ativo indenizável (concessão)

Os contratos de concessão de distribuição nº 05/96, de 9 de dezembro de 1996, e nº 01/98, de 13 de maio de 1998, e aditivos posteriores celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e a COELCE (Concessionárias - Operadoras), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 e da OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelos ativos imobilizados e intangíveis das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº12.783 a qual, dentre outras informações determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão.

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº12.783, a Administração da Companhia procedeu o recálculo do ativo indenizável da Ampla Energia e da COELCE levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão. O efeito da atualização do cálculo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi registrado como receita financeira no montante de R\$307.410 e R\$180.107 na Ampla Energia e COELCE, respectivamente.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2011	527.794
Transferências do ativo intangível	213.994
Receita financeira - ativo indenizável	23.728
Saldo em 31 de dezembro de 2011	765.516
Transferências do ativo intangível	385.586
Receita financeira - ativo indenizável	487.517
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.638.619

16. Imobilizado

	Custo histórico	Depreciação acumulada	Controladora		
			31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
			Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Distribuição					
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Geração					
Terrenos	-	-	-	-	-
Reservatórios	-	-	-	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Comercialização					
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Administração					
Terrenos	350	-	350	350	440
Edificações	1.771	(364)	1.407	1.506	1.769
Máquinas e equipamentos	1.918	(913)	1.005	1.165	1.294
Veículos	1.498	(1.044)	454	751	487
Móveis e utensílios	4.057	(2.967)	1.090	1.745	2.333
Total imobilizado em serviço	9.594	(5.288)	4.306	5.517	6.323
Em curso					
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Administração	108	-	108	-	-
Total imobilizado em curso	108	-	108	-	-
Total do imobilizado	9.702	(5.288)	4.414	5.517	6.323

Consolidado

		31/12/2012		31/12/2011	01/01/2011
	Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	24,69%				
Terrenos		1.076	-	1.076	9.029
Edificações		85.192	(44.841)	40.351	33.188
Máquinas e equipamentos		1.213.658	(585.098)	628.560	690.791
Veículos		1.951	(1.272)	679	386
Móveis e utensílios		557	(173)	384	109
Distribuição	4,70%				
Móveis e utensílios		65.621	(44.182)	21.439	24.783
Geração	24,67%				
Terrenos		2.194	-	2.194	2.194
Reservatórios		241.424	(148.477)	92.947	97.895
Edificações		113.515	(79.078)	34.437	36.920
Máquinas e equipamentos		2.812.056	(1.806.250)	1.005.806	1.103.086
Veículos		1.358	(1.088)	270	37
Móveis e utensílios		11.759	(9.749)	2.010	2.692
Comercialização	10,00%				
Móveis e utensílios		22.243	(12.262)	9.981	11.950
Administração	10,70%				
Terrenos		374	-	374	374
Edificações		4.128	(1.376)	2.752	2.927
Máquinas e equipamentos		3.957	(2.123)	1.834	2.110
Veículos		1.935	(1.346)	589	924
Móveis e utensílios		76.281	(62.626)	13.655	14.069
Total imobilizado em serviço		4.659.279	(2.799.941)	1.859.338	2.033.464
Em curso					
Geração		72.429	-	72.429	45.086
Transmissão		35.640	-	35.640	30.257
Distribuição		10.532	-	10.532	9.738
Comercialização		5.638	-	5.638	3.686
Administração		23.120	-	23.120	17.254
Total imobilizado em curso		147.359	-	147.359	106.021
Total do imobilizado		4.806.638	(2.799.941)	2.006.697	2.139.485

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora					Consolidado				
	Em serviço			Em curso		Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	9.232	(2.909)	6.323	-	6.323	4.592.460	(2.444.356)	2.148.104	93.177	2.241.281
Transferências	-	-	-	-	-	72.468	(42.155)	30.313	(30.313)	-
Adições	777	-	777	-	777	1.059	-	1.059	43.178	44.237
Baixas	(418)	-	(418)	-	(418)	(3.436)	2.793	(643)	(21)	(664)
Depreciação	-	(1.165)	(1.165)	-	(1.165)	-	(147.297)	(147.297)	-	(147.297)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-	2.768	(840)	1.928	-	1.928
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.591	(4.074)	5.517	-	5.517	4.665.319	(2.631.855)	2.033.464	106.021	2.139.485
Transferências	-	-	-	-	-	7.692	-	7.692	(7.692)	-
Adições	3	-	3	108	111	3	-	3	49.030	49.033
Baixas	-	-	-	-	-	(10.417)	1.736	(8.681)	-	(8.681)
Depreciação	-	(1.214)	(1.214)	-	(1.214)	-	(169.824)	(169.824)	-	(169.824)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(3.318)	2	(3.316)	-	(3.316)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.594	(5.288)	4.306	108	4.414	4.659.279	(2.799.941)	1.859.338	147.359	2.006.697

O ativo imobilizado do Grupo Endesa é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da Companhia.

Abaixo é apresentado o impacto da alteração vida útil média dos ativos imobilizados das Controladas CIEN, CDSA e CGTF após a adoção da Resolução Normativa ANEEL nº 474:

	Vida útil média em anos		
	31/12/2011	Aumento (redução)	31/12/2012
CGTF	24	2	26
CDSA	31	6	37
CIEN	25	2	27

CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 474/2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

CDSA

O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada CDSA e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 474/2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Barramento	4,00%
Gerador	4,00%
Painel, mesa de comando	4,55%
Ponte rolante, guindaste	3,13%
Reservatório, barragem, adutora	3,33%
Sistema de ar comprimido	3,57%
Sistema de proteção contra incêndio	2,00%
Sistema de resfriamento	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbina hidráulica	4,00%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

CIEN

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL.

Conforme termos das Portarias nº 210 e nº 211 da ANEEL, é estabelecido que ao término do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à transmissão de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 474/2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Banco de capacitores	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Conversor de frequência	6,67%
Estrutura (poste, torre)	2,70%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Reator (resistor)	2,78%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

17. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011	01/01/2011	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em curso					
Outros	9.251	-	9.251	-	-
Total	9.251	-	9.251	-	-

Consolidado							
		31/12/2012			31/12/2011	01/01/2011	
	Vida útil	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	6%						
Direito de uso da concessão		7.556.798	(3.179.916)	(870.122)	3.506.760	3.819.903	3.783.982
Software		183.743	(158.572)	-	25.171	24.550	30.544
Ágio atribuído a concessão		435.755	(188.135)	-	247.620	274.634	304.152
Goodwill		2.104	-	-	2.104	2.104	-
Marcas e patentes		424	(220)	-	203	734	23
Em curso							
Direito de uso da concessão		994.154	-	(235.476)	758.678	545.185	501.891
Software		49.434	-	-	49.434	41.484	28.640
Outros		9.250	-	-	9.251	-	-
Total		9.231.662	(3.526.843)	(1.105.598)	4.599.221	4.708.594	4.649.232

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Consolidado							
	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	7.308.069	(2.253.990)	(935.228)	4.118.851	570.772	(40.391)	530.381	4.649.232
Adições	364	156	-	520	749.116	(129.344)	619.772	620.292
Baixas	(55.262)	42.113	-	(13.149)	(151)	-	(151)	(13.300)
Amortização	-	(382.398)	46.659	(335.739)	-	-	-	(335.739)
Transferências	684.220	-	(10.255)	673.965	(682.116)	10.255	(671.861)	2.104
Transferências ativo indenizável	(213.995)	-	-	(213.995)	-	-	-	(213.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.723.396	(2.594.119)	(898.824)	4.230.453	637.621	(159.480)	478.141	4.708.594
Adições	10.173	(3.925)	-	6.248	674.755	(90.821)	583.934	590.182
Baixas	(19.520)	14.437	-	(5.083)	-	-	-	(5.083)
Amortização	-	(352.412)	43.526	(308.886)	-	-	-	(308.886)
Transferências	368.065	-	(14.824)	353.241	(368.065)	14.824	(353.241)	-
Transferências ativo indenizável	(385.586)	-	-	(385.586)	-	-	-	(385.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.696.528	(2.936.019)	(870.122)	3.890.387	944.311	(235.477)	708.834	4.599.221

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração do Grupo Endesa entende que a amortização do ativo intangível de uso da concessão deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da

utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando a alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Ampla Energia e COELCE era em torno de 22 e 25 anos, respectivamente. Com a implementação da referida Resolução, a vida útil média dos ativos passou para 25 e 27 anos, o que corresponde ao acréscimo de 3 e 5 anos, respectivamente, para a Ampla Energia e COELCE em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil dos bens que compõem o ativo intangível das Companhias, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que as Companhias esperam receber como indenização ao final do período de suas concessões. Como consequência, verificamos que houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 e OCPC 05.

As Controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento da Administração das Companhias, a nova mensuração da infraestrutura resultou na reclassificação para o ativo indenizável da Ampla Energia e COELCE dos valores de R\$103.020 mil e R\$277.360 mil, respectivamente. Por se tratar de uma mudança de estimativa, entendemos que o novo tratamento deve realmente ser prospectivo, não ensejando modificação nos saldos anteriores das Companhias.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Esta conta contábil, denominada de obrigações vinculadas à concessão, estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos

bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,43% a.a. e 3,98% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Avaliação do grau de recuperação

A Administração da Companhia realizou uma análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos no CPC 01 bem como avaliou outras circunstâncias e não identificou indícios que seus ativos estivessem registrados acima do valor de realização.

Ágio atribuído a concessão

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, conforme comentado na Nota 12.

18. Fornecedores

	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Materiais e serviços	21.544	12.427	13.859
Total	21.544	12.427	13.859
Circulante	21.544	12.427	13.859
Não circulante	-	-	-

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Suprimento e transporte de energia			
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.963	4.926	30.253
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - SPOT	39.740	13.264	774
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	20.239	44.093	29.077
Geração e Transmissão S.A. - CEMIG	5.042	3.831	5.053
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE	9.127	4.437	5.888
Cia. Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	23.114	11.384	13.982
Companhia Energética de São Paulo - CESP	15.633	5.754	7.441
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR	69.734	38.969	52.284
Contrato de uso do sistema de distribuição - LIGHT	17.442	16.461	15.665
Contratos por disponibilidade/quantidade	64.433	18.607	12.482
Encargo de uso da rede	33.651	18.570	16.953
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	39.756	3.618	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	35.969	31.193	37.926
Geradoras - Energia Livre	5.177	4.771	4.114
Itaipu (Eletrobras)	52.105	34.562	21.451
MCS D - Mecanismo de Compensação de Sobras e Défcits	19.300	17.190	-
Petrobras	16.099	3.801	-
Outros	65.747	83.352	93.208
Materiais e serviços	261.562	260.579	296.621
Total	795.833	619.362	643.172
<hr/>			
Circulante	790.656	614.591	638.868
Não circulante	5.177	4.771	4.304

19. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado								
	Encargos de dívida			Principal					
	Circulante			Circulante			Não circulante		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Moeda estrangeira									
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	7	11	14	284	261	232	142	391	579
União Federal - Bônus de Desconto (a)	8	7	6	-	-	-	2.332	2.141	1.901
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (a)	-	1	1	-	146	259	-	-	130
União Federal - Bônus ao Par (a)	44	40	36	-	-	-	3.342	3.067	2.725
Banco Europeu de Investimentos (b)	-	661	828	-	15.632	13.885	-	-	13.885
IFC - A (c)	182	221	222	10.208	8.723	7.213	48.989	54.339	56.016
IFC - B (c)	-	(158)	79	16.075	13.771	11.416	35.680	47.508	54.432
IFC - C (c)	67	70	62	-	-	-	14.305	13.131	11.663
Total moeda estrangeira	308	853	1.248	26.567	38.533	33.005	104.790	120.577	141.331
Moeda nacional									
Eletrobras (d)	15	17	16	13.338	15.647	16.487	74.858	83.477	72.961
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (e)	3	5	7	287	259	231	76	362	613
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (e)	114	183	237	11.008	9.308	7.949	2.931	13.040	21.101
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	10	18	24	5.343	5.048	4.758	891	5.889	10.310
Banco do Nordeste - Proinfa (f)	455	299	149	33.667	30.369	27.539	151.574	132.179	109.423
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (g)	337	605	810	49.106	49.105	49.105	49.106	98.212	147.318
BNDES PEC (h)	9	147	5.582	2.328	27.936	22.917	-	2.327	27.083
BNDES (Finame) (i)	7	12	17	2.214	2.214	2.215	1.884	4.098	6.313
BNDES (Finem) (j)	-	-	124	-	-	24.485	-	-	-
BNDES (Finem) (k)	-	153	460	-	32.449	64.896	-	-	32.448

	Consolidado								
	Encargos de dívida			Principal					
	Circulante			Circulante			Não circulante		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
BNDES (Capex 2011) (k)	280	161	-	10.210	3.496	-	75.942	59.159	-
BNDES (Capex 2011) (l)	341	313	-	19.324	8.229	-	86.846	90.443	-
BNDES (Capex 2011) (ll)	379	346	-	19.324	8.229	-	86.846	90.443	-
Eletrobras (m)	3	4	3	2.940	2.940	1.795	16.804	19.745	14.738
Eletrobras (n)	2	1	-	536	-	-	10.169	5.752	-
Bradesco S.A. 3º contrato (o)	-	41	66	-	5.340	5.340	-	-	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	795	3.260	5.174	20.000	40.000	40.000	-	20.000	60.000
Banco Alfa S.A. (o)	-	2.951	3.233	-	50.000	10.000	-	-	50.000
União dos Bancos Brasileiros S.A. (o)	-	94	172	-	5.320	5.320	-	-	5.320
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (o)	-	127	264	-	15.000	15.000	-	-	15.000
HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (o)	-	506	1.047	-	60.000	60.000	-	-	60.000
Banco do Brasil S.A (o)	612	992	1.016	100.000	-	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A. (o)	-	6	18	-	6.675	6.674	-	-	6.675
Santander S.A. (p)	-	191	562	-	200.000	200.000	-	-	200.000
Total moeda nacional	3.362	10.432	18.981	289.625	577.564	564.711	557.927	725.126	944.643
Custos de transação	-	-	-	(285)	(364)	(364)	(193)	(476)	(841)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	3.362	10.432	18.981	289.340	577.200	564.347	557.734	724.650	943.802
Total sem efeito das operações de swap	3.670	11.285	20.229	315.907	615.733	597.352	662.524	845.227	1.085.133
Resultado das operações de swap	110	160	7.942	-	10.819	12.534	14.809	17.045	22.582
Total de empréstimos e financiamentos	3.780	11.445	28.171	315.907	626.552	609.886	677.333	862.272	1.107.715

Bancos	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	15/8/1997	10/4/2014	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + 8,2% a.a.
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/8/1997	11/4/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus de Conversão da Dívida (a)	15/8/1997	12/4/2012	Semestral	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,075% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/8/1997	11/4/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Banco Europeu de Investimentos (b)	28/5/2002	15/6/2012	Anual	Fiança bancária	USD + 5,49% a.a.
IFC - A (c)	22/2/2005	15/12/2017	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 7,89% a.a.
IFC - B (c)	22/2/2005	15/12/2015	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + Libor + 2,25% a.a.
IFC - C (c)	11/4/2006	15/12/2019	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 11,96% a.a.
Eletrobras (d)	3/3/2000	30/9/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (e)	30/6/1994	1/3/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobras) (e)	30/6/1994	1/3/2014	Mensal	Recebíveis	IGPM + 10,028% a.a.
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar) (e)	23/1/2007	18/2/2014	Mensal	Fiança bancária	TJLP + 4,5% a.a.
Banco do Nordeste - Proinfra (f)	29/12/2004	15/3/2019	Mensal	Fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (g)	28/4/2008	15/12/2014	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 3,7% a.a.
BNDES PEC (h)	15/1/2010	15/1/2013	Mensal	-	TJLP + 5,5% a.a.
BNDES (Finame) (j)	20/8/2009	15/1/2015	Mensal	Fiança bancária	0,045
BNDES (Capex 2011) (l)	3/11/2006	15/6/2012	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (l)	15/8/2011	15/6/2021	Mensal	Recebíveis	0,087
BNDES (Capex 2011) (l)	15/8/2011	15/6/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
Eletrobras (m)	15/8/2011	15/6/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (n)	1/6/2004	30/6/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	0,06
Bradesco S.A. 3º contrato (o)	21/5/2011	30/9/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	0,07
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	28/12/2007	3/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Banco Alfa S.A. (o)	1/2/2008	7/1/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (o)	10/1/2007	30/7/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (o)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (o)	3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
Banco do Brasil S.A.	3/12/2007	3/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,85%
Banco Itaú S.A. (o)	4/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota promissória	CDI + 0,97%
Santander S.A. (p)	28/7/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%
União Federal - Bônus de Capitalização	28/12/2006	28/12/2012	Semestral	Aval	CDI + 1,70%

- (a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).
- (b) Banco Europeu de Investimentos - BEI - Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da controlada COELCE, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95. A operação possui swap para 98,80% do CDI. Referido empréstimo foi liquidado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- (c) IFC - International Finance Corporation: A controlada CGTF possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 no valor de US\$130.000 mil. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, está dividido em 3 *tranches* (IFC-A, IFC-B e IFC-C com vencimentos em dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente).
- (d) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (e) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.
- (f) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de inventivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.
- (g) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da controlada COELCE contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES.
- (h) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da controlada COELCE.
- (i) BNDES Finame: Financiamento contratado pela controlada Ampla Energia junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- (j) BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante de R\$165.000, para ampliação da rede de distribuição da controlada Ampla Energia no período de 2005/2007, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A controlada Ampla Energia captou 100% do valor do contrato.
- (k) BNDES Capex: Financiamento, no montante de R\$301.425, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES.
- (l) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante de R\$331.397, para o plano de investimento da controlada Ampla Energia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES.
- (m) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- (n) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- (o) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da controlada Ampla Energia.

(p) Santander S.A. - Na controlada CIEN o empréstimo foi instrumentado através da emissão de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário - com valores unitários de R\$15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas por um sindicato de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas.

O empréstimo da controlada CIEN com o Banco Santander possuía como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizaria solidariamente pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Esse empréstimo foi liquidado ao longo de 2012.

Conforme mencionado na Nota 9, a controlada CGTF manteve aplicação financeira retida no montante de R\$24.521 em 31 de dezembro de 2012 (R\$22.151 em 2011 e R\$19.375 em 1º de janeiro de 2011) vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A controlada CGTF ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$488.358 e R\$39.500, respectivamente.

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas COELCE e Ampla Energia comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012:

Banco	Obrigações especiais financeiras	Índice
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00

LAJIDA/EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de captação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Ano	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
2012	-	-	586.040
2013	-	303.693	256.716
2014	209.219	188.278	132.683
2015	116.167	92.643	34.396
2016	101.202	78.872	9.343
2017	101.279	78.845	66.796
2018	66.689	48.526	-
Após 2018	68.161	54.846	-
Total	662.717	845.703	1.085.974

Conforme determinado no contrato de financiamento a controlada CGTF mantém contratos de swap com objetivo de proteger parte da dívida de efeitos cambiais e de taxa

de juros e proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os contratos de swap estão apresentados conforme quadro na Nota 21.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente:

Moeda/Indexador	31/12/2012	31/12/2011
Dólar norte-americano	8,94%	12,58%
INPC	6,20%	6,08%
IPCA	5,84%	6,50%
IGP-M	7,82%	5,10%
TJLP	5,75%	6,00%
CDI	8,40%	11,64%
TR	0,29%	1,21%
Libor	0,69%	0,47%
SELIC	8,49%	11,62%

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1º de janeiro de 2011	583.692	944.643	54.729	163.913	1.746.977
Ingressos	74.155	353.266	-	-	427.421
Encargos provisionados	156.695	-	9.260	-	165.955
Encargos pagos	(151.061)	-	(18.379)	-	(169.440)
Varição monetária e cambial	-	2.327	2.690	15.490	20.507
Transferências	575.110	(575.110)	47.292	(47.292)	-
Resultado swap	-	-	(7.116)	5.511	(1.605)
Amortizações	(650.595)	-	(38.111)	-	(688.706)
Em 31 de dezembro de 2011	587.996	725.126	50.365	137.622	1.501.109
Ingressos	15.415	124.956	-	-	140.371
Encargos provisionados	83.569	-	9.139	-	92.708
Encargos pagos	(106.056)	-	(19.061)	-	(125.117)
Varição monetária e cambial	-	1.714	2.781	12.659	17.154
Transferências	293.869	(293.869)	28.446	(28.446)	-
Resultado swap	-	-	(781)	(2.236)	(3.017)
Amortizações	(581.806)	-	(43.904)	-	(625.710)
Em 31 de dezembro de 2012	292.987	557.927	26.985	119.599	997.498

20. Debêntures

Descrição	31/12/2012				31/12/2011			01/01/2011		
	Principal				Principal			Principal		
	Companhias	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª série - 2ª emissão	COELCE	-	-	-	-	-	-	4.757	90.500	-
1ª série - 3ª emissão	COELCE	1.679	-	104.000	2.517	-	104.000	-	-	-
1ª série - 4ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	9.384	185.000	-	17.276	185.000	185.000
1ª série - 5ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	576	115.330	-	617	-	115.330
1ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	328	-	117.000	590	-	117.000	-	-	-
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	274	-	100.000	-	-	-	-	-	-
2ª série - 2ª emissão	COELCE	4.175	62.214	62.214	5.985	58.937	117.875	5.671	-	166.086
2ª série - 3ª emissão	COELCE	4.353	-	316.280	4.124	-	299.580	-	-	-
2ª série - 5ª emissão	Ampla Energia	459	53.519	107.038	530	-	152.100	544	-	142.873
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	8.290	-	197.913	7.911	-	187.464	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	9.872	-	309.031	-	-	-	-	-	-
(-) Custo a amortizar		-	(2.191)	(6.183)	-	(2.355)	(4.798)	-	(2.255)	(3.198)
Total sem efeito das operações de swap		29.430	113.542	1.307.293	31.617	356.912	973.221	28.865	273.245	606.091
Resultado das operações de swap		-	310	2.758	-	-	-	-	-	-
Total de debêntures		29.430	113.852	1.310.051	31.617	356.912	973.221	28.865	273.245	606.091

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	302.110	606.091	908.201
Captações	-	700.000	700.000
Encargos provisionados	104.408	-	104.408
Encargos pagos	(101.657)	-	(101.657)
Transferências de prazos	359.268	(359.268)	-
Variação monetária	-	27.998	27.998
Amortização do principal	(275.500)	-	(275.500)
Transferência custo de transação	(991)	991	-
Apropriação do custo de transação	1.659	-	1.659
Custo da transação	(768)	(2.591)	(3.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	388.529	973.221	1.361.750
Captações	-	400.000	400.000
Encargos provisionados	118.635	-	118.635
Encargos pagos	(120.822)	-	(120.822)
Transferências de prazos	117.245	(117.245)	-
Variação monetária	-	52.702	52.702
Amortização do principal	(360.779)	-	(360.779)
Transferência custo de transação	(1.069)	1.069	-
Apropriação do custo de transação	1.423	-	1.423
Custo da transação	(189)	(2.454)	(2.643)
Resultado das operações de swap	309	2.758	3.067
Saldos em 31 de dezembro de 2012	143.282	1.310.051	1.453.333

Características das emissões:

COELCE

Características	2ª emissão - 1ª série	2ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento final	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,95% a.a.	7,5% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Parcela única	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2011	2012, 2013 e 2014

Características	3ª emissão - 1ª série	3ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,97% a.a.	6,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

2ª Emissão

A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, no montante total de R\$245.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinqüenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, realizada em 15 de julho de 2011.

A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 2013 e 2014.

3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais) na data de emissão, no montante total de R\$400.000 (quatrocentos milhões de reais), colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.

A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Ampla Energia

Característica	4ª emissão - Série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

Característica	5ª emissão - 1ª série	5ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

Característica	6ª emissão - 1ª série	6ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Característica	7ª emissão - 1ª série	7ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados. Em 01 de agosto de 2012 essa operação foi liquidada.

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, as controladas COELCE e Ampla Energia estão sujeitas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, as controladas Ampla Energia e COELCE cumpriram com a manutenção dos índices abaixo na avaliação da Administração:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
2ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
5ª emissão - Ampla	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão - Ampla	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª emissão - Ampla	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª emissão - Ampla	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
7ª emissão - Ampla	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
7ª emissão - Ampla	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
2ª série - 2ª emissão - COELCE	62.214	-	-	-	-	62.214
2ª série - 5ª emissão - Ampla	53.519	53.519	-	-	-	107.038
1ª série - 7ª emissão - Ampla	-	-	50.000	50.000	-	100.000
1ª série - 3ª emissão - COELCE	-	52.000	52.000	-	-	104.000
2ª série - 3ª emissão - COELCE	-	-	105.417	105.417	105.446	316.280
1ª série - 6ª emissão - Ampla	-	58.500	58.500	-	-	117.000
2ª série - 6ª emissão - Ampla	-	-	65.971	65.971	65.971	197.913
2ª série - 7ª emissão - Ampla	-	-	-	103.010	206.021	309.031
(-) Custo de transação	(1.736)	(1.419)	(1.192)	(922)	(914)	(6.183)
Total a amortizar	113.997	162.600	330.696	323.476	376.524	1.307.293

21. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de *swap* cambial:

	Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dólares norte-americanos	92.983	102.715	117.704
Franco suíço	-	-	9.807

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2012 fosse igual a esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

2012	Efeitos		
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americanos	5,71%	(5.311)	(5.311)

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco, entretanto monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2012 fossem iguais as esperadas para 2011, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

2012	Efeitos		
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	2,32%	(2.089)	(2.089)
Libor (6 meses)	0,15%	(1)	(1)
TJLP	(13,04%)	4.446	4.446
IPCA	(0,66%)	777	777
IGPM	(2,05%)	98	98
TR	0,00%	-	-
Total		3.231	3.231

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Risco de vencimento antecipado

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Grupo Endesa está em patamares abaixo do limite estipulado pelos *covenants* financeiros.

e) Gestão do risco de capital

O Grupo Endesa administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados na Nota 4 e 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dívida	2.450.353	2.862.019	2.653.974
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(1.429.955)	(1.001.992)	(1.103.058)
Dívida líquida (a)	1.020.398	1.860.027	1.550.916
Patrimônio líquido (b)	6.945.246	5.937.554	5.747.602
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	13%	24%	21%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 19 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

f) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Endesa é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo Endesa que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados (inclui juros e principal):

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.307	14.476	86.085	362.775	124.016	593.659
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	34.092	21.715	220.885	280.990	27.704	585.386
Debêntures	-	-	225.525	1.270.146	418.153	1.913.824
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	-	362.090	-	-	362.090
	40.399	36.191	894.585	1.913.911	569.873	3.454.959
31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	5.692	13.472	75.641	305.329	121.227	521.361
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	46.643	34.008	558.477	507.136	89.553	1.235.817
Debêntures	11.227	-	469.177	937.021	371.322	1.788.747
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	4.411	-	-	4.411
	63.562	47.480	1.107.706	1.749.486	582.102	3.550.336
1º de janeiro de 2011						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	5.331	10.717	62.586	256.854	90.472	425.960
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	52.028	40.074	584.173	915.184	8.161	1.599.620
Debêntures	26.200	-	343.373	717.718	-	1.087.291
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	9.035	3.922	-	12.957
	83.559	50.791	999.167	1.893.678	98.633	3.125.828

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Controladora:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012	-	-	13.291	23.011	-	36.302
Swaps de taxa de juros	-	-	13.291	23.011	-	36.302
31 de dezembro de 2011	-	-	10.961	-	-	10.961
Swaps de moeda	-	-	6.253	14.476	-	20.729
Swaps de taxa de juros	-	-	17.214	14.476	-	31.690
1º de janeiro de 2011	-	-	12.497	14.091	-	26.588
Swaps de moeda	-	-	5.698	18.750	-	24.448
Swaps de taxa de juros	-	-	18.195	32.841	-	51.036

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2011 e 2012 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Contratada	325.000	240.000	90.000

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário.

OssaldocontábeisevalorjustodosinstrumentosfinanceirosdaCompanhia(individualeconsolidado)em31dedezembrode2012,2011e1ºdejaneirode2011sãodemonstradosabaixo:

		Controladora						
		31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011		
Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
				Reapresentado	Reapresentado			
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	302.845	302.845	51.344	51.344	138.623	138.623
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	357.839	357.839	69.011	69.011	492.848	492.848
Passivo								
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	21.544	21.544	12.427	12.427	13.859	13.859
		Consolidado						
		31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011		
Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
				Reapresentado	Reapresentado			
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	814.805	814.805	380.908	380.908	399.569	399.569
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	615.150	615.150	621.084	621.084	703.489	703.489
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	-	115.153	115.153	146.939	146.939	124.509	124.509
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	-	1.246.412	1.246.412	1.227.998	1.227.998	1.250.858	1.250.858
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.638.619	1.638.619	765.516	765.516	527.794	527.794
Passivo								
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	-	850.436	849.629	1.312.282	1.312.282	1.528.335	1.517.681
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	-	1.450.265	1.405.416	1.361.750	1.369.627	908.201	900.496
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	131.665	149.805	159.963	181.463	218.642	201.783
Intrumentos financeiros derivativos	Hedge de fluxo de caixa	-	17.987	17.987	28.025	28.025	43.059	43.059
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	-	4.342	4.342	12.456	12.882
Fornecedores	Outros passivos financeiros	-	795.833	795.833	619.362	619.362	643.172	643.172

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
COELCE			
<i>Swap</i> DI x HSBC Bank Brasil S.A.	(187)	(637)	(450)
CGTF			
<i>Swap</i> Libor x Pré (Santander)	441	1.543	1.102
<i>Swap</i> Libor x IGPM (Citibank)	2.570	13.376	10.806
Ampla Energia			
<i>Swap</i> DI x HSBC Bank Brasil S.A.	(68)	(1.891)	(1.823)
<i>Swap</i> DI x HSBC Bank Brasil S.A.	(55)	(541)	(486)
Total	2.701	11.850	9.149

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia detinha operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

COELCE

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				31/12/2012	31/12/2011
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a. 9.43%	637	-

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2011	
		31/12/2012	31/12/2011	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
	(+) Ativo	108.167	-	-	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	(-) Passivo	108.804	-	-	-	-	-
	(=) Ajuste	(637)	-	-	(637)	-	-

AMPLA ENERGIA

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2012	31/12/2011
HSBC Bank Brasil S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02% a.a. 10,05% a.a.	1.891	-
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	16/06/2016	CDI + 1,20% a.a. 9,59% a.a.	541	-

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2011	
		31/12/2012	31/12/2011	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
	Contratos de swaps						
	(+) Ativo	103.991	-	-	-	-	-
	(-) Passivo	105.882	-	-	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	(=) Ajuste	(1.891)	-	-	(1.891)	-	-
	(+) Ativo	121.243	-	-	-	-	-
	(-) Passivo	121.784	-	-	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	(=) Ajuste	(541)	-	-	(541)	-	-

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
					Moeda estrangeira		Moeda local	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contratos de <i>swaps</i>								
(+) Ativo				Libor				
(-) Passivo	Banco Santander Brasil S.A.	15/06/2006	15/12/2015	5,4% (a/360) a.a.	USD 8.647	USD 11.154	R\$17.670	R\$25.480
(=) Ajuste								
(+) Ativo				Libor + 2,25%				
(-) Passivo	Banco Citibank	20/03/2007	15/12/2015	IGPM + 9,77%	USD 9.874	USD 12.736	R\$20.177	R\$26.490
(=) Ajuste					USD 18.521	USD 23.890	R\$37.847	R\$51.970

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2011	
		31/12/2012	31/12/2011	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
	Contratos de <i>swaps</i>						
	(+) Ativo	17.835	21.324	-	-	-	-
	(-) Passivo	19.378	23.500	-	-	-	-
Banco Santander Brasil S.A.	(=) Ajuste	(1.543)	(2.176)	-	(1.543)	-	(2.176)
	(+) Ativo	20.846	23.973	-	-	-	-
	(-) Passivo	34.222	39.002	-	-	-	-
Banco Citibank	(=) Ajuste	(13.376)	(15.029)	-	(13.376)	-	(15.029)
		(14.919)	(17.205)	-	(14.919)	-	(17.205)

22. Obrigações fiscais

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS	-	82.977	-	113.679	-	110.764
Imposto de renda e contribuição social	-	69.463	1.744	143.125	1.290	61.493
ISS	105	3.178	57	5.679	41	6.627
PIS/COFINS	574	55.090	600	73.296	336	57.538
IRRF mútuos	-	681	-	373	-	913
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (retido na fonte)	-	1.364	-	2.054	-	-
Contribuições sociais	-	25.076	-	29.600	-	5.251
Outros tributos e contribuições	2.155	11.032	1.737	14.917	4.141	12.220
Total	2.834	248.861	4.138	382.723	5.808	254.805
Circulante	2.834	224.559	4.138	349.898	5.808	248.623
Não circulante	-	24.302	-	32.825	-	6182

23. Taxas regulamentares

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Conta de consumo de combustível - CCC	10.389	20.340	18.505
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	14.338	12.507	11.577
Reserva global de reversão - RGR e outros	38.596	27.724	22.364
Encargo de energia reserva - EER	1.999	1.376	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	3.836	4.416	2.378
Encargos ex-isolados	3.028	2.533	2.789
Taxa de fiscalização	2.066	380	367
Encargos emergenciais	2.465	2.469	2.489
Total	76.717	71.745	61.437

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia

elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

24. Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética

	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética – PEE	42.475	18.321	31.967	4.083	95.850	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	57.976	13.970	47.931	9.666	34.221	12.287
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	820	-	121	-	3.941	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(150)	-	231	-
Ministério de Minas e Energia - MME	39	-	(164)	-	1.382	-
Total	101.310	32.291	79.705	13.749	135.625	12.287

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. {TEXTO OCULTO} Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência

Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado).

As controladas COELCE, Ampla Energia, CGTF e CDSA contabilizam as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

25. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

		Controladora													
		31/12/2012					31/12/2011					01/01/2011			
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
CIEN	(d)	Mútuo	348.967	-	-	-	21.421	173.651	-	-	13.577	66.899	-	-	16.064
Ampla Investimento	(c)	Mútuo	167.143	-	-	-	18.150	186.895	-	-	28.264	216.156	-	-	25.646
Prátil		Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	392	-	-	-
CTM	(e)	Mútuo	-	7.518	-	-	828	4.777	-	-	740	-	-	-	-
TESA	(e)	Mútuo	-	4.274	-	-	441	1.921	-	-	349	-	-	-	-
Ampla Energia		Conta corrente	-	-	-	-	-	-	-	424	-	-	-	-	424
Eólica Fazenda Nova		Conta corrente	864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ingendesa		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.480)	-	-	-	-
ICT - Serviços Informáticos Ltda.		Prestação de serviço	-	-	6.304	-	(3.414)	-	2.238	-	(2.238)	-	-	-	-
Outros													1.175		
			516.974	11.792	6.304	-	37.426	367.244	2.238	424	39.212	283.447	1.175	424	41.710

Consolidado

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2012				31/12/2011				01/01/2011							
			Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível			
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.		Compra de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.806	-	(38.737)		
Enersis S.A.	(a.1)	Prestação de Serviço	235	2	99	-	235	2	99	(2.298)	-	-	233	45	2.409	(373)	-	
Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE	(b.1) e (b.2)	Plano de pensão Confissão de dívida	-	12.098	70.898	(5.684)	574	-	12.270	23.946	(5.404)	664	-	-	10.989	26.885	(4.034)	4.924
Fundação Brasileiros	(b.3)	Plano de pensão	-	-	480.896	(50.069)	-	-	-	529.230	(28.994)	-	-	-	365.312	(17.557)	-	
Endesa Latinoamérica (MIGA e ICO)	(f)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	4.342	-	-	-	-	-	8.610	3.845	-	-
Synapsis Brasil S.A.		Prestação de serviço											9	-	4.808	-	(26.800)	9.357
CAM Brasil Multiserviços Ltda.		Prestação de serviço											-	-	1.535	-	(9.327)	10.536
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	(g)	Transporte de energia	86.539	-	87.757	9.824	-	76.620	-	81.621	(5.427)	-	-	62.145	70.173	7.608	-	
Endesa Costanera S.A.		Transporte de energia	33.701	-	33.720	3.336	-	34.654	-	31.869	(4.215)	-	-	27.122	-	50.073	8.901	-
Ingendesa Brasil S.A.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.480)	-	-	-	-	-	-	-
ICT - Servicios Informáticos Ltda.		Prestação de serviço	-	6.304	-	(3.414)	-	-	2.238	-	(2.238)	-	-	-	-	-	-	-
Outros		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	225	-	-	-	-	58	1.193	-	-	-
			120.475	18.404	673.370	(46.007)	574	111.509	19.077	666.765	(50.056)	664	9	89.558	117.986	518.697	(97.297)	24.817
Total plano de pensão		Plano de pensão Confissão de dívida	-	(12.098)	(551.794)	-	-	-	(11.418)	(553.176)	-	-	-	-	(10.752)	(392.197)	-	-
			120.475	6.306	121.576	(46.007)	574	111.509	7.659	113.589	(50.056)	664	9	89.558	107.234	126.500	(97.297)	24.817

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

Prestação de serviços

a.1) Enersis

A controlada Ampla Energia possui um contas a pagar com a empresa Enersis no valor de R\$101 (R\$101 em 2011 e R\$2.454 em 1º de janeiro de 2011), referente à compra de software.

Obrigações com Plano de Pensão

b.1) Contrato de Dívida - FAELCE

Em 30 de junho de 1999 a subsidiária COELCE celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$62.200, conforme Resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012 a subsidiária COELCE amortizou 11 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$18.147 (R\$29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$45.609 em 1º de janeiro de 2011).

Em garantia da operação, a controlada COELCE cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da controlada COELCE, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da controlada COELCE, se lhe convier.

b.2) Plano de Pensão - FAELCE

A controlada COELCE, como mantenedora da Faelce, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira da Faelce e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada COELCE, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida".

O total de gastos em 2012 foi R\$6.258 (R\$6.068 em 2011 e R\$8.958 em 1º de janeiro de 2011) sendo R\$5.684 (R\$5.404 em 2011 e R\$4.034 em 1º de janeiro de 2011) como despesa operacional do resultado da controlada COELCE e R\$574 (R\$664 em 2011 e R\$4.924 em 1º de janeiro de 2011) capitalizados ao ativo intangível.

O saldo de R\$64.849 (R\$6.818 em 31 de dezembro de 2011 e R\$237 em 1º de janeiro de 2011) e corresponde ao valor da contribuição da controlada COELCE (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 29.

A CDSA, e a CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores. A Faelce é administradora do Fundo de Pensão dos funcionários da controlada COELCE.

b.3) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a controlada da Ampla Energia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela Brasiletros.

O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$50.069 (R\$28.994 em 2011 e R\$17.557 em 1º de janeiro de 2011).

c) Ampla Investimentos

Em 23 de dezembro de 2008 a Companhia concedeu um empréstimo a sua controlada Ampla Investimentos, no montante de R\$255.878, com a finalidade de quitar sua dívida cruzada com Enersis Agência e o último pagamento

está previsto para 15 de março de 2013. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 é de R\$167.143 e (R\$186.895 em 2011 e R\$216.156 em 1º de janeiro de 2011) e sua atualização está indexada pela variação do CDI acrescido de 2% ao ano.

d) CIEN

A Endesa Brasil possui empréstimo com a sua controlada CIEN no montante atualizado de R\$348.967 (R\$173.651 em 2011 R\$66.899 em 1º de janeiro de 2011), com o vencimento em 28 de junho de 2013. O empréstimo é indexado pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,67% a.a.

e) CTM e TESA

Os mútuos com a controlada Indireta TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com *spread* médio de 4,03% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013.

Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com *spread* médio de 4,02% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013.

f) Endesa Latinoamerica

A subsidiária CIEN captou empréstimo em dólares norte-americanos com a parte relacionada Endesa Latinoamerica com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos e finalização da construção da linha de transmissão II. Essa operação é indexada em Libor + 2,73% a.a. Este contrato foi firmado em maio de 2012.

g) CEMSA – Comercializadora del Mercosur S.A. e Endesa Costanera S.A.

O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$121.477 em 31 de dezembro de 2012 (R\$113.490 em 2011) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos.

Remuneração da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$12.217 (R\$9.592 em 2011), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2012 foi de R\$31.745 (R\$25.862 em 2011).

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Controladora						
Descrição	Saldo em 31/12/2011	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Cíveis (b)	-	81	24	-	-	105
Total	-	81	24	-	-	105
Circulante	-					-
Não circulante	-					105

Consolidado						
Descrição	01/01/2011	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas (a)	208.290	(24.760)	14.114	(23.850)	(130)	173.664
Cíveis (b)	278.055	63.843	44.349	(85.773)	81.900	382.374
Fiscais (c)	173.777	(110.402)	3.714	(11.218)	21.168	77.039
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	663.122	(71.319)	62.177	(120.841)	102.938	636.077
Circulante	140.793					17.060
Não circulante	522.329					619.017

Consolidado						
Descrição	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Acordos judiciais	Saldo em 31/12/2012
Trabalhistas (a)	173.664	4.759	12.423	(9.893)	-	180.953
Cíveis (b)	382.374	32.868	45.695	(74.536)	(101.851)	284.550
Fiscais (c)	77.039	1.771	9.917	(20.135)	-	68.592
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	636.077	39.398	68.035	(104.564)	(101.851)	537.095
Circulante	17.060					-
Não circulante	619.017					537.095

Riscos trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais.

O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

A controlada COELCE é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Durante o exercício de 2012, o processo da controlada Ampla Energia que se encontrava em aberto com a Enertrade foi concluído de forma irrevogável e irretroatável, resultando na reversão integral da provisão que estava constituída, impactando o resultado consolidado da Companhia em R\$101.851.

Riscos fiscais

Controlada Investluz

Autos de Infração PIS/Cofins

Em 21 de dezembro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de PIS e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes (improcedentes apenas no que se refere às receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98).

A Controlada Investluz apresentou recurso e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Diante dos fatos e da jurisprudência administrativa, a empresa efetuou a provisão da parcela dos autos de infração considerada com probabilidade de perda provável (valores relativos ao PIS e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio recebidos após a vigência das Leis nº 10.637/2002 e

10.833/2003, respectivamente). O valor provisionado em dezembro de 2012 corresponde a R\$18.147 para a Cofins e R\$8.098 para o PIS.

A parcela remanescente dos autos de infração considerada com probabilidade de perda possível corresponde a R\$19.066 para a Cofins e R\$2.644 para o PIS (receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004).

Controlada COELCE

A controlada COELCE concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a controlada COELCE efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no pedido de compensação e que assim o valor total pago pela COELCE (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a controlada COELCE está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a Controlada COELCE entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar sua provisão. Em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido é de R\$2.441.

Controlada Ampla Energia

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$9.241 (R\$8.361 em 2011 e R\$7.610 em 1º de janeiro de 2011). A Ampla Energia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui um Auto de Infração lavrado pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligência realizada em 2012, constituir provisão equivalente a 40% da autuação fiscal, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$4.630 (valor total do auto de R\$11.462).

Controlada CDSA

Compensação de débitos de CSLL e IRPJ

A Companhia efetuou compensação em 2005 de débitos de CSLL e IRPJ devidos por ajuste anual do ano 2000. De acordo com a Receita Federal, o direito creditório não é suficiente para pagar o valor devido uma vez que a Companhia não calculou corretamente os juros no pagamento efetuado em 2001 e não incluiu juros nem multa na compensação efetuada em 2005.

Em sua defesa, a Companhia argumenta que seu crédito é suficiente. Entretanto, tendo em vista os erros formais no procedimento de compensação, a Companhia optou por constituir provisão no valor atualizado de R\$2.578.

A Companhia apresentou impugnação em primeira instância administrativa que foi julgada improcedente em 30 de novembro de 2011. Após a decisão foi apresentado Recurso Voluntário, que, em 04 de outubro de 2012 foi julgado contra a Companhia. Aguarda-se intimação.

Contingências ambientais

A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão.

Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos semelhantes envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público.

Contingências com risco possível

O Grupo Endesa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$7.440.000 em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.300.000 em 2011 e R\$6.500.000 em 1º de janeiro de 2011).

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

Controlada CIEN

Tractebel

A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$117.667, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que

a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas.

Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do “Contrato de Potencia Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$520.801 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação.

Controlada COELCE

ICMS - Termo de acordo 035/91

A controlada COELCE celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$17.683. A controlada COELCE apresentou recurso (embargos de

declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em 09 de julho de 2012 o recurso foi julgado improcedente, mas foi determinado que os processos fossem baixados em diligência para que fosse realizada a imputação dos pagamentos realizados até o presente momento e para que a controlada COELCE seja intimada para pagar o valor residual se existir.

ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$12.351, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A controlada COELCE impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$4.241, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$4.044, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A controlada COELCE impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A controlada COELCE recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, a controlada COELCE recebeu em 2011 e em 2012 autos de infração relativos aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, no valor atualizado de R\$14.927. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa referente ao exercício de 2006 e aguarda decisão

de 1ª instância administrativa. A controlada COELCE apresentará defesa em relação ao exercício de 2007.

ICMS - Transferência de créditos

Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$1.846. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à controlada. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a controlada COELCE ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$1.944. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Cancelamento de faturas

Em 29 de novembro de 2006, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$23.533, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$28.765, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento.

ISS - Município de Fortaleza

A controlada COELCE ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho/98 a janeiro/00, que totalizam o valor de R\$4.684. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a controlada COELCE tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de For-

tealeza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a controlada COELCE apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Em 19 de julho de 2007, a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.327, sobre o mesmo tema. A controlada COELCE apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância.

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$24.219 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A controlada COELCE aguarda decisão de segunda instância judicial em dois processos. Em 2012 foi proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda e em razão disto a Fazenda apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento.

Em 19 de julho de 2007, a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$2.837, referente a serviços prestados em outros Municípios cujo imposto foi recolhido no respectivo local da prestação. A controlada COELCE apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Foi realizada perícia e aguarda-se decisão de segunda instância administrativa

Em 07 de maio de 2010 a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.190, relativo ao exercício de 2007. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

A controlada COELCE recebeu 4 autos de infração em 26 de setembro 2012 no valor atualizado de R\$8.051, relativo ao exercício de 2008. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

ISS - Município de Iguatu

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$2.719, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela contro-

lada COELCE. A controlada COELCE apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda

O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 02 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$24.555, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como “baixa renda”. A controlada COELCE apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 07 de outubro de 2010 a controlada COELCE apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A controlada COELCE apresentou recurso especial e aguarda julgamento. Em 11 de julho de 2012 a Controlada recebeu decisão desfavorável negando provimento ao recurso especial. A Controlada COELCE vai discutir o tema na esfera judicial.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$19.947. Em 19 de julho de 2011 a Controlada COELCE apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25 de maio de 2012, a Controlada COELCE apresentou recurso voluntário que aguarda julgamento.

Em 21 de dezembro de 2012, a Controlada COELCE recebeu auto de infração, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2007, no valor atualizado de R\$13.505. A Controlada COELCE irá apresentar defesa em 1ª instância.

PIS/IRPJ - Autos de infração

Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A Controlada COELCE apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a Controlada COELCE apresentou recurso. Em 28 de junho de 2012, a Companhia foi intimada da decisão referente à cobrança de PIS que julgou procedente o recurso apresentado e extinguiu a cobrança. A Controlada permanece aguardando o julgamento do

recurso apresentado no auto de infração de IRPJ. O valor envolvido atualizado é de R\$3.717.

CSLL/IRPJ - Execução fiscal

Em 19 de janeiro de 2009 a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009, a Controlada COELCE apresentou embargos a execução. Em 02 de junho de 2011, foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas CDA's, sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação e a Controlada apresentou recurso (embargos de declaração). O valor atualizado é de R\$17.888.

ICMS em determinadas operações

Em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade “COELCE Plus” sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A Controlada apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e em 10 de julho de 2012 foi intimada de decisão que julgou o auto de infração procedente. Em 16 de agosto de 2012 a Controlada apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$1.735.

Em 30 de maio de 2012, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A Controlada apresentou sua defesa em 29 de junho de 2012 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$5.747.

Em 01 de agosto de 2012, a Controlada COELCE recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, referente à operação realizada em abril de 2007. A defesa foi apresentada em 31 de agosto de 2012 e a Controlada aguarda decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$366.

Adicionalmente, em 01 de outubro de 2012, a Controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$4.599. A defesa foi apresentada e aguarda-se decisão de 1ª instância.

ICMS - Energia adquirida para consumo próprio

Em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à

energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A Controlada apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Em 10 de outubro de 2011 a Controlada recebeu decisão que julgou o auto procedente. A decisão foi mantida em 2ª instância e a Controlada aguarda intimação da decisão para seguir defendendo-se. O valor atualizado é de R\$2.547.

Em 01 de agosto de 2012, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração relativo ao mesmo tema, referente ao exercício de 2007. Em 31 de agosto de 2012, a Controlada apresentou sua defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$2.330.

ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais

Em 17 de junho de 2011, a Controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais. A Controlada apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011, mas o auto foi julgado improcedente em 1ª instância administrativa. A Controlada apresentou Recurso Voluntário e aguarda decisão de 2ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$1.907.

COFINS - Ação anulatória

Em 17 de setembro de 2009, a Controlada apresentou Ação Anulatória visando suspender a exigibilidade de crédito cobrado pela Fazenda a título de COFINS. Por entender que tais créditos encontram-se extintos por compensação, bem como estariam alcançados pela decadência. Em decisão de 1ª instância, o efeito suspensivo foi concedido. O valor atualizado é de R\$1.009.

A Controlada COELCE, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$4.156.

Ativo contingente

A Controlada COELCE impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

A Controlada COELCE obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito para requerer sua restituição/compensação.

Controlada Ampla Energia

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Controlada Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a Controlada Ampla foi intimada da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração que aguardam apreciação. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$819.886 (R\$783.201 em 2011 e R\$742.280 em 1º de janeiro de 2011).

COFINS - Auto de infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Controlada Ampla impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Controlada apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constitucional Federal. A Fazenda e a Controlada apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela Controlada Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O

agravo foi julgado contra a Controlada e em 05 de maio de 2010, a Controlada foi notificada dessa decisão. Em 05 de julho de 2010, a Controlada Ampla foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26 de julho de 2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$179.434 (R\$172.681 em 2011 R\$164.826 em 1º de janeiro de 2011).

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Controlada foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Controlada Ampla apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01 de setembro de 2010 a Controlada Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 09 de maio de 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, Ampla tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 01 de novembro de 2012. Em consequência, a Controlada Ampla apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa. Tal ação teve a medida liminar deferida em 13 de novembro de 2012. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$210.400 (R\$188.256 em 2011 R\$168.857 em 1º de janeiro de 2011).

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Controlada Ampla possui quatro Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Controlada. Para os dois primeiros autos de infração a Controlada aguarda decisão de segunda instância administrativa, para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Controlada Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012 e aguarda julgamento. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2012 representam respectivamente R\$6.946 (valor total do auto R\$11.576), R\$1.776, R\$22.124 e R\$47.390 (R\$10.439, R\$1.605 e R\$20.336 em 2011 e R\$9.466, R\$1.460 e R\$18.418 em 1º de janeiro de 2011). Em relação ao primeiro auto de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012, de R\$4.630 equivalente a 40% da autuação por entender que a probabilidade de perda deste percentual é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis.

Adicionalmente, a Controlada Ampla ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro/98 a março/99 lavrado sob o argumento de que a Controlada não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$15.931 (R\$14.422 em 2011 e R\$13.132 em 1º de janeiro de 2011). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito por Ampla. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Controlada.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Controlada se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Controlada Ampla aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$16.236 (R\$14.636 em 2011 e R\$13.266 em 1º de janeiro de 2011).

ICMS - Saída de bens para reparação

A Controlada ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2012 de R\$11.774 e R\$12.785 (R\$10.652 e R\$11.550 em 2011 e R\$9.694 e R\$10.494 em 1º de janeiro de 2011), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09 de dezembro de 2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14 de dezembro de 2010, a Controlada Ampla opôs embargos de declaração. Em 12 de maio de 2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30 de maio de 2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07 de junho de 2011, foi publicada sentença que julgou improcedente a ação anulatória. Em 13 de junho de 2011, a Controlada Ampla opôs embargos de declaração que foram julgados e rejeitados em dezembro de 2011. A Controlada Ampla apresentou recurso de apelação em 10 de fevereiro de 2012 para o qual aguarda julgamento.

ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Controlada Ampla ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dez/2000 a out/2001 decorrentes de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$4.592 (nulo em 2011 e 1º de janeiro de 2011).

ICMS - Cancelamentos de meses anteriores

A Controlada Ampla recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores. A Controlada Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto, e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$23.931 (nulo em 2011 e 1º de janeiro de 2011).

ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis

A Controlada Ampla recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Controlada Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012 e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$5.771 (nulo em 2011 e 1º de janeiro de 2011).

Taxa de uso de solo

A Controlada Ampla possui oito processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$74.043 (R\$69.918 em 2011 e R\$61.888 em 1º de janeiro de 2011). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Controlada Ampla está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em seis Execuções Fiscais. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Itaboraí referente aos anos de 2003 a 2009 teve decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Ampla. O município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento. O restante

das Execuções Fiscais propostas pelo município de Rio das Ostras aguarda decisão de 1ª instância judicial. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 no valor de R\$4.939 foi publicada decisão que determinou a devolução do prazo ao Município de Niterói para interposição de recurso. Em 27 de julho de 2012, o Município apresentou agravo. Em 10 de setembro de 2012 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo e em 19 de setembro de 2012 foram opostos embargos de declaração pelo Município. Em 19 de outubro de 2012, publicada decisão que não acolheu os Embargos de Declaração. Em 12 de novembro de 2012, o Município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Controlada Ampla auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$9.522 (R\$9.153 em 2011 e R\$8.675 em 1º de janeiro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Controlada Ampla apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Controlada Ampla visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$1.524 (R\$1.422 em 2011 e R\$1.289 em 1º de janeiro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Controlada Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empacotamento

Em 01 de junho de 2009, a Controlada Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacotamento e exigência de licença municipal prévia para que a Controlada Ampla possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$6.250 (R\$6.250 em 2011 e R\$5.500 em 1º de

janeiro de 2011). Em maio de 2010, a Controlada Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

A Controlada Ampla, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$4.820 em 31 de dezembro de 2012.

Ativo contingente

A Controlada Ampla ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$116.073 (R\$106.810 em 2011 e R\$101.535 em 1º de janeiro de 2011). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade.

Controlada CDSA

Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Receita Federal do Brasil autuou a Controlada CDSA em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Controlada CDSA recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999).

A Controlada CDSA ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A Controlada CDSA apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R\$16.094 (R\$15.631 mil em 2011 e R\$14.905 em 1º de janeiro de 2011).

A Controlada CDSA, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$711 em 31 de dezembro de 2012.

Controlada CGTF

II e IPI - Grupo Eletrogêneo

A Controlada CGTF ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%.

A Controlada CGTF obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao Juízo por meio de depósito judicial, contabilizado, que corresponde ao montante atualizado de R\$78.049 (R\$75.101 em 2011 e R\$70.912 em 1º de janeiro de 2011). Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação e em maio de 2010 foi publicado acórdão que o julgou improcedente. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a Controlada CGTF definitiva.

Na ação incidental, a Controlada CGTF foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da companhia procedente. Em face dessa decisão, a União Federal apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro de 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à Controlada CGTF. Em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (embargos de declaração) e em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o referido recurso. A Fazenda apresentou recurso especial, que foi inadmitido em decisão publicada em 22 de junho de 2011. Contra a referida decisão, a Fazenda apresentou recurso (agravo). Em 13 de dezembro de 2012 foi publicada decisão que não conheceu do recurso apresentado pela Fazenda. Em 20 de dezembro de 2012 a Fazenda Nacional apresentou Agravo regimental em face dessa decisão que aguarda julgamento.

PIS e COFINS

A Controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de

novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A Controlada CGTF apresentou recurso (embargos de declaração) face à decisão do Conselho de Contribuintes e, atualmente, aguarda seu julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$64.983 (R\$62.340 em 2011 e R\$58.179 em 1º de janeiro de 2011).

Controlada CIEN

PIS/COFINS

A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de compensação realizados pela Controlada CIEN, nos valores atualizados de R\$972 e R\$3.790.

Na primeira execução, a Controlada CIEN apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela Controlada CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a Controlada CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância.

Na segunda execução, a Controlada CIEN apresentou defesa (embargos à execução). Em sentença de primeira instância judicial publicada em 14 de dezembro de 2012 foi reconhecida a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa envolvidas na execução fiscal, o que reduziu o valor de R\$5.941 para R\$3.790. A Companhia apresentará recurso à segunda instância judicial em relação às CDAs remanescentes.

IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A Controlada CIEN aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto, e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a Controlada CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a Controlada CIEN apresentou recurso voluntário e

aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$8.452.

ICMS - Diferencial de alíquota

Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$15.377, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Controlada CIEN, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Controlada CIEN, na qual os Embargos foram julgados improcedentes. A Controlada CIEN apresentou recurso de apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento.

A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o direito da Companhia ao não recolhimento do diferencial de alíquotas de ICMS incidente nas operações de aquisição de equipamentos

destinados ao ativo fixo da CIEN. O valor atualizado envolvido, R\$1.331, este processo encontra-se depositado.

Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) a discussão atualmente limita-se ao levantamento do depósito efetuado relativos aos anos de 2001 e 2002.

Em 06 de junho de 2011, a Companhia apresentou pedido de levantamento do depósito judicial que aguarda julgamento.

ICMS - Venda interestadual de energia

Em março de 2011 a Controlada CIEN recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará para cobrar o ICMS incidente sobre as vendas interestaduais de energia a consumidores industriais. A Controlada apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão de primeira instância. O valor envolvido no processo é de R\$3.810.

Outros processos

Controlada Ampla Energia

Pequenas Causas - Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão representadas por 170.877.378 ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto.

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	60.299.607	35,29	60.299.607	35,29	60.299.607	35,29
Endesa Latinoamerica S.A.	-	-	47.354.669	27,71	47.354.669	27,71
Cono Sur Participaciones S.A.	47.354.669	27,71	-	-	-	-
Enersis S.A.	36.677.243	21,47	36.677.243	21,47	36.677.243	21,47
Chilectra S.A.	7.742.714	4,53	7.742.714	4,53	7.742.714	4,53
Chilectra Inversud S.A.	7.227.787	4,23	7.227.787	4,23	7.227.787	4,23
Edegel S.A.	6.957.053	4,07	6.957.053	4,07	6.957.053	4,07
Grupo Endesa	166.259.073	97,3	166.259.073	97,3	166.259.073	97,3
Ações em Tesouraria	4.618.298	2,7	4.618.298	2,7	4.618.298	2,7
Conselheiros	7	-	7	-	7	-
Outros	4.618.305	2,7	4.618.305	2,7	4.618.305	2,7
Total	170.877.378	100	170.877.378	100	170.877.378	100

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço de capital de giro, ressalvada deliberação contrário da Assembleia

Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exercer o valor do capital social subscrito.

Conforma apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia destinou o valor de R\$48.914 (R\$598.797 em 2011) para constituição da reserva de capital de giro.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	1.003.817
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	55.704
Lucro ajustado	1.059.521
Dividendos mínimos obrigatórios	264.880
Dividendo adicional proposto	741.665
	52.976
Perda atuarial	(4.062)
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	48.914

e) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital

f) Outros resultados abrangentes

f.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais

Em conformidade com o CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados

ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$7.574 (R\$135.788 em 2011).

f.2) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

Em conformidade CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$80 (R\$118 em 2011) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

f.3) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia em 31 de dezembro 2012 reconheceu o valor líquido de R\$1.607 (R\$1.436 em 2011) na rubrica de outros resultados abrangentes.

28. Compromissos

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

COELCE

COELCE	Vigência até	2013	2014	2015	2016	2017	após 2017	Total
Endesa Fortaleza - CGTF	2023	513.467	528.451	546.447	571.491	597.906	4.136.462	6.894.224
Proinfa	2025	45.818	47.651	49.557	51.539	53.601	513.643	761.809
Energy Works	2013	5	-	-	-	-	-	5
Eólica - Wobben	2018	5.868	6.041	4.731	4.901	5.107	5.337	31.985
1ºLEE - Produto 2005	2012	227.765	236.094	243.013	253.426	262.843	767.102	1.990.243
1ºLEE - Produto 2006	2013	204.784	212.194	218.157	227.505	235.959	1.042.797	2.141.396
1ºLEE - Produto 2007	2014	50.025	51.245	50.770	52.946	54.913	309.492	569.391
2ºLEE - Produto 2008	2015	51.628	53.693	55.840	58.233	60.397	416.822	696.613
4ºLEE - Produto 2009	2016	18.070	18.792	19.544	20.382	21.139	173.781	271.708
1ºLEN - Produto 2008	2037	29.351	30.525	31.746	33.106	34.337	282.875	441.940
1ºLEN - Produto 2009	2038	35.041	36.442	37.900	39.524	40.993	352.947	542.848
1ºLEN - Produto 2010	2039	104.548	108.730	113.079	117.925	122.307	2.660.079	3.226.668
2ºLEN - Produto 2009	2038	52.990	55.110	57.314	59.770	61.991	1.491.723	1.778.898
3ºLEN - Produto 2011	2040	80.173	83.380	86.716	90.431	93.792	2.192.228	2.626.720
5ºLEE - Produto 2007	2014	2.083	2.167	2.253	2.350	2.437	13.737	25.027
4ºLEN - Produto 2010	2024	11.986	12.466	12.964	13.520	14.022	115.274	180.232
5ºLEN - Produto 2012	2041	109.585	113.969	118.528	123.606	128.199	2.592.636	3.186.523
Leilão Santo Antônio - Produto 2012	2041	11.280	29.870	46.589	50.340	52.211	2.123.644	2.313.934
Leilão Jirau - Produto 2013	2042	4.909	9.531	13.874	17.192	17.830	772.772	836.108
6ºLEN - Produto 2011	2025	4.807	4.999	5.199	5.421	5.623	53.921	79.970
7ºLEN - Produto 2013	2042	44.037	45.799	47.631	49.672	51.518	705.768	944.425
Leilão Belo Monte	2044	-	-	3.082	53.513	148.474	7.579.785	7.784.854
10º Leilão de Energia Nova	2045	-	-	18.565	19.360	20.080	983.987	1.041.992
11º Len - Produto 2015	2044	-	-	35.480	37.001	38.375	1.880.545	1.991.401
12º LEN Produto 2014	2043	-	92.393	106.913	111.494	115.637	2.995.709	3.422.146
Total		1.608.220	1.779.542	1.925.892	2.064.648	2.239.691	34.163.066	43.781.059

AMPLA ENERGIA

AMPLA	Vigência até	2013	2014	2015	2016	2017	após 2017	Total
ITAIPU	2023	241.207	246.031	250.952	255.971	261.090	1.679.929	2.935.180
PROINFA	2030	60.235	62.945	65.715	68.344	71.077	1.229.064	1.557.380
ENERTRADE	2022	48.278	50.451	52.721	55.093	57.573	329.136	593.252
CCEAR 2006	2013	249.467	-	-	-	-	-	249.467
CCEAR 2007	2014	44.682	46.692	-	-	-	-	91.374
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	6.068	6.341	-	-	-	-	12.409
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	75.934	79.351	82.843	-	-	-	238.128
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	45.780	47.840	49.945	51.943	-	-	195.508
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022/2037	20.388	21.305	22.243	23.132	24.058	198.380	309.506
CCEAR 2009 - Energia Nova	2023/2038	24.741	25.854	26.992	28.071	29.194	251.318	386.170
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	37.620	39.313	41.043	42.684	44.392	1.063.858	1.268.910
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024/2039	94.647	98.906	103.258	107.388	111.683	2.424.368	2.940.250
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025/2040	50.596	52.873	55.199	57.407	59.703	1.394.401	1.670.179
CCEAR 2010 - Energia Nova (A-3)	2024	8.495	8.878	9.268	9.639	10.025	82.345	128.650
CCEAR 2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	115.179	120.362	125.658	130.685	135.912	2.616.459	3.244.255
CCEAR 2011 - Energia Nova (A-3)	2025	3.147	3.289	3.433	3.571	3.713	35.584	52.737
CCEAR 2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	312.785	326.861	341.243	354.892	369.088	5.028.292	6.733.161
CCEAR 2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	12.124	32.261	50.511	54.429	56.606	2.300.803	2.506.734
CCEAR 2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	32.890	62.594	90.720	111.735	116.204	5.033.003	5.447.146
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035/2045	-	-	-	20.694	21.522	645.036	687.252
Cota MP579 (estimativa)	2042	40.515	42.338	44.201	45.969	47.808	2.070.642	2.291.473
Angra I e II	2045	54.731	57.194	59.710	62.099	64.583	3.356.125	3.654.442
Total		1.579.509	1.431.679	1.475.655	1.483.746	1.484.231	29.738.743	37.193.563

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 que foram homologados pela ANEEL.

A CDSA mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através

dos CCARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) no montante de R\$2.290.985.

A CGTF mantém compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada COELCE, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo no montante de R\$3.839.025 (receita bruta).

29. Obrigações com benefícios pós-emprego

Controlada Ampla Energia

A controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Controlada, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$480.896 (R\$529.230 em 31 de dezembro 2011 e R\$365.212 em 1º de janeiro de 2011), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela Controlada têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora (informações não auditadas)

Contribui com 2,86% da folha de salários e com o pagamento das despesas administrativas de aproximadamente R\$180 mensais.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A controlada Ampla Energia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221 apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,06% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,1% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,7% utilizados para cobertura das despesas administrativas, totalizando 5,65% da folha salarial.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

A Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico.

co das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- > Ativos - O plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- > Aposentados Lei 9.656 - Grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária.
- > Aposentados PDI - Grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A empresa, através de acordo coletivo, mantém o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Ampla.

Controlada COELCE

A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da COELCE, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela controlada COELCE têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Controlada contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata".

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Controlada contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é

responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- > Complementação de aposentadoria por invalidez;
- > Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- > Complementação de aposentadoria por idade;
- > Complementação de aposentadoria especial;
- > Complementação de auxílio reclusão;
- > Complementação de pensão por morte;
- > Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Controlada. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- > Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2012, a companhia realizou 11 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$18.147 (R\$29.398 em 31 de dezembro de 2011 e R\$45.609 em 1º de janeiro de 2011).
- > Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- > Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

c) Plano de Assistência Médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é

regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- > Ativos - O plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- > Aposentados Lei 9.656 - Grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- > Aposentados Especiais - Grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Conforme acordo coletivo vigente, os casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

As controladas optaram por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no exercício em que ocorrerem em "outros resultados abrangentes".

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(1.064.274)	(968.746)	(716.283)	(662.529)	(1.780.557)	(1.631.275)
Custo dos serviços correntes	(84)	(3.612)	(1.196)	(1.534)	(1.280)	(5.146)
Custo dos juros	(107.623)	(98.375)	(72.631)	(67.257)	(180.254)	(165.632)
Contribuições de participantes do plano	(29)	(22)	-	-	(29)	(22)
Ganho/(perda) atuarial	(74.037)	(69.199)	(219.094)	(28.310)	(293.131)	(97.509)
Benefícios pagos	76.773	75.680	45.188	43.347	121.961	119.027
Valor presente da obrigação atuarial total	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.016)	(716.283)	(2.133.290)	(1.780.557)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	539.805	623.510	740.786	680.656	1.280.591	1.304.166
Retorno esperado dos ativos do plano	57.639	72.992	80.429	80.423	138.068	153.415
Ganho (perda) Atuarial	133.662	(115.306)	209.242	10.251	342.904	(105.055)
Contribuições do empregador	34.016	34.267	21.635	12.803	55.651	47.070
Contribuições do participante do plano	29	22	-	-	29	22
Benefícios pagos no ano	(76.773)	(75.680)	(45.188)	(43.347)	(121.961)	(119.027)
	688.378	539.805	1.006.904	740.786	1.695.282	1.280.591

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.016)	(716.283)	(2.133.290)	(1.780.562)
Valor justo dos ativos	688.378	539.805	1.006.904	740.786	1.695.282	1.280.596
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(480.896)	(524.469)	42.888	24.503	(438.008)	(499.966)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	(4.761)	(107.737)	(24.503)	(107.737)	(29.264)
(Ativo)/passivo atuarial líquido (*)	(480.896)	(529.230)	(64.849)	-	(545.745)	(529.230)
Dívida contratada	-	-	(18.147)	(35.364)	(18.147)	(35.364)
(Ativo)/passivo atuarial líquido apurado	(480.896)	(529.230)	(82.996)	(35.364)	(563.892)	(564.594)

(*) O valor referente a Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratado

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	84	3.612	1.196	1.534	1.280	5.146
Custo dos juros	107.623	98.375	72.631	67.257	180.254	165.632
Retorno esperado dos ativos do plano	(57.639)	(72.992)	(80.429)	(80.423)	(138.068)	(153.415)
Total de despesas/(receitas)	50.068	28.995	(6.602)	(11.632)	43.466	17.363

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ganho/(perda) atuarial	59.625	(184.505)	(9.852)	(17.964)	49.773	(202.469)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	4.761	15.220	(82.937)	(24.798)	(78.176)	(9.578)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	-	-	16.927	6.307	16.927	6.307
Total de outros resultados abrangentes no exercício	64.386	(169.285)	(75.862)	(36.455)	(11.476)	(205.740)

Retorno real dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Retorno esperado sobre os ativos do plano	57.639	72.992	80.429	80.423	138.068	153.415
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	133.662	(115.306)	209.242	10.251	342.904	(105.055)
Retorno real sobre os ativos dos planos	191.301	(42.314)	289.671	90.674	480.972	48.360

Valores atuariais para o exercício corrente e o anterior

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.016)	(716.283)	(2.133.290)	(1.780.557)
Valor justo dos ativos	688.378	539.805	1.006.904	740.786	1.695.282	1.280.591
Superávit (déficit)	(480.896)	(524.469)	42.888	24.503	(438.008)	(499.966)
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	(74.037)	(69.199)	(219.094)	(28.310)	(293.131)	(97.509)
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	133.662	(115.306)	209.242	10.251	342.904	(105.055)

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Principais premissas atuariais	Ampla Energia				COELCE			
	PCA	PACV	PAMA	FGTS	BD	CD	Plano de saúde	FGTS
Taxa de desconto	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,80%	9,80%	N/A	N/A	9,80%	9,80%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média	Light-Média	N/A	N/A

Foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante.

Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade de 3,00% a.a. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a. em 2012 (nulo em 2011). Todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

30. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSSL	1.011.419	892.935	2.035.605	1.612.295
Alíquota nominal	343.882	303.598	692.106	548.180
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	-	-	2.573	2.032
Bônus diretoria	-	-	-	348
Taxa CTM e TESA - Subst. Tributária	-	-	9.186	56
Adição lucro coligada no exterior - CTM	-	-	-	-
Doações	-	-	783	310
Benefícios indiretos	-	-	30	124
Multas indedutíveis	-	-	7.041	2
Atualização financeiras contingências (*)	-	-	953	72
Depreciação Lei 8.200 (**)	-	-	196	205
Perdas	-	-	8.715	9.107
Perdas com clientes - reversão PCLD	-	-	4.738	19.043
Despesas indedutíveis-baixa diversos	-	-	-	732
Fringe benefits - deprec. veículos	-	-	-	1
Doações não dedutíveis	-	-	838	13
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como ativo	-	-	-	29.251
	-	-	35.053	61.296
Exclusões permanentes				
Auto de Infração 104/2009 COELCE Plus	-	-	-	(2.329)
Amortização do ágio e reversão da provisão	-	-	(3.570)	(7.573)
Efeito tributário da equivalência patrimonial	(335.981)	(283.484)	-	-
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(104.835)	(78.582)
Encargos obrigações com IFC	-	-	-	-
Ganho em investimento custo	-	-	-	-
Superavit atuarial	-	-	-	(8.897)
	(335.981)	(283.484)	(108.405)	(97.381)
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	-	-	(65.147)	(108.166)
Incentivo fiscal do PAT	-	-	(1.778)	(1.955)
Adicional do IRPJ	-	-	(312)	(96)
	-	-	(67.237)	(110.217)
Outros				
Ajuste benefício ADENE	-	-	-	-
Provisão contingência ICMS	-	-	-	(4.961)
Ajuste contingência IRPJ e CSLL	-	-	-	5.559
Diferença em controladas no exterior	-	-	(4.204)	(1.227)
Outros	(299)	1.686	18.324	7.525
	(299)	1.686	14.120	6.896
IRPJ/CSSL corrente no resultado				
IRPJ/CSSL diferidos no resultado	7.602	21.800	383.909	412.424
Incentivo fiscal	-	-	204.196	62.679
Alíquota efetiva	-	-	(23.136)	(66.329)
	7.602	21.800	564.969	408.774

(*) Não foi calculado o IRPJ e CSLL diferido ativo sobre as provisões de PIS e COFINS sobre a CVA.

(**) As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social da controlada CDSA foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta controlada CDSA, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%.

31. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento faturado						
Residencial	3.392.641	3.362.496	6.397.620	5.699.826	3.535.034	3.045.198
Residencial baixa renda	1.211.463	1.122.859	1.286.522	1.487.933	329.415	387.228
Industrial	10.639	10.682	2.253.541	2.651.145	872.263	915.505
Comércio, serviços e outras	316.011	311.052	3.912.323	3.605.389	1.953.408	1.788.224
Rural	487.940	457.745	1.353.037	1.057.623	295.526	246.023
Poder público	45.162	43.697	1.023.873	914.469	488.161	448.813
Iluminação pública	3.395	3.283	780.139	732.899	239.000	218.820
Serviços públicos	10.350	9.980	742.515	707.883	211.933	204.940
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(19.444)	(12.934)
	5.477.601	5.321.794	17.749.570	16.857.167	7.905.296	7.241.817
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	59.042	(24.802)
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	7.964.338	7.217.015
Suprimento de energia elétrica	13	14	418.978	404.663	870.333	484.308
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	328.903	266.106
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	100.624	13.125
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	43	37	-	-	370.684	367.389
Receita de ultrapassagem demanda e exced de reativos - clientes livres	-	-	-	-	(2)	289
Disponibilidade da rede elétrica (RAP)	-	-	-	-	290.563	199.568
Receita de construção	-	-	-	-	572.735	619.135
Outras receitas	-	-	-	-	170.488	158.532
Receita operacional bruta	-	-	-	-	10.668.666	9.325.467
(-) Deduções da receita	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	(2.136.963)	(1.855.960)
PIS	-	-	-	-	(97.093)	(63.276)
COFINS	-	-	-	-	(440.955)	(295.519)
ISS	-	-	-	-	(2.979)	(3.141)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(14.461)	-
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(82.900)	(116.268)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(43.056)	-
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(270.988)	(333.426)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(55.050)	(42.607)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	(9.636)	(8.249)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(29.500)	(27.749)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(3.183.581)	(2.746.195)
Total	5.477.657	5.321.845	18.168.548	17.261.830	7.485.085	6.579.272

32. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			Consolidado						
	31/12/2012		31/12/2011	31/12/2012		31/12/2011				
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(22.884)	-	(22.884)	(15.757)	(209.543)	(3.242)	(153.991)	-	(366.776)	(321.577)
Material	(40)	-	(40)	(40)	(21.947)	(5.634)	(2.361)	-	(29.942)	(26.803)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	-	-	-	-	(127.420)	-	-	-	(127.420)	(120.512)
Serviços de terceiros	(12.627)	-	(12.627)	(9.862)	(403.029)	(13.071)	(108.903)	-	(525.003)	(490.810)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(2.599.878)	-	-	-	(2.599.878)	(2.065.576)
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	(610.898)	-	-	-	(610.898)	(383.374)
Encargos dos serviços de sistema	-	-	-	-	(53.328)	-	-	-	(53.328)	(57.411)
Custos na desativação de bens	-	-	-	-	(63.318)	-	(12.164)	-	(75.482)	(8.774)
Depreciação e amortização	(1.213)	-	(1.213)	(1.165)	(451.518)	-	(10.179)	-	(451.697)	(452.841)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(18.305)	-	-	-	(18.305)	(15.959)
Perdas com desativação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.362)
PCLD clientes	-	-	-	-	-	(98.970)	-	-	(98.970)	(128.528)
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	-	(11.041)	-	-	(4.561)	(15.602)	(28.162)
Custo de construção	-	-	-	-	(572.735)	-	-	-	(572.735)	(13.460)
Provisão para contingências	(81)	-	(81)	-	101.851	-	(39.398)	-	62.453	(619.135)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	-	-	-	-	(27.013)	(27.013)	(29.518)
Resultado da equivalência patrimonial	992.601	-	992.601	833.775	-	-	-	-	-	-
Outros custos/despesas operacionais	(2.305)	676	(1.629)	447	(42.345)	(3.849)	(45.155)	(9.009)	(100.358)	(46.662)
	953.451	676	954.127	807.398	(5.073.454)	(124.766)	(372.151)	(40.583)	(5.610.954)	(4.824.464)

Segue abaixo a composição do saldo de energia elétrica comprada para revenda:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Centrais Elétricas S.A – FURNAS	(148.120)	(144.050)
Itaipu Binacional	(234.519)	(207.432)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(39.706)	(42.276)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(98.926)	(81.665)
Light S.A./Cenf/Elektro	-	(137.829)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	(70.937)	(66.510)
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	(64.131)	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	(46.601)	(46.564)
Copel Geração S.A. - COPEL	(45.562)	(40.251)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(43.586)	(41.643)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(160.232)	(23.851)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(908.974)	(863.072)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(95.580)	(75.887)
Tractebel Energia S.A	(34.517)	(33.426)
Contratos por disponibilidade (*)	(282.660)	(153.455)
Outros	(325.827)	(107.665)
	(2.599.878)	(2.065.576)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário. Entre o ano de 2008 e 2009 houve um incremento na compra por disponibilidade e quantidade, em virtude da constituição de novos contratos do 4o leilão de energia existente, 1º e 2º leilões de energia nova produto 2009, com custos superiores aos já contratados. Os custos com cada leilão são diferentes e homologados pelo órgão regulador.

33. Resultado financeiro

Descrição	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	15.901	42.637
Transações com partes relacionadas	39.963	42.930
Outras receitas financeiras	965	2.662
Total da receita financeira	56.829	88.229
Despesa financeira		
Encargos de dívidas	(190)	(1.613)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(24)	-
Outras despesas financeiras	(198)	(1.079)
Total de despesa financeira	(412)	(2.692)
Variação cambial		
Variação cambial ativa	1.965	-
Variação cambial passiva	(1.090)	-
Total da variação cambial	875	-
Total	57.292	85.537
Descrição	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	120.075	121.429
Juros de debêntures	-	4.168
Multas e acréscimos moratórios	96.447	84.901
Variações monetárias diversas	14.348	18.823
Atualização monetária – CELG	11.530	117.655
Receita financeira - ativo indenizável	487.517	23.728
Correção depósitos judiciais	561	2.583
Encargo de fundo de pensão	7.798	13.166
Outras receitas financeiras	30.118	65.286
Total da receita financeira	768.394	451.739
Despesa financeira		
Variações monetárias	(41.224)	(48.339)
Encargos de dívidas	(171.054)	(165.955)
Atualização de impostos e multas	(9.044)	(19.570)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(68.035)	(75.702)
Encargo de fundo de pensão	(49.984)	(25.383)
Multas e acréscimos moratórios	(12.774)	(8.649)
Multas ARCE	(31.274)	-
Despesas bancárias	(24)	-
Juros debêntures	(75.713)	(104.408)
Variações monetárias debêntures	(27.937)	(13.691)
Indenizações DIC / FIC	(23.112)	(28.169)
Perda swap	(5.656)	-
Custo de transação	(3.718)	-
Correção prog. efec. energética e P & D	(2.377)	(3.400)
IOF e IOC	(3.505)	(1.011)
Correção monetária	1.749	(9.375)
Multas	(21.109)	-
Atualização financeira	(24.197)	-
Comissão - Banco	-	(7.910)
Outras despesas financeiras	(16.243)	(63.786)
Total da despesa financeira	(585.231)	(575.348)
Variação cambial ativa	75.810	121.380
Variação cambial passiva	(97.499)	(140.284)
Total da variação cambial	(21.689)	(18.904)
Resultado financeiro	161.474	(142.513)

34. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2012 foi de R\$3.619 (R\$2.098 em 2011 e R\$1.837 em 1º de janeiro de 2011). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2012, foi de R\$31.228 (R\$25.780 em 2011 e R\$20.550 em 1º de janeiro de 2011).

35. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$4.785.034, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$5.959.248 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$3.247.312. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$787.938 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 31 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas da Endesa Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros:

As especificações por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Risco operacional

Controladas	Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA Energia	31/10/2012 à 31/10/2013	716.943	101.478
CDSA	31/10/2012 à 31/10/2013	1.470.282	1.014.785
CIEN	31/10/2012 à 31/10/2013	1.256.560	1.014.785
CGTF	31/10/2012 à 31/10/2013	685.326	1.014.785
COELCE	31/10/2012 à 31/10/2013	655.923	101.478

Responsabilidade civil

Sociedades	Data de vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA Energia	31/10/2012 a 31/10/2013	525.292
CDSA	31/10/2012 a 31/10/2013	787.938
CIEN	31/10/2012 a 31/10/2013	525.292
CGTF	31/10/2012 a 31/10/2013	525.292
COELCE	31/10/2012 a 31/10/2013	525.292

36. Lucro por ação

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do exercício	1.003.817	871.135
Número de ações	170.877.378	170.877.378
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	5,874	5,098

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 170.877.378 (cento e setenta milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e oito) ações ordinárias.

